

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - DOUTORADO**

**NATÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA**

**TRAJETÓRIA INTELECTUAL DO JESUÍTA LEONEL FRANCA: EDUCAÇÃO E  
CATOLICISMO (1923-1948)**

**PONTA GROSSA  
2018**

**NATÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA**

**TRAJETÓRIA INTELECTUAL DO JESUÍTA LEONEL FRANCA: EDUCAÇÃO E  
CATOLICISMO (1923-1948)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Nívio de Campos.

Linha de Pesquisa: História e Política educacionais.

**PONTA GROSSA  
2018**

**Ficha Catalográfica**  
**Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG**

Oliveira, Natália Cristina de  
O48      Trajetória intelectual do jesuíta  
Leonel Franca: educação e catolicismo  
(1923-1948)/ Natália Cristina de Oliveira.  
Ponta Grossa, 2018.  
242f

Tese (Doutorado em Educação - Área de  
Concentração: Educação), Universidade  
Estadual de Ponta Grossa.  
Orientador: Prof. Dr. Névio de Campos.

1.Leonel Franca. 2.Trajetória  
intelectual. 3.Jesuítas no Brasil.  
4.Educação Católica. I.Campos, Névio de.  
II. Universidade Estadual de Ponta Grossa.  
Doutorado em Educação. III. T.

CDD: 200.981

## TERMO DE APROVAÇÃO

NATÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA

### TRAJETÓRIA INTELECTUAL DO JESUÍTA LEONEL FRANCA: EDUCAÇÃO E CATOLICISMO (1923-1948)


Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador (a)

  
Prof. Dr. Nêvio de Campos - UEPG

  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira - UFPR

  
Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo - UEM

  
Prof. Dr. Edson Armando Silva - UEPG

  
Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior - UEPG

Ponta Grossa, 28 de junho de 2018.



## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, Cleusa, ao meu pai, Helson e ao meu irmão, Rafael. O núcleo familiar, sem o qual nada seria possível.

Ao meu orientador, Dr. Nívio de Campos, por auxiliar de forma generosa e rigorosa meu desenvolvimento e a construção deste trabalho. A ele minha imensa admiração e o desejo de um dia poder fazer jus a esta parceria e à confiança que me depositou.

Aos professores Dr. Carlos Eduardo Vieira, Dr. Mário Neves de Azevedo, Dr. Edson Armando Silva; e, especialmente, ao Dr. Oriomar Skalinski Júnior, pela apreciação da tese e suas generosas contribuições.

Ao David, pelo companheirismo, pela paciência e por dividir comigo as dificuldades deste processo.

Aos meus amigos, aos quais não correrei o risco de nomear para não esquecer ninguém; pilares fundamentais que auxiliam na partilha da existência e renovam minhas forças constantemente.

Aos padres e secretários da Província da Companhia de Jesus no Brasil, por dar acesso ao arquivo do padre Leonel Franca e tornar possível a construção e comprovação de nossa tese.

Aos professores Dra. Roberta Negrão de Araújo e Dr. Luiz Antonio de Oliveira por serem os responsáveis por minha coragem em tomar o primeiro impulso.

Ao Grupo de Pesquisa História, intelectuais e educação no Brasil e no Paraná de oitocentos e de novecentos (GEPHIED); Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP) e Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Atividade de Ensino (GEPAE) que me apresentaram possibilidades teóricas e pessoas maravilhosas que alteraram positivamente meu trajeto e concepção de vida.

“Já vão longe os tempos em que uma pedagogia superficial, sobrevalorizando a cultura da intelligencia, confundia instrucção com educação, capitalização de conhecimentos com formação de carater. O homem não vale pelo que sabe, senão pelo que é. [...] Não attribuamos á simples instrucção uma efficacia que não possui. É a educação que plasma o homem; a instrucção, quando muito, prepara technicos” (FRANCA, 1931).

OLIVEIRA, Natália Cristina de. Trajetória intelectual do jesuíta Leonel Franca: educação e catolicismo (1923-1948). 2018. 242f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

## RESUMO

O objetivo desta tese é discutir a participação e contribuição do Padre Leonel Franca (1893-1948), durante as décadas de 20 a 40 do século XX – especificamente entre 1923 e 1948, enfatizando sua atuação no campo educacional brasileiro. Para tanto, considera-se a trajetória intelectual deste padre, integrante da Companhia de Jesus, particularmente em sua atuação na esfera pública para defender a posição da Igreja Católica nos debates da educação brasileira e do Ensino Religioso. O jesuíta é considerado como orientador de uma geração de intelectuais católicos e mediador das demandas eclesiais e imperativos do governo Getúlio Vargas. Os critérios para delimitação temporal são a data de sua ordenação (1923) e o ano em que se efetivou Reitor da Pontifícia Universidade Católica (1948), da qual – também – foi fundador, consonante a isso sua morte, aos 55 anos. Esta tese tem como principais fontes, correspondências, notas de leitura e anotações – localizadas em diário particular – no Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil, com sede no Rio de Janeiro. O acervo documental é composto por pertences e manuscritos de padres jesuítas do país todo, dentre eles Padre Leonel Franca; são mantidos sob responsabilidade dos representantes desta Ordem no país. Além do material citado, considerou-se a obra produzida ao longo de sua trajetória. No que diz respeito às estratégias de análise desta produção, são desenvolvidas considerações com base na perspectiva do sociólogo Pierre Bourdieu, particularmente ao compreender este padre jesuíta como um mediador. São utilizados os conceitos de *habitus*, campo e capital para entender suas ações sociais em favor dos interesses da Igreja Católica. Além disso, discute-se a sua rede de sociabilidade, utilizada pelo integrante da Companhia de Jesus, ao transitar nos mais variados meios sociais e culturais. Demonstra-se, inicialmente, como o jesuíta iniciou sua formação que proporcionou, mais tarde, transitar nos campos políticos e educacionais a fim de atingir conquistas religiosas. Em seguida, é apresentada a projeção do padre na estrutura e os formatos de sua rede de sociabilidade ao alcançar argumentos que justifiquem sua atuação política no que tange à educação brasileira. E, por fim, sua consagração por meio da reverberação de suas produções, no que diz respeito ao Ensino Religioso e à criação de uma universidade católica para atingir a configuração desejada de uma sociedade católica. Franca estabeleceu uma rede ampla de contatos para sistematizar e projetar o programa educativo da Igreja e isso foi possível via relações diretas com o Estado. Este padre jesuíta, considerado pelos críticos literários “o polemista” do século XX, consolidou sua trajetória intelectual trilhando o caminho da racionalidade jesuítica, travando embates e alianças com o Estado e firmando seu legado nas conquistas em favor da Igreja Católica, em diferentes esferas do mundo social.

**Palavras-chave:** Leonel Franca; Trajetória Intelectual; Jesuítas no Brasil; Educação Católica.

OLIVEIRA, Natália Cristina de. The intellectual trajectory of jesuit Leonel Franca: education and catholicism (1923-1948). 2018. 242p. Thesis (Doctorate in Education) – University of Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

## ABSTRACT

The aim of this thesis is to discuss the participation and contribution of Father Leonel Franca (1893-1948), during the XX century - specifically between 1923 and 1948, emphasizing his performance in the Brazilian educational field. For doing so, it is taken into consideration his intellectual trajectory, as a member of the Society of Jesus, particularly in his performance in the public sphere to defend the Catholic Church's position in the debates of the Brazilian education and the Religious Teaching. The Jesuit is considered the guide of a Catholic intellectuals generation and the mediator of the ecclesiastical demands and imperatives of Getúlio Vargas' government. The criteria for the temporal delimitation are the date of his ordination (1923) and the year he became the Pontifícia Universidade Católica's Chancellor (1948), of which - also - was a founder, consonant to this his death, at the age of 55. This thesis has as its main sources correspondences, reading notes and annotations - localised in his journal - in Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil, whose head office is in Rio de Janeiro. The documental collection is composed by belongings and manuscripts of Jesuit priests from the whole country, among whom is Father Leonel Franca; and also are kept under responsibility of the representants of this Order in the country. As well as the mentioned material, what was also considered was his work over his trajectory. Concerning the analytical strategies of this production, considerations are developed based on Pierre Bourdieu's sociological perspective, particularly in order to comprehend this Jesuit priest as a mediator. Herein concepts such as habitus, field and capital are used to understand his social actions in favour of the Catholic Church's interests. Furthermore, it is discussed Franca's sociability web, used by any member of the Society of Jesus transiting in the most various social and cultural environments. It is demonstrated, initially, how the Jesuit started his education which proportioned to him, later, transit in the political and educational fields in order to reach religious accomplishments. Thereafter, it is presented the Father's projection in the structure and the formats of his sociability web reaching arguments which justify his political acting concerning Brazilian Education. Lastly, his consecration through the reverberation of his works, concerning the Religious Teaching and the creation of a Catholic university to reach the desired configuration of a Catholic society. Franca established a wide contacts web to systematize and project the Church's educative program and that was made possible through direct relations with the State. This Jesuit Father, considered by the literary critics "the polemicist" of the XX century, consolidated his intellectual journey treading the Jesuitical rationality path, engaging war and alliances with the State and firming his legacy in the conquest in favour of the Catholic Church, in different social spheres of the social world.

**Keywords:** Leonel Franca; Intellectual Trajectory; Jesuits in Brazil; Catholic Education.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEONEL FRANCA: UM AGENTE INTELLECTUAL CATÓLICO.....</b>	<b>32</b>
1.1 Origem familiar e formação escolar .....	32
1.2 Trajetória vocacional: incorporação do <i>habitus</i> jesuítico .....	39
1.3 Magistério: formação de homens e recuperação de almas .....	49
1.4 Ordenação, retorno à capital federal e inserção na vida pública.....	57
<b>2 A PROJEÇÃO DO PADRE FRANCA NO CAMPO RELIGIOSO CATÓLICO ....</b>	<b>65</b>
2.1 Homem de confiança de Dom Leme: o religioso.....	65
2.2 Fortalecimento da rede de sociabilidade na imprensa bibliográfica .....	79
2.3 Assistente Eclesiástico do Centro Dom Vital.....	107
2.3.1 Liga Eleitoral Católica e a Ação Católica.....	128
2.4 Integrante de diversas organizações: o pastor de muitos rebanhos .....	140
<b>3 A CONSAGRAÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA INTELLECTUAL: PADRE LEONEL FRANCA E A EDUCAÇÃO COMO CAMPO DE DISPUTA .....</b>	<b>164</b>
3.1 Participação em órgãos estatais: “um conselheiro religioso” .....	165
3.2 Leonel Franca e o Ensino religioso .....	181
3.3 Do Instituto Católico de Estudos Superiores à Pontifícia Universidade Católica .....	194
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>221</b>
<b>FONTES E REFERÊNCIAS.....</b>	<b>227</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>235</b>

## INTRODUÇÃO

“Falar de história de vida é pelo menos pressupor, e é muito, que a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história” (BOURDIEU, 1996, p. 74).

O objeto desta tese é a trajetória intelectual de Leonel Franca<sup>1</sup> (1893–1948). Particularmente, a atuação desse personagem na esfera pública é para defender a posição da Igreja Católica nos debates da educação brasileira. Esse jesuíta tem papel importante na reconstrução e reaproximação entre Igreja Católica e Estado na primeira metade do século XX. O jesuíta ganhou centralidade naquele cenário pela forma como interagiu com os intelectuais em destaque daquela conjuntura. Foi considerado, não só pelos intelectuais católicos, como orientador de uma geração e mediador<sup>2</sup> das demandas eclesiais e imperativos do governo Getúlio Vargas.

Nosso objetivo é discutir a participação e contribuição do padre Leonel Franca, durante as décadas de 20 a 40 do século XX – especificamente entre 1923 e 1948, nos aspectos do campo educacional brasileiro. Estabelecemos como objetivos específicos compreender a trajetória de Leonel Franca, no que diz respeito aos fatores formativos que interferiram no início de seu percurso enquanto um intelectual jesuíta; explicitar a estrutura de sua rede de sociabilidade<sup>3</sup> a fim de alcançar argumentos que justifiquem sua atuação política no que tange à educação nacional; e, explicar a reverberação de suas produções, em relação ao Ensino Religioso, nos meios sociais, bem como a forma como foram utilizadas para atingir

---

<sup>1</sup> No decorrer desta tese, antes do período de ordenação eclesial nos referiremos ao intelectual em questão como Leonel Franca, Leonel ou Franca. A partir de sua ordenação, e em pleno exercício enquanto padre da Igreja Católica, o mencionaremos como padre Leonel Franca ou, ainda, padre Franca.

<sup>2</sup> Utilizamos, nesta tese, a concepção de “mediador” ao compreender que Leonel Franca assumiu, por inúmeras vezes, o papel – e função – de solucionar conflitos entre a igreja e o Estado, entre camadas intelectuais e camadas leigas, entre irmãos congregados; e, nas mais diversas situações onde seu papel religioso pudesse colaborar a fim de defender os interesses da Igreja Católica.

<sup>3</sup> A concepção de Rede de Sociabilidade, desenvolvida nesta tese, tem por aporte teórico principal o intelectual Jean-François Sirinelli; esta terminologia foi utilizada em seu artigo “Os intelectuais” (2003). Embora o autor tenha uma vasta obra relacionada à História Política – sobretudo – francesa, utilizamos o princípio aqui descrito como fundamento importante para analisar o desenvolvimento deste trabalho e da trajetória do padre Franca nos mais diversos campos de atuação. Por meio das Redes de relações, tecidas pelo convívio social, cultural, religioso e político, o jesuíta se deslocava a fim de realizar conquistas à igreja. Dessa forma, acreditamos que “ao meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um ‘pequeno mundo estreito’, onde os laços se atam [...]” e “[...] eles são mais difíceis de perceber do que parece” (SIRINELLI, 2003, p. 248).

a configuração desejada de uma sociedade religiosa fundando uma Universidade Católica no Brasil.

Nossa pesquisa apresenta, por meio da centralidade das ações empreendidas por Leonel Franca, a forma com que o inaciano relacionava educação e religião na sociedade brasileira e na Igreja Católica. Em pesquisa já realizada<sup>4</sup> discutimos a educação inaciana, desenvolvida especificamente, no século XVI e mostramos a maneira que aqueles padres, por meio da organização educacional, atuavam no direcionamento social dos espaços aos quais ocupavam.

Desenvolvemos considerações acerca do contexto social e cultural em que o intelectual está imerso e, por meio disso, consideramos os registros de suas ações político-institucionais, bem como a rede de sociabilidade estabelecida em nome do desenvolvimento religioso nas questões educacionais nacionais. A Companhia de Jesus para além de uma ordem religiosa de cunho exclusivamente teológico, ou filosófico escolástico, preocupava-se – também – com o desenvolvimento educacional e com a formação de uma elite pensante com padrões organizativos. Leonel Franca estabeleceu estratégias para sistematizar e projetar o programa educativo da Igreja Católica no campo educacional e político.

Em nossa tese defendemos que Franca conseguiu visibilidade, por meio de sua rede ampla de sociabilidade, para sistematizar e projetar o programa educativo da igreja. Comprovamos que essa realização foi possível via relações diretas com o Estado. Nossa análise será exposta com base na perspectiva do sociólogo Pierre Bourdieu, particularmente ao compreender este padre jesuíta como um mediador. Utilizamos os conceitos de *habitus*, campo e capital simbólico para entender suas ações político-institucionais em favor dos interesses da Igreja Católica, nas complexas relações entre sociedade civil e sociedade política.

Nosso exercício vai além das observações acerca do trabalho realizado por intelectuais católicos jesuítas enquanto pertencentes a um movimento religioso que tinha por principal objetivo propagar a fé cristã católica. Contemplamos, também, a atuação que tiveram nos âmbitos social, político e educacional do período circunscrito entre 1923 e 1948, ao tomar as ações de Leonel Franca como objeto

---

<sup>4</sup> Nossa pesquisa apresenta, por meio da centralidade das ações empreendidas por Leonel Franca, a forma com que o inaciano relacionava educação e religião na sociedade brasileira e na Igreja Católica. Em pesquisa já realizada discutimos a educação inaciana, desenvolvida especificamente, no século XVI e mostramos a maneira que aqueles padres, por meio da organização educacional, atuavam no direcionamento social dos espaços aos quais ocupavam.

central. Demarcamos o recorte no ano de 1923 por se tratar da data de ordenação de Leonel Franca como sacerdote. E 1948, o ano que se efetivou dirigente das Faculdades Católicas do Brasil, da qual foi fundador e primeiro reitor; e, consonante a isso sua morte - aos 55 anos.

Leonel Edgard da Silveira Franca nasceu em 7 de janeiro de 1893, em São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul. Foi o terceiro filho, de 11 irmãos, do casal Maria José de Macedo Franca e Justino da Silveira Franca. Exploramos a contribuição de Franca durante as décadas de 20 a 40, do século XX, para a educação brasileira. Além disso, avaliamos de que forma a representação religiosa jesuítica, na figura do padre, tornou-se fundamental a colocar em atividade os princípios da Companhia. Franca realizou seus estudos, enquanto religioso, pela Ordem inaciana. Permaneceu de 1912 a 1915 na Universidade Gregoriana, em Roma, e após isso, além de seus estudos e pesquisas, iniciou trabalho docente no Colégio Santo Inácio.

Entre 1920 e 1923 completou, em Roma, seus estudos de Filosofia e Teologia e voltou a lecionar no Brasil no Colégio Anchieta de Nova Friburgo. Em 1927, no Rio de Janeiro, iniciou sua atuação no Centro Dom Vital como Assistente Eclesiástico e um dos maiores apoiadores da Ação Universitária Católica. Sua participação na vida pública deu-se, também, devido à grande proximidade ao Cardeal Dom Sebastião Leme (1882-1942), Arcebispo do Rio de Janeiro, um dos principais líderes católicos do século XX no Brasil. A partir das colaborações nos movimentos sociais brasileiros, em 1931, Franca começou a atuar no Conselho Nacional de Educação. Tornou-se, ainda, integrante do Instituto Católico de Estudos Superiores, fundado em 1932 pelo Centro Dom Vital, que vem dar existência e significado à proposta de uma Universidade Católica no Brasil.

Em 1933, Franca foi Assistente Eclesiástico da Confederação Católica Brasileira de Educação – um de seus companheiros nesta empreitada foi Alceu Amoroso Lima<sup>5</sup>. Juntos elaboraram o documento “Reivindicações Católicas” que passou a integrar a Constituição dessa mesma década. Em seguida tornou-se representante do “campo da religião” no Conselho Nacional de Estatística.

Sua participação nos Conselhos e órgãos governamentais aumentava

---

<sup>5</sup> Para saber mais sobre este tema: SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. **Alceu Amoroso Lima e a renovação da pedagogia católica no Brasil (1928-1945)**: uma proposta de espírito católico e corpo secular – Curitiba. PR: CRV, 2015.



rapidamente. E, após a autorização para o funcionamento da Universidade Católica, em 1940, Leonel Franca dedicou-se integralmente à construção física e curricular daquela instituição, não distante de suas preocupações constantes com o ensino religioso carioca e, conseqüentemente, brasileiro. Sua luta por auxílio governamental e construção de uma universidade tem resultado em 1947, quando a instituição muda da rua São Clemente e passa a funcionar na rua Humaitá, em Botafogo, com autorização para ser a Universidade Pontifícia; e, em 1948 torna-se – ainda – a Escola Politécnica. Ele produziu inúmeras referências sobre religião e educação as quais tiveram repercussão e muitas reedições.

Estabelecemos a concepção educacional que permeou a produção intelectual do padre referente à educação e ao modelo organizativo, expresso por ele, para estruturar uma educação brasileira. Franca foi um dos principais representantes da intelectualidade brasileira que projetou uma meta educacional em consonância ao ensino religioso. Incorporado de uma concepção educacional católica, posicionou-se como defensor, assíduo, de uma educação cristã brasileira para a estruturação de uma sociedade inspirada nos moldes cristãos. Por meio de suas ações, ele interferiu na estrutura do país direcionando estratégias políticas e administrativas que afetaram, diretamente, a educação nacional.

Com envolvimento em diversos movimentos políticos, com sua atuação e, posteriormente, com a criação das Faculdades Católicas, viu a possibilidade de materialização de um sistema de educação católico. Franca acreditava que apenas com a difusão educacional seria possível a formação de um homem novo, uma sociedade com a capacidade de converter-se. A concepção política e educacional do Padre Leonel Franca, enquanto sacerdote católico, consistia no apoio ao ensino religioso nas escolas, ao qual empreendia defesa diária. Sua concepção de universidade forjou sua postura intelectual e fortaleceu a Igreja Católica. A reconstrução de sua trajetória nos aparece como desafiadora, pois o religioso tem uma vasta produção intelectual e dialoga com temas variados relacionados à sociedade brasileira no início do século XX; além de manter – como identificado em suas correspondências - uma rede de sociabilidade influente.

O interesse, pela temática expressa, dá-se pela necessidade encontrada a fim de analisar como intelectuais formados pelos princípios pedagógicos da Companhia de Jesus participaram, diretamente, na edificação de um “perfil” educacional religioso brasileiro no alvorecer do século XX. Acreditamos então que, por meio das ações do

Padre Franca, os estudos desenvolvidos contribuem para a compreensão dos fatores que compõem o período analisado e possibilitam o melhor entendimento dos aspectos políticos e educacionais daquele contexto. Procuramos, no campo da História e Historiografia da Educação, ir além de um relato dos fatos ocorridos no período proposto, e trabalhar nas peculiaridades dos acontecimentos, de modo a indicar relação entre educação e sociedade brasileira, considerando os agentes e as condições que permitiram sua organização e divulgação neste período.

Nesta tese, ainda, compreendemos os fundamentos estruturados pelo padre jesuíta ao escrever em defesa do ensino religioso e criar a Faculdades Católicas, atual Pontifícia Universidade Católica do Brasil (PUC), bem como sua estrutura curricular e administrativa. Para isso realizamos um balanço da produção relacionada à temática expressa, angariando redações teóricas entre teses e dissertações de programas de pós-graduações nacionais, assim como artigos publicados em periódicos. Nossas buscas centraram em torno de banco de dados situados em áreas das ciências humanas a fim de considerar a contribuição de tais referências a esta produção.

Inicialmente nos propomos a encontrar produções que fossem, diretamente, relacionadas ao intelectual Leonel Franca. No entanto, com exceção a duas biografias produzidas por um padre e um bispo católico, respectivamente Pedro Américo Maia S.J. (1982) e Luiz Gonzaga da Silveira D'Eubolx S.J. (1953) a reunião das referências nos mostrou que foram produzidos temas relacionados ao intelectual apenas com sua obra. Ou seja, não houve nenhuma junção de sua produção e trajetória intelectual nas produções da educação nacional.

O fato de Leonel Franca ser uma personalidade católica e fundador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), antes Faculdades Católicas, ocasionou que encontrássemos muitos artigos nos bancos de dados desta instituição; o que é o caso, principalmente, das especializações em Teologia e Filosofia ou nos cursos de Formações Religiosas. Dessa forma, enfatizamos nossa pesquisa em dissertações, teses e artigos científicos, ainda que em áreas afins, que contribuíssem de forma direta ao nosso referencial teórico.

O Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro<sup>6</sup> (CDPB), em levantamento realizado e apurado, datado de 2010, listou as produções<sup>7</sup> tanto

---

<sup>6</sup> Disponível para acesso em: <http://www.cdpb.org.br/>

<sup>7</sup> Segue, em apêndice, quadros de mapeamento das referidas produções.

diretamente quanto – apenas – com ênfase, ao jesuíta. Foram indicados os trabalhos considerados pelos pesquisadores do CDPB como “Estudos sobre o autor”. A organização do CDPB demonstra um levantamento dos escritos, de forma geral, elencadas ao período de atuação ou ao próprio intelectual. É possível visualizar que foram reunidos tanto artigos em jornais, como artigos científicos, livros e capítulos que fizessem referência, ou menção, ao inaciano.

Ainda que tenhamos abordado o levantamento do centro de pesquisa acima, observamos as produções, indicando trabalhos científicos, entre dissertações e teses<sup>8</sup>, que se referem diretamente à temática; e aqueles que consideramos como referencial para servir de base analítica às questões estudadas. Não localizamos produções na área da educação, ou história e historiografia da educação, enfatizando Leonel Franca como intelectual, seja católico, político, professor etc.; e, foi com base nisso que organizamos o mapeamento do referencial já produzido.

Guilherme Ramalho Arduini (2014)<sup>9</sup>, em sua tese, preocupa-se com a forma como os intelectuais transitavam nos cenários políticos e culturais do Rio de Janeiro nas décadas de 20 a 40; encontramos discussões relacionadas a um grupo de liberais e universitários que compunham o Centro Dom Vital. O estudo abrange a década de 20 por ser o período de fundação do Centro, em especial 1922 por ter como marco o lançamento do livro de Alceu Amoroso Lima, figura inspiradora de tal organização.

A década de 40 é abordada por Arduini (2014), pois relaciona ao ano de morte de Leonel Franca – diretor espiritual na instituição e objeto de nosso interesse maior. O autor considera em sua tese de doutoramento as diversas obras publicadas pelos membros do Centro Dom Vital, bem como a dimensão de interferências sociais das publicações da revista organizada por seus integrantes (A Ordem) a qual ele considera ter realizado papel indispensável na organização das políticas públicas ligadas à educação e ao trabalho daquele período carioca/brasileiro - capital federal.

Partindo pelas considerações sobre o ensino de viés religioso, na dissertação *“A religião e a formação do cidadão: um estudo sobre a obra ‘Ensino Religioso e*

---

<sup>8</sup> Reforçamos que não utilizamos artigos de eventos científicos. Devido a breve análise chegamos à conclusão que são – em grande parte - divulgações teológicas dos estudos relacionados ao intelectual.

<sup>9</sup> Elaborada na área de sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) - *Os soldados de Roma contra Moscou: A atuação do Centro Dom Vital no cenário político e cultural brasileiro (Rio de Janeiro 1922-1948)*.

*Ensino Leigo*” de Leonel Franca, Caetano (2007)<sup>10</sup> preocupa-se, por meio de pesquisa de campo em uma cidade de Minas Gerais, em centrar suas discussões no ensino religioso e suas configurações. A autora aborda a trajetória deste ensino no Brasil Colônia até a atualidade, bem como a formação de professores para ministrá-la. A preocupação é demonstrar a presença do ensino religioso em nosso país e a participação de Leonel Franca, como assistente eclesiástico do Centro Dom Vital, nesse processo. No entanto, a mesma acaba debruçando-se com mais veemência à legislação do longo período abordado e pouco sobre a obra – específica – do jesuíta, tampouco de sua trajetória intelectual; mas tal questão fica compreensível, pois não era o objetivo primeiro da pesquisadora.

Conceição (2012)<sup>11</sup> analisa, na mesma vertente incitada por Caetano (2007), o histórico do Ensino Religioso no Brasil. Preocupa-se em explicitar, a partir da obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo* (FRANCA, 1931), os fundamentos morais defendidos desde meados do século 20 para interferência no âmbito social. A autora procurou manter-se no período de divulgação da obra em questão para compreender a necessidade de Franca em tê-lo escrito e publicado, bem como direcionar seus fundamentos. Empenhou-se em fazer breves traços biográficos do intelectual, mas limita-se - para tal construção - ao livro *O padre Leonel Franca*, escrito pelo bispo Luiz Gonzaga da Silveira D’Elboux (1953). Deixa claro que biografar ou escrever sobre questões intelectuais da figura religiosa, ou política de Franca, não é sua intenção ao construir a dissertação.

Não se distanciando das preocupações relacionadas à docência, Flecha (2009)<sup>12</sup> tece considerações – em tese de doutoramento – acerca do caminho trilhado pela Companhia de Jesus como primeira Ordem da Igreja Católica a preocupar-se com o ensino religioso. Partindo de análises de fontes do século XV a XVII; e, do século XX, a autora investigou as reatualizações das representações de pecado feitas pela Companhia de Jesus ao longo de sua existência. Com base em escritos de religiosos, como Leonel Franca, a tese aborda que as representações do

---

<sup>10</sup> Dissertação de Mestrado na área de educação/políticas públicas, intitulada: *A religião e a formação do cidadão: um estudo sobre a obra “Ensino Religioso e Ensino Leigo” de Leonel Franca*, por Maria Cristina Caetano (2007) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

<sup>11</sup> *A religião e a formação do cidadão: um estudo sobre a obra Ensino Religioso e Ensino Leigo de Leonel Franca*, publicado no ano de 2012, por Fabiana Cristina da Conceição, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestrado na área de ciência da religião.

<sup>12</sup> Tese de doutoramento em Educação: *Do pecado pessoal ao pecado social: a solidariedade na reatualização do ensino religioso da Companhia de Jesus*, escrito por Renata Dumont Flecha, pela Universidade Federal de Minas Gerais.

pecado estão em consonância com as decisões do Concílio Vaticano II (1961-1965). E, que, é fundamental que a educação, em forma de valores, perpassasse os currículos das instituições escolares por meio dos conteúdos e disciplinas do ensino religioso.

Melo (2006)<sup>13</sup> teve como objetivo analisar a relação entre educação e cidadania nas décadas de 1890 a 1930. A pesquisa volta seus olhares para as estratégias católicas de constituir mecanismo de regulação de ação dos católicos no campo educacional tendo como referência o magistério, ou o próprio ensino religioso. Ao abordar diferentes reflexões, no quarto capítulo, o autor discute a cultura religiosa e a cultura científica no exercício da profissão docente com base no padre Leonel Franca; sendo a única questão relacionada, diretamente, com o intelectual jesuíta.

Nas buscas por meio da plataforma Lattes<sup>14</sup> localizamos, dentre outros documentos, uma tese ainda em construção na área de história cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). De acordo com a descrição encontrada pudemos observar que o objetivo do autor, em seu trabalho de doutorado em realização, é discutir a obra – geral – de Leonel Franca no contexto da Restauração Católica, com recorte temporal de 1918-1948. Consideramos ser este o trabalho que mais se aproxima de nossas intenções, ainda que em áreas e objetivos distintos.

Em relação à revisão de literatura apresentada, consideramos serem poucos os trabalhos localizados; e, menos ainda aqueles que se referem diretamente ao intelectual em questão no campo da educação. Feito o levantamento, apontamos nossas acepções a respeito da forma como desenvolvemos nossa tese e a nossa concepção de intelectual proposta. Elucidamos questões a respeito da história intelectual e seus ditames partindo do pressuposto que é o historiador quem localiza e interpreta, temporalmente, no campo as informações que intersectam seu objeto de pesquisa.

Ao pensarmos no nascimento dos intelectuais, partimos da gênese de seu sentido. Carlos Eduardo Vieira em seu texto *Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual* (2008) desenvolve esta definição analisando a trajetória percorrida entre os termos intelligentsia e intelectual.

---

<sup>13</sup> “A Nação é Católica”: educação e cidadania nas primeiras décadas republicanas (1890 a 1930), por Carlos Wellington Martins de Melo, apresentado ao programa de pós-graduação em mestrado de História na Universidade Estadual Paulista – Campus de Franco, no ano de 2006.

<sup>14</sup> <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>

Na Polônia, a palavra *inteligencja* foi popularizada com a obra *O miłości ojczyzny - On Love of the Fatherland*, do filósofo Karol Libelt, em 1844, servia para referir-se aos integrantes mais educados e distintos da sociedade. Na Rússia, o termo *intelligentsia* destacou-se devido à obra de Ivan Turgenev, um personagem culto, político e defensor das mudanças sociais. Não distante disso, Dostoiévski faz o mesmo em *Memórias do Subterrâneo* ao frisar tal conceito como parâmetro moral e político mais elevado (VIEIRA, 2008).

Norberto Bobbio (1997, p. 120), após fazer o mesmo movimento de Vieira (2008) e apresentar a gênese do termo/conceito em vários países e locais, expõe tal palavra afirmando que intelectual

[...] derivou para o significado (ainda hoje não eliminado de todo) de antagonista do poder, ou pelo menos de conjunto de pessoas que se põem, na medida em que adquirem consciência de si mesmas como camada com funções e prerrogativas próprias, em uma posição de separação crítica de toda forma de domínio exercido exclusivamente com meios coercitivos, e que tendem a propor o domínio das ideias – por uma ação de iluminação, de esclarecimento (de Aufklärung, no sentido originário da palavra) – em substituição ao domínio dos instrumentos tradicionais do poder do homem sobre o homem; e portanto, em última instância, a transformar a sociedade existente, considerada distante demais da sociedade tal qual deveria existir.

A definição exposta por Bobbio (1997), que se apresentada de forma mais generalizada, também pode ser denominada como “homem de cultura”, embora em alguns momentos tenha passado a ser utilizada até mesmo de forma pejorativa (BOBBIO, 1997; LOPES, 2003; VIEIRA 2008). Após esclarecimentos sobre a gênese do termo e partindo para a noção de conceito, caminhamos ao encontro à observação de Campos (2015, p. 100)<sup>15</sup>, após relatar de forma minuciosa e esclarecedora o caso Dreyffus, ao afirmar que “[...] o episódio do capitão Dreyfus é utilizado por estudiosos para estabelecer o nascimento dos intelectuais”. Com base nesta mesma linha de raciocínio, Vieira (2008) apresenta o nascimento do conceito/significado com base no Caso.

Embora o termo circulasse amplamente no cenário cultural francês da segunda metade do século dezenove, o marco simbólico da sua emergência foi o já célebre *Manifesto dos Intelectuais*, publicado no

<sup>15</sup> Para mais detalhes e informações sobre o “Caso Dreyffus” indicamos leitura: CAMPOS. Nívio de. **História Intelectual e História Cultural**: um recorte em Roger Chartier. Revista eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]. – Vol. 16, n. 1 (dez 2015). Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009- Semestral.

jornal diário Aurora em 1898, e que afirmou a posição de um grupo de intelectuais sobre o *affaire* Dreyfus. O *affaire* tornou-se uma referência para a história política francesa no cenário da terceira república e produziu uma profunda comoção e divisão do campo intelectual e político francês (VIEIRA, 2008, p. 3, grifos do autor).

No entanto, há divergências ao pensar na gênese do conceito de “intelectual”. Lopes (2003) discute a respeito do surgimento dessa figura e em que momento da história ele tornou-se importante – se de fato na França, no século XIX, ou em outra circunstância. Questiona-se a possibilidade desse “batismo” ter nascido em torno do Caso Dreyfus. O autor articula discussões que realizam bases afirmativas de que, no século XVIII, as questões a respeito da história intelectual já poderiam ser debatidas, afinal “[...] Voltaire foi um intelectual digno desse nome já em sua acepção presente” (LOPES, 2003, p. 39).

Não se têm registros de que no século XVIII existia o termo “intelectual”. Nesse período não se encontrava, facilmente, um grupo de eruditos engajados em entraves contra perseguições. Porém, não se pode negar que os valores já eram nítidos e expressos por muitos sujeitos, fosse por atos ou por escritos. A partir de tais relevâncias ainda é possível questionar: o que é a história intelectual, de fato? Lopes (2003, p. 42), uma vez mais, exemplificando a demarcação deste tipo de conceito com referência a Voltaire reitera:

[...] salvaguardando as especificidades impostas pelos diferentes tempos históricos, é possível que Voltaire tenha realizado obra comparável àquela de Emile Zola, e talvez até bem mais do que Zola, haja vista estar no século XVIII, em plena idade do arbítrio dos reis, da intolerância clerical e das mais variadas formas institucionalizadas de violência.

Defende, assim, que o termo intelectual se aplica de forma incondicional ao “príncipe das luzes”, não faltando nada a preencher-lo. Mas – por outro lado - contrapondo esta definição, e contribuindo para a discussão aqui apresentada, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1996, p. 155) assevera que

É provável que Zola não tivesse escapado ao descrédito a que o expunham os seus êxitos de venda e à suspeita de vulgaridade que implicavam se não tivesse conseguido transformar, pelo menos parcialmente, os princípios de percepção e de apreciação em vigor, nomeadamente constituindo em escolha deliberada e legítima a afirmação da independência e dignidade específicas do homem de letras, com a missão de pôr a sua autoridade específica ao serviço de causas políticas.

Por isso, destaca-se o Caso Dreyffus como marca fundamental para definir o “nascimento do intelectual”. Bobbio (1997) ressalta que o termo é relativamente recente, embora o tema e o conceito sejam antigos. O fato de o conceito ter sido consolidado há mais de um século não assegura que a configuração presente já fosse utilizada anteriormente. Vieira (2008, p.71) corrobora com esta afirmativa ao relatar que “[...] a presença desses vocábulos no século XIX consolida tendências de longa duração, uma vez que as experiências políticas de Cícero, Maquiavel ou de Voltaire prenunciavam esse encontro entre sábios e esfera pública”; e, problematiza ainda o Caso Dreyffus ao discutir a presença dos intelectuais na historiografia.

As posições ocupadas pelos intelectuais na cena cultural, na disputa pela afirmação e regularização de sentidos, e a crença amplamente compartilhada na virtuosidade da boa educação propiciaram a formação e a disseminação de representações generosas sobre os ilustrados no transcorrer do século passado, incidindo diretamente sobre o poder político desses agentes (VIEIRA, 2008, p. 74).

Campos (2015) aponta que essas representações precisam ser problematizadas. Suas produções, textos, discursos e imagens necessitam ser analisadas. Com esta indicação passamos a pensar na História Intelectual que, há mais de duas décadas, foi apresentada como objeto de investigação; embora em campo de estudo não especificamente definido. Suas denominações são abrangidas por várias áreas, como: história das ideias, história cultural e a história dos intelectuais.

Ao realizar esforços a fim de definir a história intelectual com base no trabalho realizado pelo pesquisador destacamos uma definição, de caráter amplo, elaborada por Carl Schorske (1990, p. 17):

O historiador procura localizar e interpretar temporalmente o artefato num campo em que se intersectam duas linhas. Uma linha é vertical, ou diacrônica, pela qual ele estabelece a relação de um texto ou de um sistema de pensamento com as manifestações anteriores no mesmo ramo de atividade cultural (pintura, política, etc.). A outra é horizontal, ou sincrônica; através dela, determina a relação do conteúdo do objeto intelectual como o que vai surgindo ao mesmo tempo noutros ramos ou aspectos de uma cultura.

Schorske (1990) descomplexifica sua definição quando esclarece que essa direção vertical é o fio à medida que a horizontal é o tecido. Para um bom resultado desta investida concebendo um produto de alto estilo é necessário que o historiador



aprenda, antes, sobre fiação; e, também, considere as modalidades primitivas de seu entendimento; só assim terá um artigo de qualidade.

Silva (2003) analisa o direcionamento de Schorske (1990) apontando que a dimensão vertical é diacrônica (história) e a horizontal é sincrônica (aspectos divergentes de um mesmo conjunto, mas no mesmo momento de evolução). Para que uma análise, ou um levantamento histórico, seja feito é imprescindível que se proponha a integração no campo de investigações. Partindo dessa premissa, ao pensar em qual é o objeto da história intelectual, Silva (2003, p. 16) alega que ao hesitar entre a “velha história das ideias” e a “nova história cultural”:

[...] a História Intelectual oscila, por um lado, entre uma Sociologia, uma História e até mesmo uma biografia dos intelectuais, e por outro, entre uma análise das obras e das ideias como, por exemplo, uma possível versão da história da filosofia.

A autora elucida três formatos de discussões: a sociológica – onde são consideradas as redes de sociabilidade, por exemplo, por meio do “campo” intelectual; a histórica – com os rituais de petições, manifestos, manifestações; e, por fim, uma análise do discurso intelectual. O contexto francês é uma referência para esse tipo de pesquisa e valoriza duas versões de história intelectual: a obra desincorporada do texto (discursiva) e as configurações, os campos, as práticas (contextual) (SILVA, 2003).

Ao considerar os diferentes enfoques da história intelectual, Silva (2003) classifica, ainda, dois polos de análise: o conjunto de funcionamento de uma sociedade intelectual (por exemplo: o “campo”, na versão de Pierre Bourdieu); e, as características de um momento histórico e conjuntural que impõe formas de percepção e de apreciação (formas de pensar e agir e uma determinada comunidade).

[...] a História Intelectual, tal como nós a percebemos, teria por principal pressuposto restituir, do ponto de vista sociológico, filosófico e histórico, o contexto de produção de uma obra. No entanto, ela difere da tradicional história das ideias (na acepção francesa), que se restringe quase sempre a uma crônica das ideias e a uma justaposição cronológica de resumo de textos políticos e/ou filosóficos (SILVA, 2003, p. 16-17).

A história dos intelectuais tende a favorecer a conjuntura de abordagem sociopolítica, enquanto os estudos relacionados à sociologia dos intelectuais tem

sido uma preocupação do campo sociológico. Para François Dosse (2004, p. 294),

A dupla dificuldade da história intelectual é pensar a restituição de um pensamento por si próprio, em sua lógica singular, em seu momento de enunciação, em seu contexto histórico preciso de aparição, sem deixar de lado a mensagem que ele carrega tempo afora até nossa atualidade, o modo como nos fala de nossa contemporaneidade.

O sociólogo francês sustenta que a história intelectual só se torna fecunda ao unir dois polos: o interno e o externo. O autor defende que uma história que pare em frente às obras produzidas pelo intelectual e não se aprofunde é tão desconexa quanto aquela que só olha o contexto, as manifestações externas de uma vida. Ou seja, ambos os reducionismos empobrecem.

Dosse (2004) trabalha com a hipótese de que há um atrito entre a história das ideias e a história cultural e entre estas duas nasce a história intelectual que, por sua vez, consiste na explicação interna e externa dos fatos. Instala-se numa perspectiva não reducionista, num rumo para além daquilo que foi dito, ou escrito, analise-se também de onde o sujeito fala a partir de que conjuntura temporal o fato se desdobra.

Lacerda e Kirschner (2003) narram sobre a importância do contexto nas pesquisas relacionadas à natureza intelectual no que tange a uma história de “ideias”, principalmente quando nos referimos ao vocabulário, ao comportamento poético, religioso, filosófico e até mesmo coloquial. Seguindo a lógica apresentada pelas autoras nenhum historiador deve deixar de considerar o tempo e a linguagem, pois são as marcas mais evidentes e expressivas de um período. O contexto é uma construção constante e na história cultural aborda processos simbólicos e representações coletivas em espaços populares e necessariamente demarcados.

Falcon (2006) apresenta em seu texto *História cultural e História da Educação* um balanço historiográfico da história cultural e como ela é veiculada e/ou classificada pelos historiadores – por ofício – da educação. Ao definir os objetos e métodos da história cultural retoma reflexões realizadas nas atas do Colóquio Franco-Húngaro de Tihany sobre “Objetos e métodos da história da cultura”, realizado em 1977, tendo Le Goff como um de seus principais direcionadores. Entre outras classificações define os intelectuais como uma indicação temática onde o objetivo seria analisar “[...] seu papel/função como difusores da cultura e a sua realização/concretização” (FALCON, 2006, p. 9). Ou seja, o papel do intelectual é fruto da vivência conjuntural e, conseqüentemente, afetará aqueles que compõem o

campo em que transitam.

Ao notar os intelectuais como difusores da cultura e agentes conformadores dos campos aos quais pertencem, recorreremos ao sociólogo Pierre Bourdieu para auxiliar em tal compreensão. Com a trajetória do intelectual Leonel Franca, podemos ampliar as possibilidades à compreensão da educação segundo os princípios da Companhia de Jesus. Estabelecemos análises pensando a concepção educacional que permeou a produção intelectual do padre referente à educação e ao modelo organizativo com base na teoria bourdieusiana.

Por meio do espaço cultural analisamos as relações estabelecidas entre os agentes sociais, e período em que atua o religioso católico em questão. Ao descortinar o posicionamento de Leonel Franca no campo social, certificamos que uma trajetória intelectual tem o intuito de “[...] descrever a série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (Bourdieu, 2016, p. 81). Além disso,

[...] os acontecimentos biográficos definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado (BOURDIEU, 2016, p. 82).

Não é possível compreender uma biografia – ou ainda trajetória intelectual - sem antes entender o campo ao qual determinado agente pertence. Partindo disso podemos notar que

Os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas) (BOURDIEU, 2003, p. 119-120).

Segundo o sociólogo, ao voltarmos nossa atenção a um campo descobrimos especificidades sobre ele, por isso ele afirma que “[...] em cada campo se encontrará uma luta, [...] entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência” (BOURDIEU, 2003, p. 119-120). A noção de *campo* é elaborada para superar ou evitar uma relação imediata e direta entre a posição social de um agente e sua ação prática, ou seja, evitar a relação entre a origem, a trajetória social e o conteúdo de

sua ação ou conduta como algo dado, determinado, natural e imutável. Esta afirmação se funda na concepção de que o capital (econômico, cultural, simbólico e social) é utilizado e produz ganhos diferentes de acordo com o espaço no qual é mobilizado.

Ao pensar nas relações que os sujeitos realizam dentro do campo, a forma como transitam em seu interior e como ele se estrutura, é possível destacar por qual capital, específico, lutam. Para isso, sobre formas de capital, Pierre Bourdieu (2003) aponta conceitos: capital econômico, que diz respeito aos fatores econômicos; capital cultural, que se refere às qualificações intelectuais do sujeito; capital social, que se refere ao trato das relações e movimentos no âmbito social; e, o capital simbólico, que por sua vez está ligado ao prestígio da posse, ao reconhecimento do sujeito no ambiente onde ele está inserido.

O capital, principalmente quando acumulado, dentro do campo, é determinado por certo *habitus* e pode ser definido como

[...] sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2009, p. 87).

Sendo assim, entendemos por *habitus* um produto das relações sociais, algo que fica intrínseco ao sujeito à medida que é incorporado a partir das relações que ele tem com o campo e seus integrantes, sejam eles de relações familiares, escolares, trabalhistas e afins. Por meio do *habitus* incorporado, por Leonel Franca, no seio familiar e no convívio social católico foi que observamos a forma como se apropriou – intensamente – do capital cultural e transitou em seus campos de atuação. Na análise de Dosse (2007), Pierre Bourdieu reintroduziu o conceito de *habitus*

[...] a fim de deslocar a atenção das regras para as práticas dos sujeitos, e enfatizar que a ação não é a execução automática de uma regra, que há condições de possibilidades das práticas, embora isso não queira dizer que o sujeito tenha livre-escolha de suas estratégias (DOSSE, 2007, p. 183).

As ações práticas de um mesmo agente são objetivamente harmonizadas entre si sem que isto represente uma busca intencional por coerência, e são similares às práticas de outros agentes da mesma classe. Isso confere ao *habitus* o papel de unificar e homogeneizar as práticas e os julgamentos de agentes da mesma classe social, embora isso não signifique dizer que há determinismo absoluto, mas há a previsibilidade a partir da posição social do agente que implica,

[...] a relação que se estabelece entre os agentes singulares, e, portanto, seu *habitus*, e as forças do campo, relação que se objetiva em uma trajetória e em uma obra. Diferentemente das biografias comuns, a trajetória descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo literário, tendo ficado claro que é apenas na estrutura de um campo, isto é, repetindo, relacionalmente, que se define o sentido dessas posições sucessivas, publicação em tal ou qual revista, ou por tal ou qual editor, participação em tal ou qual grupo etc. (BOURDIEU, 1996, p. 72).

Assim, analisamos o campo intelectual social de atuação do padre Leonel Franca. A proposta para entender os múltiplos condicionantes entre os sujeitos de ação e as posições de poder devem ser vistas a partir do campo ao qual tais premissas são elaboradas (BOURDIEU, 2003). Leonel Franca foi fundamental no desenvolvimento da intelectualidade católica, empreendeu esforços e transitou no campo político de forma assídua e interessada a fim de obter a construção de um Centro de Ensino Superior direcionado e chefiado pela própria Companhia de Jesus.

Isso faz do religioso um atuante do campo de disputa para a formação de um capital cultural - expressão cunhada, por Bourdieu, para pensar a organização social de determinado local. Vieira (2008, p.16) enfatiza que Pierre Bourdieu, estudioso dos temas relacionados à dominação, controle, formação e internalização de formas de pensar e agir, associa os intelectuais a dois comportamentos:

[...] a autolegitimação dos cultos, em sentido *stricto*, pela afirmação de critérios de classificação e de distinção capazes de justificar a hierarquização das posições ocupadas e a distribuição do poder no campo intelectual; e, em sentido *lato*, a reprodução das relações de dominação em função da convergência de interesses entre os detentores de capital cultural, político e econômico.

Segundo Bourdieu (2003), a reprodução<sup>16</sup> social está apoiada entre a

---

<sup>16</sup> Indicamos leitura: BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. BAIRÃO, Reynaldo (Trad). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

dominação econômica, política e cultural; entre estruturas mentais/simbólicas e estruturas sociais. Para o autor, o poder simbólico é capaz de transformar o capital econômico em capital cultural. Vieira (2008) assegura que o sociólogo francês realiza uma leitura das relações de poder que supera a tese da determinação estrutural e a tese culturalista da imposição ideológica.

Os parâmetros metodológicos<sup>17</sup> demonstram que as relações entre estrutura econômica e bens simbólicos estão interligadas à medida que agem, de forma impositiva, em espaços considerados “imunes”, como campo da ciência, da arte e da educação. Neste sentido,

A crítica às posições do homo academicus escapa à ideia de conspiração das elites contra o povo, à proporção que sustenta a opacidade e a eufemização dos mecanismos de controle e de dominação presentes nas tradições acadêmicas, literárias e científicas. O processo de formação dos detentores de capital cultural no âmbito da lógica do campo intelectual internaliza esquemas de percepção que naturalizam as hierarquias e as relações de poder, transfigurando-as e, por consequência, justificando-as em nome da tradição, da razão e do mérito (VIEIRA, 2008, p. 17).

Ressaltamos que os intelectuais, na teoria bourdieusiana, são produtores do capital simbólico à medida que expressam, por meio de suas ações político-institucionais e posicionamentos no quadro social, interesses particulares e específicos lutando pelo monopólio da produção do capital simbólico. Para Vieira (2008), Bourdieu oferece à história intelectual duas premissas: a de que a história das ideias não se separa das ciências e de que a arte da história social, bem como seus *habitus* e campos, só podem ser interpretadas à luz da construção de seu processo histórico formativo.

A partir de tais considerações enfatizamos o padre Leonel Franca e sua trajetória intelectual, bem como sua atuação em diferentes âmbitos: políticos, religiosos, educacionais; locais onde travou embates a fim de organizar um ensino que tivesse como base a fé cristã católica. No aspecto bourdieusiano, a trajetória deve ser compreendida no interior de um campo, onde por meio dos desenvolvimentos simbólico, cultural, econômico e político os sujeitos se movimentam.

---

<sup>17</sup> Para Bourdieu o método é “...antes de tudo um ‘ofício’, um *modus operandi*, que está presente em cada uma das peças do seu trabalho” (Bourdieu, 2004. p. 184-185).

Consonante ao raciocínio bourdieusiano utilizamos, nesta tese, a noção de rede de sociabilidade para compreender os estratos sociais aos quais favoreceram que Leonel Franca transitasse nos campos docente, político, religioso, acadêmico e acumulasse capital cultural e capital simbólico,

[...] quanto mais um intelectual é dotado de capital simbólico específico, mais ele é capaz de definir, ele próprio, as modalidades de seu engajamento, independentemente das concepções heterônomas do papel social dos intelectuais impostas pelo campo do poder ou pelos partidos políticos que tentam captar este capital simbólico em proveito próprio. É a figura do “intelectual crítico”, que tende a universalizar os valores específicos do campo intelectual (SAPIRO, 2012, p. 24).

Segundo o francês Jean-François Sirinelli, dois fenômenos circundam a história intelectual e ambos de acepções bem diferentes. O primeiro a ser considerado se remete ao status da história política de um passado próximo; enquanto, no segundo - especificamente – trata-se de um problema da história dos intelectuais na cidade, enquanto pertencentes aos locais e espaços sociais (SIRINELLI, 2003) – o caso de Leonel Franca.

A historiografia despertou um grande interesse pelas “massas”, local não adequado ao convívio dos intelectuais; pois eles eram em números reduzidos e pertenciam às elites “[...] por muito tempo confinadas, em reação contra a história ‘positivista’ [...]” (SIRINELLI, 2003, p. 235). Em 1934 – na *Maison des Syndicats de Bourges* - o Comitê de Ação Antifascista e de Vigilância, com em média 15 pessoas presentes, professores discutiam sobre o que é ser um intelectual e as questões giravam em torno de: “[...] ‘um professor primário é um ‘intelectual’? E um oficial? A partir de que posto? E um padre? E alguém que vive de renda?’ Enfim, foi dada a resposta: ‘É uma questão de qualidade humana’” (SIRINELLI, 2003, p. 241).

Sirinelli explana que quem trabalha com intelectuais pode, por vezes, sofrer da síndrome do mineiro; e, para isso, exemplifica utilizando Tocqueville: “[...] eu era como o minerador de ouro sobre cuja cabeça a mina tivesse desabado: estava esmagado sob o peso de minhas notas e não sabia mais como sair dali com meu tesouro” (SIRINELLI, 2003, p. 244-245). Para o autor, o trabalho com intelectuais leva, sem possibilidades contrárias, a um trabalho exaustivo e muitas vezes direcionando o pesquisador a lidar com textos, impressos, opiniões e muitos fatores que favoreçam um trabalho desgastante e muitas vezes penoso.

Para que a organização de uma pesquisa intelectual, sobretudo esta, se consolide é imprescindível que se analise a noção de rede sociabilidade. Os percursos políticos devem fornecer informações para a construção de um mapa que auxilie na compreensão de engajamento dos intelectuais. Sirinelli (2003, p. 246) aborda sobre a condição da limitação ao explorar trajetórias que em muitos casos são enfatizados grandes nomes da história, ou grandes intelectuais; enquanto, se descermos “[...] até o estrato intermediário dos intelectuais” encontraremos muitas possibilidades de estudo, ao visualizar pensadores que – não necessariamente – tiveram destaque; mas que contribuíram para a construção da história e tiveram grande parcela de influência cultural ou política.

Visualizamos Leonel Franca quando nos deparamos com o conceito desenvolvido por Sirinelli (2003) de “despertador”: um intelectual que possa ter servido para despertar, acordar ou modificar estruturas políticas, sociais ou culturais mesmo após sua existência. Na condição de um dos principais pesquisadores de redes de sociabilidade afirma que as abordagens sociológicas podem, de certa forma, encontrar muita dificuldade ao pensar o meio intelectual quando corre o risco de falsear a realidade. Indica Pierre Bourdieu, e seus seguidores, como um exemplo quando confirma que “[...] uma análise sociológica dos modos de produção social das opiniões e dos gostos [...] pode revelar-se proveitosa” (SIRINELLI, 2003, p. 247). É com base na movimentação do intelectual organizado em rede, de acordo com seus interesses e ligações com sujeitos que compõem o seu campo, que analisamos o papel do jesuíta na política e educação brasileira.

Nossa preocupação, nesta tese, não é biográfica. No entanto, não desconsideramos as origens de Franca para analisar a construção de sua atuação nos campos políticos e religiosos. Entendemos ser imprescindível esclarecer a respeito do estudo de uma trajetória intelectual – como explicitado com tantas referências acima – e de uma biografia intelectual. Silva (2003, p. 20) afirma que após ter sido vista como gênero insignificante da história, por 50 anos, pelos *Annales*, a partir dos anos 1980 é retornada a produção intelectual de biografias. Segundo a autora, com a crise do determinismo econômico e social “[...] a estrutura, o coletivo e o inconsciente cedem lugar à volta do indivíduo, da ação e dos fenômenos intencionais”. Com base nisso, Borges (2014, p. 213-214, grifos do autor) organiza quatro tipos de abordagens biográficas:



Prosopografia e a *biografia modal*: sobre um caso modal, ou seja, aquele caso que ilustra formas típicas de comportamento de certo tempo e espaço; *biografia e contexto*: aquela que procura tornar a pessoa —normalll reconstituindo o meio em torno do indivíduo; *biografia e os casos extremos*: é o personagem não representativo, singular para sua época, o exemplo mais claro e conhecido personagem *Menocchio* de *O queijo e os vermes*, do historiador italiano Carlos Guinzburg, um dos marcos iniciais da chamada —micro storia’ (micro—história italiana); *biografia e hermenêutica*: ligada à Antropologia, não há preocupação em escrever uma biografia tipo tradicional: esse tipo de trabalho entre antropólogos é alternância contínua de perguntas e respostas no seio de uma comunidade em torno da questão de uma vida particular — o que se torna significativo é o próprio ato interpretativo, o ato biográfico assumindo assim infinitos significados.

Também ao definir e classificar tipos de biografias, François Dosse, em *O Desafio Biográfico, escrever uma vida* (2015) também faz uma análise dos tipos de biografia e defende, em harmonia com Silva (2003), que Febvre<sup>18</sup> foi o pioneiro na defesa de um projeto biográfico levando em conta a importância em considerar — para além da vida do sujeito os acontecimentos a sua volta.

O existir e o pensar devem ser retomados juntos em seus respectivos recortes, numa abordagem que não dependa nem do internalismo nem do externalismo, mas enfatize, a fim de funcionar como ponte entre esses dois polos, aquilo que os psicanalistas chamam de atenção flutuante ao sujeito biografado (DOSSE, 2015, p. 369).

François Dosse (2015) nos assegura do envolvimento do biógrafo com o biografado, esta relação tênue é fundamental para o desenvolvimento do trabalho; principalmente numa biografia intelectual, onde é necessária até mesmo uma ponta de empatia para com aquele que está em questão para que a produção seja, de fato, isenta de opiniões e interpretações próprias. Os estruturalistas diriam que a escrita biográfica não existe, ela pode ser a simpatia expressa de alguém por outrem (DOSSE, 2015).

A “revalorização do indivíduo” é que faz emergir — uma vez mais — a biografia na historiografia francesa dos anos 1980-1990. Passam, a partir de então, a não tratar mais — apenas — de heróis ou figuras conhecidas pela história oficial, a história

---

<sup>18</sup> Lucien Febvre, conhecido como um dos principais e primeiros fundadores da revista *Annales* emergiu nesta temática colocando a biografia histórica em discussão. Ao elaborar e construir as biografias de Lutero e Rabelais, Febvre os colocou como personagens que estavam a frente de seu tempo, ou seja, intelectuais que ultrapassavam os limites de discussões de suas épocas ou sociedades. Ainda com tais considerações, o século XX é marcado por pouca atenção à história biográfica (DEL PRIORE, 2009).

intelectual passa a dar, também, vida aos desconhecidos.

Não se trata mais, seguindo as regras tradicionais da biografia, de narrar de maneira linear e cronológica a vida de um personagem intelectual, mas de buscar nessas trajetórias individuais, imbricadas à própria história intelectual, “os sentidos de uma vida” (SILVA, 2003, p. 21).

François Dosse pode ser utilizado, como exemplo, de estudioso deste novo modelo de biografia, pois realizou um trabalho biográfico com Ricoeur, sistematizou tal construção estudando *os lugares da memória*: cidades onde o biografado lecionou, as universidades onde ensinou, grupos intelectuais por onde transitou, apresenta pluralidade de percursos intelectuais e as múltiplas apropriações por eles suscitados. Já na construção biográfica de Certeau, Dosse procura destacar os caminhos que o conduziram a ultrapassar fronteiras, buscar o outro e a rejeitar todo reducionismo próprio a uma atribuição identitária (SILVA, 2003).

Então podemos entender que a nova<sup>19</sup> “paixão biográfica” não é mais oriunda de recortes sobre obras, ou sobre fatos da vida de um biografado, mas uma nova preocupação pelo estudo da singularidade com atenção aos fenômenos emergentes que a traçaram e deram sua complexidade, é impossível reduzi-los a estruturas engessadas e sem ligação com o social (DOSSE, 2015).

Nos anos 1970, e principalmente em meados da década de 1980, é que esta temática ganha vida e passa a ser discutido o fim da rejeição à biografia histórica, François Dosse anuncia uma “idade hermenêutica”.

O fenecimento das análises marxistas e deterministas, que engessaram por décadas a produção historiográfica, permitiu dar espaço aos atores e suas contingências novamente. Foi uma verdadeira mudança de paradigmas. A explicação histórica cessava de se interessar pelas estruturas, para centrar suas análises sobre os indivíduos, suas paixões, constrangimentos e representações que pesavam sobre suas condutas (DEL PRIORE, 2009, p. 9).

Nosso exercício de construção da trajetória intelectual do padre Leonel Franca

---

<sup>19</sup> Diz “nova paixão biográfica”, pois recorrendo à história, como marco biográfico, Del Priore (2009, p. 07) aborda que nos séculos XII e XIII os santos “saem dos monastérios”, são mostrados aos leigos por meio de suas biografias tornam-se heróis e mensageiros de valores positivos (DEL PRIORE, 2009). Mas, o que ilustra a “tendência” biográfica são os séculos seguintes, onde escrever sobre vidas tornou-se moda, memorialistas do Antigo Regime construíram a imagem do mundo e de si próprio. No século XVIII o herói do medievo é substituído pelos homens que tiveram uma história social, não necessariamente na posição de personagem principal, mas, como útil à sociedade.

como agente direto na participação de decisões políticas e educacionais num quadro social; só foi possível ao considerarmos sua rede de sociabilidade, pois acreditamos que “[...] o ser humano existe somente dentro de uma rede de relações” (BORGES, 2014, p. 222), num emaranhado de convivências que de forma, ou outra, move seus interesses.

Outro aspecto da composição desta tese diz respeito às fontes. Nossas fontes de pesquisa são de Arquivos eclesiásticos e Arquivos privados; consistem sucessivamente, em registros paroquiais, processos e correspondências; e, documentos particulares de indivíduos, famílias, grupos de interesses ou empresas. No que tange aos arquivos eclesiásticos

As ordens religiosas regulares também produziram, ao longo de cinco séculos, documentação bastante rica, mas novamente, de acesso nem sempre fácil. Os jesuítas, certamente os mais lembrados, têm seu acervo no exterior [...] (BACELLAR, 2014, p. 41).

Os arquivos jesuítas estão, em grande parte, na sede – em Roma (BACELLAR, 2006). Estamos de acordo com tal afirmação; porém, localizamos documentos pessoais e cartas dos superiores religiosos em fontes localizadas na Casa da Companhia de Jesus no Brasil – Rio de Janeiro. O arquivo é disposto de documentos pessoais ou administrativos de todos os padres, célebres e memoráveis, da história brasileira. Em meio a centenas deles localizamos os documentos, muitos ainda inéditos e até mesmo correspondência antes de sua ordenação.

Além disso, realizamos levantamentos dos arquivos privados, um acervo das correspondências e anotações do jesuíta. Encontramos diários, cartas pessoais com trocas de favores, anotações de viagens, correspondências administrativas, solicitação de doações, rascunhos de livros ainda não publicados entre tantas outras fontes pessoais que certamente contribuíram de forma fundamental ao nosso trabalho.

Sendo assim, nossa pesquisa documental, composta por obras divulgadas e arquivos inéditos traçou a teia desta investigação juntamente com o enlace contextual. Bacellar (2006, p. 63) lembra que

Documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu. Uma carta pastoral de um bispo, por exemplo, é a opinião do próprio autor, mas profundamente inserido em um panorama ideológico da Igreja daquele momento e

daquele local. A interação do bispo com sua comunidade, e com os outros membros do clero, dará um tom muito específico a essa carta, e deve ser considerada.

É com base nesta afirmação que interpretamos nossas fontes, além do que está presente e impresso em cada documento contém uma contextualização do momento posto em detrimento do que foi organizado na reflexão no momento do registro. Registramos, ainda, que documentos – de igual importância – podem não ter sido socializados. Não propriamente por parte da igreja ou da Província Jesuítica, mas pelo esfacelamento do tempo, pelas mudanças de arquivos, pelos muitos acessos e consultas feitos ao longo dos anos. Além disso, informações podem ter sido blindadas, pelo próprio padre, mas nossa compreensão e ofício de pesquisador avançaram em suas máximas possibilidades para analisar com cautela toda a documentação disponível para a realização desta tese.

Consideramos que a escrita da história é delineada da forma como o autor observa e aborda o passado. Bloch (2001) defende que não é dever do historiador julgar o que passou de acordo com os princípios do atual momento em que se encontra, mas, sim, interpretá-lo na conjuntura a qual se deu tal acontecimento histórico. Portanto, a função primordial do historiador é compreender.

Utilizamos artigos publicados na revista *A Ordem*, órgão oficial do Centro Dom Vital<sup>20</sup>; bem como documentos pessoais e correspondências mais significativas trocadas com grandes nomes daquele período. Os livros de Franca foram adquiridos via editoras, enquanto as correspondências e documentos nos foram abertos para consulta na Província dos Religiosos Jesuítas do Brasil.

Investigamos e analisamos as correspondências e as publicações do padre Leonel Franca a fim e compreender, por meio de sua rede de sociabilidade, os caminhos trilhados para a realização de suas ações na história da educação de nosso país. Assim como é necessário conhecer os métodos críticos da ciência moderna para interpretá-la historicamente, da mesma forma, é preciso conhecer os tipos de análise empregados pelos estudiosos modernos de humanidades para abordar a produção cultural não científica do século XX (SCHORSKE, 1988).

Com base nas discussões teóricas e metodológicas, organizamos esta tese em três capítulos. O primeiro capítulo tem o objetivo de verificar as origens familiares,

---

<sup>20</sup> Centro Dom Vital (CDV) é uma associação brasileira de católicos, sediada no Rio de Janeiro. Foi uma das mais influentes na cultura brasileira do século XX. Entre seus atuantes mais importantes estiveram Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção e Heráclito Sobral Pinto.

de Franca, sua formação enquanto seminarista da Ordem religiosa Companhia de Jesus e quais foram as relações familiares que o moveram a tornar-se um padre jesuíta. Além disso, explanamos a forma de incorporação do *habitus* que o levou a apropriação primeira de capital social e cultural, levando-o a ingressar nos campos religiosos, sociais e políticos, no século XX, com tamanha desenvoltura.

No segundo capítulo temos como proposta apresentar a teia de relações que Leonel Franca utilizou a fim de projetar e conquistar espaço nos campos político e educacional. Além disso, enfatizamos seu papel determinante enquanto servo de dom Leme, um dos principais representantes da Igreja Católica naquela conjuntura. Seu legado religioso e educacional foi possível pela repercussão de suas obras com o devido reconhecimento de grande parte da sociedade naquele momento.

No terceiro capítulo é explicitada a reverberação de suas produções nos meios sociais, levando Franca a atingir as posições mais altas dentro da igreja e do próprio Estado. O padre consagrou sua atuação com a forma como utilizava a educação, dentro dos escritos religiosos, para atingir a configuração desejada de uma sociedade cristã. Leonel Franca procura perpetuar seu legado por meio de atuação nos espaços políticos; participa diretamente das organizações constitucionais do Estado; consolida a construção de uma Universidade Católica; e, direciona discussões a respeito do ensino religioso que, embora com o anonimato daquele que dedicou sua vida a fim dessa efetivação, são debatidas ainda hoje.

## 1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEONEL FRANCA: UM AGENTE INTELECTUAL CATÓLICO

“Trata-se de formar homens, de moldar consciências, de preparar cidadão para a vida, de habilitá-los à realização perfeita da superioridade dos seus destinos. Ou a educação é isto ou não há educação” (FRANCA, 1931).



Fonte: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Ao nos voltarmos à trajetória intelectual de Leonel Franca, é necessário apurarmos para que cenário olhamos e qual formato social dá respaldo para o seu engajamento intelectual. O ápice de sua atuação deu-se, principalmente, no período varguista e seu crescimento religioso aconteceu num ambiente marcado por lutas e disputas pela reconstrução moral e política do catolicismo.

Neste capítulo enfatizamos a origem familiar de Leonel Franca bem como a trajetória intelectual com base em sua formação escolar. Consideramos as instituições pelas quais passou e como se deu seu processo de ordenação eclesiástica. Temos como respaldo analítico as correspondências trocadas com seus próximos para interpretar sua vida política e clerical. Tais levantamentos são necessários e fundamentais para compreendermos o papel de Franca enquanto agente religioso e um dos principais responsáveis pelo direcionamento católico na primeira metade do século XX.

### 1.1 Origem familiar e formação escolar

Na perspectiva bourdieusiana, a construção de uma trajetória intelectual é analisada “[...] como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espalho que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 2009, p. 190). A trajetória possui enfoque amplo, pois se preocupa em analisar como - por meio do *habitus* incorporado pelo campo de vivência - o agente social organizou-se para agir nos meios de seus interesses.

Consideramos que “[...] tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só [...]”, pode ser “[...] tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede [...]” (BOURDIEU, 2016, p. 81), ou seja, ponderar a matriz que norteou as relações e como ela se empreende nas mais variadas situações e campos.

Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus*; cada deslocamento para uma nova posição, enquanto implica a exclusão de um conjunto mais ou menos vasto de posições substituíveis e, com isso, um fechamento irreversível do leque dos possíveis inicialmente compatíveis, marca uma etapa do *envelhecimento social* que se poderia medir pelo número dessas alternativas decisivas, bifurcações da árvore com incontáveis galhos mortos que representa a história de uma vida (BOURDIEU, 1996, p. 292).

Dessa forma, torna-se fundamental avaliarmos as disposições de origem social para compreensão de uma trajetória intelectual – referimo-nos ao parentesco de Leonel Franca e seus primeiros anos de formação. Os múltiplos condicionantes que circundam um engajamento intelectual no espaço social são necessários para analisarmos e avaliarmos as ações individuais e coletivas, exercidas pelo agente no campo em questão. Reiteramos a importância em passarmos pela origem de Leonel Franca, pois, atreladas às ações no ambiente familiar, “[...] as mesmas disposições podem conduzir, assim, a tomadas de posição estéticas ou políticas muito diferentes segundo o estado do campo com relação ao qual têm de determinar-se” (BOURDIEU, 1996, p. 299).

Para articular a trajetória intelectual de Franca consideramos seu campo de desenvolvimento. Analisar suas disposições pessoais e institucionais foi fundamental para compreendermos sua atuação no quadro educacional do Brasil. Nosso esforço

foi o de ir além de sua produção bibliográfica, visualizamos a forma como ele se deslocava nos mais variados campos de atuação e, por meio de sua rede de sociabilidade, desenvolvia os ideais católicos - na primeira metade do século XX.

Para que esta compreensão fique mais apurada, não podemos deixar de analisar a formação do *habitus*, que caracteriza seu impulso inicial a participar de uma ordem religiosa.

O *habitus* é um conceito central da sociologia bourdieusiana. Ele garante a coerência entre a sua concepção da sociedade e a do agente social individual; fornece a articulação, a mediação entre o individual e o coletivo (BONNEWITZ, 2003, p. 75).

O *habitus* consiste num processo de socialização do indivíduo em encontro ao campo o qual ele compõe. Ele define a personalidade de um indivíduo, é o produtor de suas práticas e direciona seus atos. Bonnewitz (2003) indica que, durante nossa vida, somos capazes de acreditar que já nascemos ou herdamos determinadas características, no entanto elas são produtos do *habitus* incorporado no seio dos convívios estabelecidos ao longo de nossa existência.

Utilizamos como uma das bases para nosso texto, como afirmado nas notas introdutórias, a biografia do padre Leonel Franca que foi escrita pelo jesuíta padre Luiz Gonzaga da Silveira D'Elboux, um intelectual católico, erudito em línguas clássicas, conhecido e respeitado por ter pesquisado profundamente a vida de Franca - D'Elboux, faleceu em 2002, aos 86 anos. O texto toma, por meio dos escritos de D'Elboux, um formato hagiográfico e laudatório.

As obras escritas pelos padres Pedro Américo Maia S.J (1982) e Luiz Gonzaga da Silveira D'Elboux S.J, citadas na introdução deste trabalho, foram publicadas com cunho exclusivamente religioso. Na obra de D'Elboux (1953), que demonstra um texto maior e com um trabalho mais privilegiado de fontes, há uma apresentação do padre Jaime Cardeal Camara, arcebispo do Rio de Janeiro e Prefácio escrito por dom Aquino Corrêa, da Academia Brasileira; ambos exaltam a obra e lembram ser fundamental ressaltar a importância que Leonel Franca teve na configuração da educação e apostolado religioso no país por toda a época permeada por suas ações e divulgação de obras. Ao introduzir os escritos fica claro o objetivo da publicação: dar conhecimento aos povos sobre um padre que pouco falava de si, alguém humilde, que conseguiu associar ciência e virtude, esta última ligação é o enredo dessa biografia. A biografia – do ponto de vista político e religioso – foi escrita



com os objetivos de beatificar o padre Franca, exaltar sua figura religiosa e centralidade na história católica brasileira.

Supomos, dessa forma, que, para compreendermos o *habitus* que move Leonel Franca a tomar o posicionamento primeiro de dedicar a sua vida a Deus e, posterior a isso, à propagação da fé católica, é indispensável mapearmos sua origem familiar. Nascido em 6 ou 7 de janeiro de 1893, Leonel foi o terceiro filho do casal Maria José de Macedo Franca e Justino da Silveira Franca. Sua cidade natal foi São Gabriel, sudoeste do Rio Grande do Sul. Além disso, havia um parentesco próximo com autoridade do episcopado nacional.

Era sobrinho-neto do virtuoso e destemido companheiro de D. Vital, S. EX<sup>a</sup>. Revma. D. Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará. Este o lado de sua mãe, D.<sup>a</sup> Maria José de Macedo Franca. Seu pai o Dr. Justino da Silveira Franca, foi engenheiro civil, professor da Escola Politécnica e inspetor da Viação do Estado da Bahia (D'ELBOUX, 1953, p. 21).

Nesse período, final do século XIX, ter um parentesco com uma autoridade católica, como um arcebispo, era algo raro e com a possibilidade de garantia de algum privilégio. Afinal, no término do regime do padroado, havia apenas pouco mais de uma dezena de bispos no Brasil todo (2009). Dom Macedo Costa não era um bispo qualquer, mas engajado politicamente de forma notória, um dos braços direitos do popular e consagrado Dom Vital que o tornou um personagem fundamental na história do catolicismo por seu envolvimento na questão religiosa. Acreditamos que essas relações devem ser destacadas, pois,

No meio intelectual os processos de transmissão cultural são essenciais; um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentativa de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita (SIRINELLI, 2003, p. 255).

Consideramos o fato de que a influência desse parentesco e o demasiado contato de Franca com o campo religioso desde as origens familiares tenham sido definitivos para a sua opção de trajetória e liderança católica. Assim como seu tio – Dom Macedo –, ele teve contato direto com os problemas políticos estatais e a relação destes com a igreja.

Os investimentos significativos para a educação e a preocupação jesuíta de

conversão o tornaram influente, de forma suficiente para podermos levantar a questão, de forma segura, de que Franca foi um herdeiro religioso do bispo Macedo Costa. Para além de ser seu sobrinho, levou, consigo, a referência familiar de um bispo – influente e popular nos âmbitos católico e político – e a repercussão positiva de suas ações intelectuais e sociais enquanto militante e defensor do catolicismo nacional.

Justino da Silveira Franca, pai de Leonel, manteve sua família no sul do país pelo trabalho que desenvolvia naquele período - construía a estrada de ferro entre Cacequi e Bagé – Rio Grande do Sul. Os dois primeiros filhos do casal, anteriores a Leonel (Leonardo e Eudoro), faleceram logo após o nascimento. Por motivos trabalhistas e pela instabilidade emocional após essas perdas familiares, retornaram a residir em Salvador - Bahia. Na nova moradia Leonel foi batizado por seu tio cônego, Antonio de Macedo Costa, sendo madrinha Olivia dos Santos Pereira.

Durante toda a sua infância Leonel Franca conviveu com uma família de bases enraizadas no catolicismo; dessa forma, a moral, os bons costumes e o temor a Deus seriam fundamentais para a formação humana. Seu pai, enquanto homem de profissão oriunda de uma formação em engenharia, via a instrução como algo fundamental à edificação de seus filhos. Assim, por volta dos oito até os dez anos, Franca cursou o primário no Colégio Alemão e no Colégio Vieira, escolas nas quais já se ensinavam as línguas alemã, francesa e inglesa. No que se refere à dedicação aos estudos, reiteramos que, na formação humana,

Quanto mais tempo o agente tiver livre para aprender, para apropriar-se do capital cultural, mais ele o dominará. No entanto, isso depende da quantidade de tempo que será liberado de sua família para que ele possua-o. [...] o tempo durante o qual determinado indivíduo pode prolongar seu empreendimento de aquisição depende do tempo livre que sua família pode lhe assegurar, ou seja, do tempo liberado da necessidade econômica que é a condição da acumulação inicial (tempo que pode ser avaliado como tempo em que se deixa de ganhar) (BOURDIEU, 2012, p. 76).

Com tempo, exclusivamente, dedicado aos estudos, em 1905, Leonel Franca foi cursar o dito 2º ano ginasial no Ginásio da Bahia. Nesse mesmo ano, sua mãe - dona Maria José de Macedo Franca – faleceu e deixou nove filhos: Leonardo, Leonel, Leopoldo, Leovigildo, Luís, Leonor, Mário e Maria (gêmeos) e Alberto; o mais velho tinha 16 anos e o mais novo, um ano de idade. Então, por tomada de providência do bispo Macedo Costa, ocupando a posição de capelão das irmãs de Sion – em

Petrópolis, “[...] Leonel e depois o Leopoldo, o Leovigildo e o Luís vieram internar-se no Colégio Anchieta de Nova Friburgo, Estado do Rio” (D’ELBOUX, 1953, p. 26). A matrícula implicou no distanciamento de Leonel do seio familiar, já que residiam, naquela ocasião, no nordeste brasileiro.

A intervenção de Dom Macedo Costa para que os três irmãos fossem internados numa instituição tradicional, de ensino elitizado e fundada pelos jesuítas no século XIX foi de Ordem religiosa e por suas influências clericais. Afinal, aquele colégio fora responsável pela formação de intelectuais de repercussão nacional como Carlos Drummond de Andrade, Heráclito Sobral Pinto, entre tantos, uma das instituições de mais prestígio nos domínios brasileiros (MICELI, 2001).

Nelito, “[...] apelido carinhoso dado por seu avô materno” (D’ELBOUX, 1953, p. 27), se identificou com o formato da instituição religiosa e católica e logo se tornou noviço, ou aspirante. A Congregação Mariana de *Mater Pietatis* oportunizou que ele tivesse uma rápida ascensão no colégio e em 28 de outubro de 1906 recebeu a fita de congregado (D’ELBOUX, 1953).

Leonel era dotado de altas habilidades, destacado pela sua dedicação escolar e pontualidade na realização de tarefas. Em dezembro de 1906 recebeu oito medalhas da instituição: Comportamento e Aplicação, Português, Francês, Inglês, Latim, Álgebra/Geometria e Música. No próximo ano: Aplicação e Comportamento, Religião, Português, Grego, Latim, Alemão e História Geral. Tocava violino e foi classificado como emérito em instrumento de corda. Em 1907, foi eleito mestre dos noviços e, em 1908, 1º assistente e 2º secretário da Congregação Mariana de *Mater Pietatis* (D’ELBOUX, 1953).

Um bom desenvolvimento escolar auxilia na apropriação de capital cultural. O domínio de instrumentos e de diferentes disciplinas e conteúdos demonstrava que Franca transitava nos domínios culturais. Mas isso só acontecia pelo apoio familiar, dedicado a sua formação.

O capital cultural objetivado está diretamente ligado ao capital cultural incorporado e, conseqüentemente, necessita de uma participação familiar considerável, ou fundamental. Sabe-se, portanto, que a acumulação do capital cultural [...] começa desde a origem, sem atraso, sem perda de tempo, pelos membros das famílias dotadas de um forte capital cultural; nesse caso, o tempo de acumulação engloba a totalidade do tempo de socialização (BOURDIEU, 2012, p. 76).

Após o tempo de apropriação cultural, dedicação aos estudos escolares e

ocupação em demonstrar ser um bom aluno, Franca inicia o processo de objetivar seu futuro; para isso manifestou a sua vontade em compor espaços religiosos. D'elboux (1953) relata que em 1907 Leonel demonstrou interesse em fazer parte da Companhia de Jesus e foi respondido pelo jesuíta padre Justino Lombardi. Com indicação de obter autorização familiar, o biógrafo informa que, sem explicação ou motivos aparentes, Leonel não entrou na Companhia nesse período. Coincidentemente, nesse período, todos são surpreendidos com a pouca saúde deste, que – ao acompanharmos suas correspondências no decorrer da vida – constatamos que foi um problema que se arrastou ao longo de sua existência.

Aos 14 anos cursava o 5.<sup>o</sup> ano ginásial com todo o brilho e vivacidade que lhe eram característicos, quando, refere a Mons. Leovigildo, 'depois de uma partida de foot-ball, não interrompida apesar da chuvinha fria que sobreveio no segundo half-time..., um reumatismo generalizado afetou-lhe o coração'. Destarte, no meio de suas ânsias de sabedoria e santidade, caía 'mortalmente ferido no seu órgão vital... Nunca mais voltou a ser o que dantes era (D'ELBOUX, 1953, p. 30).

Notamos, por inúmeras correspondências, os apelos de Leonel Franca por orações, pela enfermidade que o acompanhou ao longo de sua vida. Sua primeira crise quase o impediu de adentrar à Companhia de Jesus. Após apelos, tratamentos e cuidados com a saúde, a família de Leonel autorizou sua entrada na Ordem. No entanto, houve muitas resistências administrativas em aceitá-lo por sua condição limitada. Ao ser inserido na ordem jesuítica, ele teve uma melhora e surpreendeu, acelerou sua recuperação nos conteúdos escolares a fim de concluí-los em tempo hábil a adentrar na Ordem inaciana.

Sua matrícula em um colégio religioso foi fundamental à decisão em pertencer a uma Ordem religiosa. A Igreja Católica não realiza suas ações sociais, sozinha, para que haja o despertar da vocação, geralmente a família tem um grande papel nessa decisão. O *habitus*, necessário para reprodução do corpo clerical, é incentivado pela família e mantido pelo agente. Na família Franca, por exemplo, de nove irmãos que receberam seus estudos em colégios católicos, dois seguiram caminhos sacerdotais: Leonel e Leovigildo.

O período de entrada no seminário é denominado de noviciado. Esse tempo é caracterizado por iniciar o indivíduo na rotina e atos da congregação da qual faz parte. Os votos de pobreza, castidade e obediência são inseridos na rotina do noviço e lhe são ressaltados os costumes e horários. Nas correspondências e anotações de

Franca é possível notar que essas questões eram fundamentais em sua vida. Os efeitos do *habitus* explicam o estilo de vida do agente social, consistem em “[...] um conjunto de gostos, crenças e práticas sistemáticas característicos de uma classe ou fração de classe dada” (BONNEWITZ, 2003, p. 82). Entendemos que as opiniões políticas e ideológicas, o posicionamento e a concepção social são construídos de acordo com o estilo de vida proposto no campo ao qual o sujeito pertence.

## 1.2 Trajetória vocacional: incorporação do *habitus* jesuítico<sup>21</sup>

No período de Leonel Franca, a Igreja Católica passa por cinco pontificados: Leão XIII (1878-1903), um humanista que analisava o mundo moderno com visão positivista; Pio X (1903-1914), empreende forças em prol da ortodoxia religiosa; Bento XV (1914-1922), embora não tenha sucesso ao evitar a Primeira Guerra Mundial esforça-se politicamente para abreviá-la; Pio XI (1922-1939), encerra a questão romana e condena o nazismo, o fascismo e o comunismo; e, Pio XII que – por fim – batalhou com o lema “OPUS JUSTITIAE PAX”: pela paz, pela justiça a vítimas de hostilidades.

Leonel Franca iniciou o período de aprofundamento na Companhia de Jesus em 12 de novembro de 1908, aos 15 anos. No dia 03 de dezembro já usava as vestes dos padres no seminário menor da ordem jesuítica. Seus estudos no ensino superior foram, logo em seguida, na Pontifícia Universidade Católica Gregoriana (PUG). Morou em Roma por longo período onde cursou o ensino superior e regressou ao Brasil para desenvolver o trabalho apostólico católico. Vale ressaltar que a ida a Roma dava-se, apenas, para uma camada privilegiada dos sacerdotes. Somente aqueles que representavam alguma promessa à Igreja ou, ainda, possuíam laços promissores com algum clérigo, alcançavam essa formação.

A formação do clero, aqueles que comporão a minoria das camadas religiosas - como postos de comando - são organizadas, preparadas e reconhecidas já durante o processo de formação religiosa. O desenvolvimento e a necessária disposição para o abandono a suas origens são desencadeados, ou revelados, desde a formação inicial até o momento de ordenação.

---

<sup>21</sup> Utilizamos a referência feita à *habitus* jesuítico ao relacioná-la diretamente a incorporação dos costumes, tradições, aprendizagens e exercícios da tradição consolidada, ao longo da história, pela Companhia de Jesus. Neste tópico faremos a discussão que demonstre as ações desta relação ao apresentar e demonstrar a trajetória vocacional de Leonel Franca.

Era habitual que, no século XX, a igreja fizesse a maior parte de seus investimentos na zona rural – essas áreas eram compostas, principalmente, por imigrantes e brasileiros de camada financeira menos favorecida. Serbin (2008) relata que nesse período ao menos metade das vocações estavam relacionadas a esse público, além de órfãos e meninos com algum tipo de promessa familiar – geralmente vinda das mães. Serbin (2008, p. 122), afirma que “[...] era comum a vocação ser incentivada pela mãe. Alguns párocos tentavam fazer das mães suas aliadas para encorajar um potencial seminarista. A Igreja via a mulher como a protetora da família”.

Os colégios religiosos, contidos nos seminários, acompanhavam a postura de uma instituição privada, pois educavam uma parcela mínima da sociedade que seria capaz de influenciar e guiar uma cultura social notória. Os horários rígidos para alimentação, orações, as raras visitas familiares e a necessidade indispensável de permissão de um diretor espiritual para realização de todo e qualquer ato testavam a vocação de todos. As regras<sup>22</sup> eram pontuais,

[...] a começar pela matrícula que não poderia ser feita fora do prazo, com exceção dos novatos. A disciplina era bastante rigorosa. Ao aluno não era permitida toda e qualquer conversa nas bancas de estudo, durante as aulas, no refeitório, no banheiro, até mesmo com os empregados. Quando a sirene tocava, todos deveriam calar. A nenhum aluno era permitido retirar-se do local sem a autorização do “prefeito” (monitor). As amizades eram proibidas, assim como a formação de grupos e as respectivas conversas. Durante o recreio, não eram admitidas brincadeiras e cabia ao prefeito verificar se os alunos tinham proximidade corporal, assim como evitar a entrada de outras pessoas nas celas individuais, dentre outras (BARRETO, 2006, p. 05).

Miceli (2009, p. 123) aponta que “[...] há inúmeros depoimentos a respeito da severidade disciplinar dos jesuítas e lazaristas motivo amiúde invocado para justificar grandes conflitos entre eles e os seminaristas brasileiro”. Daí surge a necessidade de grandes campanhas para as “vocações”, que – no caso da Igreja Católica – são frequentes e constantes ainda atualmente. Isso pelo tempo prolongado de permanência nesses espaços, sofrendo as punições e a dedicação integral necessária e solicitada desde os primórdios da Santa Sé. Ao sair do seminário

---

<sup>22</sup> Para mais informações sobre a organização dos seminários entre séculos XIX e XX, indicamos: BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **A Formação de Padre no Nordeste do Brasil (1894-1933)**. 245f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

menor,

[...] onde permaneciam por volta de três ou quatro anos, aquele que, como se costuma dizer, davam mostras de “perseverança” na carreira eclesiástica iniciavam os três ou quatro anos de estudos superiores de filosofia e teologia no seminário maior. Ao longo dessa etapa terminal iam cumprindo os diversos requisitos de noviciado, recebendo, pela ordem, a primeira tonsura, o subdiaconato, o diaconato e, ao cabo, o presbiterato (MICELI, 2009, p. 125).

Ao concluir tais etapas, os seminaristas passam por processo de investigação, ou o de *genere etc moribus*, no qual são consultadas pessoas próximas como, por exemplo, o padre de batismo. Caso passem por todas essas etapas, serão ordenados e terão a sua primeira missa, com muita probabilidade, em sua cidade de origem. No caso de Leonel Franca, por estar com seus estudos em Roma, seu irmão Leovigildo teve permissão para a viagem de acompanhamento.

O caminho de ascensão desses jovens seria inicialmente muito parecido e se diferenciava ao longo da vida, de acordo com a sua trajetória intelectual e evolução nas instâncias religiosas. No decorrer da “[...] primeira República, a Igreja foi praticamente a única instituição que forneceu vários anos de ensino a indivíduos que não conseguiram ingressar nas faculdades superiores, ou seja, as de direito, medicina, farmácia e engenharia” (SERBIN, 2008, p. 113); assim, os meninos tinham a possibilidade – por meio do seminário – de ter uma educação de qualidade, rapazes pobres encontravam no seminário um apoio para uma carreira profissional.

Aqueles seminaristas que receberam investimentos mais altos, por parte da igreja, poderiam tornar-se professores, diretores espirituais, mestres dos noviços e, após muita experiência e influência, chegar até mesmo a algum cargo de grande comando, como – por exemplo – reitor. A formação dos seminaristas não necessariamente os preparava para a possibilidade de ocuparem cargos; mas logo se investia quando encontrava possibilidades em algum dos rapazes. Caso decidissem, mais tarde, abandonar os seminários, após o Vaticano II, era permitido que esses homens fossem admitidos como professores ou profissionais da área de formação (SERBIN, 2008).

Outra possibilidade, àqueles que permaneciam na Igreja, seria a de serem dirigentes de grupos e seria comprovada pelo teor de contatos e rede de sociabilidade realizada na sociedade à qual pertenciam. Produções intelectuais, organização de grupos, militância teórica e prática, eram questões que davam

visibilidade para que o sujeito se destacasse. A Igreja Católica, além das famílias de elite, era uma das únicas a poder oferecer tamanha formação e prestígio social em tempos tão difíceis.

Na Primeira República, a Igreja era talvez a única instituição em condições de propiciar uma escolaridade prolongada àqueles jovens excluídos das faculdades superiores (direito, medicina, engenharia, farmácia), que davam acesso às carreiras dominantes. Além de garantir treinamento ao desempenho de funções políticas na organização e prover a competência requerida em disciplinas e áreas de conhecimento (línguas estrangeiras, história, filosofia, português, matemática etc.), cuja “aplicabilidade” se estendia a domínios leigos do saber, os colégios religiosos de maior prestígio no país (Anchieta, São Leopoldo, Caraça, etc.) formaram gerações sucessivas de herdeiros dos grupos dirigentes (MICELE, 2009, p. 128).

Frequentar espaços sociais, comuns ao da classe dirigente, ou da elite oligárquica poderia servir de instrumento para seduzir aqueles de classes desfavorecidas. Após sua inserção nos seminários, os meninos tinham a possibilidade de frequentar espaços comuns aos proprietários rurais, sujeitos de notória influência social e até financeira. Esses locais poderiam ser “[...] festas, procissões, solenes pontificiais, casamentos etc.” (MICELE, 2009, p. 128). Além dos seminaristas, o único posicionamento garantido para convivência nessa teia social, exceto a elite, seria a posição efetiva no clero como padre.

Permanecer na Igreja, e em seus respectivos ambientes, dava, a parte dos seminaristas, o prazer de conviver em espaços regados de privilégios, boa comida, boas roupas, boas bebidas e até mesmo viagens para Roma para estudar ou se aperfeiçoar, como foi o caso de Leonel Franca. É necessário levar em consideração que, para além da capacidade intelectual desses jovens, eram julgadas a intercessão de familiares já bem situados em algum grau na hierarquia católica ou a existência de famílias dispostas a financiar tais estudos.

Não seremos reducionistas em pontuar que os interesses, acima, descritos por Miceli (2009) seriam em sua totalidade de status sociais como o único objetivo de trajetória na vida clerical. No entanto, ressaltamos o apontamento deste mesmo autor ao analisar que tais questões deveriam ser levadas em conta, apenas assim a rede de sociabilidade e a manutenção da classe dirigente fariam sentido.

Os jovens formados nessas condições regressavam ao país convictos de sua excelência, cientes da raridade de sua competência no mercado local de trabalho religioso, muitos deles doutores da



Igreja em condições de fazer valer suas pretensões aos postos mais cobiçados e mais condignos às suas expectativas e aos investimentos custosos de que se haviam beneficiado (MICELI, 2009, p. 134).

Essa situação foi, claramente, vivenciada por Franca. Já no seminário, após trâmites de aceitação e processo de matrícula, o padre jesuíta Carlo Bonanni o aceitou, enquanto “pai espiritual” (D’ELBOUX, 1953). Na Companhia de Jesus, assim como em muitas outras, por regra, as relações entre superiores e súditos/leigos deveriam ser seguidas de forma distanciada, até mesmo fria, porém algumas correspondências entre Bonanni e Franca demonstraram um tratamento fraterno de ambos. O diretor espiritual escreveu:

O Irmão diz que tem sempre boa vontade. Creio que há mais disso, e que, graças a Deus, à boa vontade correspondem as obras. Anda muito acertado em ter coragem e muita confiança no SSmo. Coração de Jesus; este Coração Divino lhe tem feito muitas graças e muitos favores, seja, pois, amantíssimo do Coração de Jesus e o imite muito naquelas duas virtudes prediletas de seu Coração humildade e doçura. Além disto fuja à mediocridade, que é a condição das almas túbias; fervor e muito fervor nos exercícios espirituais, na caridade fraterna e nos estudos (D’ELBOUX, 1953, p. 39).

No interior do seminário todos têm uma função e com Leonel Franca não foi diferente. Ele passou a maior parte de seu tempo no noviciado como *sacristão* e como *anjo da guarda* (auxiliar/ajudante), nos últimos quatro meses, antes do prazo final, foi nomeado vice-bedel (porteiro) (D’ELBOUX, 1953). Seguindo as recomendações daquele local – em específico daquele em que Franca se encontrava –, tornava-se necessário, rigidamente,

Levantar as 5,30; uma hora de meditação, seguida do quarto de reflexão e logo a Santa Missa. Das 8,30 às 9, lição de memória. As 9 horas, leitura ordinária de Ascética: Tratado de Perfeição e Virtudes Cristãs, pelo Pe. Afonso Rodrigues S. J.; Imitação de Cristo e Regras da Companhia de Jesus. Às 10, instrução do Pe. Mestre. Em seguida, meia hora de trabalhos manuais e humildes, varrer, etc. Ao meio-dia, jantar precedido do Exame de Consciência e seguido do costumado recreio e sesta. Pelas 2,30 da tarde, leitura da vida dos Santos (30 minutos), algum exercício escolar de cerca de uma hora e outra vez trabalhos manuais. As 4,15, pontos e mais meia hora de oração mental. Às 5, merenda e passeio (às vezes em silêncio). De volta, terço, visita ao Santíssimo para ganhar as indulgências das Estações; nalguns dias, quartinho de caridade (manifestação pública dos defeitos); Ladainhas de Todos os Santos, e às 20 horas, ceia, breve recreio, preparação da Meditação do dia seguinte, exame de consciência, e às 21,45 repouso (D’ELBOUX, 1953, p. 40).

Esses rituais cronometrados acompanharam o jesuíta por toda a sua existência, pois era (re)conhecido pela sua pontualidade e rigor em seus compromissos. A aceitação da inserção de Franca no seminário, pela família, não foi completamente homogênea. As saudades e os problemas domésticos recaíam, com frequência, sobre o objetivo de servir à Companhia de Jesus, mas, ainda assim, em 13 de novembro de 1910, Franca pronunciou seus primeiros votos públicos. Na Ordem inaciana este é o caminho: fazem-se os votos de pobreza, castidade e obediência, fica-se dois anos no noviciado e, após isso, dá-se a entrada definitiva na Companhia de Jesus.

Foi nesse período que Leonel Franca tornou-se ativo na militância católica e produziu, durante o período de estudo, seu primeiro livro. Ele começou – a partir disso – a ter mais reconhecimento entre seus pares principalmente pela divulgação de sua obra. De acordo com a repercussão das opiniões públicas e divulgações do pensamento católico, podemos notar que ele incorporou o *habitus* jesuítico, que está relacionado a disputas<sup>23</sup> e necessidade de reforçar suas intenções por meio de influência e domínio situacional. Foram inúmeros os debates a serem travados nos campos políticos, principalmente no que tangia ao ensino religioso, e sua trajetória – sem dúvida – foi originada no período em que iniciou a divulgação de suas reflexões.

A fase que antecede a ordenação é a escolástica - abrange os cursos de Letras, Filosofia e Teologia. Nessa etapa os seminaristas cursam o ensino superior e preparam, sobretudo, a intelectualidade católica a fim de atender e direcionar seus leigos nas comunidades às quais pertencerão. Os mais novos, chamados *juniores*, ingressam e ficam dois anos cursando Letras, foi o que fez Leonel Franca nos 1911 e 1912, sob supervisão de padre José Giannella.

Em 19 de setembro de 1912, Leonel Franca chegou a Roma para os primeiros estudos. Para um seminarista estudar na PUG, ainda mais numa instituição denominada a “mãe das universidades eclesiásticas” (D’ELBOUX, 1953), ele deveria fazer “[...] valer suas pretensões aos postos mais cobiçados e mais condignos às suas expectativas e aos investimentos custosos de que se haviam beneficiado”

---

<sup>23</sup> Desde o século XVI os cursos de artes, teologia e filosofia realizavam, com muita frequência, as “disputas científicas”. Essa tradição foi preservada pela Companhia de Jesus ao longo de sua existência. Ocorria diversas vezes ao ano implicava na defesa de ideias com debates assíduos. Participantes de outros locais realizavam discussões a fim de eleger o vencedor de um debate. A vitória implicava na premiação ou castigo dos envolvidos (OLIVEIRA, 2015).

(MICELI, 2009, p. 122). Na Primeira República, dos 79 religiosos que atingiam o grau de posicionamento a comporem o episcopado, apenas 26 deles realizaram estudos no exterior. Com isso, “[...] aqueles encaminhados a Roma eram, em geral, escolhidos pelos bispos após consulta aos reitores e diretores espirituais dos seminários” (MICELI, 2009, p. 131). No Brasil a formação costumava ser diferente:

Os seminaristas brasileiros tinham pouquíssimo acesso às notícias. A asfixia da atividade intelectual contribuiu para a criação de uma mentalidade de encastelamento católico. A escolástica impedia os seminaristas (e, portanto, os fiéis) de compreender a relação entre a cultura brasileira e a mensagem cristã. Os seminaristas liam os dogmáticos manuais da Universidade Gregoriana e não consultavam os textos originais da Bíblia e dos Pais da Igreja, nem mesmo os do próprio são Tomás, fundador da escolástica (SERBIN, 2008, p.123).

Podemos, e devemos – no que se diz respeito à trajetória de Franca, avaliar o incentivo de Dom Macedo. Sem este apoio familiar, dificilmente seu percurso como intelectual se concretizaria. Pois, sem a existência de uma indicação da hierarquia católica apenas raros jovens ocupariam posição num estrato social mais elevado. Leonel Franca, em seu diário de viagem escreve que, no dia 27 de agosto de 1912, deixou “[...] Santos com destino a Roma, para estudar Filosofia. No dia seguinte passamos pelo Rio, no dia 6 tocamos em Dakar, e no dia 14 de setembro, sábado pela tarde, desembarcamos em Nápoles” (FRANCA. Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil, 1912).

Franca, como manda o método jesuíta, muito rigoroso aos horários, tradições, costumes e anotações, indicava todo o seu roteiro, e, em muitos deles, para além da “simples” viagem, podemos observar o capital cultural que, por ora, seria acumulado enquanto fazia a travessia das viagens. Na ocasião descreveu a viagem a Nápoles e as próximas até chegar ao destino final.

[...] Três dias nos demoramos para visitar a cidade. **Entre outras coisas vimos a igreja de São Francisco. O Gesù Nuovo, o museu, o aquário etc. No museu entre outras coisas vimos vários objetos de uso doméstico entre os romanos**, mas carbonizados [...]. No dia 16 **fomos visitar as excavações da antiga Pompéia**, situada às fraldas do Vesúvio. Quase toda a cidade está hoje descoberta e permite-nos a ilusão de viver entre os antigos romanos. [...] Toda a manhã **visitamos a cidade antiga de Pompéia, ao meio dia passamos a Nova Pompéia, que surge ao lado das ruínas da antiga**. Ao meio dia em ponto ouvimos a Missa no grande santuário de Nossa Senhora de Pompéia. No dia seguinte partimos para Roma. Era 17 de

setembro de 1912, terça-feira (FRANCA, 1912. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil, grifo nosso).

Essas experiências são incorporadas pelo seminarista, agem em forma de *habitus* nos seus campos de convivência e conseqüentemente o aproximam – ou afastam – das redes de sociabilidade. As experiências culturais, como conhecer museus, obras de arte, pontos turísticos históricos e cidades importantes para a constituição da civilização podem classificar-se como obtenção de capital cultural.

O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da “pessoa”, um *habitus*. Aquele que o possui “pagou com sua própria pessoa” e com aquilo que tem de mais pessoal, seu tempo. Esse capital “pessoal” não pode ser transmitido instantaneamente (diferentemente do dinheiro, do título de propriedade ou mesmo do título de nobreza) por doação ou transmissão hereditária, por compra ou troca. Pode ser adquirido, no essencial, de maneira totalmente dissimulada e inconsciente, e permanece marcado por suas condições primitivas de aquisição. Não pode ser acumulado para além das capacidades de apropriação de um agente singular; depaupera e morre com seu portador (com suas capacidades biológicas, sua memória, etc.) (BOURDIEU, 2012, p. 74-75).

Portanto, avaliamos que a experiência realizada por Franca, em suas viagens, no seu contato com os espaços que o levavam até Roma foi transformada em capital cultural, que, por meio do *habitus*, como atesta Bourdieu (2012), é exercido nos seus campos de atuação. Na condição de um conhecimento incorporado, o agente passa a desenvolver-se de forma natural. Incentivos para tais apropriações não faltavam a Franca pelos espaços que frequentava e pela forma como transitava no local onde presenciava o contato com os integrantes mais respeitados da classe dirigente da Igreja Católica.

D’elboux (1953), na coleta de impressões sobre Franca, traz o relato de uma das testemunhas do convívio com o intelectual na PUG. Sem perder de vista que o objetivo da biografia, em questão, tem enfoques quase que lendários – pois, D’elboux persistia no caminho de beatificação do irmão da Companhia Leonel Franca, ao reunir o material padre Paulo Chiti, em carta póstuma, relatou:

Era um ótimo rapaz. Modesto na sua erudição... e pronto para ajudar a quem a ele recorresse para alguma explicação; sempre alegre com sorriso nos lábios e estudiosíssimo, não obstante sua saúde um tanto débil. Amantíssimo dos superiores e professores e também de nós seus colegas, que todos lhe queríamos bem, sem nenhuma sombra de inveja, embora o reconheçêssemos superior a todos nós nas

coisas de aula. O sentimento que sua superioridade suscitava em mim, e creio que nos outros também, era antes de tudo uma certa veneração que, entretanto, não o afastava de nós, seus irmãos e companheiros de estudo e recreio, porque era muito afável e sabia adaptar-se e mesmo divertir-se nalgum passatempo mais movimentado que nos agradava a nós, jovens menos sisudos que ele (CHITI, 09/05/1949 apud D'ELBOUX, 1953, p. 59).

Notamos as características de Leonel Franca pela visão de um de seus pares. Sua modéstia, dedicação aos estudos e prontidão a ajudar ao próximo, ainda que com as características “sisudas”, passam a impressão de uma admiração geral, de acordo com os relatos, da personalidade consolidada por Franca nos locais religiosos. O biógrafo citado reuniu farto material a respeito da opinião que outros padres, tanto colegas de classe como superiores, tinham a respeito de Franca. E, assim, concluiu que todos se espantavam com a inteligência, caridade, humildade e domínio de línguas/idiomas deste, ainda que reservado com o contato que não fosse o profissional.

Em abril de 1913, por ter contato profundo e interesse por livros, foi nomeado bibliotecário da PUG. Isso, dentro da Companhia de Jesus, não era gratuito. Apenas após muito esforço era possível ascensão no quadro dos padres. Sobre tal devoção, Franca anota em seu diário, nos dias 21 a 29 de setembro de 1913, sobre a gratidão sentida por lhe ter sido confiado tal cargo:

Tida a atenção e diligência nestes dois pontos: meditação quotidiana e humildade... Na humildade insistir, insistir, insistir muito. Considerar atentamente que se não combato AGORA viriliter contra a soberba, ela vai crescendo de dia a dia, e será sem dúvida causa de minha perdição... Sem humildade não poderei fazer coisa alguma para a glória de Deus (FRANCA, 21/09/1913 apud D'ELBOUX, 1953, p. 62).

Franca considerava ter atingido um primeiro cargo importante dentro da Companhia, fruto de sua humildade e insistência no combate contra a soberba. Ressaltamos, novamente, o teor biográfico proposto por D'Elboux (1953) ao escrever a biografia de Franca. Para esta discussão podemos recorrer às discussões voltadas à escrita biográfica e como elas foram se constituindo no campo historiográfico. Por meio da biografia histórica reestruturada pelas novas discussões, a partir de 1980, da história social e cultural são apresentados atores históricos, ainda que em suas individualidades, um sujeito integrante de uma sociedade, de tendência grupal e com componentes de sua época. Os sujeitos biografados já não são mais vistos como heróis, mas como representantes de uma sociedade que se movimenta, pois por

meio do estudo de suas ações é possível compreender a sociedade e a história direta de seu contexto. Del Priore (2009, p. 10) utiliza a título de exemplo o historiador Le Goff, segundo a autora “[...] a introdução do gênero biográfico na história atual é um instrumento útil e suplementar usado pela História Cultural”.

Podemos destacar, nesta ocasião, a biografia de Leonel Franca, construída por D’elboux (1953), a qual retrata um homem político santo que agia apenas em prol da providência divina. Le Goff é um exemplo dos historiadores franceses que reinventaram a biografia, e ao abordar a vida dos sujeitos, ao escrevê-la, utilizou-se de uma reconstituição de fenômenos que vão além das disputas entre história narrativa x história estruturalista (proposta por Braudel) (BORGES, 2014).

A produção de Le Goff (2001), intitulada *São Francisco de Assis*, é considerada como uma das discussões mais completas dos últimos tempos. O francês traça discussões sobre “O problema das biografias” e aponta a carência das fontes reais, pois isso demanda de um acesso completo aos arquivos a serem analisados com total e completa isenção dos fatos, no caso de São Francisco, os mosteiros com os documentos nem sempre autorizam a consulta das fontes e quando o fazem podem não autorizar a publicação de tais (LE GOFF, 2001).

A história cultural vem para atrelar as análises do sujeito à cultura a qual o circunda. Le Goff (2001), ao explorar sobre as possibilidades de análises dos “pontos de intersecção” entre o indivíduo e o quadro social, aponta que a biografia, seja ela individual ou coletiva, apresenta resultados à medida que parte da análise que tal sujeito representa uma classe social, profissão, religião, grupo político, ou seja, define pela sua estrutura social cotidiana à construção de seu contexto. Ao pensar no “curso da vida” dos biografados, ou no contexto onde estão inseridos, dito por muitos autores ao construir uma biografia, atribuímos, diretamente, a ele uma regularidade. Os seres humanos, na construção de suas vidas, não têm relação com o desenrolar de sua existência, isso é construído e balizado por meio da cultura, modelos, formatos de identidade com instituições, grupos sociais (DELORY-MOMBERGER, 2011).

Ainda assim, ao nos voltarmos aos relatos de D’elboux (1953) constatamos que muitos entraves e lutas pessoais eram travados como, por exemplo, ter dedicado os horários de sesta, ou de descanso, a leituras pessoais. Isso porque a incorporação “[...] dos *habitus* de classe, produz a filiação de classe dos indivíduos, reproduzindo ao mesmo tempo a classe enquanto grupo que compartilha o mesmo

*habitus* [...] ele também pode tornar-se um mecanismo de invenção e [...] de mudança” (BONNEWITZ, 2003, p. 75). Ou seja, a forma como o agente age no campo nos qual convive está diretamente ligado ao que apreendeu enquanto integrante de um grupo que compartilha os mesmos costumes e isso tende a facilitar o sentimento de pertença pelo espaço de convívio.

### 1.3 Magistério: formação de homens e recuperação de almas

O período que a Companhia de Jesus intercala entre filosofia e teologia direciona a um estágio no magistério. A prática pedagógica permeia todo esse período da carreira de forma que os fins do colégio jesuíta, segundo o *Ratio Studiorum*<sup>24</sup>, são também educar e não apenas instruir.

Franca despede-se de Roma, de forma saudosa, ao partir para o Brasil em 22 de julho de 1915. Escreve em seu diário de viagem: “Eram 11,50 da noite. Um silvo agudo ecoou na estação e o trem começou a rodar. Senti que se me apertava o coração, eram as saudades da despedida [...]” (FRANCA, 22/05/1915. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). O seminarista lamentava a partida, considerando a forma pesarosa com qual a descreve. Detalhou, ainda, o que mais lhe faria falta quando reclamou da ausência de Roma com “[...] suas basílicas, ricas de memórias dos primeiros séculos da Igreja, com suas festas tradicionais, seus mártires, seus santos. [...] Roma dos Césares com suas ruínas gigantescas [...] a lembrar a vaidade das grandezas humanas [...]” (FRANCA<sup>25</sup>, 22/05/1915. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil). Relatou que, após passear por Florença e ficar por três dias em Gênova:

No dia 27 de julho por volta das 7 horas da tarde levantamos ferro e pela última vez mandei um adeus saudoso a esta Itália que foi para mim uma segunda pátria, onde provei tantas consolações. [...] No dia seguinte, 29 amanhecemos em Barcelona, cidade de grande importância comercial, primeiro porto da Espanha, com uma população de umas 700 a 800 mil almas. A cidade tem crescido muitos nestes últimos anos e grande parte foi reconstruída. [...] Estivemos hospedados em Colégios dos jesuítas à rua Lauria e no

<sup>24</sup> A *Ratio Studiorum* consiste num método pedagógico dos jesuítas que padronizou o ensino e norteou os colégios e seus mestres.

<sup>25</sup> Todas as vezes que utilizarmos referências, como: “FRANCA, *data*, In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil”, nos referimos a Leonel Franca. Ao mencionarmos cartas de irmãos, pai e demais familiares, inseriremos o nome de cada qual, por exemplo: “FRANCA, Leovigildo, *data*, In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil”.

colégio de Sarriá fora de Barcelona, colégio majestoso e um dos melhores da Companhia (FRANCA, 22/05/1915. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Após o período de transição da viagem, chegou ao Brasil e logo iniciou seu trabalho, “[...] fez todo o seu quinquênio de magistério no Colégio Santo Inácio [...]. Afora Religião, que lecionou em 1917, as outras suas matérias, no 4º e 5º ano, eram pouco relacionadas com o coração e o espírito [...]” (D’ELBOUX, 1953, p. 76); isso se deu pelo fato de Franca trabalhar, também, disciplinas de física, química, história natural, álgebra, geometria e trigonometria – isso era natural para professores dos anos do ensino primário. Intensificando seus trabalhos de pesquisa enquanto professor e jesuíta e seus investimentos intelectuais, “[...] começou, pois, pelo apostolado da ciência, por meio da qual sempre atrairia as almas a Deus” (D’ELBOUX, 1953, p. 76).

Historiadores como Luís Miguel Carolino indicam que a ciência jesuítica deve ser vista “[...] como uma corrente multifacetada, marcadamente heterogênea, com fortes tensões internas e em diálogo constante com o debate filosófico e científico seu contemporâneo” (CAROLINO, 2005, p. 259). A Companhia de Jesus produziu uma grande síntese intelectual de “[...] praticamente toda a Escolástica, antiga e recente, filtrada através de certas exigências do humanismo, da maior disponibilidade de textos clássicos e da aplicação a eles de método filológicos” (BALDINI, 1992, p. 9).

As realizações da ordem religiosa, por mais distintas que fossem, são apoiadas em premissas conceituais e tradições epistemológicas que conformam “[...] uma estrutura de pensamento substancialmente compacta e reconhecível” (BALDINI, 1992, p.11). Os integrantes da Companhia de Jesus, com todas as missões realizadas a partir do século XVI, conseguiram fazer uma harmoniosa síntese entre ciência e religião.

Ao iniciar seu trabalho, além de atuar como professor e continuar em seus escritos, Franca agiu diretamente nos assuntos espirituais da liga pedagógica, foi secretário do padre Madureira e do professor José Piragibe, tornando-se ainda mais confiável para os integrantes da ordem religiosa. Além de atuar nessa função e no magistério, ajudou:

[...] principalmente na Congregação mariana de Nossa Senhora das



Vitórias, de que foi subdiretor, auxiliando ao estimadíssimo Pe. Américo de Novais. Aí não só resolveu dificuldades e promoveu o fervor de muitos amigos, jovens ou senhores já formados, como até afagou os germens de várias vocações ao sacerdócio, entre as quais a do Pe. Robert Drummond Gonçalves, a daquele que seria seu segundo sucessor na Reitoria da Universidade Católica, Pe. Pedro Belisário Velloso Rebello, e a de seu precioso colaborador, Pe. Eduardo Magalhães Lustosa, que tinha especial licença dos Superiores para abrir-se intimamente com ele (D'ELBOUX, 1953, p. 80).

Por meio do relato do biógrafo de Franca, nesse período, percebemos que começou a ficar mais nítida a disposição do intelectual em tornar-se influente e unificar agentes dentro do campo católico. Podemos perceber que, para além das questões óbvias e necessárias, todo grupo de intelectual “[...] organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que funda uma vontade e um gosto de conviver” (SIRINELI, 2003, p. 248). O engajamento social provém do contato estabelecido de forma afetiva e/ou racional e oportuniza direções decisivas na formação de grupos da Igreja Católica.

Em janeiro de 1916 – sete anos antes de sua ordenação sacerdotal, no retiro em Friburgo, padre Franca organizou sua progressão na virtude e tempo do magistério e se propôs em todas as suas anotações a se dedicar cada dia mais à concentração e organização da prática diária em devoção a Nossa Senhora e Jesus Cristo, típicas acepções de um jesuíta.

Assim, apesar das agitações inerentes ao Magistério, soube conservar a paz de espírito necessária para os trabalhos intelectuais. E foi em 1918, com 25 anos de idade, que começou sua produção de escritor, publicando o primeiro livro: *Noções de História da Filosofia*. Fruto de estudos filosóficos, essa obra utilíssima nasceu de sua inteligente caridade em socorrer aos alunos e demais estudantes brasileiros que passavam para a Faculdade de Direito (D'ELBOUX, 1953, p. 83).

A segunda edição do livro saiu em 1921, com quase 100 páginas adicionais, e em 1940 este teve sua sétima edição, com acréscimo de 40 páginas de filosofia contemporânea. Na versão anterior o adicional foi sobre a história da filosofia no Brasil. Num total de 13 edições ao longo da trajetória de Franca, até 1990 esse livro oportunizou 24 reedições. Além da veiculação sobre filosofia, em 1919, foi publicado o *Apontamento de Química Geral*, voltado para o público de estudantes do ginásio. Esse também teve dez edições e tornou-se livro adotado por várias instituições

como, por exemplo, o Colégio Pedro II.

Sirineli (2003) defende que o papel dos sujeitos, enquanto agentes intelectuais transformadores, é realizado nas ações, quando aqueles produzem uma história, defendendo-a, dentro do seu campo, e fazendo com que tal enredo gere laços de sociabilidade nos espaços. A publicação de livros, a circulação de artigos, manifestos, petições, enfim, a publicização da opinião implicam na formação de laços sociais que definem a história de uma sociedade - como o caso Dreyffus. Para Bourdieu, a interpretação de uma obra deve abordar vários matizes a fim de evitar enganos.

A teoria do campo realmente faz com que se recuse tanto o estabelecimento de uma relação direta entre biografia individual e a obra (ou entre a “classe social” de origem e a obra) como a análise interna de uma obra em particular ou mesmo a análise intertextual, isto é, o relacionamento de um conjunto de obras. Porque é preciso fazer tudo isso ao mesmo tempo (BOURDIEU, 1996, p. 177).

Ressaltamos que nosso interesse não foi nos aprofundarmos na interpretação das obras – em si – do intelectual jesuíta, mas, sim, compreender o que o impulsionou a escrevê-las e a forma como o impacto social delas definiu o contato da Igreja Católica com o Estado e, conseqüentemente, com a sociedade. O período no ensino superior, no caso, em Roma, fez com que Franca se voltasse a reflexões sobre as raízes de pensamento da Santa Sé e articulasse estratégias para que o campo religioso no Brasil tivesse o poder de transformar a sociedade.

Escrever e publicar livros no período do Magistério não é fato comum na Companhia de Jesus, pelo menos em nossas plagas. Convenhamos que, no presente caso, circunstâncias favoráveis facilitaram a empresa. Pe. Franca teve Superiores que, em primeiro lugar, cuidando de sua saúde enfermiça, pouparam-lhe a sobrecarga exaustiva do ofício de Prefeito dos alunos ou de muitas aulas com cadernos de exercícios a corrigir; em segundo lugar, souberam encorajá-lo, reconhecendo a utilidade dos escritos e a competência do escritor. Esses Superiores clarividentes foram: o Rev. Pe. José de Madureira, reitor do Colégio Santo Inácio, e o Rev. Pe. Luís Yabar, Superior da Missão, ambos governando durante o quinquênio 1915-1920 (D'ELBOUX, 1953, p. 86).

Com esse investimento, Franca teve mais tempo para dedicar-se às pesquisas e persuadir o público leigo com seu alto grau de erudição religiosa. Para dar continuidade aos estudos, em novembro de 1920, Leonel Franca deixou, pela segunda vez, o Brasil e se dirigiu à “Capital do Catolicismo” – Roma, a fim de realizar

mais um processo de formação para o sacerdócio. Em suas anotações relata detalhes sobre a sua chegada, no dia 17 de dezembro, anota, também, visitas a lugares que frequentou, métodos de ensino e ideias a serem desenvolvidas no Brasil.

31.12. **Visita, em companhia do P. Prosperi**, ao R. P. Geral, que nos recebeu com muita caridade [...]. **Falou-nos da necessidade de desenvolver o noviciado no Brasil**, e para isto, **de cultivar os germes de vocações entre os jovens**. Insistiu também sobre a necessidade de nos adaptarmos às novas condições dos tempos. **A Igreja tem em si o princípio de vida, não teme a mudança das condições sociais**. Hoje, continuou ele, é ridículo obstinar-se em querer conservar certos usos e práticas suficientes para outras eras. Contava-nos de um pároco que se queixava de ver deserta a sua igreja. É que hoje, dizia o P. Geral, não basta tocar os sinos. Não basta afixar o convite sacro nas portas da igreja. [...] Neste sentido, muitas mudanças fez Pio X e muito mais teria feito se não encontrasse oposições e contrariedades. Ao fundar-se o Instituto Bíblico, continuou ainda o P. Geral, Pio X disse ao P. Fonk “Quer um instituto moderno, não porém modernista” (FRANCA, 31/12/1920. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil, grifo nosso).

É possível percebermos o combate às violações ao que tradicionalmente foi consolidado na ordem religiosa. O que mais marca dessas visitas e contato são as impressões de Franca que, sumariamente, anota e empreende esforços para transportar tais ideais para o sistema brasileiro no que tange ao catolicismo e à própria Igreja. Em Roma, Franca escreve a padre Madureira, reitor no Colégio de Santo Inácio, dizendo como já sentia saudades do Rio de Janeiro e a forma com que aquele lugar fora afetado pela guerra e todos os seus movimentos. Em sua(s) longa(s) carta(s) a padre Madureira, informou “[...] sobre horários de colégios que visitara, no intuito de sugerir mudanças nos do Semi-internato Santo Inácio, pelo qual muito se interessava. Para ele comprou carinhosamente todo o aparelhamento de Física” (D’ELBOUX, 1953, p. 89).

Assim como manda o método jesuítico, os estudantes – iniciados na Ordem – reuniam-se nos centros, no caso da Pontifícia Universidade Gregoriana, para celebrar atos públicos, ou ainda disputas, fossem de leituras ou debates de teses. Em 26 de fevereiro de 1921, foi a vez de Leonel Franca realizar uma defesa.

[...] o jesuíta brasileiro já conhecido de muitos pelo seu talento e virtude. Coube-lhe a defesa de 10 teses básicas para a Apologética. Atacaram-no dois estudantes italianos, um francês e um espanhol, com argumentos em forma, além das objeções livres apresentadas pela coroa de assistentes. Sua exposição clara e vigorosa, suas respostas prontas e exatas encantaram vivamente a todos, porque,

junto com os fulgores da inteligência, nele se percebia um doce halo de religiosidade e candura (D'ELBOUX, 1953, p. 91).

Franca mantinha-se ativo nas comunicações com a família e com seus amigos. Seu desempenho nas atividades educacionais e religiosas consistia numa extensão dos seus feitos enquanto agente. O inaciano, em período de aprofundamento, era nitidamente muito querido pelos seus pares. Em carta do dia 19 de abril de 1921, repleta de afeto, Eduardo Lustosa, seu companheiro da Companhia de Jesus, demonstra essa afirmação:

[...] São indizíveis as saudades aqui deixadas por sua lembrança; no meu coração, então, mas, ao mesmo tempo, percebo que esta é a vontade de Deus, para seu bem. [...] Agradeço suas orações e seus conselhos. O que puder rezarei pelo Sr., desejando felicidade completa nos seus estudos theologicos. Até uma outra carta, P., não cesso de pedir por que o esteja no coração de Jesus (LUSTOSA, 09/04/1921. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Muitas outras cartas compõem os arquivos jesuítas, demonstrando que Leonel tinha boa relação e capacidade em organizar as redes de sociabilidade dentro da ordem e da Igreja Católica como um todo. A “certeza” de que estava trabalhando por Deus certamente permitia isso, é o fato que mostrava convicção. Nesse percurso Franca se correspondia com o pai e irmãos, principalmente Leovigildo, de quem era mais próximo e amigo conselheiro, e que oportunamente lhe escreveu – também – em 1921, dizendo: “Querido Leonel... Já sou sacerdote do Senhor! O sonho dourado da minha infância está realizado; estão satisfeitos das mais fervidas aspirações” (FRANCA, Leovigildo - 1921. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil), demonstrando que aquele sonho era cultivado desde a infância, no seio familiar. Seu pai, em 23 de agosto de 1921, ainda que em seus últimos momentos de vida, enviava notícias e expressava sua temência divina - uma cultura familiar - e a falta que sentia do filho.

[...] Continuo ainda guardando o leite, estando com o estomago no mesmo estado, o que me obriga a alimentar-me somente de leite e mingáus; com o resultado desta alimentação me acho muito alquebrado das minhas forças. [...] De qualquer modo estou conformado com a vontade de Deus e aguardando da sua Providencia o resultado final.

[...] agora vai o **Leovigildo sera o vigário da parochia** e terá mais tempo para tratar do assumpto [...]. Na Bahia ficou apenas o **Mario estudando medicina**; ele esteve doente algum tempo, mas já está bom. [...] **Quanto ao Luiz as noticias que dele recebemos são as**

**melhores possíveis; está trabalhando actualmente na grande companhia Americana “General Electric” ganhando cem dollars por mez [...].** Maria e Leonor estão boas e teem me tratado com carinho e desvelo; são duas excelentes enfermeiras. Aceita, meu querido Leonel, muitas e muitas recomendações de todos e a benção que de todo o coração envia teu pae amante (FRANCA, Justino da Silveira – 23/08/1921. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil, grifo nosso).

Notamos no teor da carta que, para além da situação muito delicada do senhor Justino, há indicações das realizações de seus filhos. Comprovam-se a situação financeira, de certa forma, estabilizada da família – pelo grau de instrução dos filhos – e a organização familiar. Esse fato justifica e argumenta, por si só, a educação familiar de Leonel. Nas cartas, dedicadas ao pai, encontram-se alguns sonetos e expressões saudosas, o que afasta a característica de Franca ser tão reservado, como repercutia sua fama com os membros da Companhia de Jesus, e comprova sua sólida e clássica formação. Franca recebia, ainda, pedidos de aconselhamento de seus irmãos. Um desses casos é sobre o casamento de Leopoldo.

Trata-se do meu casamento... “Chama-se ella Ernestina Penna, é filha do Dr. Belisario Penna, diretor da Prophylaxia Rural, e sobrinha do falecido Afonso Penna, ex-presidente da Republica. Tem 22 anos, é diplomada pela Escola Normal, tendo sido professora algum tempo, e estando agora empregada como stenographa num escriptorio de advocacia [...]. O que impede o casamento é [...] sua falta de piedade, proveniente da ausência quase completa de instrução religiosa. Já lhe falei sobre este ponto e ella me disse que não é religiosa justamente por desconhecer a religião, acrescentando que o seria logo que eu lh’a ensinar. [...] Espero, porém, que em breve esteja ella transformada numa catholica verdadeira, praticando a religião conscientemente, como quem a conhece e cumpre o mais sagrado dos seus deveres. Para este fim conto com o teu valioso auxilio [...]. Aguardando ansioso a tua resposta, abraça-te com saudades (FRANCA, Leopoldo – 1921. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Leonel, de forma atenciosa, devolvia todas as cartas, respondendo às solicitações de conselhos e mantendo os vínculos e laços familiares. No caso da conversa descrita acima, Franca indicou que o irmão auxiliasse no processo de conversão da futura esposa e apresentasse a ela o caminho reto e necessário para se ter uma vida cristã. Em 12 de setembro, do mesmo ano, escreveu a seu irmão, dizendo como estava com saudades da família, apontando os resultados de seus estudos e apreciando as férias na casa de campo onde, por sua vez, os jesuítas afugentavam-se do inverno. Pedia, ainda, notícias do pai que havia adoecido havia

sete meses. Franca não sabia que, na véspera de recebimento dessa carta, o pai já havia recebido o último sacramento por parte de seu irmão Leovigildo, dois meses após o falecimento de Mons. Antonio de Macedo Costa.

Leonel... Já o telegrapho lhe deve ter dado a triste noticia do falecimento de papae, ocorrido às 5 horas da tarde de 28 de Setembro P.P. Aliás, desde o dia 9 que ele piorára consideravelmente, não havendo mais esperanças de salva-lo e esperando-se a sua morte de um momento para outro[...] completamente resignado, recordando-se com carinho de todos os seus filhos ausentes, tendo mesmo pedido o seu retrato e falado longamente sobre o seu querido Leonel.”

“[...] caso seja possível... Quanto à tua parte da herança, pelo que desistas dela em proveito das meninas, esperando mais tarde poder enviar-te uma minuta do que deves fazer par este fim. [...] E ahi tens os meus planos de vida: aguardo os teus conselhos, que de muito servirão para consolar-me e orientar-nos. Abraça-te com saudades. Leonor (FRANCA, Leonor - 1921. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Com cartas escritas à família, ao irmão Leopoldo e a seu caro padre Madureira, Franca aponta como se sentia triste pela perda de seu pai, sentia pelos irmãos e irmãs que ainda precisavam de sua autoridade moral, mas mesmo assim mantinha-se firme no propósito dos estudos e aprofundamentos intelectuais.

Roma, em 1922, passava por transformações, com a morte do papa Bento XV e a nomeação do cardeal Aquilles Ratti, eleito com o nome Pio XI. Além disso, houve o terceiro centenário de aniversário da canonização de Santo Inácio e de São Francisco Xavier. Com as férias e o ano letivo findado, Franca foi a estudos para a Áustria, passando dois meses em Innsbruck, realizou exercícios espirituais<sup>26</sup> e seguiu para a Alemanha. Após isso, viajou no dia 16 de setembro de 1922 à Áustria, no mês de agosto foi a Viena e relatou:

No dia 25 de setembro fui a Felkirch, grandioso colégio da Província alemã. Notáveis: o gabinete de física, o laboratório de química, o museu riquíssimo em coleções de história natural e em outros objetos de ensino. Coisas romanas antigas. O colégio possui casa de banhos, tanque de natação, casa de criados, magnífico sobrado com capela, bibliotecas, teatro, Jardim botânico, pequenino jardim com inumeráveis espécies de plantas de outras regiões, ótimo para ensino. [...] No dia 28 às duas e meia parti de Innsbruck. No dia 29 às três e meia cheguei a Roma. Te Deum (FRANCA, 1922. In:

<sup>26</sup> Vale ressaltar que, por Exercícios Espirituais “[...] entende-se qualquer modo de examinar a consciência, meditar, contemplar, orar vocal e mentalmente, e outras atividades espirituais [...]” (LOYOLA, 2002. p. 11). Para saber mais, leia-se: LOYOLA, Santo Inácio. **Exercícios Espirituais**. 7a ed.. São Paulo: Loyola, 2002.

Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Ao partir, logo em seguida, no dia 26 de agosto para Suíça, relata:

Celebrei às 7 horas no altar da Virgem, senti-me inspirado a pedir-lhe forças para trabalhar na vinha do Senhor. Se recuperar a saúde necessária para terminar os meus estudos prometi a Virgem de fazer o voto de rezar todos os dias o seu terço (sub uenialix) e de empregar esforços para a definição do dogma da sua mediação universal e maternidade espiritual. Agir junto aos bispos do Brasil para pedir a Santa Sé a Missa de Maria, medianeira das graças (FRANCA, 1922. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Escreveu ao padre Madureira, em outubro do mesmo ano, relatando sua viagem a Viena:

Foi um banho de cultura alemã [escreve ao Pe. Madureira]. Que bem que faz à higiene do espírito tomar periodicamente um banho destes... Ocupei-me principalmente da parte intelectual e espiritual. Ah! Meu bom Padre, quanto bem não poderíamos aprender dos católicos alemães. Não os conhecemos no Brasil, e vivemos de beijo caído pelos franceses, que até agora não souberam organizar-se e opor uma resistência séria ao jacobinismo oficial. Ninguém mais que eu aprecia e admira o que há de bom na França, mas fora dela poderíamos também aprender muita coisa [...] (FRANCA, maio/1922 apud D'ELBOUX, 1953, p. 100).

Percebemos, em sua última carta, as considerações sobre a apropriação do capital cultural. Após essa viagem, Franca realizou o exame “*Ad audiendas confessiones*”, outro passo ao sacerdócio. Nesta etapa, após as experiências no exterior e pelo seu contato com os irmãos de sua ordem, estava pronto para dirigir-se a um patamar mais elevado da Companhia de Jesus. Isso principalmente porque havia acabado o seu período de formação no ensino superior, os conhecimentos já haviam sido acumulados e já havia um grau de sabedoria enquanto seminarista e professor. O diploma “[...] confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa em relação ao seu portador [...]” (BOURDIEU, 2012, p. 77).

#### **1.4 Ordenação, retorno à capital federal e inserção na vida pública**

O ano de 1923 deve ser considerado um importante marco na trajetória de Leonel Franca. Três questões mudam os rumos de suas ações prático-cotidianas na

Igreja Católica. Primeiro a publicação do livro *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, seguida a isso, uma crise cardíaca que o leva à beira da morte e, por último, mas não menos importante, sua ordenação sacerdotal.

Quando Leonel Franca ainda se encontrava em Roma, houve no Brasil o lançamento de um livro intitulado *O problema religioso da América Latina*, escrito pelo pastor protestante Eduardo Carlos Pereira. O livro apresenta rígidas críticas ao catolicismo, desde a sua formação até os dogmas de sua fé. Então, após tomar conhecimento de tal obra, Franca resolveu responder a tais ataques à Igreja com seu terceiro livro, *A Igreja, a Reforma e a Civilização* (1923). Ao publicar tal obra, além da defesa à Santa Sé, o jesuíta demonstrava o posicionamento “unificado” de toda a Igreja contra a obra de caráter protestante. Bourdieu (2004, p. 102) aponta que o uso da escrita é uma das principais formas de representação e que a escrita é uma forma de organizar pensamentos sociais que, embora de forma aleatória, em muitas ocasiões, já estão difusos na sociedade:

Um autor no verdadeiro sentido é alguém que torna públicas coisas que – todo mundo percebia confusamente; alguém que possui uma capacidade especial – a de publicar o implícito, o tácito -, alguém que realiza um verdadeiro trabalho de criação.

Franca iniciou, com esse livro, sua produção polemista na sociedade brasileira. Aqui ele exerceu o *habitus* incorporado no seminário jesuíta, quando se é necessário defender uma, ou várias, teses para validar aquilo que propõe. Ao escrever a padre Madureira, superior da Companhia de Jesus no Brasil, Franca apresenta alguns argumentos pela escrita da obra:

Muito provavelmente V. R. ouviu falar do livro O problema Religioso na América Latina, do Sr. Eduardo C. Pereira. Soube do mal que ia fazendo este envenenado livro, tecido das mais ignóbeis calúnias contra a Igreja e também a Companhia. Li-o e fiquei indignado. Ótima ocasião para por a minha pobre pena a serviço da Santa Igreja, que foi sempre a minha maior ambição. Estudei a questão do protestantismo histórica e dogmaticamente, e desse estudo saiu o livro Catolicismo, Protestantismo e Civilização. [...] A Companhia nasceu para combater o protestantismo. Até agora diante da sua invasão no Brasil ficamos de braços cruzados ou quase. O bem espiritual que se pode fazer não merece algum sacrifício pecuniário?. [...] O tom de polêmica com o nosso gramático pastor é um estímulo à curiosidade dos leitores. Toda gente gosta de ver briga.... de galos, de touros, de gramáticos, de tudo (FRANCA, 07/10/1922 apud D'ELBOUX, 1953, p. 107 - 108).

Nesta carta, Franca deixava claro o seu propósito e o objetivo da ordem



inaciana. Demonstrava a sua intelectualidade ao apresentar tantos conhecimentos e esforçava-se para comprovar aquilo que denominava equívocos, rebaixando-os como insignificantes ou apenas assunto de tumulto social. Franca, na mesma ocasião, pediu auxílio para a publicação do livro que, de certa forma, serviria para responder as críticas que havia sofrido por parte dos protestantes.

Quando há uma publicação para divulgar opiniões e defender posicionamentos, “[...] todo mundo é simultaneamente tomado como testemunha e chamado a controlar, a retificar, a consagrar, e todo mundo ratifica, e consagra, pelo próprio silêncio [...]” (BOURDIEU, 2004, p. 103). O livro trata, na primeira parte, sobre a Igreja, o papa e as questões da Igreja Católica e certa defesa aos ataques que sofrem; a segunda parte, sobre os princípios e histórico dos protestantes; e a terceira, sobre uma comparação de contrapontos entre ambos nos aspectos políticos, intelectuais e morais. Pe. Madureira defende a obra de Franca, com o auxílio do padre José Giannella, então superior da missão, que na sequência é publicada. Em aprovação, Dom Sebastião Leme, arcebispo, escreve a Franca:

Rio, 14-1-1923

Meu caro Pe. Leonel Franca

Pelo nosso Pe. Giannella já sabia do seu livro e do valor dele. Sei mesmo que o M. R. Pe. Provincial – o meu querido Pe. Filogras – quis pessoalmente ajuizar da obra e a achou excelente. Acresce que o autor se chama Leonel Franca. Tudo isso me vale mais que a opinião de cem censores. Não só autorizo a impressão, como bendigo o Senhor que lhe deu a ideia e as luzes necessárias para leva-la a efeito. Pode por o “Imprimatur Flu mine Januario, 1XII-1922.” (LEME, 14/01/1923 apud D’ELBOUX, 1953, p. 110).

Nessa carta, fica clara a confiança de Dom Sebastião Leme em Leonel Franca, um agente influente e uma das peças principais da elite eclesiástica católica. O arcebispo expressa, por meio de suas palavras, a forma de capital simbólico acumulado, enquanto dirigente católico. Neste caso, podemos “[...] compreender que as múltiplas manifestações do código de honra e das regras de boa conduta não são apenas exigências do controle social, mas são constitutivas de vantagens sociais com consequências efetivas” (BONNEWITZ, 2003, p. 53-54), tal qual nos demonstra o posicionamento de Dom Leme nessa carta.

As estratégias para a reprodução e constituição de classes são edificadas dentro dos grupos formados no seio da Igreja Católica. Nesse ambiente também há

subdivisões, pois “[...] o pertencimento a uma classe se constrói, se negocia, se regateia, se joga” (BOURDIEU, 2004, p. 95). Incorporar e utilizar-se, ainda que inconscientemente, de determinado *hábitus* é agir dentro do jogo como um jogador nato: “A classe nunca está nas coisas; ela também é representação e vontade, mas que só tem possibilidade de encamar-se nas coisas se ela aproximar o que está objetivamente próximo e afastar o que está objetivamente afastado” (BOURDIEU, 2004, p. 95).

Em abril daquele mesmo ano ocorreu a impressão dos livros na Itália. Dos 2.000 exemplares, 200 ficariam na Europa e 1.800 seguiriam para o Brasil, seriam distribuídos pela Livraria Francisco Alves, no Rio de Janeiro. A obra foi muito bem recebida pela mais alta intelectualidade católica, tanto que o melhor amigo de Franca, do Centro Dom Vital, o católico Jackson de Figueiredo (líder católico), publicou em *A Ordem* sobre o bem que a obra daquele fizera ao país. Foi autorizada a publicação do livro em francês, mas até a época da escrita biográfica apenas havia a versão holandesa, em 1936, pelo doutor J. Brouwer (D’ELBOUX, 1953).

No que diz respeito à forma como a produção foi recebida no Brasil, em carta ao jesuíta, Jackson de Figueiredo, após publicar artigo na revista *A Ordem*, reforça:

Devo dizer-lhe que a sua obra está fazendo um bem extraordinário ao país, e posso falar-lhe com autoridade no assunto, pelo simples motivo que não creio haja quem mantenha correspondência mais larga, mais complexa do que eu com todo o Brasil, pelo menos com todo o Brasil que anseia, sofre e quer libertar-se dos grandes males que lhe abastardam caráter e inteligência (FIGUEIREDO, 1924 apud D’ELBOUX, 1953, p. 111).

Franca, ainda, apresentou em italiano, na Academia Beato Belarmino, uma dissertação com o título “A moralidade dos povos católicos e dos povos protestantes”, com a mesma temática. Para demonstrar o reconhecimento da companhia da repercussão da obra de Franca, naquele mesmo ano, Padre Madureira o responsabilizou de edificar a biblioteca de filosofia de Nova Friburgo. Com preocupações referentes à nova biblioteca, com as impressões de sua nova obra e com tantos afazeres teológicos, Franca se esqueceu da saúde delicada e da possibilidade do problema que o perseguira desde criança. Adoeceu, então, na PUG, no dia 12 de maio de 1923, por volta das 15h, de arritmia. Recebeu a extrema unção, o último sacramento da Igreja Católica, mas sobreviveu ao ataque (D’ELBOUX, 1953).

Destacamos os constantes adoecimentos na trajetória do intelectual em questão e o vigor dos desdobramentos de recuperação. Após o susto de ataque cardíaco e – possivelmente - com vários planos a serem repensados, depois de visitas de ilustres mestres e prefeitos de ensino, Franca, no dia 22 de julho de 1923, na Igreja de Santo Inácio, pelas mãos de D. José Palica, foi ordenado subdiácono. Em 25 de julho, na festa de São Tiago, foi ordenado diácono (na mesma Igreja do Colégio Romano) e no dia 26 de julho o presbiterato é ordenado pelo cardeal vigário Dom Basílio Pompili, bispo de Velletri. No dia 27, “[...] Pe. Franca, tendo como Presbítero Assistente seu irmão, Pe. Leovigildo, rezou sua primeira missa no altar de Nossa Senhora da Estrada na Igreja do Gesú, a Igreja mãe da Companhia” (D’ELBOUX, 1953, p. 120).

Nessa mesma ocasião Franca foi homenageado por um discurso em português, proferido pelo filósofo Daianese (depois reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia e Colégio Anchieta de Nova Friburgo). Após a ordenação, Franca recebeu autorização para passar férias na Suíça, Alemanha e Áustria de onde escreveu para seu irmão Leopoldo em 25 de agosto:

...Vai esta saudação das montanhas da Suíça. Aqui estou já há dias gozando as pitorescas paisagens deste país privilegiado. Depois de amanhã partirei para Zurich e daí para a Alemanha, onde, - se os bolchevistas (!) não me obrigarem a sair antes – ficarei até fins de setembro (FRANCA, 1923 apud D’ELBOUX, 1953, p. 124).

Ao concluir a sua formação, Franca encontrava-se acamado, debilitado por muitas questões, principalmente aquelas de saúde que o impediam de realizar atos de uma vida normal. Assim, escrevia, a seus compatriotas, que passou o ano afastado de todas as suas atribuições, sendo metade do tempo na cama e outra metade na poltrona. Precisou, no período em questão, renunciar a um ato público, no ano de 1924, em que o papa Pio XI estaria presente, para comemorar o 4º Centenário da Pontifícia Universidade Gregoriana. Foi cogitado por duas vezes que padre Franca assumisse cargos no corpo docente da PUG no ano de 1922 e depois em 1924. Ainda que com pesares, escrevia ao padre Madureira que seria incapaz de negar tal função, no entanto ela seria muito sofrida, pois servir a Deus seria necessário ao seu emprego na Companhia, porém seria difícil servir a Ele longe de sua pátria.

Outra fonte de desgosto para o Pe. Franca foi a falta de notícias

sobre o seu livro recentemente publicado, A Igreja, a Reforma e a Civilização. Disto se queixa ao seu confidente Pe. Madureira. [...]. Na mesma carta lamenta-se de ver-se forçado, por um equívoco pecuniário entre os Superiores da Província e da Missão, a cortar a remessa de livros e revistas à biblioteca incipiente no Filosofado de Nova Friburgo [...] (D'ELBOUX, 1953, 135;136).

Mesmo com essa preocupação, dedicava-se aos estudos do exame *ad gradum*, um exame que decide qual o grau em que o escolástico será incorporado na Companhia de Jesus, após sua formação, ao concluir os últimos votos. Com apenas três meses de preparo e com uma saúde debilitada, Franca foi aprovado nos últimos exames. O jesuíta “[...] se doutorou em Filosofia e teologia, pois antes da Constituição Apostólica Deus Scientiarum Dominus, de 1931, não se exigia nenhuma outra formalidade” (D'ELBOUX, 1953, p. 141). Essa formação se dava de forma diferenciada do formato que conhecemos atualmente; naquela conjuntura o estudante poderia defender uma tese que alcançasse as áreas de conhecimento propostas e, dessa forma, alcançava o título doutoral. E, assim, Franca o fez.

Terminadas todas as etapas no local onde se encontrava, Franca, esperando desde agosto para voltar ao Brasil, foi encaminhado para a última etapa do exame denominado terceira provação, um aperfeiçoamento teórico-prático, para a Companhia de Jesus, passou pela França e foi encaminhado para este destino. Não deixou de expressar sua tristeza a seu caro amigo confessor, padre Madureira, em 12 de novembro:

Estou em Vigo, de passagem, não para o Brasil como esperei um instante, mas para Oya, o mais obscuro canto do mundo aonde me mandaram fazer o 3º ano de provação... Reze muito por mim para que este 3º ano me faça bem à saúde e especialmente ao espírito. No estado em que me acho, cheio de padecimentos físicos e principalmente de desgostos e humilhações morais, é necessário viver continuamente nas mãos de Deus. Só o fundamento dos Exercícios me dá forças para ir vivendo alegre no presente, sem preocupar-me com as sombras que carregam no horizonte do porvir. Continuem sempre a escrever-me; suas cartas de amigos são sempre um bálsamo consolador (FRANCA, 1924 apud D'ELBOUX, 1953, p. 143).

Destacamos aqui suas frequentes menções aos Exercícios Espirituais, como já citado, um ato integrado do *habitus* jesuítico. Em relação a Oya é uma aldeia situada na Espanha onde os jesuítas portugueses, por dificuldades religiosas em Portugal, se refugiavam nesse local. Em agosto de 1925, nove meses após sua terceira provação, Franca retornou ao Rio de Janeiro. Ele chegou ao Brasil, visitou

Friburgo e ocupou-se, nos dois últimos meses do ano, do Rio de Janeiro. Sua preocupação era a conversão da juventude e de almas estudantes para o retiro da Congregação Mariana.

Pe. Paulo Bannwarth nomeou, em 16 de janeiro de 1926, Franca como professor de história da filosofia em Friburgo. O Colégio Anchieta, desde 1923, tornara-se uma Casa de Formação da Província do Brasil Central. Contava com todos os níveis de formação de jovens da companhia, inclusive foram transferidos para ali os seminaristas de São Paulo. No dia 2 de fevereiro, Franca fez os votos de pobreza, castidade e obediência a Deus e ao Papa – etapa necessária na Companhia de Jesus. Ser nomeado a uma profissão equivale à “formatura” dos jesuítas. Ressaltamos que Leonel foi um dirigente eclesiástico que, em todo o seu trabalho missionário, trabalhou nas redes de sociabilidade em favor dos interesses da Igreja Católica nas suas mais variadas dimensões.

Há um destaque considerável entre a sua formação, bem como o seu perfil, se comparado aos de seus amigos que ficaram em formação no território nacional, em suma aqueles que já estavam à frente do catolicismo no Brasil há tempos. Bourdieu (2004, p. 122) faz uma comparação entre os “antigos” e os “novos clérigos”, levanta questões e possibilidades destes terem se reinventado e possuírem novas definições.

[...] onde se tinha um campo religioso distinto tem-se a partir de então um campo religioso de onde se sai sem saber, ainda que apenas *biograficamente*, já que muitos clérigos se tornaram psicanalistas, psicólogos, assistentes sociais, etc., e exercem novas formas de cura das almas com um estatuto de leigos e sob uma forma laicizada assiste-se então a uma redefinição dos limites do campo religioso, à dissolução do religioso em um campo mais amplo, que se acompanha de uma perda do monopólio da cura das almas no sentido antigo, pelo menos ao nível da clientela burguesa.

Considerando a incorporação do *habitus* religioso e a forma como transitou nos campos de atuação, Franca, após sua ordenação, tornou-se um clérigo ativo e defensor da Igreja Católica em relação ao Estado e à sociedade. O iniciano, na concepção bourdieusiana de “novo clérigo”, preservou as tradições religiosas, consolidadas pelos “antigos clérigos”, e impulsionou, ainda mais, a atuação da Igreja Católica na formação dos rumos sociais e culturais do país.

O processo de formação de Leonel Franca, enquanto integrante da Companhia de Jesus, o transformou num agente intelectual católico. Considerar sua

origem familiar e formação escolar é um esforço imprescindível para compreensão de sua trajetória vocacional. O *habitus* jesuítico incorporado, ao longo de sua permanência no seminário, auxiliou com que – após sua ordenação – retornasse à Capital e se inserisse na vida pública propagando os princípios católicos e auxiliando na formação de uma sociedade religiosa. Daremos continuidade às questões trabalhadas até o presente momento, demonstrando como Leonel Franca, imbuído da formação jesuítica, atuou de forma constante e fundamental no desenvolvimento da educação brasileira.

## 2 A PROJEÇÃO DO PADRE LEONEL FRANCA NO CAMPO RELIGIOSO CATÓLICO

“Haja porém o que houver, de uma coisa estamos todos seguros: só a Igreja tem por si a promessa de perdurar até a consumação dos séculos. Átila ou Hitler, todos passam!” (GOMES, 1938).

A história dos intelectuais consiste num campo histórico autônomo, mas que está longe de se fechar sobre si mesmo. Para compreender a trajetória de Leonel Franca, acreditamos ser fundamental analisar sua rede de sociabilidade e a forma como organizou suas estratégias para atingir os estratos sociais que beneficiassem a Igreja, fosse com seus livros, colunas em periódicos ou conferências. Priorizou os setores sociais que mais auxiliassem nas conquistas religiosas e propagação da fé católica.

Centralizamos, neste tópico, o jesuíta como homem de confiança de Dom Leme, um dos maiores líderes da Igreja Católica no século XX. Estudar essa relação é fundamental para compreendermos a consolidação do *habitus* jesuítico nas ações que permearam a trajetória de Franca. Esse respaldo define, ainda, seu trabalho na imprensa bibliográfica, que, além de defender a fé católica, trabalhava exclusivamente no combate em prol dos interesses da Igreja.

Resumidamente, pois acreditamos que o Padre Franca foi muito além de suas funções, suas atribuições e encargos deram-se nos mais variados formatos. Trabalhou como assistente eclesiástico do Centro Dom Vital; foi fundador e assistente eclesiástico da Associação de Professores Católicos; orientador espiritual de leigos e sacerdotes; conselheiro – ainda que informal – de Dom Leme; conselheiro de líderes políticos a respeito dos inúmeros problemas do país (que afetariam diretamente em decisões estatais); e conferencista dos mais variados eventos e temáticas. Este breve histórico nos permite apresentá-lo como um mediador que, ao se apropriar das demais formas de capital, com o apoio e subsídio moral e financeiro da Igreja, age diretamente na educação nacional.

### 2.1 Homem de confiança de Dom Leme: o religioso

Ao voltarmos nossos olhares às décadas da primeira metade do século XX, quando a Igreja Católica estava – por longo período – sob a liderança do arcebispo

Dom Leme, podemos afirmar que a presença religiosa, em contraponto à sociedade, estava embasada por dois parâmetros. O primeiro sugeria um esforço da instituição “[...] mediante uma ampliação mais expressiva, e uma melhor organização dos seus quadros, mantendo sempre o caráter clerical e a direção hierárquica” (AZZI, 2008, p. 124); por outro lado, necessitava de ações sociais pelo direcionamento político, além dos “[...] valores éticos e religiosos que tradicionalmente haviam pautado a atuação católica dentro do regime de cristandade” que asseguravam o direcionamento católico na sociedade (AZZI, 2008, p. 124).

Notamos que a Igreja, assim como temos acompanhado na construção deste texto, por meio de princípios religiosos, assevera ter o domínio da solução mais adequada para resolver as crises sociais, culturais e políticas. Azzi (2008) aponta que, apenas após a década de 1950, com a Conferência dos Bispos do Brasil de 1952, a instituição passa a analisar – para resoluções das crises da República – também as questões políticas e econômicas estatais.

O fortalecimento da Igreja Católica, após 1890, foi determinante para o futuro da instituição. Skalinski Junior (2015, p. 26) afirma que “[...] ao final do padroado [...] a Igreja Católica encontrava-se mal organizada no Brasil” e, por esta razão, Roma assumiu a responsabilidade de reconstituir o clero, para isso foram enviados “[...] um enorme contingente de padres e freiras europeus com a finalidade de fundar colégios, obras de caridade e assistência social, além de uma grande quantidade de missionários” (RODRIGUES, 1981, p. 5). Com isso:

Significativamente, a remoção das barreiras estatais acelerou a europeização do clero, permitindo a entrada no Brasil de uma avalanche de padres religiosos estrangeiros. [...] O subsequente crescimento no número de religiosos estrangeiros superou com grande vantagem o aumento de brasileiros. Entre 1880 e 1930, mais de três dúzias de ordens religiosas masculinas entraram no Brasil, e todas as ordens tradicionais do Brasil, menos uma, haviam sido restauradas (SERBIN, 2008, p. 95).

Um censo, realizado em 1920, aponta um grande número de imigrantes no país, no qual não faziam distinção entre religiosos e diocesanos, porém, para Serbin (2008), a maioria dos estrangeiros eram os padres religiosos. A “desnacionalização” do clero, em virtude dos desconfortos da Igreja Católica com o Estado – como, por exemplo, a inserção da laicidade em âmbito nacional –, levava as ordens a solicitar constantemente padres da Europa, ou do exterior em geral. Alguns padrões iam se



delineando, na nova fase, definitivamente “[...] ser padre no Brasil era ser branco. Ressurgiram os velhos preconceitos sobre a inadequação dos brasileiros para a vida sacerdotal” (SERBIN, 2008, p. 95).

Durante todo o período varguista, a Igreja obteve subsídios governamentais auxiliando em atividades não apenas religiosas mas também sociais. Os recursos providos do Estado auxiliavam a Igreja na reconstrução de sua infraestrutura no país. Os investimentos direcionados aos seminários eram um exemplo dessa aliança financeira:

Os seminários educavam candidatos ao sacerdócio e dezenas de milhares de meninos e homens que depois escolhia outras carreiras. [...] A partir da era Vargas, agências federais, estaduais e municipais forneceram recursos aos vicentinos. Logo muitos outros seminários passaram a receber sua parte. Documentos do arquivo de Gustavo Capanema, ministro da Educação de Vargas e protegido de Alceu Amoroso Lima, demonstram que ele e seus assessores cogitaram em transformar a subvenção aos seminários em política explícita do governo brasileiro durante o Estado Novo (SERBIN, 2008, p. 101).

Serbin (2008) afirma que essa poderia ser denominada de uma versão moderna do padroado colonial, considerando que aqueles que não levassem em diante o sacerdócio poderiam prestar serviços ao Estado. Assim, este acabava “[...] educando milhares de homens e fornecendo às escolas professores instruídos na rigorosa tradição clássica, os seminários serviram de válvula de escape a um Estado que negligenciava o ensino público” (SERBIN, 2008, p. 117). Esse fato pode auxiliar nas explicações dos motivos de o Estado ter voltado a subsidiar os seminários ainda na primeira metade do século XX.

Com base nisso, podemos afirmar que, à medida que essa reconstrução foi desenvolvida, no país, alargou-se o fortalecimento da Igreja Católica, principalmente pelos religiosos estrangeiros que aqui implantaram suas tradições católicas e propagaram os dogmas da Santa Sé.

O ganho desse catolicismo europeizado, mais intelectual e racionalista, vai se dar justamente no seio das elites também europeizadas, e é entre elas, abaladas pelas guerras e pelo fim do mito do progresso e da racionalidade capitalista e liberal, que a Igreja vai colher uma série importante de conversões de homens de letras, homens de Estado, diplomatas e cientistas. Muitos retornaram à fé de sua infância e de seus pais (FAUSTO, 2007, p. 345).

As medidas tomadas fortaleceram o catolicismo brasileiro. No entanto ainda

foram necessários mais reforços e manifestações de intelectuais da classe dirigente eclesiástica do país para que fossem demarcadas as opiniões e decisão da Igreja frente ao exposto da Carta Magna, modificada pelo marechal Deodoro da Fonseca. A partir de 1880, principalmente com este marco, alguns líderes eclesiásticos passam a anteceder os próximos passos da igreja e iniciam um movimento de presença mais marcante na sociedade, o que leva à neocristandade.

O modelo de neocristandade adotado pela igreja apresentava-se como forma de superação do estado governamental, assim agiam com os interesses da igreja demonstrando domínio da “[...] influência católica sobre o sistema educacional a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo [...] a Igreja revitalizou sua presença dentro da sociedade” (MAINWARING, 2004, p. 43). Esta era uma forma de lidar com a fragilidade da instituição sem modificar seu conservadorismo de base. Mais tarde, por volta dos anos 30, persistindo nas estratégias aqui descritas, a igreja reverte – consideravelmente – seu estado de participação estatal.

Não é possível falar do período em questão, tampouco da Ação Católica desempenhada no Brasil por Leonel Franca, sem analisar, antes, o posicionamento e sua relação religiosa e política com Dom Leme. O arcebispo nasceu em 1882 no Espírito Santo do Pinhal (SP), foi professor primário do ensino público, ingressou no seminário em 1894 e viajou à Roma secular em 1904 (por 08 anos). Estudou no Colégio Pio Latino-Americano e na Universidade Gregoriana e formou-se doutor em teologia e filosofia.

No que diz respeito aos grupos familiares, Dom Leme foi primo materno de dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti - um intelectual católico militante e atuante politicamente. A trajetória episcopal de Leme ficou marcada por sua militância religiosa em Olinda (1916) e Rio de Janeiro (1921). Foi ordenado cardeal em 1930 e exerceu o cargo eclesiástico até a sua morte, em 1942 (MICELI, 2009).

Provocamos a abertura deste tópico ao analisarmos que, além de aproximações religiosas de confiabilidade, podemos identificar em Franca um dos “braços direitos” de Dom Leme. O jesuíta enquadra-se em certa identificação com a postura e histórico do arcebispo. Ambos possuem trajetórias familiares similares:

[...] Sebastião Leme perdeu o pai pouco depois de nascer, despejando a família que então se iniciara em uma situação de insegurança econômica, agravada pela morte de seu padrasto. Além de assumir diversos trabalhos menores, sua mãe se viu obrigada a pôr o jovem Sebastião para trabalhar na venda de um tio. De lá,

Sebastião Leme saiu quando ingressou no Seminário (ARDUINI, 2014, p. 58).

O último fato tem relação com todo o discurso tecido até aqui para justificar um dos motivos dos jovens ingressarem nos seminários, além do fato, no que diz respeito a Dom Leme, de este ter parentesco com Dom Arcoverde – situação também muito próxima à de Leonel Franca, que tinha parentesco com líderes católicos. Outros pontos devem ser levados em consideração na relação entre os dois padres. Arduini (2014) relata que o fato de terem sido fartamente recompensados pela Igreja Católica, por assumirem um esforço durante o período de formação romana, também pode tê-los aproximado. Os dois enfrentaram problemas de saúde, com riscos permanentes, sugerindo cuidados para a possível trajetória eclesiástica.

Como apontamos no capítulo anterior, Franca teve que recusar o convite para compor vaga na Universidade Gregoriana por seu estado de saúde, enquanto Dom Leme também foi impedido de convites parecidos por sofrer de uma disfunção da glândula tireoide. Acreditamos que essa limitação seja um dos motivos da participação de tantos fiéis e leigos na administração rotineira das atividades de sua diocese, dentre eles, Leonel Franca (ARDUINI, 2014). Acreditamos que as ações do padre Franca foram diretamente inspiradas nos discursos e posicionamento do arcebispo. Além do respeito à hierarquia, princípio fundamental aos inacianos, por admirá-lo como líder daquela geração.

O cardeal Leme foi o segundo cardeal brasileiro. Assim como grande parte do corpo eclesiástico que se destacou na instituição católica, estudou na Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG), em Roma, entre 1897 e 1904. Pouco mais de dez anos após sua ordenação, foi consagrado bispo de Recife e, após, de Olinda. Posterior à morte do cardeal Arcoverde (de quem, além de primo, foi auxiliar), foi transferido para ser sucessor daquele no Rio de Janeiro – uma sucessão familiar de cargos eclesiásticos.

Ao tomar posse da arquidiocese de Olinda, escreveu carta pastoral pública que, “[...] para além de mostrar a situação da Igreja Católica no Brasil, propunha caminhos para sua restauração tanto religiosa quanto política” (SKALINSKI JUNIOR, 2015, p. 30). Na carta, intitulada *Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, arcebispo metropolitano de Olinda, saudando os seus diocesanos*, datada e veiculada em 16 de julho de 1916, demonstrava seu descontentamento e asseverava os rumos

sociais, propostos pelo governo no que tangia à laicidade em todas as esferas sociais.

**Somos a maioria absoluta da nação.** Direito inconcussos nos assistem com relação à sociedade civil e política, de que somos a maioria. Defendê-los, reclamá-los, fazê-los acatados, é dever inalienável. E nós não o temos cumprido. Na verdade, **os católicos, somos a maioria do Brasil e, no entanto, católicos não são os princípios e os órgãos da nossa vida política. Não é católica a lei que nos rege.** Da nossa fé prescindem os depositários da autoridade. **Leigas são as nossas escolas; leigo, o ensino.** Na força armada da República, não se cuida da Religião. Enfim, **na engrenagem do Brasil oficial não vemos uma só manifestação de vida católica.** O mesmo se pode dizer de todos os ramos da vida pública (LEME, 1916, grifo nosso)<sup>27</sup>.

A carta de Sebastião Leme chama a atenção à fragilidade da igreja, das deficiências das práticas religiosas, à limitada influência política e a crítica situação financeira. Repercutiu na sociedade entre os intelectuais católicos e não católicos “[...] e deu início ao que se convencionou chamar ‘reação católica’ que, embora tivesse como base a capital da república, foi um projeto de alcance nacional” (SKALINSKI JUNIOR, 2015, p. 31). A credibilidade dessa carta pode também ter sido levada em consideração pelo fato de Dom Sebastião Leme ser, pelo ponto de vista católico, “[...] considerado um notável estrategista, criador de formas de convivência com o novo regime e de apoio mútuo entre Igreja e Estado” (CAMPOS, 2010, p. 43). Por isso consideramos fundamental nos deter à organização social por meio dos intelectuais e suas divulgações teóricas nos espaços culturais.

Para Mainwaring (2004), o marco da neocristandade culminou com a Carta Pastoral, em 1916, no entanto os 25 anos que a antecede foi significativo para a igreja. Sem este processo o modelo de neocristandade não atingiria seu apogeu de 1930 até 1945 - quando Getúlio Vargas encontra-se na presidência da República. A igreja permanece conservadora, continua se opondo à secularização e prega a hierarquia da ordem. Lustosa (1990, p. 25) aponta que “[...] a maioria dos católicos do Brasil na Primeira República era conservadora em política e ultramontana em religião. Por isso [...] a dificuldade de muita gente da Igreja em aceitar o regime republicano [...]”. Ao definir a dificuldade dos católicos brasileiros em aceitar o período republicano, Lustosa (1990) auxilia na interpretação de que os católicos, na

---

<sup>27</sup> Demos continuidade à nossa opção de manter todos os textos, ao transcrevê-los, fiel e de acordo com o original; assim prosseguiremos por todo o capítulo.

conjuntura citada, organizavam-se, em meio a suas dificuldades, para combater o espírito republicano e, conseqüentemente, para instruir também seus leigos.

Neste sentido, a carta foi provincial considerando que a igreja apresentava-se em situação complexa. A fragilidade da instituição apresentou seu ponto mais preocupante no século XIX, quando muitos padres passaram a constituir família e se dedicar pouco às atividades eclesiais (MAINWARING, 2004). Os seminários “[...] estavam deficientes em termos de número e de qualidade; o chefe titular da Igreja era o imperador brasileiro, no caso, Dom Pedro II (1840-1889), que era um católico pouco fervoroso [...]” (MAINWARING, 2004, p. 41) e a Carta Pastoral vem, também, ao encontro a solucionar esses problemas. Esta situação ocasionou com os conflitos políticos e constitucionais, pois

Embora o Vaticano oficialmente considerasse a separação legal entre a Igreja e o Estado como sendo uma heresia da modernidade, no Brasil esse desmembramento legal libertou a Igreja de uma relação de subserviência ao Estado. O fato de sentir-se ameaçada levou a Igreja a realizar reformas internas que ajudaram a melhorar sua imagem (MAINWARING, 2004, p. 42).

De um lado, os católicos mostravam-se reformistas, seguindo os direcionamentos do clero brasileiro e incorporando as ideias iluministas dos liberais; a outra parte era romana, seguia o direcionamento tridentino e apropriava-se dos ideais do Vaticano, por conseguinte, a favor do ultramontanismo (CAMPOS, 2010; GAETA, 1991). A Igreja Católica, a partir da colonização do Brasil e – sobretudo – no período imperial, manteve fortes alianças (ora dominadora, ora dominada) com os altos comandos estatais. Porém, isso não é negativo, do ponto de vista da Igreja, à medida que a Santa Sé apropriava-se, também, de benefício econômico; “[...] a obediência ao poder civil rendeu ao clero uma estreita ligação com as oligarquias, que teve como consequência e participação na riqueza; [...] domínio exclusivo da educação” (CAMPOS, 2010, p. 38).

Ficava a cargo do episcopado nacional as reações sociais contra os ditames estadistas. Dentre posicionamentos de bispos<sup>28</sup> e clérigos, destacamos o de dom Leme, que foi uma das principais figuras e apoiadores das realizações de Leonel Franca em sua atuação intelectual na sociedade carioca católica. Com a Carta

---

<sup>28</sup>Para mais informações sobre o posicionamento do episcopado e a ação católica brasileira, indicamos CAMPOS, Nívio de. **Intelectuais e igreja católica no Paraná: 1926 – 1938**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

Pastoral, de 1916, posiciona-se como um antimodernista e manifesta seu descontentamento com os rumos sociais por afastarem-se de Deus e lembra aos leigos e fiéis os escritos impressos nas encíclicas de Pio X sobre os maus ocorridos pelo distanciamento divino, sendo,

[...] a falta de amor entre os homens, o desprezo da autoridade, a luta injusta entre as diversas classes e a desmedida ambição dos bens da terra. A instrução religiosa e a ação católica foram indicadas como as atividades principais do ministério católico para o seu tempo (DIAS, 1993, p. 102-103 apud CAMPOS, 2010, p. 57).

De acordo com o ponto de vista religioso, essa ação de dom Leme foi uma ação para mobilizar os intelectuais e os fiéis. Além disso, duas questões precisam ser consideradas: por uma face, a Igreja Católica direcionava a formação de uma elite pensante que servisse aos ideais clericais católicos; por outra, procurava, de certa forma, estabelecer alianças estadistas. O líder católico chamava a atenção para a ausência de intelectuais no país e isso fez com que o tom da discussão fosse alterado. Dom Leme afirmava que “[...] a Igreja precisava cristianizar as principais instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos” (MAINWARING, 2004, p. 42).

Ao desempenhar esse jogo dual, ela não se veria desamparada por ambas as partes. É possível observar o poder do intelectual religioso ao realizar tais intervenções. Para Campos (2010, p. 43), Dom Leme conseguia “[...] mobilizar entre a intelectualidade, o estudo e o debate das ideias e do pensamento católico e estabelecer boas relações com as autoridades políticas do Brasil republicano”. Com isso:

É possível afirmar que uma série de bispos receberam sua formação em instituições vinculadas ao projeto romanizador, procurava implementar nas diversas cidades e Estados brasileiros o programa de reação ao laicismo que postulava uma sociedade desvinculada do ideário católico, das autoridades eclesiásticas e das instituições católicas (CAMPOS, 2010, p. 44).

Essa formação romana diz respeito também aos atos de Leonel Franca. Enquanto jesuíta, por meio do apoio de D. Leme, realizava suas ações político-institucionais católicas com os objetivos de divulgar e propagar a fé cristã católica e os ideais da Santa Sé, impressos na sociedade brasileira. Gaeta (1991, p. 168)

levanta a chave dessa questão quando afirma que:

[...] não bastava formar o clero num seminário rigorista reformador, nem usar da autoridade para punir os clérigos indisciplinados. Era preciso estimular os padres a se consagrarem inteiramente às atividades pastorais junto aos leigos.

Esse estímulo era, nítida e claramente, o papel de Dom Leme no incentivo aos seus pares – inclusive Leonel Franca. As lutas e disputas, travadas no campo clerical em prol da conservação dos ideais católicos na sociedade, e em contraposição aos feitos governamentais, levam-nos a observar que, independente do posicionamento estadista, a postura católica mantinha-se e conservava-se. Suas alterações davam-se, monárquica ou republicaneamente, para impedir que o laicismo avançasse e tomasse conta das ondas sociais e culturais na sociedade, no caso, a brasileira. Os discursos de D. Leme, por exemplo, demonstram a astúcia episcopal com que realizava contraposição “[...] aos anticlericais e promovia um estreitamento das relações com as autoridades políticas” (CAMPOS, 2010, p. 46). O campo religioso:

[...] caracteriza o clérigo, cuja encarnação ideal-típica é o padre católico, como mandatário de um corpo sacerdotal que, enquanto tal, é detentor do monopólio da manipulação legítima dos bens de salvação e que delega a seus membros, tenham eles carisma ou não, o direito de gerir o sagrado (BOURDIEU, 2004, p. 120).

Para Pierre Bourdieu, o campo religioso possui muitas ambiguidades e isso acontece por ele ser dissolvido num campo de poder simbólico. O campo está “[...] colorido de moralismo e os próprios não-religiosos cedem com frequência à tentação de transformar saberes positivos em discursos normativos capazes de exercer uma forma de terrorismo legitimado pela ciência” (BOURDIEU, 2004, p. 123). A carta pastoral e as ações de Dom Leme representam essa afirmação.

Martins (2017), em artigo ao centenário da carta pastoral, *Um projeto político via instrução: 100 anos da Carta Pastoral de Dom Leme*, auxilia na compreensão de que um dos objetivos que perpassa todo o teor daquele comunicado está diretamente ligado a aspectos educacionais. O autor afirma que a educação teria a responsabilidade de salvar o povo da profunda crise, em diversos aspectos, principalmente religiosos, em que se encontrava o país.

A carta, que indicava a educação e a instrução como solução à ignorância religiosa, influenciou os movimentos educacionais da época. Claramente ela se

referia a tantas outras, e profundas, questões sobre o cenário daquele período. No entanto, nossa preocupação é analisar os fatores educacionais e culturais indicados que podem ter levado Leonel Franca a “aderir” à ideia da recristianização, vendo a educação como potencial solução dos males do século XX.

Na análise de Martins (2017), a carta foi dividida em quatro partes. Na primeira, Dom Leme se propôs a expor o mal da falta de instrução religiosa. Na segunda, apontou a ignorância religiosa no meio intelectual e, também, nas camadas populares. Enquanto, na terceira parte, defendeu a instrução religiosa como remédio para os males do Brasil. E, por fim, concluiu com o objetivo inicial: saudar os diocesanos de modo a anteceder sua chegada.

Ao falar sobre a ignorância religiosa, ele destacou as camadas sociais e as dividiu em povo e intelectuais, sendo os segundos “[...] homens de letras, estudados, de ciências, gente ledora e lida que pontifica no magistério e na imprensa” (LEME, 1916). Fica registrada a preferência por esta camada que ficará ainda mais forte após a criação de organizações e centros, com apoios incondicionais a líderes católicos, como o padre Franca.

Ainda sobre os intelectuais católicos, após os convocar para o combate religioso, Leme se protegeu dos julgamentos: “[...] não nos levem a mal o lhes termos posto a mão na ferida” e reafirmou que sua crítica era ao povo, de modo geral, já que muitos “[...] não lhes escasseia conhecimentos profundos no campo das ciências e das letras. Conhecimentos religiosos, precisos, claros, fundamentados, em geral, não os têm. E é um mal” (LEME, 1916).

Ao tratar a educação e instrução como fundamento e remédio para os males sociais e culturais, ele os diferiu, já que ambos têm denotações distintas. Ele entendia que “instruir é fornecer à inteligência os conhecimentos que lhe são necessários” (LEME, 1916), enquanto o processo de educar está diretamente ligado a:

**[...] formar a vontade nos moldes do bem e da virtude, por meio daqueles hábitos e disposições que reunidos, fazem o caráter bom. Podem os pais instruir os filhos em todos os ramos do saber humano. Si não derem homens honestos, em vez de ser fonte de benefícios, será a instrução de uma arma do mal. Sem a boa educação do espírito infantil nunca se forma o caráter** (LEME, 1916, grifo nosso).

O cardeal destacou, na mesma ocasião, que a necessidade da fé ia muito



além de sua garantia no currículo escolar, ela estava diretamente relacionada ao conhecimento cristão cotidiano, como cultura apropriada: “[...] teríamos ensejo de fazer ressaltar como a instrução religiosa vem saciar a alma humana [...]”, além de que “o sentimento religioso é necessário, é útil e bom, mas não pode suprir o conhecimento da religião”, considerando que, “[...] para os embates do mundo, não é suficiente o ensino religioso ministrado na escola” (LEME, 1916).

Leonel Franca, antes e após sua ordenação, escreveu de forma incansável sobre esta ideia preconizada por Dom Leme: recristianizar o povo leigo por meio dos aspectos educacionais. A história de sua luta pela propagação do catolicismo está diretamente relacionada ao ensino religioso. Sobre tal dualidade, Franca afirma e defende:

Já vão longe os tempos em que uma **pedagogia superficial**, sobrevalorizando a cultura da intelligencia, **confundia instrução com educação, capitalização de conhecimentos com formação de carater**. O homem não vale pelo que sabe, senão pelo que é. [...] **Não atribuíamos á simples instrução uma efficacia que não possue. É a educação que plasma o homem; a instrução, quando muito, prepara technicos** [...] (FRANCA, 1931, p. 7-8, grifo nosso).

Com os pés firmes no projeto de uma instrução geral, nos formatos não apenas institucionais, mas também integrais do povo, Dom Leme apontou reprovação àqueles que procuravam excessivamente a cultura letrada em detrimento do conhecimento mundano. Indicou que fossem desconsiderados, inclusive, aqueles livros que não apresentassem o *imprimatur* da autoridade eclesiástica. Isso porque:

**Não é de formulários ou manuais que precisa o mundo.** A religião não consiste em belas fórmulas de prece, nem muito menos no “livrinho de missa”, perfumado e mimoso. **O necessário é ter fé, esclarecida e firme, cujas raízes assentem em base de sólida instrução religiosa** (LEME, 1916, grifo nosso).

Notamos a necessidade de expor, principalmente por meio da carta pastoral de dom Leme, alguns dos princípios defendidos ao longo da trajetória intelectual de Leonel Franca. Dom Sebastião Leme era amigo pessoal de Vargas; dessa maneira, mais tarde, “[...] procurou influenciar nas decisões de causas públicas. Ele obteve a ajuda financeira estatal para amparar as escolas católicas, conseguiu vetar o divórcio e reintegrar a educação religiosa durante o período escolar” (MAINWARING, 2004,

p. 48).

A capacidade de Dom Leme de flexionar as relações e influenciar diretamente nos altos círculos lograram vários êxitos políticos. Seguindo dom Leme e o papa Pio XI (1922-1939) grande parte dos líderes católicos abraçavam a ideia de catolicizar instituições e levar o catolicismo para o âmbito social, familiar, trabalhista. Nesse sentido, posteriormente, no que tange à formação social e cultural religiosa brasileira, é possível notar a continuidade que é dada aos segmentos estabelecidos na carta pastoral.

A neocristandade prosperou sob líderes como dom Leme. Ele reafirmou a catolicidade do Brasil e defendeu a ordem social apoiando as autoridades, recristianizando as classes superiores seculares e mantendo uma postura conservadora e paternalista em relação aos pobres (SERBIN, 2008, p. 99).

Seguindo os mesmos princípios religiosos e profissionais de Dom Leme, padre Franca foi uma espécie de secretário informal do arcebispo. Essa relação se dava acerca de grande parte das decisões a serem tomadas pela igreja, por parte do cardeal. Para algumas informações soltas, ou algum projeto a ser elaborado, o padre jesuíta era consultado e iniciava sua escrita em apoio a seu superior no esclarecimento das questões:

Encarregou-lhe até a preparação do material para muitos documentos de importância, por exemplo, em 1937, a Pastoral contra o Comunismo; em 1938, um tratado sobre a nacionalização do clero e um apelo em prol da Casa do Padre, como vários depois em prol da Universidade Católica; em 1939, como Consultor do Cardeal e do Concílio Plenário Brasileiro: alocuções, notas, a carta Pastoral Coletiva, etc. (D'ELBOUX, 1953, p. 229).

Por essas e outras razões que, na morte de Dom Leme, o nome de Franca foi citado para a substituição na arquidiocese do seu superior. No entanto, não se sabe se por conta de sua saúde, mas ele rejeitou o convite para substituir o seu superior. D'elboux (1953, p. 229) afirma que “méritos, com certeza, não lhe faltariam para essa condecoração eclesiástica, uma vez que, na sua vida e nos seus trabalhos, se assemelhou tanto aos grandes Doutores da Santa Igreja”.

Uma das principais conquistas de Franca, e que mais o afeiçoava a dom Leme, foi a conversão de almas para a igreja (D'ELBOUX, 1953). Não é possível mensurar a quantidade precisa de batizados, conversão de infiéis e de pessoas que estavam fora da vida católica. Padre Franca registrou, em seu diário, que não se

sentia lisonjeado pela presteza que tinha às pessoas. Em suas anotações consta que recebeu 15.934 visitas até o ano de 1945. Era um dos padres mais procurados na universidade, ou na Igreja Católica carioca, para a confissão dos jovens e dos adultos (ARQUIVO DA PROVÍNCIA DOS JESUÍTAS NO BRASIL).

Pessoas que estavam à volta de Franca testemunharam por diversas vezes os sacrifícios dele para ser um religioso exemplar. Seu enfermeiro dizia dos esforços que ele fazia e como prestava homenagem a santos ou Nossa Senhora. É sabido que o jejum e a quarentena é uma forma de penitência nos rituais católico; sendo assim, o padre – por exemplo – abria mão da sobremesa aos sábados como forma de suplício (D'ELBOUX, 1953). Essa etapa da mortificação parece ser muito cara aos jesuítas. Desde a sua formação, Franca realizou exercícios espirituais contra o desapego e toda a forma de negação aos bens materiais. Em cartas familiares podemos evidenciar que deixou toda a sua herança para seus irmãos e família como forma de desapego e renúncia aos apegos financeiros pessoais. Ressaltamos que, ao deixar a herança para seus familiares, Franca mantém o capital financeiro familiar estabilizado. De qualquer forma, o montante – em dinheiro – não poderia ficar a seus próprios cuidados. Então, ou ele doaria à terceiros ou o valor transferia-se automaticamente aos bens da Companhia de Jesus. A escolha do sacerdote foi transferi-los à própria família.

A humildade, a caridade e até mesmo o flagelo deveriam ser marcas destacadas entre os jesuítas. A definição elaborada por Franca a respeito de seus defeitos, e faltas, está fundamentada em parâmetros que extrapolam a moral corrente. Suas formas de ação consistem em enfatizar o ideário católico como argumento para a realização de seus atos; isso justifica seus relatos de busca à santificação ainda que nos momentos de enfermidade. Não era permitido que deixassem, dentro da Ordem religiosa, se vencer pelo cansaço ou pela vaidade. Era fundamental que se arrependessem constantemente até mesmo por aquilo que não haviam feito e procurassem a retidão das coisas:

Lancei um olhar para o passado e de **nenhum pecado grave me acusava a consciência**; mas então como desejava ter trabalhado deveras na minha perfeição; observando melhor as regras, vivido uma vida mais sacrificada, de maior união com Deus...  
**Tomei o crucifixo e fiz fervorosos colóquios de arrependimento**, confiança, na misericórdia de Deus, etc. Com um prazer instantâneo me hei de por em perigo de ir ao inferno. Ah não, **nunca com o auxílio de Deus cometerei um pecado mortal** (FRANCA apud

D'ELBOUX. 1953, p. 425, grifo nosso).

Franca, segundo sua própria opinião e parecer, já havia identificado quais seriam seus maiores e piores defeitos. Por se considerar vaidoso e, por vezes, ter necessidade de reconhecimento, apontou em um caderno de anotações alguns itens que identificara, mas que deveriam ser repensados para continuar – em sua concepção – no caminho da retidão religiosa e da humildade: “[...] gostar de ser esquecido; não fazer nada para ser visto; sofrer injúrias e palavras ásperas; gostar de que os defeitos sejam manifestados; mostrar-se humilde nas palavras, nos gestos, etc.; não querer ser tido por humilde (FRANCA apud D’ELBOUX, 1953, p. 428). Essas anotações, retiradas do caderno/diário do padre Franca, demonstram o esforço para combater o orgulho – considerado por ele a raiz de todos os males, pecados e defeitos. Na sua concepção, se não fosse pela humildade, suas realizações seriam inúteis à Companhia de Jesus, levando-o, assim, à incerteza do perdão pelos seus pecados, ainda que possíveis.

O padre anotou que o excesso de confiança em si próprio poderia fazer com que ele cometesse erros e comprometesse os objetivos do seu trabalho com e para a igreja. Nos relatos, ele confessa que, muitas vezes, viu apenas em si a única solução para os problemas. Com base nestes apontamentos, chamamos a atenção para, também, os objetivos de Franca ao registrar tamanho esforço em parecer santo. É provável que, antes mesmo de D’elboux (1953), o próprio Leonel Franca interessava-se em um processo, póstumo, de beatificação.

Conheci nesta meditação que minha paixão dominante é a soberba. Resolvi fazer o exame particular sobre estas três coisas:

1º Não falar de mim, de meus estudos, etc.;

2º Não criticar os outros, o seu modo de falar elegante ou simples, o seu modo de proceder;

3º Não falar em tom de oráculo aprovando ou condenando livros, doutrinas, pregadores, embora seja uma coisa certa. Além disto, combater com muito empenho os pensamentos elevados de grande reputação de fama de sábio, de fazer figura [...] (FRANCA, 1913. In: D’ELBOUX, 1953, p. 431).

O biógrafo de Franca afirma que isso ficou muito claro no religioso constantemente, ele mal falava de si ou de suas produções. Todos só ficavam sabendo destas praticamente quando já estavam prontas. Mas, então, vencido pelo espírito da humildade, socializava-as, em formato de cartas aos intelectuais mais respeitados do século XX. Seus exercícios espirituais jesuíticos podem ter refletido,

diretamente, na forma como respondia aos protestantes no que tangia às suas obras.

D'elboux (1953) cita que Franca não costumava tomar decisões individualmente. Não resolvia questões sem antes de pedir a opinião ou consultar a permissão de seu chefe, o padre provincial da Companhia de Jesus, ou, ainda, dependendo da proporção, ao ilustre Dom Leme. Tanto para realizar suas ações como assumir cargos aos quais era convidado, constantemente pedia aprovação e licença.

Franca apresenta-se como um religioso que exerce sua função de clérigo, não menos imponente que seus pares, no entanto isso não assegura sua completa autonomia. O jesuíta tinha por objetivo inicial - já segundo os princípios da Companhia de Jesus - alcançar a santidade. Deixava isso claro em seus escritos sobre modéstia e em relatos de sua simplicidade. A rotina de sua vida era regida pelos princípios da Companhia de Jesus, como o de encontrá-lo, todos os dias, no mesmo horário, no mesmo local.

Compreendemos que o posicionamento religioso de Leonel Franca, como homem de confiança de Dom Leme, fez dele um dos intelectuais mais respeitados da Igreja Católica no século XX. Seu jogo de domínio no campo religioso, imbuído do *habitus* jesuítico, permitiu que ele transitasse na esfera social de forma relativamente tranquila e segura. Para auxiliar no entendimento de como ele trabalhou a divulgação de suas conferências à esfera leiga, acreditamos serem necessários apontamentos e respectivas repercussões de suas obras de caráter educativo e religioso.

## **2.2 Fortalecimento da rede de sociabilidade na imprensa bibliográfica**

Como construído durante toda a elaboração desta tese, reforçamos que nosso interesse maior é compreender Leonel Franca como mediador, da Igreja Católica, e participante ativo nos rumos da educação brasileira. Porém, consideramos ser imprescindível demonstrar a forma como sua obra o impulsionou a ocupar um espaço considerável nos campos políticos e educacionais. Enfatizamos suas produções e o caráter educativo que podem ser identificados em sua escrita, pensando, sempre, na formatação social e cultural, referente aos leigos em prol da organização da Igreja Católica. Ressaltamos que suas publicações/divulgações o engendra na cultura nacional, isso foi decisivo como estratégia para sua inserção no

campo social.

Muitos dos artigos de Franca foram publicados nos mais variados jornais e revistas de circulação leiga no Rio de Janeiro, como por exemplo: *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*; com vínculo a instituições profissionais: *Anuário das Faculdades Católicas*, *Gregorianum*, *Revista Brasileira de Pedagogia*, *Revista Brasileira de Estatística*, *Verbum*; e, religiosas: *Anais da Sociedade Jurídica Santo Ivo*, *Boletim da Associação de Professores Católicos*, *Boletim Oficial da Ação Católica Brasileira* e por fim *A Ordem*. No entanto, além das veiculações de mais fácil acesso encontram-se os livros.

Textos relacionados a embates contra a Igreja Católica também marcaram a trajetória de Franca na imprensa. Dessa forma, o padre tornou-se um – conhecido – polemista da igreja. Seus debatedores variavam entre alguns dos principais líderes protestantes daquele momento. Dentre eles estavam os reverendos pastores: Eduardo Carlos Pereira, Ernesto Luiz de Oliveira, Othoniel Motta e Lisâneas Cerqueira Leite. Lima (1995) afirma ter ocorrido, neste período, uma das maiores polêmicas entre católicos e protestantes no Brasil. Cristãos católicos e protestantes utilizavam-se de próprias criações para divulgar seus escritos. Nos protestantes foram criados *A Imprensa Evangélica* e *O Estandarte* – Igreja Presbiteriana; *O Jornal Batista* e *O Expositor Cristão* - Igreja Metodista. E, na Igreja Católica os periódicos surgiam de paróquias ou dioceses.

Para pensar a produção de Franca é necessário considerar a situação da cultura intelectual católica durante seus anos de formação na Europa (1912-1924). Sua inspiração formadora está enraizada na tradição jesuítica, que: “[...] estimulado pelo espírito aberto e generoso de Mercier, era representado pelas correntes do chamado ‘tomismo franco-belga’ que, a partir, sobretudo, dos problemas então candentes da Crítica do Conhecimento, tentava um diálogo com correntes da filosofia moderna, sobretudo com o kantismo” (VAZ, 1998, p. 323, grifos do autor). Para nos atentarmos a isso, entramos em contato com suas produções.

Em pesquisa no arquivo da província dos jesuítas no Brasil, situada no Rio de Janeiro, podemos identificar que as produções do inaciano vão muito além daquilo que foi divulgado. O conjunto dos registros de suas acepções quanto aos rumos sociais daquele período não foi publicado em sua totalidade. Seus livros divulgados foram: *Noções de História da Filosofia* (1918); *Apontamentos de Química Geral* (1919); *A Igreja, a Reforma e a Civilização* (1923); *As relíquias de uma polêmica*

(1926); Ensino Religioso e Ensino Leigo (1931); O divórcio (1931); Catolicismo e Protestantismo (1933); A Psicologia da Fé (1934); Protestantismo no Brasil (1938); A crise do mundo moderno (1941); O método pedagógico dos Jesuítas (póstumo) (1952); O problema de Deus (póstumo) (1953); além de duas traduções, Imitação de Cristo (1944) e Livro dos Salmos (1947); alguns deles passando por diversas reedições.

O trabalho intelectual, com divulgação intensa, aconteceu entre os anos de 1954 e 1955, quando a edição de sua obra completa foi divulgada com 14 volumes. Franca escreveu sobre os mais diversos temas, passou da defesa do catolicismo a posicionamentos polêmicos como divórcio, aborto, ataques protestantes, política, filosofia, química e qualquer outro assunto que pudesse perpassar pelas questões sociais emergentes do período.

Após ingresso na Companhia de Jesus e estudos introdutórios para cursar filosofia na PUG, em 1912 – como afirmamos no capítulo anterior –, Franca empreendeu esforços na produção de sua primeira produção: *Noções de História da Filosofia* (1918). O texto foi reeditado aproximadamente 20 vezes até o final da década de 1990. A partir da segunda publicação, o livro recebeu um capítulo adicional: História da Filosofia no Brasil. Podemos, ainda, afirmar que esse livro seja a continuidade dos estudos necessários para Franca preparar suas aulas, enquanto professor recém-formado e dedicado a seu ofício.

Padre Franca, ainda em processo de formação jesuítica, por meio dessa obra, empreendeu três enfoques altamente debatidos no século XIX: espiritualismo, positivismo e materialismo. O jesuíta aponta que um número considerável de filósofos e estudiosos debatem essas temáticas, no entanto, a superficialidade e a fragilidade dos autores as tornam carentes e esse fato o impulsionou a produzir o livro em questão.

Os nomes de Tobias Barreto (1839-1889) e Sylvio Romero (1815-1914) são os alvos de maior parte das críticas de Franca. Além do fato de serem sergipanos e de terem estudado Direito em Recife, os dois são associados ao esforço por consolidar uma tradição de crítica literária e filosófica no país ancorada no materialismo e em profunda crítica à metafísica. Reconhecendo em ambos os principais adversários a combater, Franca empreende um esforço para demonstrar a superficialidade de sua reflexão, associada aos modismos intelectuais (ARDUINI, 2013, p. 09).

Notamos que Franca tem como objetivo defender, para além da sua fé, a Igreja Católica dos ataques protestantes e de todos aqueles que atingiram direta, ou

indiretamente, a Igreja Romana com os mesmos argumentos. Leonel Franca possuía o poder do discurso à representatividade da Igreja. Em nome dessa defesa ele utilizava seus livros com uma linguagem que expressava autoridade e precisão. Sobre a linguagem, na teoria bourdieusiana, é possível constatar que ela

[...] na melhor das hipóteses, representa tal autoridade, manifestando-a e simbolizando-a. Há uma retórica característica de todos os discursos institucionais, quer dizer, da fala oficial do porta-voz autorizado que se exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição (BOURDIEU, 2008, p. 87).

Enquanto porta-voz da Igreja, em prol de sua defesa, o inaciano, por meio da linguagem do catolicismo, obteve um movimento de aceitação e aprovação de sua primeira produção, impactante mesmo a nós pesquisadores. Os breves e poucos recortes, encontrados em arquivos e periódicos da época, não são o suficiente para demonstrar e mensurar sua participação social, bem como sua repercussão.

Elencamos alguns dos recortes de jornal, destacados pelo próprio Franca, contidos em sua pasta/diário de anotações que contém alguns dos periódicos de maior circulação naquele contexto. Se os seus livros não poderiam ser comprados, por não ter um valor acessível ao público, ou devido aos leigos não terem entendimento daquela importância, os jornais circulavam em variadas camadas sociais – atingiam uma porção maior da população, se não pela forma escrita com o impacto de sua divulgação oral.

Enquanto isso, no mesmo ano, n'O *INTRANSIGENTE*, quinta-feira – 05/06/1919, no Recife, Esdras-Farias aponta que “A obra *Noções de Historia da Philosophia* do padre Leonel Franca, é, por conseguinte, um grande livro, um expositor de conhecimentos úteis, de vantagem educativa para a mocidade de hoje”. Ressaltamos a dimensão de sua publicação e sua divulgação em massa. Em seus arquivos de correspondências encontramos inúmeras cartas de recebimento das obras. Ou seja, sua estratégia para divulgação e expansão consistia em fazer autodivulgação de seus escritos para, assim, espalhá-los por todo o país ou para além dele, o quanto pudesse.

No que tange às publicações, com base no posicionamento ocupado por escritores numa sociedade, podemos afirmar que foram objeto e meio de divulgação. Independente do seu aspecto, se voltada para o público interessado, seu impacto teria constantemente um retorno. Franca, enquanto um intelectual engajado, não



apenas nos compromissos eclesiásticos, mas nos mais diversos estratos sociais, tinha o poder dessa divulgação. Essas ações:

[...] podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou ‘mediadores’ em potencial, e ainda outras categorias de ‘receptores’ da cultura (SIRINELLI, 2003, p. 242).

Considerando que as características da linguagem sacerdotal, e/ou professoral – no caso de Franca, as duas coisas –, costumam estar atreladas à instituição à qual pertencem, compreendemos que as produções em questão foram originadas da posição ocupada pelo jesuíta no campo de concorrência por uma verdade dentro das polêmicas temporais (BOURDIEU, 2008). Não obstante, utilizando-se de sua autoridade, delegada por grandes líderes – como Dom Leme, por exemplo -, o padre ficou conhecido como “O Polemista”, pela crítica literária.

Franca, na condição de professor, escritor e intelectual prestigiado, encontrava-se na primeira classificação. Seu reconhecimento repercutia intensamente, e seu posicionamento como criador ficava demarcado no meio social. Sobre seus reconhecimentos, o *Correio da Manhã*, em 23/11/1919 (grifo nosso), trazia:

Noções de Historia da Filosofia, por Leonel Franca. **Este livro é uma obra de valor escripta sob uma inspiração visivelmente catholica.**

Cremos que é a primeira Historia da Philosophia que se publica no Brasil, e **é preciso confessar que honra a nossa cultural, e é digna do assumpto que versa com superior erudição.**

Desde as primitivas filosofias orentaes, e depois a philosophia grega, até os últimos systemas, degrega, até os últimos systemas de nossos dias, o autor estuda todas, expondo-as sucintamente e comentando-as, num resumo utilíssimo.

**É um compendio organizado com muito methodo e que se torna eficaz como uma boa obra para estudo e para consulta.**

A crítica na coluna Vida Literária, d’*O Jornal*<sup>29</sup>, escrita por Gualter, em

<sup>29</sup> Fundado em 1919, *O Jornal* estruturava-se como uma provocação ao *Jornal do Comércio* – o mais popular naquele momento. Organizado por ex-funcionários do *Jornal do Comércio*, tinha o objetivo de mostrar qual seria o verdadeiro e mais original jornal. Dentre esses representantes, estava Alceu Amoroso Lima.

28/3/1922, reforçava:

O numero dos nossos pensadores das ultimas gerações, dessas que vão dominando agora a arena intelectual, já avultado e citar os nomes dos srs. Papaterra Limongi, Tristão de Athayde, José Oiticica, Andrade Muricy, Ronald de Carvalho, Perillo Gomes, Tasso da Silveira, Renato de Almeida, Alvaro Bomilcar, José Maria Bello, Albertina Bertha, Flexa Ribeiro, Victor Vianna, Pontes de Miranda, Gilberto Amado, João Pinto da Silva, A. Chateaubriand, Mario de Lia, será citar somente os que revelam mais atividade mas, nem de longe, lembrar todos os moços que merecem aquelle qualificativo e nem mesmo se pode dizer que representem, no seu conjunto, todos os matizes desta nova e já muito complexa intelectualidade brasileira. [...] É neste ponto, que, ao que nos parece, vae tendo a palma, entre nós, a mocidade que se educa em institutos catholicos. De facto, poucos são ainda os que se dedicam ao estudo de questões propriamente philosophicas, mas os mais sérios espíritos, com que já contamos, nesses domínios, força é confessor que, por educação e convicções pertencem ao grêmio da Igreja.

Observamos que o crítico literário coloca Leonel Franca entre os pensadores com mais repercussão e impacto na época em discussão. Logo em sua primeira obra, o jesuíta aceitou o timbre de intelectual e é amplamente acolhido por aqueles que já estão imersos naquela realidade. Afinal, se considerarmos que só têm tamanho impacto aqueles que aceitam a entrada no campo intelectual e são aceitos por aqueles que já o compõem, podemos afirmar que:

[...] um campo só pode se conceber como um mercado, como produtores e consumidores de bens. Os produtores, indivíduos dotados de capitais específicos, se enfrentam. A razão dessas lutas é a acumulação da forma de capital que garante a dominação do campo. O capital aparece então, ao mesmo tempo, como meio e como fim (BONNEWITZ, 2003, p. 61).

Em consonância com o que afirmamos e em defesa daquele que acaba de ser aceito no campo intelectual, o colunista Gualter, d' *O Jornal*, ataca os materialistas que, segundo ele, organizados em pequenos grupos, possuíam pouco argumento literário. Afirma que a Igreja Católica, em campo filosófico, principalmente, se posiciona melhor e demonstra capacidade de explicar obras de difícil entendimento e de muito fôlego. O fato de o vocabulário de Leonel Franca ser mais complexo e por sua capacidade de atingir as camadas mais desfavorecidas economicamente não ser tão eficaz não parecem ser pontos negativos para os críticos literários. Afinal, o convencimento deveria se dar “de cima para baixo”. Neste caso, constatamos uma parte da imprensa que servia aos favorecimentos da igreja.

Com isso, podemos notar que não apenas em Roma, mas em vários outros pontos da Europa a produção de Franca mostra-se afirmativa e importante para a defesa do catolicismo. Os apontamentos e considerações são divulgados até mesmo para servir de inspiração para aqueles que professam da mesma fé. Na vida da intelectualidade do século XX, em sua grande parte,

O padre Leonel Franca é, como disse, autor de uma “História da Filosofia”, de que a segunda edição constituía, por assim dizer, a sua revelação ao mundo das letras brasileiras. [...] talvez só por modéstia não de um volume à parte as últimas cem páginas que são, realmente, a primeira tentativa séria de uma história das ideias no Brasil, de uma história e de uma crítica dessas mesmas ideias, do ponto de vista de um sistema com direito de cidade no mundo da filosofia, no caso, graças a Deus, o da filosofia tradicional, católica (FIGUEIREDO, 1924, p. 29).

Jackson de Figueiredo refere-se à inclusão de um capítulo final, na segunda edição, da obra de Franca, de 1921, sobre história da filosofia no Brasil. E, embora com toda a repercussão de um de seus maiores livros sobre a filosofia, ele ainda escreve os *Apontamentos de Química Geral* (1919), com os objetivos centrais de preparar suas aulas e organizar o currículo das escolas religiosas. Muitos dos itens teóricos foram adotados, antes por ele, e posteriormente por muitas instituições confessionais.

Como já tratado no capítulo anterior, na década de 1920, Franca retornou a Roma para a realização do curso de filosofia, o qual teria duração de quatro anos. É necessário destacar que suas passagens por Roma deixaram, frutos importantíssimos a serem colhidos pela ordem religiosa e, após isso, a serem distribuídos à sociedade. Nenhuma passagem por Roma, ou melhor dizendo, nenhum financiamento empreendido pela Santa Igreja deixou de dar origem a obras impactantes na Igreja Católica, sobretudo em território brasileiro. O livro *A Igreja, a Reforma e a Civilização* (1923) foi uma dessas produções. Com base nos pressupostos bourdieusianos, defendemos que tais investidas são possíveis por meio da acumulação do capital cultural:

[...] que corresponde ao conjunto das qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família. Este capital pode existir sob três formas: em estado incorporado, como disposição duradoura do corpo (por exemplo, a facilidade de expressão em público); em estado objetivo, como bem cultural (a posse de quadro, de obras); em estado institucionalizado, isto é,

socialmente sancionado por instituições (como os títulos acadêmicos) (BONNEWITZ, 2003, p. 53-54).

Com mais uma obra, Leonel Franca teve o reconhecimento de ser um ilustre intelectual. A partir do capital cultural utilizado, produtivamente de forma proveitosa, o padre, em poucos anos, estava pronto e adequado a fazer parte do rol daqueles que já estavam consolidados no campo social com os objetivos de dirigir a sociedade e atingir as mais variadas camadas sociais por meio da repercussão e divulgação de “manuais culturais”. O livro “[...] ao mesmo tempo que firmava a reputação intelectual de Franca, prenunciava para o jovem jesuíta uma presença marcante na conjuntura intelectual do catolicismo brasileiro dos anos 20 (VAZ, 1998, p. 326).

Embora se referindo a um contexto francês e tratando de assuntos de outra natureza, consideramos importante e possível a aplicabilidade da análise de Pierre Bourdieu, que classifica o capital cultural em três estados: o estado incorporado, o estado objetivado e o estado institucionalizado. Podemos defini-los, respectiva e sucintamente, em disposições do agente em seu campo; acumulação de bens culturais – quadros, livros etc. -; e posse de um certificado escolar, de algum grau. No caso de Leonel Franca, o capital cultural teve como meio o fato da necessidade fundamental de estar ligado ao corpo do jesuíta, que tinha a Igreja lançando mão de tudo o que fosse necessário para sua formação – isso pressupõe sua apropriação (BOURDIEU, 2012).

Ainda sobre apropriação do capital cultural tendo como um dos resultados suas produções, n’*O jornal*, em 25/05/1924, Agrippino Grieco (grifo nosso) discute que:

**A obra do Padre Leonel Franca é admirável. Embora escripta especialmente para responder a um livro do sr. Eduardo Carlos Pereira sobre o problema religioso na America latina, ella vae muito além do seu objetivo,** porque o assumpto é vasto demais, alto demais para ater-se a uma só individualidade. Dahi mudar-se em obra de doutrina o que poderia ser apenas obra de polemica. [...] **O autor, que dispõe de uma surpreendente cultura histórica, clarificada pela argucia critica, sabe ver a acção catholica nas suas correlações sociaes e humanas.** Leu, sem medo, tudo quanto era necessário a sua especialidade. **Leu os próprios inimigos da Egreja e combate-os agora com as armas mesmas que trouxe dos seus arsenais theologicos.** Não há uma obra essencial da literatura protestante que lhe seja desconhecida e teve o recurso de ir as fontes originaes, sabedor como é das ásperas glóticas tedescas não menos que dos nobres acentos latinos ou das cariciosas syllabas gregas.

Grieco divulga, por meio de um meio mais acessível de comunicação, uma opinião que favorece a igreja, e direciona uma crítica ao protestante Carlos Eduardo Pereira<sup>30</sup>. O colunista, na mesma divulgação, defende o padre Franca e diz que, como todo bom católico e principalmente jesuíta, o padre responde às críticas com educação e com a erudição de um filósofo a ser destacado naquela sociedade e cultura. O pastor presbiteriano Carlos Eduardo Pereira, na publicação de *O problema religioso na América Latina*, escrito em 1920, afirma que todos deveriam ser protestantes para unificar a nação. Realiza apontamentos que contribuem com a discussão gerada em torno do Congresso da Obra Cristã na América Latina.

Em 1916, na capital do Panamá, realizara-se o Congresso da Obra Cristã na América Latina. Tal encontro era um desdobramento da grande Conferencia Mundial de Missões, realizada em Edimburgo, 1910, e que tinha chegado à conclusão, para desespero dos evangélicos mais conservadores, que a América Latina não podia ser considerada um campo missionário, justamente por causa da presença do catolicismo (LIMA, 1995, p. 15).

Naquela ocasião, os brasileiros que compunham uma parcela daquele público, julgavam que o catolicismo apresentava-se como um fator prejudicial a ser combatido; e, os católicos, por sua vez, um público a ser evangelizado. Pereira (1920), ao participar do presente evento, publica sua obra com cerca de 450 páginas provando, entre outras teses, a de que o problema da América Latina é o religioso. Para o pastor presbiteriano, “[...] o catolicismo seria o principal fator da manutenção do continente latino no atraso econômico e social. A solução para tal atraso estaria na adesão ao protestantismo, somente ao abraçar a fé protestante os povos latinos alcançariam o progresso” (FABRICIO, 2015, p. 06).

As críticas feitas ao catolicismo atingiam, por vezes diretamente, à Companhia de Jesus, uma das Ordens mais atacadas pelo autor do livro. Portanto, entende-se que *A Igreja, a Reforma e a Civilização* foi uma expressão contra essa produção. Com isso, cabe-nos

[...] observar que polêmicas ou disputas, como esta entre Leonel Franca e os pastores protestantes, só colocam em evidência a tensão e a concorrência existente no campo religioso, onde o que

---

<sup>30</sup> Carlos Eduardo Pereira, nascido no ano de 1855 – em Minas Gerais, converteu-se ao presbiterianismo e tornou-se sacerdote na cidade de São Paulo. Foi um dos mais consideráveis debatedores sobre o protestantismo no Brasil e na América Latina, do início do século XX (LIMA, 1995).

está em jogo é o acúmulo de capital religioso e capacidade de fornecer um discurso legítimo adequado à demanda dos leigos (FABRICIO, 2015, p. 08).

Leonel Franca, ao responder o pastor Carlos Eduardo Pereira, refere-se e desdenha à péssima forma de escrita dos protestantes, mas ainda assim publica 600 páginas. Os protestantes reivindicam que ninguém gastaria tantas páginas para responder algo caso fosse tão mal escrito e sem cabimento (LIMA, 1995). Circulava, ainda, dentre os grupos protestantes que Franca teria sido enviado a Roma para responder a versão de Pereira, pois apenas com toda a biblioteca do Vaticano à mão seria possível fazê-lo. Embora Franca houvesse negado tal versão, ela se sobressaía. A morte do pastor, antes da efetivação da resposta de Franca, surgiu como um triunfo dos católicos, que julgavam ter vencido ao debate (FABRICIO, 2015).

Ao considerar esta resposta de Franca, vinda algum tempo depois – nem encontrando mais o adversário vivo, não diz mais que a coerência ao *habitus* jesuítico, afinal o mesmo funciona

[...] como sistema de disposições para a prática, é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas, e, se é possível prever as práticas [...] é porque o *habitus* faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias (BOURDIEU, 2004, p. 98).

Na crítica jornalística, que se preocupava em favorecer a Igreja Católica, é possível notar o reconhecimento de que Leonel Franca dominava o discurso linguístico, demonstrando propriedade científica no que defendia. O mesmo, obviamente, não ocorria nos escritos daqueles que defendia o protestantismo. Na preocupação de Franca, sua aprovação deveria vir antes da igreja e depois da comunidade leiga, afinal o padre direcionava o discurso e os costumes da igreja, os princípios e as repulsas. A posição social de Franca, principalmente pela incorporação do *habitus* jesuítico, favorecia seu reconhecimento para comandar a palavra oficial, ortodoxa e legítima da Igreja Católica. Isso era o que fazia toda a diferença e tornava o discurso de Franca sedutor.

O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador (BOURDIEU, 2008, 89).

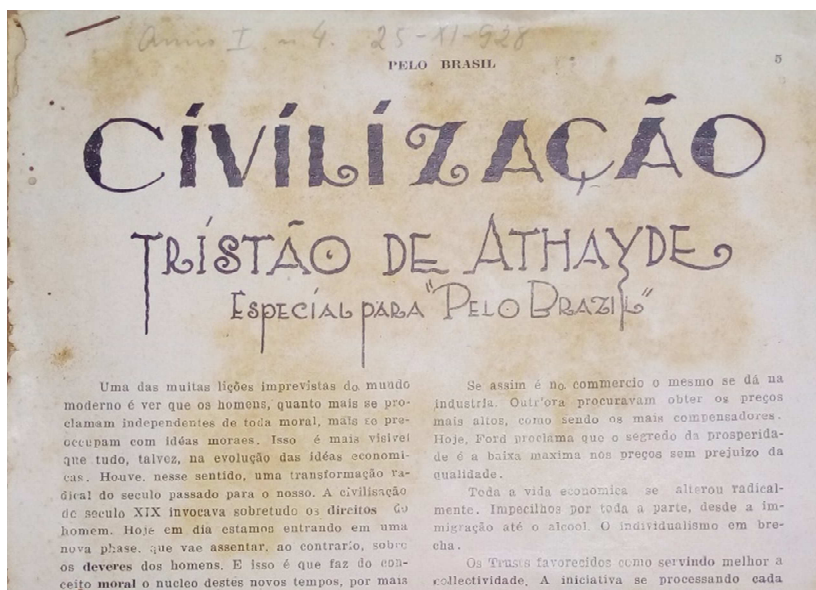
Ao longo de todos os testemunhos, correspondências e escritos de Franca, é possível notarmos sua previsibilidade jesuítica, advinda da incorporação do *habitus* de sua ordem – que não veio a abandonar, sob hipótese alguma, ao longo de sua trajetória. Já amigos de longa data, mas principalmente ao analisar essa produção, Jackson de Figueiredo (1924, p. 30) declarou encontrar, em Franca, alguém que merecia “[...] não só as honras de mestre como historiador e expositor de ideias, mas as de mestre como pensador, como coordenador de ideais do Brasil de todos os tempos, que é o Brasil Católico”. Fica clara a ligação do padre com um dos principais agentes intelectuais leigos da Igreja Católica naquele período.

Além de Jackson de Figueiredo, outro integrante da intelectualidade católica, Alceu Amoroso Lima, conhecido pelo pseudônimo de Tristão de Athayde e também, mais tarde, amigo pessoal de Franca, faz um apanhado da questão religiosa em todo o continente europeu e contrapõe com os avançados escritos de Franca. Afirma, no jornal “*Pelo Brasil*”, na coluna “*CIVILIZAÇÃO*”, no dia 25/11/28 que:

O protestantismo é apenas uma transição entre o christianismo puro, o da Igreja Catholica e o puro agnosticismo, ou o que Devas chamou o post-christianismo contemporâneo. O protestantismo do Sr. Carlos Pereira, por exemplo, que o P. Franca refutou de uma maneira tão esmagadora, ainda é uma forma relativamente pura de protestantismo próximo inda ao tronco de que esgalhou o orgulho individualista de Luthero.

É por isso que vejo que a nossa civilização só póde nascer da aliança íntima e harmoniosa de um espirito scientifico positivo a um espirito religioso positivo. Um resolvendo os nossos problemas materiaes básicos, o outro resolvendo os próprios fundamentos dos nossos problemas do espirito.

E por isso mesmo é que obras como esta do P. Leonel Franca, sendo um tributo admirável pela Verdade em si, são ao mesmo tempo um esforço necessário, de inteligência e bom senso, pela nossa verdade nacional.



Fonte: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil.

Nossa intenção, ao demonstrar as produções do inaciano, vai além de apontá-las, mas de utilizarmos sua existência para contextualizar a projeção do padre Franca como intelectual católico, um dos principais dirigentes de uma sociedade em busca de sua recristianização. Ressaltamos que no mesmo ano desta publicação, Franca foi ordenado sacerdote. Como já mencionado neste trabalho, após sua ordenação, ocorreram muitas outras conquistas como, por exemplo, o doutorado em filosofia e teologia pela PUG. Em 1925, voltou à Espanha a fim de terminar a “terceira provação”, última etapa para a conclusão da formação jesuítica.

Para a divulgação maciça de seu trabalho, dez anos depois, foi enviada uma carta ao ministro de Estado das Relações Exteriores, Mario de Pimentel Brandão, com cópia a Leonel Franca, indicando um de seus livros para publicação em holandês:

Haya, 4 de Junho de 1937.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia, em separado, um exemplar da obra “De Kerk, de Hervorming em de Cultuur”, tradução de “A Igreja, a Reforma e a Civilização”, do padre brasileiro Leonel da Franca S. J., que acaba de ser dada a publico pelo conhecio escritor catholico hollandez Dr. J Brouwer, aos cuidados da casa editora Foreholte, de Voorhout, com o “imprimatur” das autores eclesiásticas. Arquivo da Companhia de Jesus.

(BRANDÃO, 1937. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

No mês seguinte, o padre recebeu um novo comunicado sobre seu livro:



O Director interino do Archivo, Bibliotheca e Mappotecha do Ministérios das Relações Exteriores, cumprimenta atenciosamente ao Padre Leonel da Franca e, a pedido do Serviço de Cooperação Intellectual, tem a honra de remeter-lhe a inclusa copia do officio que acaba de receber da Legação do Brasil na Haya, a respeito da tradução, para o hollandez, do seu livro “A Igreja, a Reforma e Civilização”

Segue, igualmente, inclusa, uma tradução para o portuguez, do prefacio respectivo.

Rio de Janeiro, em 26 de Julho de 1937

Carta de P. de Moraes Barros, com assinatura de Osorio Dutra.

(DUTRA, 1937. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Indicou, ainda, a leitura de psicologia da fé e solicitou que o Serviço de Cooperação Intellectual enviasse ao Dr. J. Brouwer outros livros brasileiros, de preferência todos católicos. Como pedido, apontou que fossem colocados em primeira categoria os livros de Tristão de Athayde. Seguiu a organização de que a Igreja Católica demonstrasse a extensão do domínio brasileiro. A internacionalização das obras de Franca auxiliou para que a repercussão do seu papel como líder intelectual católico fosse divulgada.

A produção *Relíquias de uma polêmica* (1926) apresenta, praticamente, um debate (in)tenso da década de 1920 entre Oiticica e Leonel Franca, ocorrido em *O Jornal*. O debate demonstrava certo rebaixamento de Franca no que tangia à qualidade de suas respostas e sistematização de sua postura religiosa.

Oiticia quis veicular em seus artigos a opinião de Tyrrell a respeito da carta pastoral do Cardeal Mercier, na qual todo tipo de modernismo era condenável como herético. Oiticica cita os argumentos de Tyrrell para dizer que o modernismo não deixava de ser condizente com a fé católica. A inconsistência residiria no modo como essa fé havia sido explorada por uma “camarilha de teólogo” (a expressão é de Oiticica) para benefício próprio e não na inovação modernista (ARDUINI, 2013, p. 15).

Leonel Franca empreendeu muitos esforços a fim de demonstrar que Oiticica estava equivocado e que não possuía autoridade para tratar do que afirmava, tudo isso dentro do ultraje jesuítico de não parecer soberbo nem deixar a fé católica camuflada. Inspirado no mesmo fôlego, na sequência, Franca escreveu *Ensino Religioso e Ensino Leigo* (1931)<sup>31</sup>.

O Padre, por meio da veiculação social – e própria – seguiu na intenção de divulgar suas obras às altas camadas da intelectualidade brasileira como forma de

---

<sup>31</sup>Obra de que trataremos com mais precisão no próximo capítulo.

obtenção de resultados. O fato de ele representar, com autorização da Igreja, o posicionamento católico naquela conjuntura, fez com que ele se sentisse com autoridade e condições para compor seu quadro social. Isso só aconteceu porque ele compunha todos os pré-requisitos:

Um enunciado performativo está condenado ao fracasso quando pronunciado por alguém que não disponha do “poder” de pronunciá-lo ou, de maneira mais geral, todas as vezes que “pessoas ou circunstâncias particulares” não seja “as mais indicadas para que se possa invocar o procedimento em questão”, em suma, sempre que o locutor não tem autoridade para emitir as palavras que enuncia (BOURDIEU, 2008, p. 89).

Podemos afirmar que Franca dispunha do poder necessário para pronunciar os escritos e possuía a autoridade suficiente para ser respeitado por isso. Nesse sentido, assim que concluía suas produções, enviava ao maior número de agentes intelectuais possível, a fim de que o auxiliassem na divulgação. Dessa maneira, o padre traçou a estratégia de firmar seu debate intelectual e mostrar o posicionamento da Igreja Católica. Quando escrevia sobre o ensino religioso, além de apresentar o formato em que este se encontrava em outros países, enumerava todos os argumentos em prol da aceitação desse formato de educação.

Na década de 1930, Padre Franca foi nomeado integrante do Conselho Nacional de Educação, do qual foi um dos fundadores. E, na mesma ocasião, escreveu *O Divórcio*, produzido em 1931, reeditado e publicado em 1946 – sem alterações, teve por propósito impedir o direito do divórcio, até mesmo de este ser discutido naquela ocasião. Com a Constituição Federal em debate, Franca deixou seu objetivo destacado, pronta e claramente, de pretender auxiliar, de forma científica e jurídico-social, a respeito do assunto. O texto é estruturado a partir de quatro livros. O primeiro sistematiza o divórcio a partir das questões legais, ou seja, a partir da teoria do direito. No entanto acaba servindo como uma grande introdução para o desenvolvimento do livro.

Este item aluda à família como o esteio da sociedade e o sério abalo ao qual ela estaria exposta com a destruição de sua base, pois a mera possibilidade do divórcio já seria o suficiente para desvirtuar cônjuges. Eles passariam a ser intolerantes um com o outro e a optar, com a ajuda dos meios anticoncepcionais e abortivos, por não ter filhos. O futuro do país estaria assim comprometido (ARDUINI, 2013, p. 12).

Pelas afirmações de Arduini (2013), é possível notarmos que o capítulo promete pautar-se, única e exclusivamente, no direito, no entanto aborda centralmente princípios religiosos e católicos. Franca enfatiza que o papel da família, quando não cumprido, como o princípio de ter filhos, por exemplo, passa a servir apenas para desestabilizar uma união, afinal, os filhos seriam o centro da família. Aponta, também, que a existência do divórcio já prejudicaria todos os casais, pois a possibilidade dele serviria como ameaça.

No capítulo do livro “A experiência do divórcio”, Padre Leonel apurou dados e estatísticas de países que permitiram o divórcio e daqueles que conservaram a tradicional proibição na época. Ele apontou que a possibilidade de realizá-lo poderia colocar o destino do casal nas mãos de um só cônjuge, diminuindo, assim, o número de filhos, aumentando abortos, criminalidade infantil etc.

Ao escrever este livro, padre Leonel teve não apenas o apoio da igreja, mas também da Sociedade Jurídica Santo Ivo, o que o tornou ainda mais seguro e técnico em sua redação. Essa parceria pode ter auxiliado para que o discurso escrito fosse convincente ainda que o agente, no caso Franca, não realizasse exatamente aquilo que acreditava estar fazendo.

No terceiro livro “A defesa do divórcio”, em nome da igreja e por meio dos princípios católicos, ele contesta as afirmações de que o matrimônio seria apenas um contrato e aponta as diferenças entre o desquite e o divórcio; considerando que ambos farão dos cônjuges pessoas com menos probabilidade de reconstrução, nas palavras do Padre “bem-sucedidas”, da vida. Para finalizar, o último livro, “A Igreja e o Divórcio”, demonstra a concepção da Igreja Católica, pautada em livros da Bíblia, para demonstrar a importância em constituir e conservar a família tradicional católica.

Nem todas as obras de Leonel Franca mereceram a distinção de serem publicadas pela José Olympio. Mesmo assim, alguns de seus livros – como O divórcio – atingem um volume de vendas expressivo. Nele, Franca mantém a tese de que existe uma crise sistêmica da civilização social a partir da última metade do século XIX, mas dessa feita apresenta algumas nuances. A crise teria sido muito maior nos países que abraçaram a aprovação do divórcio, mesmo quando restrito a algumas exceções. (Estas logo seriam acrescidas de novas possibilidades, até que o divórcio se tornasse moeda corrente.). E que, portanto, se o Brasil aprovasse o divórcio, verdadeiras pragas sociais se abateriam sobre nosso país. Os efeitos incluiriam: diminuição no número de filhos, aumento no número de abortos e infanticídios (ARDUINI, 2014, p. 131).

Nesse mesmo período de publicações sobre a questão do divórcio na sociedade brasileira, em 1930, ressurgiu de forma mais intensa as publicações protestantes. Ernesto Luiz de Oliveira<sup>32</sup>, atuando na política paranaense, foi um dos mais combativos à Franca. Publicou *Roma, a Igreja e o Anti-cristo*, com subtítulo *Réplica ao livro A Igreja, a Reforma e civilização*. Com mais de 350 páginas, o pastor Ernesto defendeu a tese de seu companheiro, pastor Carlos Eduardo Pereira, e refutava as teses de Leonel Franca.

Ernesto reconhece alguns limites de Pereira, como as fontes escassas utilizadas para a produção de *O problema religioso na América Latina*. Mas, contrário aos católicos, enquanto engenheiro e matemático, Ernesto Luiz de Oliveira “[...] não se envergonha em identificar o protestantismo ao pensamento dos cientistas Newton, Kepler e a do filósofo Leibnitz, pois, para ele, essa é a razão do progresso dos países protestantes” (LIMA, 1995, p. 21). A partir deste livro culminam rumores de que aos padres não ocorriam mais do que conhecimentos da Bíblia, a ciência não os servia, e por isso eles e a América Latina – no caso, também o Brasil – mantinham-se em atrasos. Os presentes argumentos defendiam a necessidade de repensar a forma católica de debater, que embora se identificava de forma polida – na concepção dos protestantes – estavam imbuídos de ignorâncias científicas.

Com *Catolicismo e Protestantismo* (1933), Padre Franca emite a tréplica à *Roma, a Igreja e o Anti-Cristo*, dando continuidade e sintonia às suas afirmações. Com base nos pressupostos bourdieusianos, podemos afirmar que o comportamento dos agentes sociais, nos campos, procede a analogia de um jogo – e é com base nessas artimanhas que Franca elabora as respostas aos protestantes no que tange aos ataques a suas produções e, automaticamente, à Igreja Católica.

Sete anos depois de ter publicado seu imortal tratado apologético, apareceu em S. Paulo um maçudo volume de 370 páginas in 8.<sup>o</sup>, intitulado *Roma, a Igreja e o Anticristo – Réplica ao livro A Igreja, a Reforma e a Civilização do Ver. Pe. Leonel Franca S.J....* Era o Sr. Ernesto Luis de Oliveira que vinha em socorro do falecido gramático pastor, tão desmoralizado como o protestantismo. A propaganda nos arraiais “evangélicos” proclamou enfaticamente que aquilo era “colossal, estupendo, argumentação fulminante, a mais notável obra da atualidade (D’ELBOUX, 1953, p. 204, grifos do autor).

---

<sup>32</sup> Ernesto Luiz de Oliveira, nascido em 1885, na Lapa – Paraná, homem matemático e engenheiro, foi secretário da agricultura no Paraná. Aos 21 anos tornou-se seminarista presbiteriano, ajudou Carlos Eduardo Pereira a fundar a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil no ano de 1903 (LIMA, 1995).

Segundo o biógrafo D'eulboux (1953), antes de preocupar-se em responder ao adversário, Franca encarregou-se da Igreja. Ao fazer um movimento de incorporação discursiva do movimento litúrgico, após realizar críticas às considerações – na visão da Igreja - equivocadas do senhor Ernesto, bem como à construção inaceitável das orações de língua portuguesa, e à falta no culto com as palavras, ele afirmou em seu livro que

[...] os pastorezinhos do interior (diz ele) encontrarão material abundante para alimentar o desrespeito, a animosidade, o ódio incompreensível ao catolicismo, que parece ser o fito único da atividade protestante no Brasil.

Pareceu-nos, por isto, conveniente dar duas palavras de resposta à Réplica ao meu modesto trabalho sobre A Igreja, a Reforma e a Civilização. Resposta: **não nos exprimimos talvez com exatidão. Nada ou quase nada há de novo a responder.** Trata-se apenas de mostrar que a pretendida Réplica mente às suas promessas e não corresponde ao seu nome... **Minha tarefa será, portanto, restabelecer o estado verdadeiro da questão...** (FRANCA, 1938, p. 205, grifo nosso).

O livro *Catolicismo e Protestantismo* foi dividido em três partes. A primeira traz o primado do apóstolo Pedro no Novo Testamento e na história dos seus sucessores, infalíveis no magistério; a segunda aborda a questão da Reforma Protestante: origens ou fundadores, princípio fundamental do livre exame e suas consequências de dissolução; e, por fim, a terceira parte aborda as nações católicas e as nações protestantes: sua grandeza econômica e política, por meio da Igreja, da reforma e da instrução e, ainda, a Igreja, a reforma e a moral.

As divulgações da réplica *Roma, a igreja e o Anticristo* - Ernesto Luiz de Oliveira, que atacou de forma intensa a Igreja Católica, foram vetadas de serem publicadas em Roma, de todas as formas, pelos superiores de Franca. A igreja, nessa situação, apresenta suas armas que não são inéditas, mas recorrentes. Aquilo que a igreja não pode vencer, ela veta. Os protestantes, ainda, publicaram um folheto, comunicando uma refutação do Vaticano a essa obra e o medo da derrota no diálogo.

Segundo D'elboux (1953), seu nível moral – ainda que no ápice do desconforto – não permitia que Franca realizasse enfrentamentos pessoais. Em uma das reedições de *Catolicismo e Protestantismo*, que por sinal teve sua segunda republicação no mesmo ano, ele evitou divulgar a publicação e emitiu uma nota com dez linhas apenas em um novo prefácio, refutando a ideia da obra que tentou

combatê-lo.

Uma carta recebida no ano seguinte à publicação demonstrando apoio aos escritos de Padre Franca e questionando, até mesmo, o estado mental de seu opositor reforça o auxílio de seus pares:

O Dr. Antonio de Paula eminente católico, juiz de direito desta capital, presentemente Procurador Geral da Justiça do Estado, leu o seu ultimo livro – CATOLICISMO E PROTESTANTISMO – e, apreciando a argumentação e a fôrma, lamentou que o antagonista, a tão emérito trabalho, não merecesse a magistral resposta que V. S. lhe deu.

Dr. Antonio de Paulo, de certo porque foram eu que lhe facilitara a leitura desse livro, acabou de me pedir que lhe remetesse uma amostra do homem que teve a ousadia de querer contrapor alguma cousa ao monumento que é “A IGREJA, A REFORMA E A CIVILIZAÇÃO.

Aí vai, para que bem possa avaliar a idoneidade, capacidade e... estado mental do seu opositor.

Sem outro motivo sou com o maior respeito seu admirador e servo em N.S.J.C.

Raul Carvalho

(CARVALHO, 1933. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Nesse mesmo momento, o reitor do Colégio Santo Inácio, padre Luis Riou, foi à Europa realizar cursos e trazer novidades para auxiliar na organização das Casas de Retiro e Congregações Marianas. Em sua ausência, Franca foi seu substituto no cargo, onde permaneceu, pois padre Riou voltou como 1º reitor do Colégio Pio Brasileiro em Roma, no ano de 1933.

Envolvido nas atividades administrativas, Franca sentia-se inspirado a continuar defendendo a Igreja Católica. E fez isso atacando dois pastores: Othoniel Motta<sup>33</sup> e Lysanias Cerqueira Leite<sup>34</sup>, o primeiro com o pseudônimo de Frederico Hansen, que, na ocasião, havia escrito quatro opúsculos em ataque à *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, dentre eles o opúsculo *Lutero e o Padre Leonel Franca*, dizia:

Mas o protestantismo brasileiro guardou silêncio – coisa estranha e deixou o grande reformador coberto com lama que o jesuíta lhe

---

<sup>33</sup> Othoniel Motta, filólogo e intelectual, apresentava-se como um dos mais eruditos dos polemistas protestantes. Nascido em Porto Feliz – São Paulo, no ano de 1878; foi diretor da Biblioteca Pública de São Paulo e pastor da Igreja Presbiteriana Independente. Deixou a igreja em 1941 por perseguições, foi taxado como liberal, e faleceu em 1951 atuando como professor da Universidade de São Paulo (LIMA, 1995).

<sup>34</sup> Lisânias Cerqueira Leite, sorocabano, nascido em 1875, foi filho de Antonio Pedro de Cerqueira Leite - um dos primeiros pastores presbiterianos no Brasil. Foi engenheiro, em 1924 formou-se em teologia e tornou-se pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil. Faleceu em 1943 (LIMA, 1995).

atirara [...]. A mim me acode uma explicação: - o Padre Leonel Franca está citando documentos inteiramente desconhecidos em nosso meio (MOTTA, 1933, s/p).

Othoniel Motta, conhecido pela sua boa formação, sempre bem informado e culto, embora não tivesse as documentações em mãos, certamente, tinha como comprovar as contradições de Franca; e, talvez, por isso não foi mais profundamente enfrentado. Franca escreveu um folheto intitulado *Lutero e o senhor Frederico Hansen* (1933). O opositor continuou a enfrentá-lo em escritos e escreveu mais três opúsculos: *Lutero, a Bíblia e o Padre Leonel Franca*; *O papado*, e *O Padre Leonel Franca*. Mas, com a estratégia constantemente utilizada, inclusive com o senhor Oiticica, Leonel Franca relata em seu diário que guardou suas trélicas a fim de serem publicadas posteriormente (ARQUIVO DA PROVÍNCIA DOS JESUITAS NO BRASIL).

Em março de 1934, Franca foi nomeado reitor permanente do Colégio Santo Inácio. No dia 19, daquele mesmo mês, foi feriado nacional por ser o IV centenário de nascimento do padre Anchieta. Dentre várias demonstrações, Franca apresentou a solenidade do Instituto Histórico e Geográfico, encerrando sua série de conferências. Tristão de Athaíde, em muitos escritos, chama o padre Franca de “Anchieta de nossa época” (D’EULBOUX, 1953).

No início do ano, Franca colocou a todo vapor o funcionamento das missas do colégio do qual era reitor, considerando que contavam com cerca de 500 alunos entre internos e semi-internos. Porém, logo em seguida, teve crises de arritmia cardíaca que duraram oito dias, pois sua saúde não aguentava um ritmo tão acelerado de trabalho. Registrou em seu diário: “Nova crise cardíaca – Durou oito dias. No dia 19 recebi a Extrema-Unção. Nosso Senhor ainda não me achou maduro para o céu” (FRANCA, 1934. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil). Recebida a extrema unção, os padres daquela ordem concentrada no Brasil fizeram intensas novenas a padre Anchieta para o restabelecimento da saúde do caro Leonel Franca, considerado um intelectual brilhante e grande organizador da cultura religiosa brasileira do período. E, “[...] no segundo semestre de 1934, sua atividade externa ficou quase reduzida aos ministérios estritamente sacerdotais” (D’ELBOUX, 1953, p. 219).

Seu impedimento não foi suficiente para que ele deixasse de organizar a publicação de algo que já havia sido preparado, o livro *A Psicologia da Fé* (1934).

No mês de maio de 1934, padre Franca publicou seu livro dividido em três partes: Análise de ato da fé (definição, papel da inteligência e da vontade); Obstáculos intelectuais (ignorância religiosa e vícios de método); Obstáculos morais (orgulho e sensualidade); seguidos de conclusão sobre o drama da conversão (em três atos: alma inquieta, a alma que busca, a alma que encontra). Em 1938, esse livro foi traduzido para o Espanhol e publicado na Argentina. Aqui, a quinta edição foi a de 1946, a última revista pelo padre Franca. Em 1945, esse livro também foi publicado em Portugal. Muitos outros livros de padre Franca nasceram de suas conferências, como, por exemplo, contra o divórcio e a restrição da natalidade.

Preocupado em argumentar sobre a existência de Deus, indo contra as críticas de Comte, Hume e Kant, em 1933, Franca ministrou sete conferências, cada uma delas com 30 páginas, e duas temáticas foram consideradas: “O problema do mal” e “Desordens cósmicas”. Após duas crises cardíacas em 1935 (01 em março e outra em abril), no mês de julho, Padre Franca foi surpreendido pela crise mais prolongada do ano, a qual lhe deixou de lembrança uma arritmia:

[...] no princípio de 1936, os médicos do Colégio, constatando a fraqueza do Padre, resolveram prescrever-lhe um repouso absoluto para tratamento mais rigoroso, primeiro, conforme o método Sinval Lins, depois, com a indicação Lemos Torres, Assim, desde 9 de janeiro até 26 de fevereiro, Pe. Franca não pode celebrar a santa missa e só a 13 de abril recomeçou a fazê-lo diariamente, segundo anotou com alegria. Contudo, ainda continuou recolhido no seu quarto, e apenas a 22 de julho voltou a seguir os atos da comunidade (D'ELBOUX, 1953, p. 224).

O biógrafo aponta que padre Franca, contrariando o estilo de vida daqueles que sofriam com tais doenças, mantinha-se sereno, calmo e que confiadamente acreditava que essa força viria da graça e virtude divina. Os tratamentos devidamente organizados e o método metódico e rotineiro de viver certamente auxiliaram na recuperação de Franca.

Em 1938 encontramos-lo em plena atividade, reiniciando seus cursos de conferências interrompidos desde 1934; agora, porém, no Instituto de Formação Social, não mais no Centro D. Vital, a que deixou de prestar assistência, como também à Ação Universitária Católica e à Associação Jurídica Santo Ivo (D'ELBOUX, 1953, p. 222).

A fragilidade de Franca não o poupou dos ataques da imprensa protestante.



No entanto, ele ficou impedido de travar longos debates e embates. Em 1936, no Rio de Janeiro, houve a publicação do livro *Protestantismo e Romanismo*, que aparecia, também, como resposta ao livro *A Igreja, a Reforma e a Civilização*. Lysanias Cerqueira Leite foi o terceiro pastor que mais empreendia esforços a fim de responder à obra de Leonel Franca. Agressivo e em tom áspero reproduzia referências se referindo a Franca como “[...] ‘tipo vulgar de apologista’, ‘elitista... e nada mais’, ‘gato ruivo’, ‘gigante da polêmica ultramontana do Brasil’. Sua análise é bíblico-histórica, não entrando nas discussões sociais” (LIMA, 1995, p. 22).

Segundo D’elboux (1953, p. 225, grifo do autor), ainda que responder pronta e rapidamente não fosse uma característica de Franca, o jesuíta deu a resposta de uma só vez a todas aquelas injúrias à Igreja Católica:

Publicando-se num volume as respostas a dois pastores, era natural que a matéria fosse dividida em duas partes: contém a 1ª três capítulos referentes aos opúsculos do professor Othoniel Motta: “Lutero”, “O Papado”, “A Leitura da Bíblia”; a 2ª parte, que abrange mais de dois capítulos do Sr. Cerqueira Leite: “I. “A Igreja: acusações gerais, sua unidade e santidade”; II. “O Primado de Pedro: a ofensiva protestante e a demonstração católica”. E para não ficar devendo nenhum troco às digressões dos inimigos da Igreja, Pe. Franca lhes acrescenta três Excursus e três apêndices”.

O *Protestantismo no Brasil*, publicado em 1938, está imerso aos trâmites da criação da Universidade Católica do Brasil, no Rio de Janeiro. Na mesma ocasião, Dom Leme encarregou Leonel Franca de incumbir-se de tal missão, que seria efetivada no ano seguinte. O livro é composto por duas produções de datas diferentes. A primeira produção consiste em resposta a Lisânias Cerqueira Leite, em 1923, e, posteriormente a Otoniel Mota, com pseudônimo de Frederico Hansen, em 1933.

Esta publicação dá-se em oposição às ideias propagadas, contrariando as obras anteriores de Franca. O capítulo I do livro, intitulado “Polêmica Sincera?”, abre a discussão, referenciando-se a Hansen. As considerações são feitas acerca do posicionamento de Lutero sobre ter deixado a Igreja Católica. Os capítulos II e III tratam, respectivamente, sobre a preeminência do líder de Roma sobre outros bispos e dos ditames de Hansen sobre os católicos não lerem a Bíblia e serem levados, apenas e ingenuamente, pelo chamado de seus pastores.

Após a resposta, Franca recebeu várias cartas em agradecimento, sendo uma delas de um aluno do prof. Othoniel Motta, afirmando que havia se convertido, pois

o padre havia o convencido com mais verdade em todos os escritos. Esse livro não foi muito divulgado devido a discussões relacionadas ao irenismo daquele período, que se alastrou depois da guerra, atingindo um “conformismo duvidoso” e tumultuando a rotina da Igreja. Outros livros do padre também já estavam esgotados, não passavam por reimpressão pela crise (D’ELBOUX, 1953). Nessa produção, Padre Franca reconhece alguns apontamentos feitos por Othoniel Motta, e convida os “irmãos separados” para uma postura mais serena. É uma tentativa de colocar um ponto final na controvérsia que se estendera por anos. A Igreja Católica, naquele momento de polêmicas, “[...] deixa extravasar essa postura: uma Igreja que busca ser culta em sua reflexão, mas dentro dos comportados e bem definidos limites dos dogmas” (LIMA, 1995, p. 18).

O próximo livro *A Crise no Mundo Moderno* foi publicado pela editora José Olympio, em 1941, um ano após a criação das Faculdades Católicas. É necessário enfatizar a editora de publicação, já que a José Olympio, no caso, consistia em uma das mais renomadas editoras daquele período. A estrutura dessa obra, “[...] sem abrir mão de fazer uma apologia da Igreja Católica, possui uma estratégia de convencimento claramente voltada para um público culto, mas não forçosamente acostumado com a doutrina católica [...]” (ARDUINI, 2013, p. 06).

Tanto os revisores quanto o próprio Padre Franca já havia percebido que aquele livro não era uma produção rasa, fácil de se entender. Afinal “[...] trata-se não apenas de notas introdutórias, como qualifica a modéstia do Prefácio, mas sim de uma verdadeira síntese filosófica da história da cultura” (D’ELBOUX, 1953, p. 280). O livro lançado durante a segunda guerra mundial trazia uma reflexão oportuna sobre a sociedade; no entanto não foi isento de críticas. Os defensores do materialismo discordavam do teor da obra, mas devido ao respeito – já consolidado – por Franca em meio aos católicos, acabou sendo muito divulgada.

Em 8 de maio, ano de lançamento, Alceu Amoroso Lima apresentou o livro à Academia Brasileira de Letras. Franca recebeu várias cartas de agradecimento à escrita da obra, da forma como ela auxiliava e esclarecia questões sociais. Dentre eles Prof. Alcebíades Delamare, General V. Benícia da Silva - que indicou que os militares de todo o país tivessem conhecimento do capítulo “Cristianismo e Ciência”, General Francisco José Pinto e Altino Arantes.

A fama ultrapassou a fronteira, foi traduzido e publicado em espanhol, em dois volumes, por Pe. André Cafferata S. J.; e, em 1945, a Editora Pro Domo, de Lisboa,

unificou esta produção com *A Psicologia da Fé* e *O Divórcio*. Num Prefácio do Padre Domingo Mauricio Gomes dos Santos, Diretor da Revista Cultural Brotéria, porta-se de forma elogiosa ao padre e a sua produção. Os livros traduzidos levaram os escritos de Franca por vários países o que fez com que ele fosse ainda mais reconhecido e valorizado por todos, enchendo-se de títulos.

O tomismo franco-belga que inspirou a trajetória intelectual de Franca devido a sua formação na Europa: “[...] evoluiu para a famosa querela da *filosofia cristã* que, de 1928 a 1934, agitou os meios filosóficos franceses e belgas e que interessou profundamente Leonel Franca, então já no Brasil, e à qual dedicou um capítulo da sua obra principal [...]” (VAZ, 1998, p. 323).

O propósito desse livro foi trabalhar com dois aspectos. A condição de crise, ou seja, de que a conjuntura atual passava por problemas em todas as esferas da sociedade: economia, política e cultura, reforçando que o período tinha como pano de fundo a Segunda Guerra Mundial. E, na sequência, a noção de “modernidade”, usada no âmbito do livro para pensar uma produção gestada em plena crise. As escolhas feitas, naquela ocasião, como condução vital e que fossem contrárias à religiosidade, em suma católica, poderiam indicar um mal-estar irreversível. Apenas o catolicismo e a procura pelo caminho divino encontrariam as soluções para a dissolução da crise em curso no mundo moderno em questão.

*A Crise do Mundo Moderno*, sem dúvida a obra mais significativa da produção intelectual de Leonel Franca, e que representa entre nós como que o ponto de chegada de um primeiro ciclo do amadurecimento teórico do Catolicismo brasileiro, que se desenvolvera em torno da ideia diretriz do pensamento cristão nos anos 30, a ideia do *humanismo cristão* (VAZ, 1998, p. 326, grifos do autor).

A produção é dividida em três partes, denominadas três livros. O livro I trata sobre “A Civilização”. Faz uma triagem a respeito da civilização, fala de crises de instituições e crises de alma. Aborda o conceito de civilização etimologicamente, em vários idiomas e como as sociedades trazem tais significados. No livro II - “Elementos negativos da civilização moderna e sua evolução histórica” -, Franca empreende esforços para apontar a gênese da crise geral.

O padre retoma a história da religião na Europa Ocidental e vai de Lutero até o século XX. Recorre a Descartes, Kant, Comte, Nietzsche, Marx, entre outros pensadores, para explanar sobre a falta de espaço para a metafísica, que, em

contrapartida, conduz à divinização humana – fato ocorrido a esses autores. E, encerra, com o livro III, “Cristianismo e Civilização”, afirmando que a crise para todos os problemas apontados estava no cristianismo que deveria ser contemplado na filosofia, na ciência, no trabalho e, por fim, na civilização – respectivamente nessa ordem. Recebe agradecimentos de amigos, próximos, saudando pela última produção:

São Paulo, 18 de junho, 1941.

Meu caro Leonel Franca,

[...] agradeço-lhe, vivamente, o exemplar que teve a gentileza de me oferecer de sua grande obra “A crise no mundo moderno”. [...] Gostaria de ouvi-lo sobre alguns pontos de seu livro, que me despertaram muito interesse, e outros assuntos ligados a cultura e a organização do ensino universitário no Brasil.

A amizade que nos liga, desde os tempos de colégio; o período feliz que vivemos juntos, unidos pela mesma fé e concepção de vida, e respirando, na mocidade, a mesma atmosfera moral e religiosa, em que se embebedou a nossa adolescência; o respeito e a estima que conservamos um pelo outro e que, vindo de um espírito tão alto e tão nobre, [...] constroem para mim um motivo de orgulho, dão-me a certeza de que falaremos, de coração para coração, como amigos e homens de convicções e ideais. É por isto que há muito tempo desejo a oportunidade de conversar com o jesuíta ilustre que tive a honra de ter como companheiro de estudos.

[...] Em minha próxima viagem ao Rio, provavelmente em meados de julho, irei visita-lo, não por simples cortezia mas sim inspiração de uma amizade, cujo valor os anos decorridos não conseguiram desfazer. Abraçando-o afetuosamente, aproveito a ocasião para lhe apresentar as minhas mais cordiais congratulações pela sua investidura no alto cargo de Reitor da Universidade Católica do Brasil e os meus mais sinceros votos pelos progressos dessa grande instituição.

Do amigo e admirador

Fernando de Azevedo.

Minha casa,

Rua Bragança, 1.

(AZEVEDO, 1942. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Como a carta de Fernando de Azevedo, fica claro que “o [...] discurso de autoridade (curso, sermão, etc.) reside no fato de que não basta que ele seja compreendido (em alguns casos, ele pode inclusive não ser *compreendido* sem perder seu poder), é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio” (BOURDIEU, 2008, p. 91, grifos do autor). Esse reconhecimento só fica evidente se agir, ou acontecer, sob determinadas condições. Não é apenas o discurso, mas está relacionado à pessoa autorizada a fazê-lo, o agente precisa ter a habilidade do discurso e, na condição de sacerdote, precisa ter

o domínio do que o povo quer ouvir, do que a Igreja o autoriza a falar. Na condição de sacerdote, Franca produz e reproduz discursos que potencialmente devem repercutir socialmente.

Embora tenhamos fixado relatos e cartas de apoio à Franca, no objetivo de demonstrar sua influência na elite intelectual do início do século XX, não desconsideramos as disputas – e derrotas – travadas com seus opositores. O Movimento da Escola Nova, tendo como um dos seus principais integrantes Fernando de Azevedo, não poupava os entraves com a Igreja por conta desta relação com Leonel Franca. Ao contrário, pela proximidade com os escritos do Padre, essa disputa se acirrava e provocava ainda mais rompimentos – como o caso, a ser aqui referenciado posteriormente, da Associação Brasileira de Educação (ABE).

Além das produções autorais Franca ainda contou com duas traduções: *Imitação de Cristo* (1944) e *Livro dos Salmos* (1947). Anota em seu diário que terminou no dia 8 de abril de 1943 a tradução de *Imitação de Cristo*, que havia iniciado em 7 de dezembro. Recebeu cartas de bispos do mundo todo, inclusive do presidente da República, sobre a divulgação daquele livro; como sempre passou por momentos elogiosos a carreira eclesiástica. O livro foi muito vendido e divulgado, teve sua 2ª edição em junho de 1945; 3ª edição em 1947 e 4ª edição em 1948. Leovigildo, seu irmão, disse em testemunho fraterno, em dezembro de 1948, que a melhor *Imitação de Cristo* que ele conheceu foi a de seu irmão, o Pe. Franca. Em 1947 publicou a tradução d'*O Livro dos Salmos*. Este foi o último fôlego de Pe. Franca. No entanto, “Queria ainda, e confessou mais de uma vez ao Pe. Provincial, realizar um sonho de muitos anos: terminar a série de suas obras com uma ‘Vida de Jesus’” (D’ELBOUX, 1953, p. 293).

Produziu também, durante a sua vida, *O método pedagógico dos Jesuítas* (1952) – que consistia em tratar desde as questões do *Ratio Studiorum*, bem como a conjuntura vivida por ele em seus anos de militância, pela educação religiosa - e *O problema de Deus* (1953) – produção acerca da crise da Igreja Católica. Ambos póstumos, mas contando com o mesmo sucesso de venda daqueles divulgados pelas suas próprias mãos.

Franca iniciou sua tradução do *Ratio Studiorum* em 2 de maio de 1943: “Comecei a tradução do *Ratio Studiorum*” (FRANCA, 1943. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). A tradução foi feita a pedido do Ministro da Educação

Capanema. Em conversa com o Padre Franca, o responsável pela educação brasileira do período, sinalizou a importância de que todos conhecessem a obra nas terras brasileiras - então, Franca o faz. O *Ratio Studiorum* foi traduzida e nominada *O método Pedagógico dos jesuítas: Ratio Studiorum*, publicada pela Editora Agir em 1952.

Considerando que as Constituições da Companhia de Jesus já mencionavam o bastante a respeito do ensino, o *Ratio* vem especificar algumas regras. A sistematização de um plano de estudos dava-se como necessário. Franca a define como: “[...] filho da experiência não de um homem ou de um grupo fechado, mas de uma experiência comum, ampla de tal amplitude, no tempo e no espaço, que lhe assegura uma grandeza majestosa, talvez singular na história da pedagogia” (FRANCA, 1952, p. 23). Logo no início já interrompe as possíveis expectativas que o leitor poderia ter em relação aos escritos:

Para quem, pela primeira vez, se põe em rápido contato com o *Ratio*, a impressão espontânea é quase a de uma decepção. Em vez de um tratado bem sistematizado de Pedagogia, que talvez esperava, depara com uma coleção de regras positivas e uma série de prescrições práticas e minuciosas. De fato, o *Ratio* não é um tratado de pedagogia, não expõe sistemas nem discute princípios. A edição de 1586 enveredara por este rumo; foi criticada e substituída pela de 1599 (FRANCA, 1952, p. 24).

Como sinalizado anteriormente Capanema, a pedido de Afrânio Peixoto, havia empreendido um projeto de buscar traduções das maiores obras da pedagogia universal. Entre as traduções não poderia deixar de fora o nome do Padre Leonel Franca, um dos educadores mais respeitados daquele momento (D’Elboux, 1953). Após o trabalho concluído, Franca relata, em 03 de agosto de 1945: “Entrevista com o Capanema. Entreguei-lhe os originais da tradução do *Ratio*. Ficou de falar imediatamente com o José Olympio para a publicação” (FRANCA, 1945. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). Ainda que com todas as dificuldades da construção e consolidação da Universidade, Franca desenvolveu o trabalho de tradução solicitado pelo Ministro da Educação.

O Padre traduziu o *Ratio Studiorum* e acrescentou ao texto consideráveis comentários. Como já contemplamos, o pensamento de Franca foi orientado pela

formação tomista<sup>35</sup> – embasamento para seus apontamentos durante a tradução. Sua admiração pelo *Doctor Communis* aparece repetidamente em sua obra. No item “Regras para ser um professor de Teologia”, evidenciamos um dos motivos:

2. Seguir Santo Tomás. - Em teologia escolástica si-gam os nossos religiosos a doutrina de Santo Tomás; con-siderem-no como seu Doutor próprio, e concentrem todos os esforços para que os alunos lhe cobrem a maior estima. Entendam, porém, que se não devem adstringir de tal modo a Santo Tomás, que lhes não seja permitido em cousa alguma apartar-se dele, uma vez que os que de modo especial se professam tomistas por vezes dele se afastam e não seja justo se liguem os nossos religiosos a Santo Tomás mais estreitamente do que os próprios tomistas (Ratio Atque Institutio STUDIORUM. In: Franca, 1952, p. 26).

Se investigarmos em todas as outras disciplinas, São Tomás continuará norteando o profissionalismo docente e o rigor teórico. No “Regras do professor de Filosofia”, no 6º apontamento, evidenciamos: “6. Santo Tomás - De Santo Tomás, pelo contrário, fale sempre com respeito; seguindo-o de boa vontade todas as vezes que possível, dele divergindo, com pesar e reverência, quando não for plausível a sua opinião” (Ratio Atque Institutio STUDIORUM. In: Franca, 1952, p. 37).

Embora tantas regras e imposições, Franca afirma ao longo de sua análise, sobre o *Ratio*, que o objetivo dela não era a padronização rígida do processo de trabalho, mas uma orientação, considerando que a “[...] multiplicidade de métodos propostos já deixa uma ampla liberdade de opção adaptada à diversidade dos dons e à variedade de circunstâncias” (FRANCA, 1952, p. 34).

Ao considerar o incentivo de Franca às Faculdades Católicas muito de seus princípios podem ser encontrados no *Ratio*. A forma como ele transita na imprensa, demonstrando seu grau de arguição, investe no interior da Universidade. Ao falar a respeito da forma como as academias se organizavam, diz sobre a organização democrática em seu interior. Indica que o superior dos colégios nomeava o diretor dentre professores e padres; e os demais cargos – presidente, conselheiros, secretário - ficavam à disposição dos membros da academia. Estas votações aconteciam duas vezes ao ano e eram secretas (FRANCA, 1952).

As Academias incentivavam a atividade espontânea dos alunos,

---

<sup>35</sup> Sobre a concepção e defesa do tomismo e neotomismo defendido por Leonel Franca indicamos leitura: FABRICIO, Edilson Lucas. Neotomismo e política: Leonel Franca e o debate sobre modernidade e totalitarismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano IX, n. 25, Maio/Agosto de 2016.

despertavam o gosto da investigação científica e abriam um campo de largos horizontes abertos ao entusiasmo generosos que se não contestavam com as obrigações ordinárias das aulas. Nestes grêmios literários e científicos podemos saudar com razão os precursores dos seminários de história e filologia das universidades modernas. As suas reuniões eram frequentes, mas nas grandes festividades do ano, as sessões revestiam-se de maior aparato: afluíam convidados de fora e as disputas, declamações e discursos desenrolavam-se num ambiente que coroava esforços e estimulava brios (FRANCA, 1952, p. 39).

Ao observar os registros é notável que Franca defendeu, ao longo de sua trajetória, que era imprescindível o governo de suas paixões cotidianas, elas não poderiam tornarem-se impulsivas, já que: “[...] a razão sobrepõe-se aos poucos à volubilidade dos caprichos” (FRANCA, 1952, p. 53). A repercussão de suas produções afetou toda a sua carreira eclesiástica, interferindo no crescimento de sua rede de sociabilidade e oportunizando contatos que auxiliaram nas ações para o processo de recatolização dos fiéis no século XX.

[...] foi, sem dúvida, a produção intelectual de Franca que lhe assegurou um lugar eminente no panorama cultural brasileiro da primeira metade do século. [...] Três características marcam inconfundivelmente a obra de Leonel Fraca: a solidez e a extensão de uma erudição poliglota, cuidadosamente documentada, o classicismo severo do seu estilo, com traços de grandiloquência, refletindo a sua frequência assídua dos clássicos da língua, e a clareza e impecável travacão lógica da sua escritura, deixando transparecer, mesmo terminologicamente, a rigorosa formação escolástica dos seus anos de Filosofia e Teologia (VAZ, 1995, p. 442).

Para que o projeto de propagação da fé católica, por meio de publicações, fosse efetivo, foi necessário que o padre Franca fosse recebido pela comunidade – intelectual, clerical ou leiga, “[...] pois o simbolismo estereotipado contribui exatamente para evidenciar que o agente age na qualidade de depositário provido de um mandato e não em seu próprio nome ou de sua própria autoridade” (BOURDIEU, 2008, p. 93). Com isso, a eficácia simbólica dos discursos, no caso, empreendidos por Franca,

[...] se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito, ou então, o que dá no mesmo, quando se esquece de si mesma ou se ignora, sujeitando-se a tal eficácia, como se estivesse contribuindo para fundá-la por conta do reconhecimento que lhe concede (BOURDIEU, 2008, p.95).



Bourdieu (2008) assevera que, em todo campo religioso, a falta de rigor e tradicionalismo clerical pode levar os fiéis a uma crise de fé. Então, é imprescindível que se mantenha o conjunto de tradições e que se faça isso com alegria, sendo convincente em seus discursos. Ao analisar a forma como Franca escreve, podemos utilizar os pressupostos defendidos por Afrânio Garcia Jr, que ao tratar da trajetória política de Fernando Henrique Cardoso – embora em contexto e objetivos diferentes auxiliam em nossa construção teórica. Por vezes, sublinhar o caráter ideológico dos escritos, vai além de entender que estão a serviço do objetivo de dialogar com seus pares, no caso de Franca, com a irmandade católica. Se enfatizado do ponto orientado por Garcia (2004), é imprescindível destacar que, seguramente, não foi apenas graças aos seus esforços intelectuais que atingiu o apogeu social, mas aos seus aliados que reforçaram seu trânsito nos espaços públicos sendo eles religiosos ou não.

Portanto, consideramos fundamental conhecer as redes sociais que deram substância para que Franca desenvolvesse seus objetivos religiosos na sociedade civil, e que tornaram sua carreira política mesmo sem filiar-se a nenhum partido. Suas estratégias devem ser destacadas de modo a compreender sua atuação. Dessa forma, reforçamos que o legado de Leonel Franca segue consoante essa afirmação, foi com essa segurança que ele integra tantas outras instituições, alavancando o discurso religioso, com atuação própria e em defesa da Igreja.

### **2.3 Assistente eclesiástico do Centro Dom Vital**

O século XIX marcou, decisivamente, a organização eclesiástica em âmbito brasileiro. O denominado século do ultramontanismo<sup>36</sup>, tendo como principal marca o ápice do prestígio e da autonomia da liderança católica, o poder soberano e inquestionável papal<sup>37</sup>, é consolidado pelas encíclicas *Quanta Cura e Syllabus Errorum* (1864). O documento condenou os ditos “erros modernos” como o

---

<sup>36</sup> “[...] o ultramontanismo foi uma orientação política desenvolvida pela Igreja após a Revolução Francesa, marcada pelo centralismo institucional em Roma, um fechamento sobre si mesma, uma recusa de contato com o mundo moderno visando à própria sobrevivência” (GAETA, 1991, p. 31). Os documentos que mais enfatizaram o poder papal foram as encíclicas de Gregório XVI (1831-1845), Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903) e Pio XI (1922-1939).

<sup>37</sup> Para mais informações sobre postura papal e julgamentos sociais, ler CAMPOS, 2010; GAETA 1991.

racionalismo, socialismo, comunismo, maçonaria e a própria separação entre Igreja e Estado (MICELE, 2009).

Campos (2010, p. 33-34) pondera que “[...] a atitude assumida pela igreja a partir da Revolução Francesa foi de reação às ideias, às instituições modernas e aos grupos que propagavam o ideário laicista”. De acordo com o autor, os movimentos demarcados no ultramontanismo tinham por medida travar um embate “[...] pela constituição da mentalidade que deveria consolidar a presença da Igreja Católica no mundo moderno” (p. 34).

Consoante ao ultramontanismo, no primeiro Concílio Vaticano (1870), a autoridade papal foi proclamada pelo dogma da infalibilidade. As medidas expressas por essa nova determinação afetaram, a princípio, os países europeus, mas sua atuação se dissipou em todo o território e domínio da Santa Sé. O Vaticano passou a empreender trabalhos missionários nos locais de colonização e domínios territoriais de interesses europeus - onde se enquadra a América Latina. Havia a urgência de reorganização católica, proveniente, também, do combate múltiplo de criações de ordens protestantes que passaram a oferecer serviços educacionais e assistenciais. Foi instaurada, nessa mesma ocasião, a “reconstrução institucional” da organização eclesiástica nacional no período da Primeira República.

No caso dos países latino-americanos, e sobretudo no Brasil a política expansionista da Santa Sé em fins do século XIX e começo do XX adotou uma clamorosa postura patrimonialista, sem abrir mão das metas de “romanização” quer em nível de treinamento dos futuros signatários, do estilo e orientações de mando episcopal, quer da partilha do território brasileiro entre as congregações religiosas mais dependentes e leais ao Vaticano (MICELE, 2009, p. 19).

Considerando a necessidade de expansão e ação do Vaticano, o Brasil continuou sendo um terreno fértil para suas divulgações. Uma infinidade de investimentos passou a ser planejada no campo, como, por exemplo, a aposta nos mais diversos níveis de ensino, para a qual, mais tarde, Leonel Franca contribuiu com a edificação e consolidação das Faculdades Católicas e Escola Politécnica na cidade do Rio de Janeiro.

A “romanização” territorial passou a ter braços fortes na educação, pois os dirigentes dos setores católicos aprofundaram-se na prestação de serviços educacionais (um dos maiores potenciais para atingir a sociedade), e essa era uma das principais marcas da “reconstrução institucional”.

As medidas papais, tomadas no século XIX, referiram-se ao combate de um modelo de sociedade, desvinculado do ideário católico. Para demonstrar o repúdio aos movimentos que sobrepunham a soberania clerical, as autoridades eclesiásticas emitiam encíclicas, carta pastoral e documentos que “falassem” aos leigos. Pio X, em trecho da encíclica *Il Fermo Proposito*, define o papel do leigo no projeto de restauração das coisas divinas e da civilização cristã:

Cuánto ayudan a la Iglesia esos grupos selectos de católicos que se proponen precisamente reunir y concentrar todas suas fuerzas vivas para combatir con todos los médios justos y legales la civilización anticristiana: reparar a toda costa los desórdenes gravísimos que de ésta provienen; introducir de nuevo a Jesucristo en la familia, en la escuela, en la sociedad; restablecer el principio de la autoridad humana como representante de la de Dios (PIO X, 1905, p. 418-419).

As encíclicas davam autonomia aos bispos para agirem de acordo com as especificidades de seus fiéis e respectivos países. Assim que o documento chegava às dioceses, o episcopado (reunião dos bispos) organizava o direcionamento ao clero local que orientaria os leigos (auxiliares do clero). Além de outras funções, os bispos direcionavam seu povoado a toda e qualquer movimentação que afetasse o projeto católico. Assim,

[...] é possível entender que o projeto de formação do laicato católico é uma obra que visava auxiliar a pastoral da Igreja e, portanto, deveria estar subordinado à autoridade da Igreja. Essa afirmação indica que o projeto católico foi pensado a partir da seguinte dinâmica: o maior documento da Igreja (encíclica) deverá orientar na elaboração do maior documento da Igreja dentro de uma nação (carta pastoral coletiva), e essa deverá modelar a carta pastoral do Bispo da diocese (CAMPOS, 2010, p. 35).

Considerando a conjuntura exposta de combate da Igreja Católica a alguns elementos do mundo moderno e a divulgação de obras, o papa Pio X retomou documentos já emitidos, reformulou-os e passou a divulgá-los como ferramentas de formação de grupos para que auxiliassem o clero. Campos (2010, p. 36) assevera que as encíclicas, as cartas e os documentos veiculados pela sociedade em reforço – e apoio – aos domínios católicos “[...] determinava o papel do laicato católico no processo de reação ao laicismo, bem como na divulgação da doutrina da Igreja Católica”. O autor aponta, ainda, que a elite intelectual orientava e organizava-se por esses documentos e, após isso, realizava o trabalho que lhes cabia, o de divulgar e propagar a fé cristã católica.

Com a implantação do regime republicano, a Igreja Católica enfrentou, dentre outros, o desafio de garantir autonomia nos setores financeiros, institucionais e doutrinários. Já que não poderia mais contar com os investimentos governamentais e assegurar a rentabilidade, de alguma forma, seria fundamental a manutenção de posicionamento no campo social. No entanto Miceli (2009, p. 25) argumenta que as ordens governamentais brasileiras continuaram, de certa forma, financiando boa relação com a Santa Sé.

A continuidade das relações diplomáticas com a Santa Sé e sobretudo o tratamento privilegiado concedido ao governo brasileiro no âmbito latino-americano atrás da concessão de regalias, como a nunciatura plena (1910) e a nomeação do primeiro cardeal latino-americano na pessoa de d. Joaquim Arcoverde (1905), decerto contribuíram para realçar as prerrogativas do governo republicano como interlocutor de peso na condução dos negócios afetos à organização eclesiástica.

O cardeal Dom Joaquim Arcoverde, por exemplo, transitava entre a política eclesiástica e a política governamental, o que “voltou” a favorecer muitos feitos católicos no Brasil. Todas as capitais brasileiras foram consagradas sedes diocesanas. Isso facilitou o trânsito político e o fornecimento de rendas. Figuras fundamentais para os deslocamentos políticos eclesiásticos para os domínios nacionais passaram a ser direcionados por meio da escolha de bispos influentes e empresários que atuavam diretamente na construção de rede de influência e sociabilidade na ponte Igreja-Estado.

Miceli (2009) anota que poucos dos clérigos ordenados envolviam-se diretamente em partidos ou ordens parlamentares. Destacamos que esse, também, é o caso de Leonel Franca. Ainda com sua influência e trânsito livre entre Igreja-Estado, morreu sem filiar-se a nenhum partido político. Miceli (2009, p. 27) sistematiza essa ideia ao afirmar que as relações do episcopado na vida política “[...] procurou se pautar por uma visibilidade discreta no encaminhamento de pendências entre facções oligárquicas e [...] organização eclesiástica [...]”.

Por meio das relações políticas, das solenidades e festividades (festas do padroeiro, procissões, batizados, casamentos, enterros, posses, formaturas, jubileus), a organização eclesiástica foi, aos poucos, retomando seu terreno perdido na separação imposta pelo governo. Isso porque “[...] a educação fora laicizada, a religião fora eliminada dos currículos e os governos, federal e estaduais, estavam proibidos de subvencionar escolas religiosas” (MICELE, 2009, p. 28). Nada disso,

porém, impediu o catolicismo de manter a construção do seu império e continuar no investimento do ensino secundário por meio de manobras administrativas.

Emprestando ou fazendo cessão de terrenos e prédios em condições vantajosas, concedendo subsídios financeiros diretos ou sob forma de bolsas de estudos, convênios, contratos de serviços, e, sobretudo, matriculando seus próprios filhos, os grupos dirigentes se mostraram particularmente empenhados no sucesso dessa política educacional entregue em mãos das autoridades diocesanas e das ordens religiosas, sobretudo das estrangeiras, especializadas na prestação desse tipo de serviço (MICELI, 2009, p. 29).

Como é possível compreender nos argumentos de Miceli (2009), além da ascensão nos investimentos e retornos financeiros por meio da educação regular, os grupos dirigentes católicos deram-se conta da carência nos investimentos para a formação de uma, dita, elite católica. Os principais e maiores conventos e seminários haviam sido construídos no início do século XIX, e, com a vinda de lazaristas e retorno dos jesuítas<sup>38</sup>, seria necessário ampliar e intensificar a nova geração do clero brasileiro; então passaram a ser feitos investimentos dessa natureza.

Sérgio Miceli (2009), ao realizar balanço da concentração regional das novas circunscrições eclesiais, entre 1890 e 1930, aponta que as instalações diocesanas anteriores a esse período eram praticamente três vezes menores. No Rio de Janeiro, por exemplo, havia duas instalações diocesanas enquanto, após essa data, existiam quatro dioceses: Niterói (1892), Campos (1922), Barra do Piraí (1922) e Valença (1925). Essas construções compõem o crescimento dos negócios da igreja à medida que estendiam ajuda ao fortalecimento governamental vigente.

[...] a Igreja contribuiu muito para a unificação do sistema político republicano e para a manutenção da ordem social vigente através do envolvimento intenso nos domínios de atividade em que logrou alcançar uma posição de virtual monopólio. A criação e gestão dos estabelecimentos de ensino primário, secundário, agrícola e profissional converteram o aparelho eclesial no maior e mais importante empresário da rede de ensino privada, exercendo o controle sobre 70% das instituições atuantes no final dos anos 1920 (MICELI, 2009, p. 157).

Com o Estado laico, a Igreja Católica caminhava por outra vertente e aplicava seus domínios via implantações sociais. Esse mesmo desenvolvimento social foi o

---

<sup>38</sup> Para saber mais, indicamos a leitura: BOXER, Charles R. **O império marítimo português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

que apoiou e deu segurança para o fortalecimento da classe dirigente católica, por meio de atuações em instituições como a revista *A Ordem*, o Centro Dom Vital e a Confederação Católica<sup>39</sup>. O período de separação entre Igreja e Estado não foi tão doloroso, não esgotou as riquezas daquela, tampouco a afastou dos estratos sociais mais altos. Tais movimentos “[...] garantiram retorno quando a Igreja passou a operar numa posição de relevo no centro da vida política nacional ao longo das décadas de 1930 e 1940” (MICELI, 2009, p. 161).

Imersas nesse contexto é que, em defesa aos interesses católicos, as elites intelectuais começaram a se mobilizar em prol da Igreja Católica. Como afirmado por Rodrigues (2005), nessa conjuntura, a Igreja não tinha alternativas, ela se agarrava à estratégia de autodefesa, para isso reforçava seu direcionamento tradicionalista e elitista e afirmava-se conservadora como meio de sobrevivência.

O posicionamento da Santa Sé orientava a linha da carta pastoral de Dom Leme, de 1916, citada no capítulo anterior. Trilhava com o mesmo espírito de luta e concepção política de que a Igreja não deveria lutar com o Estado, mas, sim, evitar desgastes até se destacar por meio da intelectualidade. Nesse mesmo rol de acontecimentos é que as duas organizações, empreendidas por Jackson de Figueiredo, foram criadas.

Jackson de Figueiredo (1891-1928), advogado dedicado à política e ao jornalismo, um intelectual católico, criou a revista *A Ordem*, em 1921 – nome sugestivo ao seu objetivo. O periódico foi um dos responsáveis e mais utilizados para divulgação das ações da Liga Católica em favor da doutrinação dos leigos à religiosidade cristã. Em 1922 foi inaugurado o Centro Dom Vital<sup>40</sup>, que recebeu o nome do bispo de Recife e Olinda<sup>41</sup>, um dos principais combatentes na “questão religiosa”. Para o fundador, frequentemente descrito, sergipano e convertido, Jackson de Figueiredo,

[...] é frequentemente descrito como autoritário, impetuoso e impaciente, ou seja, o contraponto da figura de Dom Sebastião

<sup>39</sup> A Confederação Católica, fundada em 1922, foi transformada, posteriormente, em Ação Católica Brasileira, assunto desenvolvido na continuidade deste tópico.

<sup>40</sup> Azzi (2003) aponta como fundadores, de primeira hora, do centro: Jackson de Figueiredo (presidente); Hamilton Nogueira (vice-presidente); Perilo Gomes (secretário); Jônatas Serrano e Tasso da Silveira. E, num segundo momento, Sobral Pinto, Alceu Amoroso Lima, Everardo Backheuser e Gustavo Corção.

<sup>41</sup> Dom Vital – bispo de Recife e Olinda (1871-1877), antecessor de dom Leme, que, ao não se conformar com a “Questão Religiosa”, em meados de 1873, torna-se uma das principais figuras dos setores conservadores da Igreja Católica no Brasil.

Leme, comumente adjetivado como sereno no trato das coisas e das pessoas. Jackson de Figueiredo desejava inicialmente montar um partido político católico, a fim de privilegiar ações diretas no combate ao que chamou de “desordens revolucionárias”; por ele caracterizadas como um ambiente de insatisfação e de mobilização na sociedade civil em que eram buscadas novas alternativas político-sociais. Nesse quadro, ficou conhecido por sua oposição ao liberalismo, ao comunismo e, mesmo, por se combater ao tenentismo (SKALISNKI JUNIOR, 2015, p. 32).

Embora essa fosse a ideia inicial de Jackson de Figueiredo, Dom Leme interferiu e o direcionou a outros caminhos. O cardeal o apoiou na criação dos dois órgãos citados, que foram as maiores representações da reação católica, por meio laico, instauradas na sociedade.

[...] a revista *A Ordem* e o Centro Dom Vital (1922) surgem num contexto social que tende a adotar uma cosmovisão cada vez mais agnóstica. A luta que a inteligência católica trava é no sentido de legitimar-se perante a sociedade, combatendo seus erros políticos e religiosos (VELLOSO, 1978, p. 120-121 apud RODRIGUES, 2005, p. 140).

Com o apoio do cardeal Dom Leme, o centro preocupava-se em repensar o catolicismo no país e reorganizar estratégias para sua propagação. Um dos objetivos era o de seguir as diretrizes romanas em reação aos movimentos das tendências liberais, positivistas e socialistas. Os fundamentos da revista eram sólidos, tinham como referência “[...] Leão XIII e seu projeto restaurador da unidade da Igreja Universal em meio ao conturbado final de século XIX [...]”, que, décadas depois, foi reerguido por Pio XI, e serviram como incentivo aos intelectuais, para mediar as discussões religiosas e das ciências, num início de século que pedia racionalidade (CASALI, 1995, p. 120).

Rodrigues (2005) assevera que os integrantes do Centro Dom Vital e, automaticamente, da revista *A Ordem* tinham como objetivo exercer a função de intelectuais na missão de evaporar a crise em que o país se encontrava, à medida que atribuíam a ela sentido espiritual.

No tocante as relações entre a Igreja e o campo intelectual, duas instituições de enquadramento ideológico receberam a incumbência de congregar o núcleo leigos que passariam a atuar como porta-vozes orgânicos dos interesses da corporação religiosa: a revista *A Ordem* (1921) e o Centro Dom Vital (1922). Tendo sido criadas como centros de reunião e de difusão das doutrinas tomadas de posição de intelectuais católicos acerca de inúmeras questões temporais, essas instituições acabaram assumindo um elenco cada vez mais

diversificado de tarefas e funções (MICELI, 2001, p. 128).

Essas duas instituições ficaram cada vez mais envolvidas nos movimentos católicos. Serviam, quase, como extensão da Igreja Católica. Era a *intelligentsia* agindo sobre a camada leiga em prol do direcionamento social e cultural católico. Foram, ainda, responsáveis por grandes retiros espirituais, encontros entre a massa intelectual e grandes líderes da Igreja Católica no Brasil, apoiavam a Ação Universitária Católica, que mobilizava estudantes das grandes cidades, promoviam eventos em centros universitários e editoras (em sua grande maioria católicas ou com muita afinidade à doutrina cristã).

A criação da revista despertou o interesse do padre Leonel Franca, afinal, um dos propósitos do periódico era divulgar as ideias católicas e o formato social desejado e incentivado por ela – sem contar o apoio incondicional de Dom Leme aos vitalistas - termo cunhado por Arduini (2014) aos denominados integrantes do Centro Dom Vital. Além disso, o jesuíta, costumeiramente, trocava correspondências com Jackson de Figueiredo, de quem era grande amigo, desde os tempos em que estudava em Roma, passando pelos mais diversos assuntos. Falavam tanto da vida pessoal como das preocupações que passavam pelo país e como poderiam utilizar o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem* como reparadores dessas questões. Em carta do dia 20 de fevereiro de 1923, Jackson de Figueiredo escreve:

Meu querido amigo, Padre Leonel Franca  
Ao voltar de uma longa e interessantíssima viagem pelos mais remotos sertões paulistas, encontrei sua bondosa carta de 18 do 01 e os seus favores ao Centro D. Vital. Muito obrigado por tudo. Continuo com a minha saúde um pouco alterada, apesar de ter feito muito bem a viagem a que acima me refiro. Não lhe quero falar das dificuldades que vamos vencendo por aqui, em relação A Ordem e ao Centro. São terríveis, mais ainda é quem está a frente dele. Porque a péssima educação que tive e o péssimo temperamento que me cabe dominar, são talvez os piores elementos com que luto [...]. Sei que não são poucas as pessoas que oram por mim, [...] aí me vem a esperança de que você não me abandonará.  
Oh, *pode escrever para a A Ordem o que bem lhe parecer*. Ela esta atrasada, mas vou ver se a ponho em ordem dando três números de uma só vez. O que lhe parecer, já lhe disse. Mas se quiser organizar a serviço bibliographico de que me fala será excelente [...] (arquivo, grifo no original) (FIGUEIREDO, 1923, grifo do autor. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil, grifos do autor).

Notamos que Franca já alimentava uma relação com o Centro Dom Vital. Quando Jackson de Figueiredo agradeceu os favores prestados até então, não se



sabe exatamente quais eram, notamos que os laços do jesuíta com a organização já estavam atados. Jackson de Figueiredo contava com as orações e o apoio pessoal de Padre Franca para resolução das questões pessoais, além dos conselhos e apoio amigo. Assumia ser alguém difícil, mas não se esquecia de que sua prioridade, naquele momento, era o investimento na revista e no centro.

Outro ponto a ser considerado é a liberdade com que Jackson de Figueiredo dava a Franca para este publicar, escrever e divulgar o que bem entendesse no periódico. Fica claro o trânsito livre que o inaciano possuía na organização da revista. O excerto dessa correspondência confirma um dos pontos que levantamos nesta tese: o trânsito livre nos âmbitos políticos e culturais da sociedade carioca. Se a função d'*A Ordem* era propagar a fé cristã católica no âmbito leigo, era por meio da persuasão literária que Franca a atingiria.

Ao pensarmos a revista e a participação de Franca bem como sua relação com Jackson de Figueiredo, notamos que o espaço social é definido pelos seus agentes, ou grupos, que o escolhem de acordo com seus interesses. Os agentes, por sua vez, posicionam-se nesse espaço pelo seu capital – o volume, em si, – e, depois, pela composição deste capital (BONNEWITZ, 2003). Franca, nesses termos, representa totalmente essa afirmação.

Acreditamos que o jesuíta havia enviado a Jackson de Figueiredo uma carta dizendo sobre sua última publicação. Os dois conversavam, ainda, no período em que o jesuíta estava em Roma. Isso nos confirma que as produções do inaciano estavam relacionadas e, diretamente, referidas ao povo brasileiro. Onde quer que Leonel Franca estivesse, Rio de Janeiro, outro local do país ou ainda no exterior, as notícias iam até ele por correspondências e muitas vezes voltavam em forma de produção bibliográfica, considerando, é claro, que nunca se desligara dos problemas políticos da Igreja, nem dos sociais. Jackson de Figueiredo encerra a carta – citada anteriormente – se despedindo e perguntando quando o padre retornaria ao Brasil para terem novas conversas sobre o estado religioso da sociedade.

Nesse período, Franca já havia publicado *Noções de História da Filosofia*. O integrante da Companhia de Jesus, já conhecido por algumas de suas publicações, possuía conhecimentos precisos sobre a igreja e exercia um conhecido domínio discursivo em defesa do catolicismo (ARDUINI, 2014). As relações nos meios sociais pelos quais transitava já estavam seladas e sua participação em diversos setores começava por meio de sua articulação religiosa, principalmente em periódicos e

meios de divulgação ágeis. As revistas, por exemplo,

[...] conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subndem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões – advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão (SIRINELLI, 2013, p. 249).

A *Ordem* evidencia, nesse contexto, um esforço tamanho para promover seu ideário religioso e reproduzir, por meio de suas publicações, os princípios católicos do século XX. A doutrina e o posicionamento político da Igreja foram ressaltados a fim de incentivar a sociedade civil a recuperar o prestígio católico junto ao governo. Essa representatividade pretendia atingir dos mais altos aos mais baixos estratos sociais. Casali (1995, p. 120) classificou essa revista, cronologicamente, por três fases, sendo elas:

- a) a primeira fase engloba os oito primeiros anos (1921-1928), em que a Revista funcionou sob orientação e direção de Jackson de Figueiredo, até a sua morte;
- b) a segunda fase compreende o período sob direção e orientação de Alceu Amoroso Lima: de 1928 até 1934 (Assembléia Nacional Constituinte);
- c) a terceira fase se estende de 1934 até 1941 (data de instalação e início dos cursos das “Faculdades Católicas”, no Rio).

É possível afirmar que o padre Franca atuou, de forma tenaz, em todas as fases do centro e sua revista. Foi consagrado líder religioso e orientador espiritual dos mais altos posicionamentos da liderança de ambas as organizações. Como assistente eclesiástico, organizava suas conferências e trabalhava todos os temas em forma de palestras, de forma que aqueles que o ouvissem não saíssem incólumes daquelas reuniões, com cada vez mais participantes.

A primeira temporalidade da revista, dirigida por Jackson de Figueiredo, segundo classificação de Casali (1995), diz respeito às publicações mensais com um dualismo no que tange às relações do homem material e homem espiritual. Em praticamente todos os números há algo a fim de ressaltar a figura de Dom Leme por sua combatividade e inteligência cristã demonstrando a forma como o religioso pode, e deve, sobressair às realizações materiais (CASALI, 1995).

Ao falar sobre o projeto de restauração católica, a carta pastoral, de 1916, já citada em seção anterior, é mencionada em todos os artigos que falam sobre a restauração católica. No número referente aos objetivos do centro, é ressaltada sua finalidade:

[...] é a criação de uma grande biblioteca católica e um serviço de informações bibliográficas e a edição de uma coleção de livros de apologética em geral, assim como de todo gênero de literatura que possa servir aos interesses da Igreja e da Pátria Brasileira. [...] **O Centro Dom Vital (é) uma Sociedade que se propõe única e exclusivamente a ajudar o Episcopado Brasileiro na obra da recatolização de nossa intelectualidade** (A ORDEM, vol. 1, n.10, maio, 1922, grifo nosso).

A participação intensa de Leonel Franca no Centro fica exposta quando frisamos o objetivo declarado dele em ajudar o episcopado brasileiro na recatolização da intelectualidade daquele momento. Isso o integra como intelectual dominante, que por sua vez se diferencia dos outros por manter concentração acumulada de capital dos mais variados tipos. Os capitais, sejam eles cultural, simbólico ou econômico, são definidores e responsáveis pelas legitimações – ou não – do sujeito no mundo social. Enquanto isso, o volume de número 11 da revista demonstra a aprovação e recomendação de Dom Leme a essa organização:

A fundação do **Centro D. Vital é um acontecimento de grande alcance religioso e social para o Brasil. Pedindo a N. Senhor que abençoe os esforços do Dr. Jackson de Figueiredo**, o iniciador dessa obra, aprovamos os seus estatutos. **A todos os católicos**, principalmente aos que se interessem pela restauração espiritual de nossos intelectuais, **recomendamos o Centro D. Vital**. Assinado: D. Sebastião Leme (A Ordem vol. 1, n 11, jun 1922, p. 161, grifo nosso).

A comissão organizadora e editorial, do periódico, sempre ressalta e veicula o fato de *A Ordem* ter sido criada para auxiliar na militância católica contra as práticas não católicas, tendo o apoio incondicional de Dom Leme. No entanto, exclui a possibilidade de formação de um partido católico que havia sido defendido, naquele momento, por alguns. Ainda em 1924, nos contatos frequentes entre Jackson de Figueiredo e Franca, o líder do Centro Dom Vital escreve:

25/02/24

Sai do Rio dia 10, em missão política de confiança do Presid. da Republica, a ver o que era possível fazer em nome da paz, na luta que ora divide [...] Sergipe, meu Estado Natal.

Fica clara a relação entre Jackson de Figueiredo e o presidente da República, o dono de um dos maiores cargos da sociedade. Essa questão não pode não ser destacada já que Leonel Franca, na condição de amigo próximo, quiçá pessoal, do líder da revista e do Centro Dom Vital, mais tarde precisará de grande apoio governamental para a fundação das Faculdades Católicas.

Além disso, naquela carta, Jackson de Figueiredo desculpa-se pela demora em responder. Diz que esperava ver o padre em breve, no Rio de Janeiro, por isso aguardava para enviar uma correspondência. No entanto, pelo tempo que levou para que isso acontecesse, respondeu a Franca:

26/06/1924

[...]

O S. nada tem que me agradecer relativamente ao que pude desejar ao seu livro, obra cuja ... seria – e, até certo ponto, inútil, pois resultaria numa simples apologia – só fôra possível num volume e não pequeno. Vou indagar se o “Jornal O Commércio” deu nota della porque se não deu vou pedir ao Felipe para confiar-me a empreitada. Devo dizer que a sua obra está fazendo um bem extraordinário ao paiz, e posso falar-lhe com autoridade no assunto, pelo simples motivo que não creio haja quem mantenha correspondência mais leveza, mais complexa do que a que teve. [...]

Pois avalie que o Centro já offereceu para mais de 30 exemplares de sua obra. O que era necessário eu fiz, fazer della uma edição propriamente popular [...]

(FIGUEIREDO, 1924. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Nessa passagem podemos observar o incentivo à divulgação da obra de Franca. Jackson de Figueiredo enaltece o escrito e afirma que ficará responsável pela realização e crítica em um dos periódicos mais importantes e de maior circulação da sociedade carioca. Ainda, lembra a Franca – incentivando-o a continuar em tal empreitada – como seus escritos auxiliam na recatolização do país, por falar com autoridade e leveza ao mesmo tempo. E, não suficiente, afirma que a divulgação estava sendo feita naturalmente e com sua ajuda, já que estava distribuindo exemplares à sociedade.

A identificação dos vitalistas (e não somente de Jackson de Figueiredo) com Franca foi rápida, principalmente porque levavam em comum uma preocupação social com a escrita. Arduini (2014, p. 34) assevera que, de acordo com a produção bibliográfica do grupo, era possível perceber “[...] a presença maciça de manuais didáticos e os de cunho histórico-biográfico entre o conjunto de livros vendidos [...]

outro grande gênero de sucesso no período, o romance, não teve nenhum grande representante do grupo”. Com essa classificação bibliográfica, feita pelo autor, é possível notar que o principal ponto de argumentação dos integrantes foi social e não, apenas, literário.

As bibliografias tinham seu limite, afinal, no país inteiro, a taxa de analfabetismo avançava à média de 80%. As divulgações das obras precisavam ser em massa, em diversas vias, para que tivessem a possibilidade de atingir ainda que o mínimo dos estratos sociais. É aí que surge a necessidade do centro de realizar também reuniões abertas. Quem não pudesse ler, teria a oportunidade de divulgar o ideário católico por meio da fala.

Com a morte de Jackson de Figueiredo, em 1928, foi eleito como presidente Alceu Amoroso Lima. Com a modificação da liderança, muitas outras questões foram alteradas, como, por exemplo, o perfil do grupo e o caráter da revista. Dom Leme, sob a pena de demonstrar sua afeição e pesar à partida de seu fiel escudeiro, escreve em edição d’*A Ordem* “entre a Igreja e qualquer outra cousa, fosse o que fosse, ele preferia e preferiria sempre a Igreja. Erraria grosseiramente quem o julgasse catholico, por conveniência, oportunismo, interesses ou vaidades do momento”; e, completa dizendo ser “[...] preciso que os intellectuaes brasileiros conheçam a verdade e gozem a ventura do amor e serviço de Jesus Christo!” (LEME, 1929, p.01). Leonel Franca, na mesma edição, onde vários intelectuais se posicionam sobre as realizações de Jackson de Figueiredo, lamenta que

Com o desaparecimento de Jackson de Figueiredo acaba de extinguir-se no firmamento da Igreja brasileira, uma das estrelas de mais puro fulgir [...]. Jackson não teve a felicidade de passar os primeiros anos à sombra da Igreja. O seu temperamento, ardente e indomável, sentira sempre os percalços desta lacuna da sua educação. Mas a Providencia divina, nos seus eleitos, transforma em fontes de bem as deficiências da providencia humana [...]. Na memoria de quantos tiveram a felicidade de conhece-lo elle viverá ainda, viverá com a ternura de uma saudade, viverá como a força de um estímulo, como a lição de um exemplo (FRANCA, 1929, p. 333-335).

As demonstrações, como a dos clérigos Franca e dom Leme, demonstram a forma com que a Igreja Católica nutria apreço pela posição ocupada por Figueiredo naquela conjuntura. Com as mensagens pesarosas e inspiradoras (incentivando outros fieis a seguir o caminho do líder), o Centro e a Revista iniciam um novo momento. O discurso do periódico, agora, passaria muito mais numa linha religiosa,

filosófica e cultural do que política, como era antes.

Perdeu o feitio político e combativo, próprio do fundador, passando a ser um órgão de ação católica, no sentido das primeiras normas traçadas por Pio XI. Para Assistente eclesiástico, D. Sebastião Leme manifestou o desejo de que fosse nomeado um jesuíta. Os Superiores da Companhia designaram naturalmente o Pe. Franca, que já estava em contato com o Centro e pode com efeito orientá-lo até 1936 (D'ELBOUX, 1953, p. 175).

Azzi (2003) defende a ideia de que o envolvimento político, assumido por Jackson de Figueiredo, reagia fortemente contra as pretensões revolucionárias do movimento tenentista. Ou seja, embora seu primeiro projeto de criação de um partido político não tivesse sido colocado em prática, ele continuava se articulando nesse campo. E, “[...] sob esse aspecto, mantinha-se coerente com a própria orientação da hierarquia eclesiástica. Conforme o discurso desse líder católico, tratava-se da defesa da ordem contra a anarquia militar e social” (AZZI, 2003, p. 13).

A associação começou a se desenvolver com mais intensidade em 1929. Com 80 membros, os integrantes da diretoria alugaram um apartamento e instalaram uma biblioteca - que foi arrendada pela viúva de Jackson de Figueiredo. Com anonimato, conseguiram apoio para manter a Livraria Católica e atingiram um número de 1.000 assinantes para colaborar para a disseminação da revista *A Ordem*.

[...] a atividade do Centro eram as reuniões semanais das quartas-feiras, realizadas com edificante regularidade. Iam primeiro à Igreja de N. Senhora do Parto, e ali, recolhidos, na abençoada penumbra, rezavam o terço pela conversão de nossos homens de letras. [...] terminada a oração, dirigiam-se para a sede, onde se ouvia uma conferência sobre Filosofia, Sociologia ou outro assunto relacionado com a religião (D'ELBOUX, 1953, p. 176).

As reuniões das últimas sextas-feiras de cada mês aconteciam no Colégio Santo Inácio e eram presididas pelo padre Leonel Franca. Com o passar do tempo, aumentou o número de integrantes e o total de envolvidos nas reuniões chegou a 200 homens (D'ELBOUX, 1953). Notamos a preocupação empreendida aos “homens de letras”. Sem dúvida, contando que os intelectuais, por meio de suas ações, é que auxiliariam na resolução de todas as necessidades do laicato católico.

Sobre os motivos que impulsionavam os intelectuais a agir como dirigentes da sociedade e como classe organizada para influenciar os meios sociais, Daniel Pécaut posiciona-se contrário à tese defendida por Sérgio Miceli em *Intelectuais e classe*

*dirigente no Brasil: 1920-1945* (1979). Este último afirma que os intelectuais, após a década de 1930, seduzidos pelo emprego público, nessa conjuntura, passaram a apoiar o governo de acordo com seu posicionamento social. Além disso, aqueles que encontravam mais benefícios continuariam o apoio em prol de não serem afastados das classes dirigentes, tendo-as como produto.

Ao contrário disso, o sociólogo francês Daniel Pécaut (1990) afirma que as conveniências oportunizadas pelo Estado não foram o único motor que moveu essa necessidade, e pensar dessa forma seria reducionista, já que esses intelectuais poderiam, sim, estar imbuídos de um espírito de missão política (RODRIGUES, 2005). Miceli reafirma sua obra e argumenta que seu objetivo maior é que faça entender que:

[...] as principais frações da classe dirigente [...] se empenharam em preservar e ampliar sua presença tanto no campo das instituições políticas como no campo da produção cultural, não resta dúvida de que as transformações ocorridas no mercado de bens culturais são indissociáveis da situação material e social das famílias da classe dirigente onde eram recrutadas as diversas categorias de intelectuais (MICELI, 1979, p. 16).

Nessa conjuntura o posicionamento da revista *A Ordem* não se mantém o mesmo. No início da década de 1940, vê-se a necessidade de alteração de postura intelectual de uma visão conservadora para uma visão mais liberal e democrática. Assim como defende Rodrigues (2005), entendemos que *A Ordem* não foi uma revista criada para trabalhar em prol do Estado ou do governo, mas, sim, a favor de outros projetos exclusivamente da Igreja Católica. Tal ponto foi utilizado como articulação para justificar imparcialidade em suas divulgações, no entanto claramente foi utilizado como arma de discurso.

Ao final da década de 1930, muitos dos vitalistas alcançaram prestígio por suas publicações pela José Olympio – como citamos anteriormente – uma das mais consagradas do período. Esta era, ainda, muito criticada por editar livros integralistas e de discursos autoritários, como o de Vargas. Os leitores desse público escritor, no caso, os integralistas, garantiam o sucesso e veiculação das obras, além de um bom relacionamento com o Estado Novo. Amoroso Lima e Leonel Franca, por exemplo, publicaram por essa editora no final de 1930 e início de 1940.

Ao longo da década de 1940, acumulam-se alterações que modificam sensivelmente o Centro Dom Vital, sua função social e,

consequentemente, sua importância. Do ponto de vista das lideranças, as mortes de dom Leme, em 1942, e Leonel Franca, em 1948, retiram do “vitalistas históricos” seus principais pontos de apoio e de referência, vulnerabilizando-os frente às lideranças emergentes, de cunho marcadamente mais arisco com ao diálogo com a cultura secular (ARDUINI, 2014, p. 24).

Modificações internas de atuação auxiliam a compreender atores como Amoroso Lima e Franca, que se adaptavam às leituras culturais e modificaram sua compreensão de defesa do integralismo em 1930, bem como da liberdade de expressão para os comunistas em 1940. Ou seja, adaptavam-se às necessidades sociais e culturais, reinventavam-se de acordo com o imposto socialmente para estender os princípios católicos.

Franca e Amoroso Lima se destacaram desde sua formação, concluída no exterior; e Amoroso Lima alcançara nome importante como crítico literário, reconhecido dentro e fora da Igreja. Ele havia apoiado o modernismo desde antes da Semana de Arte de 22, interessando-se pela defesa do movimento à *carioca*, mais modesto em suas pretensões de renovação. Leonel Franca era um professor de secundário e palestrava sobre temas de interesse aos membros da elite mais devotos. Em ambos os casos, sua consagração provinha de funções ligadas à difusão da doutrina religiosa (ARDUINI, 2014, p. 74).

A relação dos dois intelectuais era importante; Alceu Amoroso Lima recebeu sua primeira comunhão das mãos de Leonel Franca, alguns meses antes da morte de Jackson de Figueiredo. Além disso, todos os filhos de Alceu Amoroso Lima foram batizados pelo jesuíta. Tanto Franca como Lima tinham disposição financeira e de recursos acima da média. Lima, com patrimônio e herança familiar, e Franca da ordem inaciana. Isso fica claro para nos levar à participação do “[...] capital econômico, que é constituído pelos diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e pelo conjunto dos bens econômicos: renda, patrimônio, bens materiais” (BONNEWITZ, 2003, p. 53).

As obras de Franca eram conhecidas por divulgar a união de preocupações apologéticas e científicas. Brilhantemente o padre conciliava tais questões na divulgação de suas obras. Pensando nessa divulgação fundamental ao grupo e à sociedade e cultura brasileira, Alceu Amoroso Lima escreve:

**Nossa civilização só pode nascer da aliança íntima e harmoniosa de um espírito científico positivo a um espírito religioso positivo.** Um resolvendo os nossos problemas materiais básicos, o outro resolvendo os próprios fundamentos dos nossos



problemas do espírito.

**E por isso mesmo é que obras como esta do P. Leonel**, sendo um tributo admirável pela Verdade em si, **são ao mesmo tempo um esforço necessário, de inteligência e bom senso, pela nossa verdade nacional** (LIMA, 1930, 3 série – 2 volume, p. 30 -31, grifo nosso).

Referindo-se à obra de Franca, Alceu Amoroso Lima demonstra o imprescindível apoio do jesuíta no desenvolvimento da civilização. Diríamos, ainda, na incorporação, por meio da sociedade, aos ideários cristãos católicos. Afirmações como a de Alceu Amoroso Lima elevam a credibilidade de Leonel Franca não apenas àqueles leigos que acompanham as publicações do periódico, mas também às lideranças católicas e governamentais. Sobre o cotejamento e a forma como Jackson de Figueiredo, Alceu e Franca se posicionavam em *A Ordem*, Arduini (2014, p. 126) sustenta:

No que diz respeito aos textos produzidos pelos próprios vitalistas, é possível notar divisão escrita de tarefas a partir do cotejamento dos escritos de Leonel Franca com os de Jackson de Figueiredo ou Amoroso Lima, entre os quais existe um certo grau de complementaridade. O papel de Franca é organizar os fundamentos filosóficos do grupo, enquanto Jackson (e, após sua morte, Amoroso Lima) vão traduzir o que significam estes fundamentos na seleção de quais obras artísticas e literárias merecem conhecimento e o apoio dos católicos, e quais são aquelas que não merecem. No que diz respeito à defesa do ensino religioso nas escolas públicas, a hierarquia entre os autores é menos visível; os autores se repetem uns aos outros em seus argumentos e a opção deles é publicar no leque mais aberto possível de órgãos da imprensa para marcar posição. Tanto em uma como em outra condição, é notável o esforço dos três autores para impedir a revelação de qualquer tipo de combate entre eles. Jackson de Figueiredo, o escritor mais prolífico sobre o tema da trinca, faz constantemente menção a Franca como o seu guia maior. Amoroso Lima não demonstra a mesma reverência e nem parece disposto a enfrentá-lo.

A análise de Arduini (2014) é muito pertinente, à medida que auxilia na compreensão da forma como o “trabalho” era distribuído na revista. Podemos avaliar, então, que Franca não era responsável apenas como assistente eclesiástico, ou conferencista das reuniões do Centro Dom Vital, mas também por posicionamentos, cotejamentos ou apresentações textuais ao longo das publicações. Podemos arriscar a dizer, ainda, que as publicações bibliográficas poderiam ser exigências dos grupos, a fim de auxiliar na ampla divulgação dos princípios católicos.

Nas anotações de Franca, no arquivo da Província Jesuítica no Brasil, é possível visualizar muito de seus estudos para a realização de tais ocorrências. E

isso era reforçado para que a sociedade valorizasse tamanho empenho:

#### GERAÇÃO DE PROBLEMATICOS

Barreto Filho

Edição 17, 1931. p. 82 - novembro

**Não conheço ninguém no Brasil actual que represente a apologética discursiva**, isto é, uma inteligência que seja mais hábil e mais capaz de reduzir o racionalismo com os seus próprios processos, **a não ser o Pe. Leonel Franca. É a inteligência mais precisa, mais exacta**, daquellas que conheço exercendo-se dentro de uma disciplina superior, **mesmo porque Alceu Amoroso Lima pertence positivamente à outra linhagem, da apologética pascaliana**, em que introduziu um novo elemento, o elemento devocional, acentuando com insistência um processo que existia, porem sem predomínio, no pensamento de Pascal quando afirmava que era preciso primeiro ajoelhar para crêr.

Novembro – UM ANNO DE TRABALHO, 261

Assim que é prosseguiram no correr do anno corrente as conferencias memoráveis do P. Leonel Franca S. J., nosso assistente eclesiástico e conselheiro espiritual, que tomaram por thema o problema da família, e desperataram o mais vasto interesse. Quatrocentos a quinhentos homens, e entre elles professores, ministros do Supremo, desembargadores, um ex-presidentes da Republica, ex-ministros de Estado, médicos, jornalistas, estudantes, industriaes e até mesmo S. E. o Cardeal que nos deu a honra de uma assistência inesperada, - têm acompanhado numa assiduidade, numa concentração, num interesse crescente essas conferencias que, depois de abordarem nos dois anos anteriores o problema da Fé, atacaram este anno os mais difíceis e delicados problemas da vida domestica.

(1931. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil, (grifo nosso).

Notamos que, em conversa com Sobral Pinto, Franca ocupava um lugar muito mais de um assistente eclesiástico. Trabalhava e representava, como um conselheiro, ao qual as pessoas se dirigiam para conversar sobre tomadas de decisões ou sobre (in)justiças dentro da organização em prol da Ação Católica. Realizamos tal afirmação com base neste excerto:

Rio, 25 de Agosto de 1933.

Padre Franca,

Não estou a me dirigir ao amigo de infância, mas ao sacerdote de Jesus-Christo, que, por designação da autoridade episcopal desta Archidiocese, acompanha, na árdua função de Assistente Ecclesiastico, a vida e os trabalhos do Centro D. Vital.

Venho depor-lhe nas mãos sagradas a decisão soberana de um caso, que, parecendo-me sem nenhuma importância nos seus efeitos, se apresentou, ao contrario, aos olhos da direção da "A ORDEM", como de alguma relevância, digno, por isto, de ser examinado por homem, que allia ao seu valor moral e intelectual, o

caracter de Ministro de Deus.

Eis a hypothese que submeto ao seu superior julgamento.

Em começos de 1931, no curso de palestra com Tristão de Athayde, solicitou-me ele a colaboração na revista “A ORDEM”, onde me seria reservada secção permanente sob a denominação “Chronica Política”.

Annuí com a melhor bôa vontade ao honroso convite, chamando assim, sobre meus hombros mais este encargo, apenas de viver sobrecarregado com os trabalhos da minha profissão.

Durante mezes seguidos apresentei, com regularidade a minha colaboração, para o fornecimento da qual não havia, entretanto, dia fixado.

Em 1932, Tristão de Athayde resolveu mandar imprimir a revista nas oficinas da Sociedade “O Cruzeiro”, com a qual firmou contracto n’uma de cujas clausulas se estipulava a obrigação, para gerencia da “A ORDEM”, de fornecer todos os originaes, correspondentes ao numero de cada mez, até o dia 25 do mez anterior ao da publicação. Esta era a condição para que a edição da revista pudesse ser entregue.

(PINTO, 1933. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Então, Sobral Pinto reclama que, até o dia 25, por seus trabalhos políticos com o Estado, nunca conseguiu entregar os originaes da “Chronica” pontualmente, de costume atrasava dois ou três dias. E informa a Franca que a sociedade de *O Cruzeiro* não havia cumprido em nenhum mês sequer o compromisso de entregar a revista até todo dia 10. Em seguida, após meses, com dificuldades financeiras, *O Cruzeiro* não consegue entregar o número da edição de outubro de *A Ordem*. Na continuidade desta carta, Sobral continua dizendo que choveram reclamações e, faltando com a verdade dos fatos, a gerência de *A Ordem* desculpa-se, respondendo que o principal culpado de toda a situação era o cronista político.

Após tal relato, Sobral Pinto dá continuidade à sua carta, dizendo que, com esse desentendimento, ele ficou desapontado, pois “[...] Houve até quem afirmasse estar eu prejudicando, gravemente a acção maravilhosa do Tristão de Athayde” (PINTO, 1933. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). Sobral Pinto afirma que, apesar do ressentimento, não se manifestou negativamente à revista. Isso foi feito, apenas quando a direção da mesma solicitou que os artigos prontos para novembro e dezembro, de sua coluna “Chronica”, fossem publicados em janeiro e fevereiro, em um só fascículo. Sentindo-se prejudicado, negou o indicativo e exaltou-se, ameaçando que, sem sua publicação nos meses de novembro e dezembro, deixaria de escrever para a revista.

Na sequência, Sobral Pinto reescreve as cartas que recebeu de Alceu Amoroso Lima, bem como a resposta deste indicando uma solução para o problema

e questionando Sobral Pinto pela sua ameaça, que era inadmissível que deixasse a revista. Se fosse para fazê-lo, ficaria em suas próprias mãos uma solução melhor. Ele responde positivamente e assegura a Franca: “Não medi sacrifícios para não argumentar as dificuldades da direcção de *A Ordem*” (PINTO, 1933. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Eis que os artigos, propostos a saírem no mês de maio e abril, foram publicados apenas em junho. Sobral Pinto reclama da injustiça sofrida por ele, que em sua concepção foi enganado e trapaceado, afinal. Mais uma vez resolvido o conflito, novamente solicitam urgência para a escrita de duas colunas prontas para entrega e impressão, em *O Cruzeiro*. Há, novamente, um problema de datas e Sobral Pinto não consegue entregá-las. Ao exaltar-se com o líder de *A Ordem*, afirma: “Pois bem, não tenho qualquer interesse directo ou indirecto na publicação desta ‘Chronicas Politicas’. Dellas não tive a iniciativa. [...] Sob minha palavra de honra, Chronicas Politicas [...] nunca mais há-de apparecer nas paginas da ‘A ORDEM’” (PINTO, 1933. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

No dia seguinte Alceu Amoroso Lima entra em contato, por telefone, e suplica que Sobral não deixasse a revista. Após um tempo pensando, em trocas de correspondências, também arquivadas e redigitadas no envio de padre Franca, Sobral Pinto esclarece que, por tradição familiar, deu sua palavra e será ela a que dará a resposta: não mais participará da revista. Após relatar, de forma documentada, o que houve em seu desligamento de *A Ordem*, Sobral afirma:

[...] Ahi tem, Padre Franca, não só a explicação do motivo por que venho tomar-lhe o tempo já tão exíguo, como também fornecer-lhe todos os elementos para a sua decisão.  
Qualquer que seja o seu parecer, a ele me submeterei com agrado, e com disposição firme de integral acatamento.  
Todo seu em Jesus-Christo,  
Sobral Pinto.  
(PINTO, 1933. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Notamos, então, que, além de confessor de muitos e conselheiro de uma geração, Franca tinha um poder, ou um “peso”, sobre a decisão de grandes intelectuais do período. O fato apresentado demonstra objetivamente o capital simbólico de Franca. Afinal, Sobral Pinto não o procurou apenas como amigo dos tempos do Colégio Anchieta, de Nova Friburgo, para falar sobre carreira e vida pessoal, mas também para solicitar apoio e direcionamento em sua decisão acerca de seus escritos em *A Ordem*, poder este que Tristão de Athayde não teve

oportunamente.

Como assevera Sirinelli (2013, p. 250), numa rede de sociabilidade, “[...] a atração e a amizade e, ao contrário, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel às vezes decisivo”. Ao falar sobre a afetividade e a ausência de uma relação entre Sartre e Camus, Sirineli (2013) aponta que, com relação rompida, ainda assim, encontravam-se relatos de Sartre, após a morte de Camus, refletindo sobre o que seu companheiro diria de seus escritos, ou ainda como ele encararia a conjuntura na qual viviam. Essa correspondência entre Franca e Sobral Pinto nos remete a essa reflexão. Ainda que com o processo de rompimento com o órgão, Sobral Pinto não se desliga da organização.

Com base nas discussões realizadas até aqui, podemos afirmar que o Centro Dom Vital auxiliou no crescimento substancial do capital político da Igreja. Por meio de sua organização, houve um reforço à cosmovisão cristã, impulsionando a dominação religiosa católica na sociedade. Com essa tomada de força, a liderança brasileira observava a força crescente da Igreja e reconhecia seu poder de estabilidade social.

O governo varguista e a Igreja acordaram, nesse processo, um pacto informal de cooperação. Isso fica muito claro na história. A fim de “[...] reunir apoio ao seu regime, Vargas cultivou boas relações com a Igreja nacional”, e um dos atos públicos, feitos pelo presidente, foi o episódio em que Getúlio “[...] compareceu com Dom Leme e outros bispos à inauguração da estátua do Cristo Redentor no morro do Corcovado, no Rio de Janeiro” (SERBIN, 2008, p. 99), um símbolo de que o catolicismo oficial – entre Igreja e Estado – estava novamente restabelecido, ainda que informalmente.

Podemos notar, no seio d’*A Ordem* uma organização de sociabilidade muito bem engajada e estruturada. Sirinelli (2003) questiona se um microclima pode se transformar em zona cultural; compreendemos que no caso dos vitalistas isso foi possível. A revista, ou melhor dizendo – o grupo, ditou regras num domínio estreito, mas que se dissipou por considerável parcela da sociedade de intelectuais católicos enquanto dirigentes. E, para compreender os fios que perpassavam essas relações e davam estruturas sistematizadas para o projeto da Igreja Católica, faremos breves considerações a respeito da Liga Eleitoral e Ação Católica, fatores determinantes para a prática do projeto de Leonel Franca.

### 2.3.1 Liga Eleitoral Católica e a Ação Católica

Em 1932, com o apoio dos intelectuais mais mobilizados com a causa da Igreja Católica, Dom Leme criou a Liga Eleitoral Católica (LEC) a fim de homogeneizar a orientação católica no que dizia respeito à votação nas eleições. A LEC estimulava os católicos em quem votar, mas não o determinavam diretamente. O princípio da Liga não era criar um partido, ou expor-se com um posicionamento político. Pelo contrário, a avaliação da Igreja era a manutenção de posicionamento num local o mais reservado possível. Segundo Alceu Amoroso Lima, o formato de orientação na escolha dos candidatos seria

[...] dirigir-se aos partidos políticos propondo à apreciação de todos eles um programa máximo de dez pontos e um mínimo de três. Conforme a receptividade desse programa, por partidos e candidatos aos cargos eletivos da Câmara e do Senado, a Liga faria suas opções, sugerindo em seguida ao eleitorado católico em que deveria votar ou não (LIMA, 1973, p. 151).

Fica claro que o objetivo era “sugerir” e não impor ou apoiá-los diretamente. Com a organização da LEC, em 1932, o ano de 1933, com a campanha eleitoral, mobilizou as mais altas camadas da *intelligentsia* para intervir, indiretamente, nos resultados. Segundo Azzi (2003, p 25), a LEC passou por duas etapas distintas, sendo “[...] a primeira, de grande desenvolvimento, que se estende até 1937, e a segunda, menos significativa, de 1945 em diante”. Alceu Amoroso Lima ressalta, ainda, que o ano de criação da LEC,

[...] foi também marcado pela fundação do Instituto Católico de Estudos Superiores, base para a futura Universidade Católica, bem como por um ciclo de conferências do Padre Leonel Franca no Colégio Santo Inácio, sob o patrocínio do Centro Dom Vital (LIMA, 2001, p. 110).

Acreditamos que tais fatores e ocorrências auxiliam na mobilização do grupo para unificar forças para a realização dos projetos católicos. Estamos tratando de um período em que o catolicismo aparece enquanto nome (católicos não praticantes) ou prática (católicos praticantes) (AZZI, 2008). Imbuídos do molde de democracia cristã e temendo os efeitos impactantes que poderiam surgir, entram em discussão, na LEC, as providências a serem tomadas. No entanto, isso foi feito com toda aparente neutralidade que a igreja demonstrara, considerando que ela:

[...] deveria continuar mantendo em relação aos detentores do poder temporal, os altos dirigentes católicos preferiram adotar uma solução de compromisso (segundo eles, “uma fórmula extrapartidária, que tornasse os católicos capazes de atuação indireta, mas eficaz na política”). Dessa maneira, os católicos não interviriam como facção nas lutas partidárias nem desgastariam a autoridade moral e política da única corporação da sociedade civil em condições de ombrear-se com o Estado (MICELI, 2001, p. 130).

A LEC divulgava diretrizes e posicionamentos da Igreja entre seus fiéis, a fim de angariar o maior número de votos possível àqueles candidatos que estivessem afinados com o discurso do laicato católico. Como afirmamos, a Liga não mantinha uma lista de candidatos, orientava que aqueles que estivessem minimamente comprometidos com os ideais cristãos católicos pudessem estar entre os eleitos. O comunicado, também em forma de consulta, que dom Leme faz à Franca reforça nossas afirmações sobre seu poder nas decisões do rumo da Igreja Católica.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1932.

Presado Amigo.

Saudações affectuosas.

Tenho o prazer de submeter á apreciação a emenda de V. Excia. um esboço de organização, dentro da qual poderemos eleger, á próxima Constituinte de alguns correligionarios nossos.

O esboço foi por mim elaborado, o primitivo. Mas, como um preito de justiça, dando o seu a seu dono, devo dizer que o que V. Excia. vae ler é este mesmo esboço preciosamente emendado pelos srs. Padre Thomas Fontes, Sr. Everardo Backeuser, Claudio Gans e Alfredo Balthazer da Silveira.

A lei eleitoral, a ser promulgada, presuppõe a existência dos partidos. Com a collaboração da mulher nos pleitos, temos, os catholicos, as melhores probabilidade de êxito na arregimentação lembrada, ou num outra que venha de um entendimento entre nós, a que esta circular servirá de convite.

O partido não terá o nome de catholico. E se não fôra a necessidade de dar-se um programa mínimo que assegure o accordo permanente entre os que vão formar, nem mesmo precisaríamos dizer, como dizemos, que o partido tem por fim defender a Religião, na comunhão politica brasileira. Bastaria que se soubesse ou que se visse que, nos postos de comando do partido, nas suas menores subdivisões se acham, como vão achar, os melhores catholicos do Paiz. Só com essa feição desse programa, a nova argumentação attrahiria a si todos os elementos conservadores da Nacionalidade sequiosos de uma remodelação completa na politica nacional.

Não sabemos ainda como pensa a Autoridade Ecclesiastica, a respeito. Certo que nada faríamos se o sr. Cardeal se oppuzesse à nossa organização. Somos Catholicos obedientes. É indispensável que, entendidos, uns poucos, os da condição inclusa, e unidos, peçamos a Sua Eminencia uma approvação, que poderia ser

indirecta. Se. d. Leme, por exemplo, achasse que não há mal nenhum no movimento, isto só, a meu ver, já valeria por uma benção. Devemos poupar o nosso querido Chefe, a quem sorriem fundadas esperanças de que outros partidos, já formados ou em formação, apoiem o programa catholico.

Não podemos nem devemos querer, está claro, mais do que querem os nossos superiores. Elles sabem melhor do que nós o que mais convém á Igreja, no Brasil.

Se os partidos e os Chefes da Revolução cumprirem o que tiverem promettido no Episcopado, tanto melhor para nós que, ainda assim, não teríamos sido em vão, nem fóra de propósito. Fazer o bem, com gloria e proveito para a Igreja, é a melhor aplicação do tempo que Deus nos concede.

Qualquer homem honesto e bem intencionado poderá fazer parte do partido Nacional que, de seu turno, embora o deseje, não espera ver sob a sua bandeira a todos os catholicos do Brasil.

Do nosso programa, constarão, por exemplo, a indissolubilidade do vinculo conjugal e a liberdade escolar creada pelo decreto de 30 de abril, concluindo que podem figurar igualmente no programa de outros partidos. Menos, dai se vê, no do Partido Social-Democrata, que acabam de fundar, nesta Capital, os srs. drs. Luiz Carpehter (protestante), Pedro da Cunha (maçon) e Queiroz (espírita).

Fica assim bem claro que não visamos tolher a liberdade aos catholicos que se filiareem a outros partidos. Estamos certos, entretanto, de que quando esses correligionários na Fé perceberem que os seus partidos estejam, embora a contragosto mas por motivos políticos occasionaes, a hostilizar a Igreja ou a deixa-la sem defesa, eles correrão a engrossar, para o bom combate, embora accidentalmente, as fileiras do Partido Nacional, que nessa emergência será um doce refugio para a tranquillidade e fidelidade de suas consciências.

Posta a questão nesse pé, esperamos que D. Sebastião Leme e seus digníssimos Irmãos no Episcopado, nossos Chefes Espirituaes, não vejam nenhum inconveniente no procedimento dos que, desde já, sem compromissos com os partidos da Velha Republica ou com outros da Nova, desejem formar uma aggremação política, igual ás demais, desejando como as demais a felicidade da Pátria, mas sobrepondo ao programa temporal, que pode ser comum um programa feminino de ordem espiritual, sem pretenções a exclusivismos nem excomunhões para ninguém.

Somo catholicos e como catholicos queremos votar, com efficiencia. Pedindo-lhe a fineza de um parecer sobre o plano desse partido, como base de idéas a serem trocadas em próxima reunião, me subscrevo

de V.Excia.

humilde correligionário e amigo.

(LEME, 1932. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Em documento anexo segue um texto que foi enviado juntamente com a carta acima. O documento consistia na descrição de um Plano para a realização, ou criação, da Liga Eleitoral Católica. É fixado a mensagem de que seja um arquivo confidencial, a fim de manter o sigilo na estruturação prévia da organização.



## CONFIDENCIAL

## PLANO PARA A EXECUÇÃO DA LIGA ELEITORAL CATHOLICA

I- Não se trata de um partido político. Trata-se, apenas, de alistar o maior numero possível de eleitores que se comprometam: a) a exercer o direito de voto; b) a exerce-lo dentro das exigências da consciência catholica.

II- O funcionamento da Liga será obra de leigos, sem envolver a hierarchia da Igreja.

III- Como garantia não só de bôa orientação catholica, mas ainda de absoluta unidade de vistas e cohesão de esforços, a Junta Nacional, com sede no Rio de Janeiro, será composto de pessoas de toda a confiança do Sr. Cardeal. [...].

[...]

V.- Para tudo que se refere a Liga, as autoridades ecclesiásticas têm na direcção homens de sua absoluta confiança. Só assim é que as Juntas poderão falar e agir em nome da Liga.

VI- Pode-se aos srs. arcebispos que, apenas, recebam este documento, reúnam ou consultem confidencialmente os seus suffraganeos para fixar os nomes que deverão constituir a Junta Estadual. [...]

VII – Nas Juntas Estadoades merece atenção cuidadosa o nome do Secretario Geral, uma vez que os nossos Estatutos adoptaram o principio das organizações modernas, em que o Secretario Geral representa o fator “Execução e movimentação”. Será elle a ligação das juntas entre si e com as autoridades ecclesiasticas. Os presidentes, quanto possível, serão grandes nomes. A alma estará no Secretario Geral, que deverá ser alguém não só de prestigio local, atividade e competência, mas sobretudo, de absoluta confiança e incapaz de desvios, esmorecimentos e “aproveitamentos”, para interesse próprio ou de partidos, da sua situação de porta-voz da Liga.

VIII – Fixados e definitivamente escolhidos os nomes das juntas Estadoades, pede-se aos Srs. Arcebispos determinem ao respectivo Secretario Geral que, em nome da junta telegrafe ao Dr. Alceu de Amoroso Lima [...]: “Nomes escolhidos para Junta Estadual Liga Catholica senhores X. X. X. etc.. [...]. Desnecessario lembrar não seja, em caso algum, o endereço do prelado, seminário ou instituição ecclesiastica. De bom aviso será que, com maiores explicações acerca dos nomes dos membros das juntas, seja o telegrama acompanhado de carta ou officio ao Secretario Geral da Junta Nacional, Dr. Alceu de Amoroso Lima.”

“Relativamente a exemplificações e applicações concretas (a individuos e partidos) dos princípios eleitoraes catholicos é de absoluta necessidade que o clero e os que têm cura d'almas recebam instruções só de seus bispos e fiquem adstrictos ás normas geraes da Santa Sé [...].

A ninguem cabe o direito de atrelar o nome da Igreja a sorte de determinados partidos. Foram e acima das correntes partidárias, sem se envolverem com programma de partidos ou nomes de leaders e chefes, o clero e a acção catholica não têm o direito de querer decidir entre os diversos grupos políticos. Não devem,

mesmo, preocupar-se com os postulados políticos de ordem exclusivamente profana ou partidária.

Não ser perca de vista, porem, que no intuito de “promover e defender o bem da religião, os catholicos de todo e qualquer partido devem procurar-se uns aos outros, para se falarem e ouvirem, e, sendo necessário, para mutuas concessões”.

(LEME, 1932. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil, grifos no original).

A carta de Dom Leme expõe os ideais da LEC e indica que Franca analise e contribua com o quadro em elaboração. A Liga foi tão fundamental que, embora não se possa avaliar precisamente, a maior parte das reivindicações na constituinte de 1934 estava alinhada com os preceitos da Igreja Católica (MICELE, 2001). Em seguida, no mesmo ano, com o costume seguido de Leme consultar Franca, e vice-versa, segue outra carta:

(RESERVADA)

RIO DE JANEIRO, 23 de ABRIL de 1932

Exmo. e Revmo. senhor

Peço venia para lembrar que na reunião dos Srs. Arcebispos e Bispos, quando da inauguração do Monumento ao Christo Redemptor, como linha geral das atividades catholicas, no actual momento, foi excluída a formação de um partido, em favor da simples arregimentação eleitoral. Quanto á sua execução e detalhes, resolvido ficou que, acompanhando de perto os acontecimentos, eu escreveria a todos os Srs. Bispos, quando se me afigurasse oportuno. É o que ora venho fazer, apresentando a V. Excia., em character absolutamente reservado, o plano para a organização eleitoral dos catholicos. Desnecessario me parece informar que já foi maduramente estudado por technicos. É de crer, pois, que, si todas as dioceses o aceitarem, conseguiremos bons resultados.

Como se bem vê V. Excia. não se trata de partido catholico, nem de um partido politico com orientações catholica. Trata-se, apenas, de propugnar inalienáveis direitos da Religião; pois, si é certo que problemas do mais alto interesse religioso vão ser discutidos e solucionados, a conclusão se impõe: por dever de fé, cumpre-nos cerrar fileiras.

Eis ahi, em poucas palavras, o objetivo da Liga. De suas vantagens praticas não preciso dizer.

Si, fora e acima dos partidos, mobilizarmos e disciplinarmos um grande eleitorado, claro está que só os candidatos dos diferentes partidos, como os próprios partidos terão interesse em atender aos direitos da consciência catholica. Prevê-se até que alguns partidos, entrando em accordo com a Liga, adoptarão officialmente os pontos essenciaes de seu programa. Fica assim bem delineado o ponto em que os catholicos poêm a mira: em vez de um partido com candidatos próprios, querem influir nos programas e nos candidatos dos partidos existentes.

A organização da Liga, reflitamo-lo bem, não dispensa que nós, os arcebispos e bispos, directa e indirectamente, na medida de nossas forças, procuremos intervir junto dos leaders chefes e elementos prestigiosos das correntes politicas, no que diz – e só nisso – com a elaboração dos programas, em sua parte religiosa e na apresentação de candidatos, só do ponto de vista religioso.

Nos partidos militantes em cada Estado, há sempre catholicos de confiança e outros políticos de boa vontade que, bem orientados, poderão exercer benefica influencia.

Assentado que, independente da Liga, podemos contribuir valiosamente para a dupla finalidade de “bons programas” e “bons candidatos”, voltemos à organização do eleitorado, reafirmando o seu character de obra leiga. [...] é indispensável tenhamos pessoa de absoluta confiança no organismo das juntas.

Para norma de V. Excia. declaro que está nesse caso o Dr. Alceu de Amoroso Lima, que, como Secretario Geral da Junta Nacional, em assumptos da Liga- e só quando falar oficialmente no character de secretario, não, portanto, em livros, revistas, conferencias e artigos de jornaes – representa o meu pensamento.

[...]

Muito grato ficarei a V. Excia. pelos conselhos e luzes que me enviar com a resposta a esta carta.

Recommendado-me ás preces e bênçãos de V. Excia. Revma. seu Irmão e servidor muito amigo

(LEME, 1932. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Na campanha de 1933 se inicia um forte trabalho para a divulgação de uma “democracia cristã”. Por insegurança de os resultados políticos não favorecerem a organização católica, os religiosos criam essa liga e direcionam um compromisso que será eficaz a eles e à política. A LEC mantinha o objetivo de:

[...] divulgar as diretrizes e as tomadas de posição da Igreja entre os fieis e canalizar os votos dos eleitores católicos em favor dos candidatos dos diferentes partidos que estivessem prontos a sustentar as posições católicas em questões delicadas e controversas, como indissolubilidade do casamento, o ensino religioso nas escolas públicas, a assistência eclesiástica às forças armadas, etc. [...] Sabe-se que grande parte das reivindicações constantes do programa católico foi incorporada à Constituição de 1934 (MICELI, 2001, p. 130).

A Igreja Católica, nesse período, permanece e mantém-se como na década de 1920, com a finalidade de recuperar seu status. Em troca disso, recebe apoio governamental para a criação de novas instituições, o que foi o caso da Universidade Católica do Rio de Janeiro, fundada e consolidada por Leonel Franca. Para a conscientização, ou direcionamento da população, Fausto (2007, p. 376) afirma que:

O esquema era o mesmo nas várias localidades. O vigário devia

convocar uma grande assembleia popular para a manhã do domingo, com missa e, em seguida, comício de informações sobre o momento político, as reivindicações católicas e a LEC. Na parte da tarde, reunião com os delegados de todas as capelas rurais cuja principal responsabilidade era percorrer todas as linhas, núcleos e povoações das colônias, para que cada um se inscrevesse com o eleitor e fosse instruído sobre o dever do voto e sobre o programa da LEC.

Em 1920 e 1930 a Igreja assume uma estratégia para defender-se do afastamento dos muros do governo. Nesse período a instituição vê-se obrigada a abraçar uma cosmovisão conservadora, tradicional e elitista, que não obstante os tempos passados, agora reforça a formação de uma elite intelectual que atua como força para redirecionar os rumos religiosos do país. De acordo com Pécaut (1990), ao abordar o posicionamento do Estado e dos intelectuais como classe dirigente no que tange à cultura política nacional, é possível afirmar que:

[...] o Estado e os intelectuais, compartilhando o desdém pela representatividade democrática e a nostalgia por uma administração do social que tomasse o lugar da política, foram levados a agir como sócios a serviço da ideologia nacional. Se os intelectuais aderiram a uma 'ideologia de Estado', o Estado aderiu a uma ideologia da cultura, que era também a ideologia de um governo 'intelectual'. Estado e intelectuais estavam mutuamente comprometidos (PÉCAUT, 1990, p. 73).

A elite responsável pela divulgação das informações de caráter intelectual se sobrepõe no Estado Novo, pois, além de estar em sua grande maioria ligada ao governo, ele controla suas informações e garante dessa forma um domínio no que diz respeito à relação da vida cultural no país. Sendo assim, o campo cultural fica comprometido, de forma que assegura o regime governamental e invalida as manifestações intelectuais que pudessem prejudicar os interesses nacionais.

É com esse espírito, vendo os intelectuais como solução para o direcionamento social das massas, que a LEC apresenta os efeitos nos resultados eleitorais e demonstra essa marca com a Constituição de 1934. O período fica marcado e demonstra uma articulação entre Igreja e Estado. Dom Sebastião Leme, na mesma ocasião, traça diversas estratégias a fim de “re-catolicizar” o Brasil. Empenhado no espírito religioso, Tristão de Athayde relatou sua participação no processo:

Com as responsabilidades que me foram atribuídas, como um dos líderes do laicato católico, empenhei-me nessa atividade muito intensa. [...] Pela primeira vez organizava-se o catolicismo brasileiro,

através da Liga Eleitoral Católica e da Ação Católica, para contribuir com sua presença e o seu pensamento na elaboração da nova Constituição. Éramos contra a laicidade do Estado. Defendíamos o princípio da distinção entre a Igreja e o Estado, não na base da dissociação, mas da cooperação. Este ponto de vista acabou prevalecendo na constituição de 1934 (LIMA, 1973, p. 217).

Entendemos que a afirmação de Alceu Amoroso Lima foi também o princípio de Franca, estar a par das ações do Estado, sem concordar com todos os seus direcionamentos, mas de forma que sua contestação não fosse direta e ostensiva a ponto de danificar a relação que se havia, parcialmente, restaurado. Como ele relata na citação acima, defendia-se a diferenciação entre igreja e Estado, não para romperem relações, mas no que dizia respeito aos limites que competia a cada uma delas. Por meio da LEC,

A Igreja conseguiu a promulgação da Constituição de 1934 em nome de Deus, a proibição do divórcio, uma legislação trabalhista pró-católica e o atendimento de reivindicações mais gerais do catolicismo, como o voto feminino e a liberdade de educação (em outras palavras, a educação religiosa nas escolas públicas e apoio para as escolas católicas privadas) (SERBIN, 2008, p. 100).

Não há livros escritos por Leonel Franca sobre a LEC, nem textos de embates políticos públicos, mas há participação subliminar em todo o processo, como o jesuíta fez por toda a sua trajetória, afinal, “[...] o comportamento político dos intelectuais mereceria por si só um estudo” (SIRINELLI, 2013, p. 230). Como já mencionamos em outra ocasião neste texto, seria previsível esperar essa reação de um padre que entrava e saía pelas portas da frente do presidente da República, sem nunca ter, ao menos, se filiado a um partido político. É claro, as relações e os “pagamentos” pelos favores eram dados com concessões e favores de interesses comuns.

Os textos de Franca da década de 1930 deixam claro seu apoio à Liga Eleitoral Católica, instrumento para moralizar uma atividade política e redefini-la a partir de princípios religiosos. As mudanças mais significativas no seu modo de pensar se deram durante a década de 1940, quando Franca partilhou da preocupação de Amoroso Lima e de outros vitalistas de realizar uma leitura da doutrina católica capaz de conciliá-la com a volta da supremacia dos regimes democráticos. Há uma mudança também nos meios de transmissão de suas palestras, que saem dos salões e corredores das organizações católicas para atingir um público amplo e difuso, através das ondas do rádio (ARDUINI, 2014, p. 177).

Ratificamos a afirmação de Arduini (2014) não apenas pelos registros encontrados da participação de Franca, mas nas correspondências localizadas, solicitando sua frequência indispensável:

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1934.

Ilmo Ver. Padre Leonel Franca

Tendo o Governo resolvido iniciar um serviço regular de propaganda do Brasil e dos interesses nacionais, tanto para fins de educação sistemática da nossa opinião publica, como para levar ao estrangeiro informações uteis concernente ao Pais, para o que contamos já com um serviço de ondas curtas, temos o prazer de informar a V. S. que, a partir de quarta-feira, 23 do corrente, será irradiado diariamente o RADIO-JORNAL, cuja organização e direção nos foi honrosamente confiada pelo Sr. Chefe do Governo Provisorio.

Entre os objetivos visados pela nova propaganda avulta a difusão de ideias sobre o progresso educativo e sobre os métodos pedagógicos que melhor concorram para elevar o nível cultural das massas da nossa população. Afim de tornar afetivos os propósitos do Governo nesse sentido, precisamos da colaboração dos que representam entre nós as expressões mais altas da cultura e competência no setor pedagógico.

Não podíamos, em tais circunstâncias, esquecer a contribuição valiosíssima que V.Sa. poderá prestar a obra tão patriótica e cujo alcance certamente será apreciado por V.S.. Tomamos, portanto, a liberdade de confiá-lo para figurar entre a secção educacional no dia em que ficar combinado de acordo com o plano de rotação dos diversos especialistas que contribuirão para a mesma secção, a qual serão reservados sete minutos de irradiação.

Certo de que V. S. não recusará o seu concurso a um empreendimento em que poderá dar nova demonstração do seu espirito cívico e trazer mais uma útil cooperação à obra educativa de que depende o futuro da nossa Patria, agradecemos antecipadamente, subscrevendo-nos com os protestos do nosso alto apreço e consideração.

Salles...

Diretor Geral da Imprensa Nacional

(1932. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Essa ampla divulgação nos princípios religiosos, bem como o posicionamento político, ainda que discreto, serão recorrentes na revista. A dualidade liberalismo e comunismo ilustrará grande parte dos debates travados na revista e nas ondas do rádio. Franca, com um programa semanal, consegue uma repercussão ainda maior sobre o posicionamento a ser tomado pelos cristãos leigos daquele contexto.

A concepção de um Estado forte, presente tanto nas formulações do próprio Getúlio Vargas como de intelectuais ligados a seu governo, é também incorporada, em certa medida, pelos católicos, principalmente no que diz respeito à sua crítica ao liberalismo e ao comunismo (RODRIGUES, 2005).

Em suma, até 1937, quando o regime autoritário eliminou os partidos e eleições a LEC teve um poder considerável nos resultados dos processos eleitorais. Nos princípios anticomunistas, por exemplo – na Assembleia Constituinte de 1933 - a maioria dos candidatos apoiados por ela foram eleitos, “[...] a constituição de 1934 incorporou as principais exigências da LEC, incluindo o apoio financeiro do Estado à Igreja, a proibição do divórcio e o reconhecimento do casamento religioso, a educação religiosa durante o período escolar e subsídios do Estado para as escolas católicas” (MAINWARING, 2004, p. 48).

Como afirmado por Alceu Amoroso Lima (1973, p. 150), “[...] a Liga Eleitoral Católica não era um partido, mas um movimento de ideias. Como era, em outro plano, a Ação Católica, fundada em 1934”. Até 1937, após a eliminação dos partidos e eleições, a LEC levou prestígio e alcançou muitos de seus objetivos, mas a Ação Católica deu continuidade a seus feitos.

Os movimentos da Ação Católica foram definidores para os rumos da igreja brasileira. O papa Pio XI (1922-1939) “[...] julgava os partidos políticos como sendo demasiadamente divisionistas, mas, mesmo assim, buscava alianças com o Estado para defender os interesses católicos” (MAINWARING, 2004, p. 43). O líder romano da Igreja Católica apoiou Dom Sebastião Leme em seus esforços para promover a restauração católica e compreendia que a Ação Católica seria fundamental para este processo.

Como resultado da constitucionalização do país, surgiu a Aliança Nacional Libertadora, o que dava mais força aos partidos de esquerda. A restauração católica, movimento também instituído por Dom Leme, em 1935, consistia num movimento de resposta a tal organização. Era composto por leigos que atuavam nas mais diversas camadas sociais e culturais, por meio das diretrizes de líderes eclesiásticos. O movimento da Ação Católica viera para realizar ações nos mais diversos setores da sociedade, religioso, educacional, moral, político (AZZI, 2003).

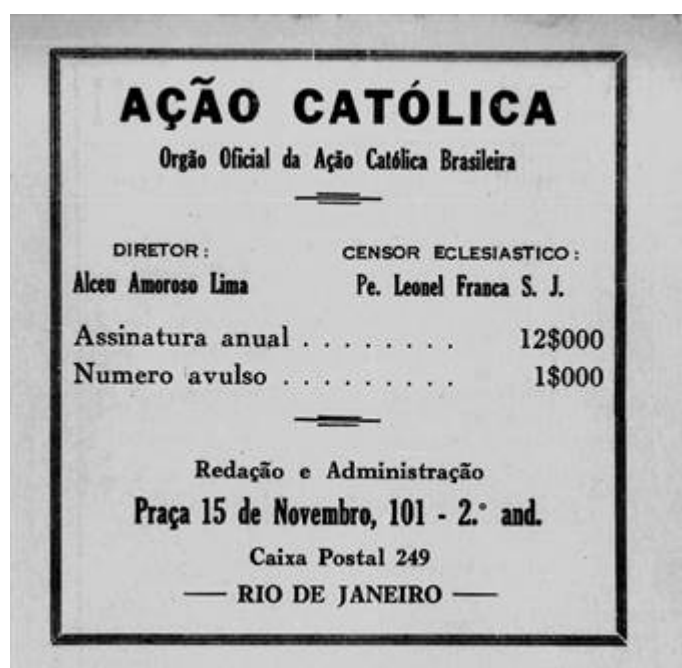
A Ação Católica seguia a estrutura da França e Itália – dependente da autoridade papal e dividida em masculino, feminino, adultos e jovens. Rodrigues (2005) relata que, antes de ser implantada no Brasil, ela já trazia a divulgação da assertiva dessas ações em muitos outros países. A revista *A Ordem* assumiu uma posição forte e firme em apoio à Ação Católica. Publicou, no ano de 1936, uma carta do Papa Pio XI, enviada ao cardeal Leme e ao episcopado brasileiro com o título

“Ação Católica Brasileira”:

Queremos [...] demonstrar uma vez o mais alto conceito que fazemos da colaboração que podem os leigos prestar ao Apostolado da Hierarquia, não só na defesa da verdade e da vida cristã... como também para que sejam em mãos de seus pastores, instrumentos eficazes de sempre maior progresso religioso e civil. [...] Nós estamos intimamente persuadidos de que a Ação Católica é uma grande graça de Nosso Senhor, quer em relação aos fiéis, que ele chama a colaborar mais de perto com hierarquia, quer em relação aos Bispos e Sacerdotes que, sempre, para mais larga e eficazmente desempenhar o seu sagrado ofício, encontrarão nas fileiras da Ação Católica almas generosas e prontas à coadjuvação decidida (PIO XI, Papa. *A Ordem*, p. 5-6, jan. 1936).

Com isso, é possível afirmar que a Ação Católica era vista como uma obra fundamental à reação ao laicismo. Revistas como *A Ordem* cumpriam a tarefa no processo de disseminação dos ideários católicos, considerando que o conservadorismo estava nas entranhas de todo o processo das ações. Se pensarmos o campo de divulgação utilizado por ela, reafirmamos que o mesmo se concebe como um meio e um fim.

Em prol da Ação Católica, o padre Leonel Franca ofertava cursos, ou conferências, em nome do Centro Dom Vital. Os temas discutidos na ocasião eram divórcio, família, vida, espiritualidade, morte e, principalmente, a psicologia da fé. Foram divulgados anúncios em todos os números de *A Ordem* para que a adesão por parte dos leigos e seguidores fosse ampla.





A ORDEM Edição 96 – 1938.

Fixamos um encarte de *A Ordem*, o qual veiculava o periódico como órgão oficial da Ação Católica Brasileira, apresentando como seu diretor Alceu Amoroso Lima, e orientador eclesiástico o Padre Leonel Franca. O comercial, no tom de propaganda, apresentava ambos os integrantes como chamariz de interessados a compreender mais sobre tal organização. Anos depois, inspirada no mesmo ideal da LEC, Franca recebe a correspondência:

São Paulo, 15 de junho de 1945

Reverendíssimo Senhor:

A contemplação da realidade política e social do mundo e do seu reflexo em nosso país, nos levou, a mim e a vários amigos daqui, do Rio, de Minas e da Baía, à convicção da necessidade de criarmos os nossos próprios métodos políticos, no sentido da realização de nossa vida político em torno de princípios e não de pessoas, e da consideração dos justos de governo, como encargos cívicos, e não como posições assecuratórias de vantagens.

Por outro lado nos pareceu que tal objetivo somente seria atingível, através dum esforço no sentido da cristianização da Política, congregando todos os brasileiros convictos do valor dos ideais sociais-cristão um Partido destinado a torna-los realidade na vida política nacional.

Com esse intuito lançamos no dia 21 de abril p. passado o Partido Democrata Cristão, cujo programa foi elaborado pelo Dr. Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde).

Assim sendo, enviando a Vossa Reverendíssima o incluso folheto, contendo o Programa e os Estatutos do Partido Democrata Cristão, assim como uma entrevista do Dr. Alceu Amoroso Lima sobre a significação do nosso movimento e uma demonstração da sua absoluta concordância com os princípios adotados pelo Episcopado Brasileiro, na carta pastoral publicada por Dom Jaime de Barros Camara, a 23 de maio de 1945, ousamos solicitar as preciosas bênçãos de Vossa Reverendíssima para os nossos elevados e desinteressados esforços no sentido de cristianizar a vida política Brasileira.

Com a expressão do nossos profundo respeito, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

A. F. Cesarino Junior

Presidente do Diretório Central Provisório

(CESARINO JUNIOR, 1945. Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Franca, em uma de suas Conferências sobre o tema, reforça o motivo de existência e os princípios da LEC:

Todo o brasileiro sente neste momento o seu quinhão de responsabilidade indeclinável. Aos indivíduos, como aos grupos sociais, que integram a comunidade nacional, incumbe a missão de trazer para o bem comum a sua colaboração sincera, as luzes de sua inteligência como a eficiência de sua atividade. A este imperativo da consciência cívica e da consciência religiosa deve a Liga Eleitoral Católica a sua existência (FRANCA, 1952, p. 115-116).

Por diferenciar o espiritual e o temporal, a Igreja não deveria se envolver diretamente na política, mas isso não a impedia que auxiliasse nos rumos políticos de seus fiéis. Com o apoio maciço da Igreja e seus atuantes fiéis, todos os Estados foram envolvidos nesse movimento, o país católico estava unido pela mesma causa. Ainda que os padres, diretamente, não estivessem em destaque, agiam de forma imprescindível para que o objetivo da Igreja fosse alcançado. Como veremos no próximo tópico, vários grupos nasceram da Ação Católica e levaram adiante os princípios da organização do laicato. Os objetivos estabelecidos, por Franca, na formação desses grupos foram inspirados nas idealizações de Dom Leme. E, na mesma inspiração dessas organizações Franca foi, aos poucos, integrando os mais diversos grupos.

## **2.4 Integrante de diversas organizações: o pastor de muitos rebanhos**

Nosso objetivo, nesta seção, é mostrar alguns fragmentos das correspondências de Leonel Franca, bem como suas anotações impressas em seu diário pessoal. Com isso nos movemos a indicar seu importante papel, como mediador, na definição dos rumos sociais, culturais, políticos e educacionais em tudo aquilo que dizia respeito à igreja. Algumas das principais funções exercidas por Padre Franca foram

[...] membro do Conselho Nacional de Educação desde sua fundação em 1931 até 1948; membro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a partir de 1937; consultor técnico do Conselho Nacional de Estatística; membro da Comissão Censitária Nacional; autor do anteprojeto do Plano Nacional de Educação (1937); membro da Comissão Nacional do Livro Didático (1939); delegado do governo no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), órgão ligado à UNESCO (ALEIXO, 2005, p. 107).

Não consideramos ser possível listar todos os cargos ocupados pelo padre ao longo de sua trajetória. Ainda, certamente, não devemos afirmar que o poder de Franca era vasto a ponto de controlar todos os escalões de liderança. No entanto

podemos evidenciar que a forma como era solicitado, requisitado e chamado para definir os rumos de tantas questões o tornou um intelectual de notória relevância na sociedade do século XX.

Consideramos que parte das tomadas de Franca estão diretamente relacionadas com o cardeal Dom Sebastião Leme. Como atestamos em correspondências e indícios anteriores, o cardeal Leme raramente tomava uma decisão de repercussão social, sem consultar o padre Franca. Ele foi um dos líderes da Igreja Católica, e aqueles pequenos apontamentos apenas reforçam isso.

Sua primorosa formação filosófico-teológica fazia dele um intelectual respeitado e de muito prestígio, em face de tantos convites para participar de comissões, organizações e contribuir com os mais variados segmentos dos setores sociais e culturais. Antes mesmo de solicitar qualquer apoio público, ele era reivindicado pelos próprios grupos aos quais integrava. A cultura sofisticada e profunda de Franca colaborava não apenas com as realizações de Dom Leme, mas todo o corpo católico secular brasileiro, aquilo que o período pedia.

Inspirado nos princípios da encíclica *Divini Illius Magistri*, de 1929 por Pio XI, Leonel Franca conduzia os grupos de acordo com os princípios de uma educação cristã católica. Para formar este cidadão nos moldes cristãos seria necessário abraçar “[...] toda a extensão da vida humana, sensível, espiritual, intelectual e moral, individual, doméstica e social, não para diminuí-la de qualquer maneira, mas para a elevar, regular e aperfeiçoar segundo os exemplos e doutrina de Cristo” (*Divini Illius Magistri*, de 1929). Segundo esta encíclica, a educação deveria impactar e ser ambientada nas mais variadas esferas, sejam elas: na família, na Igreja e em suas obras educativas, na escola e no mundo. Partindo do princípio de que a educação deverá encontrar-se nos mais variados locais e esferas de atuação, Leonel Franca utiliza-se dos grupos sociais, com públicos heterogêneos, a fim de agir enquanto um pastor de muitos rebanhos. Como acompanhamos, muitos dos desdobramentos de movimentos católicos eram oriundos da Ação Católica e das necessidades vigentes da igreja naquele período, lugar no qual Franca estava completamente imerso. Em seu diário pessoal, após realizar uma conversa - com quem fosse, ele registrava, oportunamente, se aquele com que acabara de se relacionar seria ou não um bom membro para a Ação Católica brasileira.

Em 1928 e 1929, o Catálogo da Ordem só lhe atribui ofícios para

dentro de casa: Prefeito dos estudos, dos casos de Moral, da leitura no refeitório e da biblioteca; ajudante do Diretor da Congregação de N.Sra. das Vitórias, Padre Espiritual dos maiores e médios, Consultor da Casa. O trabalho com os alunos do Santo Inácio, se excetuarmos o ministério de confessores, em que foi sempre assíduo, culminou e terminou em 1931, quando dirigiu a Congregação mariana e o Apostolado da Oração colegial. Como consultor ou conselheiro da Província atuou desde 1931 até o fim da vida. Mas desta sua influência no regime interno, nada sabemos (D'ELBOUX, 1953, p. 172).

Nos arquivos de atribuições da Companhia de Jesus, observamos que os afazeres internos do jesuíta não estavam cessados, ainda que com tantas atividades externas a serem realizadas. Segundo D'elboux (1953), sua dedicação se dava, em maior parte, como assistente eclesiástico do Centro D. Vital (como já nos referimos), para a Sociedade Jurídica Santo Ivo e Ação Universitária Católica (AUC).

A AUC foi fundada pelo próprio padre Franca, em 1929. Segundo os relatos de D'eboulx (1953), um estudante de medicina, em um dos retiros feitos na Igreja Católica, pergunta ao padre Franca como poderia contribuir e fazer mais pela Igreja, eis que ele indica que se veicule um jornalzinho pela imprensa católica, o qual foi muito bem aceito e gerou a simpatia de muitos jovens. Viagens a São Paulo, Minas Gerais e Estados de todo o Brasil levaram a que passassem a funcionar, em nível nacional, gradativamente, outros locais, um movimento em forma de ação que movia os jovens a buscar Cristo por meio dos princípios católicos.

Azzi (2003) discorda da ideia defendida por D'elboux (1953) e afirma ter sido Alceu Amoroso Lima o grande fundador da AUC. O primeiro autor defende, ainda, que, “embora o movimento não estimulasse uma participação direta dos acadêmicos nas atividades partidária, a AUC tinha uma conotação política bem definida” (AZZI, 2003, p. 14). Em 1930, a AUC começou a elaborar estatutos, diretoria e ter apoio de outros padres e congregações. Em 1929, por exemplo, começam-se a celebrar missas após refeições de grau nas faculdades com que esses jovens estivessem envolvidos.

Em outra esfera social, a Sociedade Jurídica Santo Ivo foi fundada em 1928 - por iniciativa de um congregado de N. Sra. Das Vitórias. Tinha por objetivo reunir magistrados, professores de direito e advogados católicos. A finalidade era propagar a doutrina da Igreja Católica em todo o meio jurídico. Não obstante a isso, temos a publicação *O Divórcio*, de Franca, como testemunha do seu posicionamento sobre um dos temas jurídicos mais polêmicos. Dom Sebastião Leme foi quem indicou

Franca para direcionar os rumos católicos a serem seguidos pela instituição. Reuniam-se mensalmente para a realização de conferências.

Em 1930, a tomada de posse da nova diretoria foi comemorada pelos católicos. Numa seção solene, presidida por Dom Leme e pelo presidente do Supremo Tribunal, acompanhada da conferência “A ação católica no campo do pensamento”, anuncia o presidente reeleito, o senhor Conde Afonso Celso. Os membros da Sociedade Jurídica cooperaram em várias comissões brasileiras sobre direito penal e penitenciária brasileira, todos os seus pareceres em congressos nacionais e internacionais estavam relacionados à religião.

A Sociedade Santo Ivo, não diferente de outra associação ou fundação incentivada por Leonel Franca, rapidamente se dissipou e estendeu-se ao Estado de São Paulo, onde contou, de início, com cerca de 100 sócios.

Após o triunfo da revolução de 1930, a Sociedade Santo Ivo enviou uma delegação ao presidente do Governo Provisório, oferecendo-lhe sua colaboração jurídica na reforma constitucional do país, e outra delegação ao Sr. Cardeal Arcebispo, colocando à sua disposição os préstimos profissionais dos membros para as reivindicações católicas nas ditas reformas. De fato, incalculáveis foram os serviços prestados à Igreja e à Nação brasileira (D'ELBOUX, 1953, p. 182).

Segundo D'elboux (1953), Franca comentava que os bons e mais influentes advogados comungavam ao menos uma vez na semana e faziam a leitura espiritual e meditação diária na hora consagrada a Nosso Senhor Jesus Cristo.

Mas o Pe. Franca não se contentou com encaminhar e estimular os juristas na dedicação à boa causa. Logo que viu a oportunidade e a urgência de mais cristianizar nossa legislação política, ele mesmo entrou confiadamente nesse campo de alto evangelização, sacrificando o sossego de sua casa religiosa para frequentar ministros e demais magistrados (D'ELBOUX, 1953, p.183).

Isso nos leva a ressaltar o relato de D'elboux (1953), quando afirma que 1931 foi um de seus anos mais cheios e alargou suas relações pessoais e sociais. É claro que muitos outros desdobramentos da Igreja Católica estavam ligados à Ação Católica e seus objetivos. No momento da fundação, a Associação Santo Ivo não tinha a importância que viria a ganhar após 1930.

Desde a década de 1930 esse movimento, empreendido em defesa da Santa Sé, esteve preocupado com a Igreja e sua missão na vida social brasileira. Franca utilizou sua participação em tal organização para escrever e ter participação nas

decisões e opiniões públicas a respeito do divórcio. Como posto na seção anterior, o padre teceu considerações e escreveu sobre tal temática. Em sua obra, é possível notarmos os termos técnicos e o entendimento de lei, demonstrado pelo jesuíta. No dia 25 de agosto de 1931, ele escreve em seu diário pessoal:

**25. Hoje, das 2 às 4,30 estive com o Dr Alfredo Bernardes, a pedido de D. Sebastião Leme para tratar da questão do divórcio no anteprojeto do Código Civil.** Depois de lhe apresentar as minhas razões pareceu convencer-se da nocividade social do divórcio. **Confessou-me que nunca havia estudado a questão a fundo**, que se indignara com o Heitor L, mas por lhe haver publicado algumas coisas que lhe haviam desapontado. Frequentemente voltava a casos particulares que entrara na sua vida profissional. A última “ratio” porém que o impedia de assumir outra atitude era que já “estava comprometido”. Se soubesse, de antemão o que deveria suceder nunca se haveria abalado a aceitar o convite para colaborar com a reforma do Código Civil. Agora voltar atrás seria expor-se a “descompusturas”. **O divórcio, porém, não seria promulgado. D. Leme poderia agir diretamente com o Dr Getúlio Vargas. O artigo 2 do Decreto de 6 de dez de 1930, que instaura as sub-comissões, diz expressamente, que os projetos serão depois promulgados “com as modificações que o Governo julgar necessário”.** Outro alvitre seria obter, por exemplo que o Dr Epitácio elaborasse outro projeto de legislação familiar e o apresentasse ao Governo que o poderia escolher de preferência. Impressão geral de um homem que não tenha convicções profundas formadas nem estudo pessoal do assunto e temia desagradar os elementos divorcistas, fora e dentro da comissão (FRANCA, 1931. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Podemos considerar que não apenas nesses quesitos Franca era constantemente requisitado, em tantos outros temos sua participação. Ao construir um grupo intelectual, algumas questões e danos somavam-se a isso. Passamos, em sintonia com as anotações de Franca, a pensar em seu poder nos fatos ocorridos em determinado período, afinal,

[...] para quem estuda a ação dos intelectuais, surge obrigatoriamente o problema de seu papel e de seu “poder”, problema que, de uma forma prosaica, pode ser assim resumido: teriam esses intelectuais, em uma determinada data, influído no acontecimento? (SIRINELLI, 2013, p 235).

Podemos nos referir a Franca como um intelectual com muito domínio do campo de atuação e sobre aqueles que o circundavam. As anotações de seu diário, de 1932, trazem esta afirmação:

Maio

**1. Hoje, domingo, às 3,30 procurou-me o Dr Pontes de Miranda, para comunicar-me a publicação do ante-projeto de Introdução ao Código Civil**, elaborado pela comissão que havia substituído para a afirmação dos direitos da família o sistema do Domicílio ao da lei pessoal. **Disse-me ainda que o Dr Francisco de Campos, ministro da Justiça e ele iriam redigir um contra-projeto a ser apresentado ao chefe do Governo Provisório. Pediu-me a colaboração da Igreja numa questão que tão de perto interessava a organização da família.**

**Fui imediatamente ao Cardeal**, comuniquei-lhe o ocorrido. **Sua eminência encarregou-me de redigir uma carta que seria enviada ao Dr Getúlio e a outras personagens importantes.**

**31. Fui hoje à casa do Dr Pontes de Miranda, a pedido dele.** Deu-me para ler a exposição de motivos feita pelo Ministro Campos, pedindo levasse também ao Cardeal. **Assegurou-me que o chefe do governo a assinaria** (FRANCA, 1932. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

É possível identificar o poder da decisão e interferência de Franca nas decisões estatais. Não antes de consultar Dom Leme, juntamente tomam uma decisão e decidem reorganizar os rumos da legislação brasileira no que tange à sociedade cristã. Evidenciamos que:

[...] o representante constitui o grupo que o constitui: o porta-voz dotado do poder pleno de falar e de agir em nome do grupo, falando sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que existe somente por esta procuração. Grupo feito homem, ele personifica uma pessoa fictícia, que ele arranca do estado de mero agregado de indivíduos separados, permitindo-lhe agir e falar, através dele, “como um único homem”. Em contrapartida, ele recebe o direito de falar e de agir em nome do grupo, de “se tomar pelo” grupo que ele encarna, de se identificar com a função à qual ele “se entrega de corpo e alma”, dando assim um corpo biológico a um corpo constituído (BOURDIEU, 2008, p. 83).

Nessas anotações, não fica clara apenas a confiança de Dom Leme em Franca, nem seu interesse imenso em assuntos dessa importância quando se envolve com a Sociedade Santo Ivo, mas também – e acima de tudo – seu poder em atuar nas decisões estatais por meio de sua ligação com intelectuais com posicionamento demarcado na sociedade do período. Em seu diário podemos observar algumas dessas afirmações que fazemos:

1935

Janeiro

21. De manhã conferência com o Alceu e o Barreto Campello sobre o projeto de lei modificando o prazo de prescrição para ação de nulidade do casamento. Artigos 178 e 219 do Código Civil.

De noite, conferência sobre o mesmo assunto com o Dr Moraes de Andrade. Opuz-me à modificação projetada que me parece dar prazo a inúmeros abusos em matéria de importância capital. O Dr Moraes de Andrade confia na serenidade conservadora da magistratura.

22. Felizmente o projeto perigoso não passou (FRANCA, 1935. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Sua participação era forte, bem como suas palestras ministradas com frequência naquele local:

[...] A palestra de Franca na fundação da Sociedade Santo Ivo, por exemplo, é uma ocasião para ele descrever sua opinião a respeito do momento coevo. Ele desenha um painel de caos social, inspirando-se em Spengler e sua tese de decadência do Ocidente. A crise social envolveria desde o aumento da criminalidade juvenil até a dissolução da estabilidade da família (ARDUINI, 2014, p. 176-177).

Essas palestras/conferências atuavam diretamente no posicionamento daqueles advogados que a compunham, podemos notar isso com base nas breves considerações de um caso. Uma senhora escreve, em 1939, carta aos diretores da Ação Social pelo Divórcio. Muitos desses membros eram, também, integrantes da Sociedade Santo Ivo. Fala sobre o fato de aquelas mulheres que não escolhem se separarem, mas são afetadas pela imoral infidelidade ou injustiças do matrimônio, por parte de seus esposos. De que forma deveriam proceder numa vida presa de quem não era casada, não era solteira e nem viúva? Ela faz ataques diretos a dois jesuítas: Padre Franca, aponta-o como “do Collegio Santo Ignacio”; e, o reverendo Mac Dowel Henrique Magalhães. Diz aos diretores que investiguem também a vida dos padres, pois encontrariam imoralidades em suas intimidades.

A mulher, em anonimato, compara o divórcio a uma operação cirúrgica, que nem todos desejam, mas é necessário realizá-la, ainda que doa, para que sejam sanados futuros problemas. Afirma que apenas o divórcio daria a vitalidade da alma e a esperança para viver novamente sem o odioso desquite. Este impede de ter uma vida natural, e ela questiona se o desquite é uma lei humana, se foi Deus que a inventou. Questiona se o divórcio será aceito na civilização apenas quando os “hypocritas de batina” forem “desmascarados”. E finaliza:

Srs. Directores da Acção Social pelo Divorcio: Peço-vos desculpar-me o precioso tempo que vos hei roubado, nas verdades que accentúo e que estão na consciência de todos.

Os esforços da Acção Social pelo Divórcio são a única esperança que me anima nesta situação revoltante e desesperadora de DESQUITADA, isto é, de uma senhóra a que se néga o direito de



reorganizar o seu lar e a sua vida!

E assim confiante, si Deus me permitir (pois sou catholica, embóra não praticante), serei uma das atentas ouvintes dos brilhantes conferencistas dessa sociedade (ANONIMO, 1939. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Não sabemos qual foi a resposta à carta nem quais as providências tomadas às afrontas que a mulher, em anonimato, fez a Franca ou ao posicionamento dos advogados da associação. Mas, assim como em tantas outras fatalidades, a carta foi parar nas mãos de Franca. Apenas por isso a encontramos em seus pertences. Observamos o poder e o domínio que o padre tinha sobre todas as organizações que viesse a compor. Em 1942, Franca ainda apresenta domínio sobre as decisões e os rumos do divórcio em território nacional. Escreve, em seu diário, no dia 13 de novembro de 1942:

**13. Entrevista com o Ministro da Guerra, sobre o divórcio.** A pedido do Vigário capitular. **Fui com o Alceu. O Ministro assegurou-nos das convicções anti-divorcistas do Presidente** e da inexistência de qualquer projeto tendendo a modificar o regime da família, entre nós. **Caso houvesse qualquer coisa, prometeu comunicar-nos logo e agir** (FRANCA, 1942. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Acerca do domínio do jesuíta sobre as organizações da Ação Católica, é claro, os movimentos foram aos poucos se dividindo em homens, mulheres, jovens – um segmento do modelo italiano, todos eles organizados em atividades específicas. Alguns deles foram Homens da Ação Católica (HAC) – para homens com mais de 30 anos e os casados com qualquer idade; Liga Feminina da Ação Católica – para as maiores de 30 anos e as casadas de qualquer idade (LFAC); Juventude Católica Brasileira (JCB) – para homens de 14 a 30 anos; Juventude Feminina Católica (JFC) – para moças de 14 a 30 anos.

Outros movimentos, considerados de importância ainda maior, são: Juventude Estudantil Católica (JEC) – para a mocidade do curso secundário; Juventude Operária Católica (JOC) – para a mocidade operária; Juventude Universitária Católica (JUC) – só para universitários; Juventude Agrária Católica (JAC); Juventude Independente Católica (JIC); Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC); Ação Católica Operária (ACO) – depois chamada de Movimento dos Trabalhadores Cristãos (MTC).

A Igreja Católica, na década de 30, estava completamente envolvida com o

combate ao comunismo e ao marxismo. Seguindo orientações de Roma, após a encíclica de 1937 – sobre o comunismo – os bispos brasileiros passam a mobilizar ações para condenar as ações daqueles que a compunham. Para isso, “[...] a Igreja formou movimentos clericais relativamente conservadores para competir com os sindicatos mais progressistas, criando Círculos Operários e a Juventude Operária Católica [...]” (MAINWARING, 2004, p. 49).

A criação dos movimentos, acima descritos, é o resultado das falhas cometidas pela Igreja Católica ao longo – principalmente – do século XIX. A dedicação da igreja às elites foi intensa e isso fez com que os grupos de camponeses e operários ficassem à margem. Devido a isso, “[...] nem mesmo a romanização, que tentava instituir uma maior uniformidade nas práticas religiosas e que levou a tentativas de controle da religiosidade popular conseguiu fortalecer a presença da Igreja entre as massas” (MAINWARING, 2004, p. 50).

No que diz respeito à atuação de Leonel Franca com a juventude, a JUC, assim como a JOC, se destacou com as preocupações quanto às questões sociais e econômicas. Nas documentações estatutárias da Ação Católica Brasileira, em 1935, já se constava a necessidade de fundar uma JUC:

A JUC foi uma das entidades mais destacadas da Ação Católica Brasileira, particularmente, em razão de adotar como método de ação o “ver-julgar-agir” ou a “formação na ação”. [...] O trabalho da JUC era centrado em equipes de militantes, em geral organizadas por faculdade e, em alguns casos, por ano de ensino. [...] Em sua fundação a JUC foi dividida em uma ala masculina e em uma ala feminina, entretanto, ao final da década de 1940, foi o primeiro movimento de ação católica a fazer a experiência de grupos mistos (SKALINSKI JUNIOR, 2015, p. 92).

A preocupação da JUC dava-se nos estratos sociais educacionais, pois, com a educação escolar ou universitária, os jovens do país teriam uma formação sólida a fim de formar a classe dirigente do país com base na moral cristã católica. Notamos que muitos “[...] líderes católicos destacaram-se nesse esforço para manter a sociedade burguesa dentro dos valores conservadores” (AZZI, 2009, p. 162). O esforço da Igreja – por meio da JUC - é imenso, pois precisa deslocar-se à periferia para atender as demandas dos pobres, aqueles que estão à margem necessitando de uma instrução, sendo eles os mais fáceis a comprarem o discurso de uma pastoral religiosa. E, ao mesmo tempo, manter sua aliança com a sociedade burguesa, responsável pela projeção de uma sociedade equilibrada e cristã.

No período de redemocratização brasileira, após o Estado Novo, a JUC ganha mais força e realiza a Semana Nacional da Juventude Católica, em São Paulo, 1947, quando passa a ter mais prestígio e destaque na política estudantil, ainda que se mostrando conservadora e levando adiante a bandeira da recristianização nacional – objetivo maior de Dom Leme. Ou seja, dez anos após os incentivos de Franca, o movimento mantinha-se firme e com o mesmo propósito inicial. Do ano anterior, encontramos os seguintes fragmentos:

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1946.

Revdo. P. Mariaux

Pax Christi!

Em meados de Junho celebrar-se-á na Espanha (Salamanca e Madrir) um grande Congresso Mundial em comemoração do 4º Centenário do P. Vitória e, logo a seguir, outro da Pax romana. É desejo vivo dos organizadores do Congresso e dos Nossos de lá que o Brasil envie a sua delegação. Recebi, há pouco, uma carta do Secretário da Organização do Congresso, oferecendo 5 lugares para a delegação do Brasil, nas seguintes condições:

Viagem de ida e volta e hospitalidade completa em Salamanca e Madrid e possivelmente algumas viagens mais pela Espanha por 400 dólares norte-americanos, cerca de 8000 cruzeiros. Partida do Brasil em vapor espanhol lá pelo dia 25 de Maio. Dos 5 lugares, 3 são destinados ao Rio, 1 a S. Paulo e 1 a Porto Alegre. Os do Rio e de Porto Alegre já foram preenchidos. Venho pedir a V. R. para confiar o de S. Paulo. Deve ser um estudante de universidade, preferível de direito, inteligente, bom católico, que não tenha preconceitos contra a Espanha e que possa pagar os 8 ou 10 contos da viagem. A oportunidade é magnífica e o bem que daí resultará V. R. bem pode calcular sem que eu o encareça.

Aguardando resposta de V. R.

In Christo servus

P. L. F (FRANCA, 1946. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Sobre tal evento, Franca aponta, em correspondência ao mesmo destinatário, no dia 4 de maio, de 1946, que escreveu sobre a escolha do representante e complementa informando: “[...] Convém acrescentar aos requisitos já indicados o de que o escolhido pertença à JUC, porque a Pax Romana congrega hoje, em organismo internacional, a juventude universitária católica de quase todos os países” (FRANCA, 1946. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil, 1946). Ou seja, Franca encontra uma forma de enriquecer a aquisição de capital cultural por meio da participação nesse evento. Ele sabe dessa importância para transitar no meio social e cultural, bem como para atingir todas as camadas envolvidas no processo de conversão, ou recristianização.

Esse congresso, em tributo ao famoso advogado Francisco Vitória, tinha por objetivo festejar a memória do jurista e filósofo, que, no início do século XVI, iniciou as bases do direito internacional. Alguns países da Europa Ocidental, os Estados Unidos e algumas nações latino-americanas fizeram parte dessa comemoração. Franca recebeu o convite para entrar na comissão organizadora e formar a delegação brasileira.

As representações incluíam e exigiam trânsito ou estadia em Portugal, Espanha, Itália, França, Suíça e Bélgica. Notamos, aqui, mais uma forma de transitar por outras culturas, novos conhecimentos e acumular saberes para utilizá-los no objetivo da Ação Católica brasileira. Após ser muito elogiado pelas críticas literárias por ser um filósofo eloquente, Franca sabia a importância dessa aquisição nos meios sociais.

Ao notar receptividade, por parte do Brasil, foi enviado para a participação ao Congresso um total de dez passagens. Os nomes foram: Helio Bastos Tornaghi (na ocasião, professor de direito penal na Universidade Católica); D. Maria José Bastos Tornaghi (estudante da Faculdade de direito); Antonio Kerginaldo Memoria (então bacharel em direito); Sra. Teresa Leite Costa (estudante da Faculdade de Filosofia); Sra. Raquel Penna Franca (sua cunhada - casada com o irmão de Franca/secretária geral da Juventude Universitária Católica feminina); Vicente Sobrino Porto (do corpo docente da Universidade Católica); Leonidas Sobrino Porto (Juventude Masculina Católica do Rio de Janeiro); Mario Carvalho de Jesus (estudante de direito); Pedro Cotrim (secretário do Centro da Juventude Universitária Católica Masculina, da Faculdade de Direito de São Paulo); Teófilo Ribeiro de Andrade Filho (presidente do Centro da Juventude Universitária Católica Masculina, da Faculdade de Direito de São Paulo). Os três últimos de São Paulo e todos os outros, do Rio de Janeiro. A agência da Companhia de Jesus ficou responsável pelo custeio adicional.

Com sua comunicação livre nas diversas esferas governamentais, Franca solicitou passaporte especial a todos os envolvidos, alegando solicitação com base na letra 'd' do art. 2 do decreto relativo a passaportes especiais: "[...] representantes brasileiros em congressos internacionais de caráter não diplomático, de ordem técnica ou especializada". Explicou o motivo que os levaria a tal destino e reforçou: "Agradecendo antecipadamente a cortesia com que V. Excia. acolherá este meu pedido, tenho a honra de reiterar os protestos de minha alta estima e consideração". Pe. Leonel Franca, SJ. - Reitor da Universidade Católica (FRANCA, 1946. In: Arquivo

da Província Jesuítica no Brasil).

Franca se utilizou de posicionamento como reitor, do respeito que recebia por ser padre e de toda a sua rede de sociabilidade, tecida enquanto intelectual, para conseguir organizar a viagem, angariar os melhores participantes, integrantes da organização escolhida na certeza de saber que tudo ocorreria da forma como ele gostaria que fosse. Essas estratégias não seriam possíveis sem a detenção do capital simbólico “[...] que corresponde ao conjunto dos rituais (como as boas maneiras ou o protocolo) ligados à honra e ao reconhecimento [...]” (BONNEWITZ, 2003, p. 53-54). Em sintonia com esta afirmação, consideramos que o capital simbólico, neste caso, “[...] está ligado seja aos títulos (diplomas, distinções, posição universitária, pertencimento a academias), que remetem a um capital de tipo institucional, seja ao renome, capital de reconhecimento encerrado em seu próprio nome [...]” (SAPIRO, 2012, p. 23). No caso do Padre, sua detenção implica no trabalho de manutenção das relações, um trabalho de sociabilidade, convites recíprocos, afinidades políticos etc.

Não foi diferente quanto ao objetivo de criar as Associações dos Professores Católicos. Franca intencionava, desde o princípio, fundar uma organização para os profissionais da educação. Agindo nas ações dos professores e interferindo diretamente em sua formação, atingiria um número de alunado grande e disposto a lutar pelos ideais católicos. Este foi um dos objetivos da Igreja: atacar, diretamente, em pontos secundários para atingir alvos certos.

Sentindo-se ameaçadas pelas reformas governamentais, pela importação dos métodos pedagógicos norte-americanos (inspirados pelo “pragmatismo” de Dewey e outros) e pela “infiltração” dos educadores profissionais nos cargos de gestão em todos os níveis do sistema de ensino, as autoridades eclesiásticas empenharam-se em defender seus interesses mediante a criação de um circuito de instituições – a Associação dos Professores Católicos, a Revista Brasileira de Pedagogia, entre outras – capazes de fazer frente à concorrência movida pelos educadores profissionais recrutados pelo Estado, cujas pretensões hegemônicas e matérias de doutrina pedagógica tiveram a contrapartida de uma prolixa literatura de proselitismo subsidiada pela Igreja (MICELI, 2001, p. 129).

Utilizando a educação, não pela primeira vez, como meio para atingir todas as camadas sociais e realizar uma recristianização, trazemos alguns fragmentos para demonstrar a forma como Franca se destacava enquanto assistente eclesiástico da Associação de Professores Católicos (APC). Em 1931, no dia 17 de

setembro, foi realizada a “[...] primeira reunião no Sacré C. de um pequeno grupo de professoras para deliberar sobre a fundação de uma associação de professores católicos na capital federal” (FRANCA, 1931. In: Arquivo da Província jesuítica no Brasil). E, em outubro de 1931, Franca registrou em seu diário “Conferências no congresso de Cristo Redentor, proferida na Igreja de São Francisco de Paulo sobre reinado de Cristo na família. Instalação da Associação de Professores Católicos” (FRANCA, 1931. In: Arquivo da Província jesuítica no Brasil)”. E dois anos após:

Associação de Professores Católicos do Distrito Federal.

Rio, 4 de Março de 1933

Prezado amigo Padre Franca

[...] O nosso BOLETIM deve sair segunda feira, com bastante atraso em virtude de termos estado, quer eu, quer o Dr. Clovis com bastantes ocupações durante o mês de Fevereiro. Este é o nº 5, correspondendo á Janeiro e Fevereiro. Logo depois deve sair o de Março e Abril (nº 6). Desejo faze-lo a tempo, de modo que a primeiro de Abril esteja na rua. Careço por isso do seu artigo de fundo, que como sabe não póde ser dispensado. Peço-lhe por isso a finesa de prepara-lo até o dia 15, pois a tipografia demora um pouco, e sendo seu artigo o da primeira pagina convem estar pronto para não dificultar a paginação.

Peço-lhe o favor de se lembrar de mim em suas orações e considerar-me sempre.

Seu muito admirador e servo em N.S.

Ma.... (1933. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil, 1933).

Franca não apenas recebia todas as notícias e passos a serem seguidos na associação, como também tinha o privilégio de escrever nas primeiras páginas dos boletins informativos que fossem circular pela capital federal e, ainda, atingir um alcance ainda maior, considerando que se espalhou por quase todos os Estados do país. Recebeu, em outra ocasião, em data próxima, a correspondência de um amigo da obra:

Associação de professores católicos do distrito federal

Rio, 15 de agosto de 1933

Presado e bom amigo Rev. Padre Franca

De volta de Bélo Horizonte, venho participar a V. Rev. que reinstalamos a A.P.C. local que, pelas aparências, desta vez vai prosperar.

Depois de algumas duvidas que só de viva vóz lhe posso expôr, foi escolhido o Dr. Mario Casasanta para presidente. Alguns vermelhos não o queriam mas não indicaram outro nome, e, de tal modo, ou não refundavamos a A.P.C. ou fariamos com ele. O Sr Vigario Geral, Monsenhor Rodrigues, que está substituindo D. Cabral decidiu por êle, e acho que andou muito bem. Fe-lo, porem, sem uma

qualquer palavra de sugestão minha.

Há contra o Dr. Mario Casassanta, apesar de seus protestos de fidelidade e mesmo depois de haver ele comungado 15 vezes, ainda muitas ressalvas por ter ele assinado o manifesto dos Pioneiros. Nosso Senhora não exigiu tanto de Madalena...

Um dos corpos de delito contra ele é o artigo, (parece que recente) do qual junto um retalho. Peço sua opinião sobre as heresias aí contidas e que tanto scandalizaram alguns católicos e alguns sacerdotes-educadores de Bélo Horizonte.

Ficar-lhe-ei grato si me quizer telefonar para fixarmos uma hora para conversar sobre tão importante assunto.

Sem outro motivo, subscrevo-me de V.Rev.

Amigo e servo em N.S.

Mack.

(1933, Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

O companheiro de ação e de confiança de Franca fala sobre a reinstalação de umas das sedes da APC, que, pela ocasião, havia fracassado em data próxima. Agora, com força total, elegem um presidente regional, Mario Casassanta, o que gera desconforto por parte dos seguidores, considerando que fica clara a oposição de ideias entre a APC e o Manifesto dos Pioneiros pela Escola Nova.

Essa questão se arrasta por muitos períodos, levando Franca a desconfiar muito de Casassanta como fiel seguidor e a solicitar relatos frequentes da fidelidade deste. É sabido que Franca era amigo próximo de Fernando de Azevedo, grande representante da Escola Nova, mas isso não sugeria que o apoiasse, muito menos que autorizasse o envolvimento dos seus no movimento oportunizado por aquele manifesto. Neste caso, ao partir de relações com o capital simbólico, podemos notar que os intelectuais desprovidos deste capital de forma individual, “[...] dedicam-se as formas de ação coletiva anônimas, como o manifesto, a manifestação [...]”; e, dessa forma coletiva, revelam um capital simbólico “[...] coletivo através do acúmulo dos capitais individuais” (SAPIRO, 2012, p. 23). Assim se dá os desdobramentos dos ressentimentos entre igreja e movimentos educacionais como o da Escola Nova, que perduraram por décadas. Fernando de Azevedo, em carta a Mario Casassanta, demonstra que não se opõe à Igreja e relata:

São Paulo, 14 de Outubro de 1940.

Caro Mario Casassanta,

[...] Quando v. se refere á “situação em que me colocaram como inimigo da Igreja”, v. diz tudo em algumas palavras brilhantes de verdade e resolve por mim a questão. Nunca assumi atitude hostil em face do catolicismo ou de qualquer outra religião. Catolicos, mal

informados ou trabalhados tendenciosamente, é que assumiram para comigo essa atitude, sem conseguirem lançar-me ao campo e nem nos braços de seus adversários. Não há em toda a minha obra (e já tenho quinze volumes publicados) uma palavra de combate a Igreja. Se por ventura perdi a fé (bem inestimável para os que a possuem, praticando a religião em espírito e verdade), não perdi nem perderei jamais o respeito devido à religião e a consciência de papel de suma importância que exerce na vida social [...].

Pelo respeito que tenho à religião de meu país, - á maioria dos brasileiros, tenho sido contrario tanto aos que se servem da religião como um instrumento da política quanto aos que utilizam a política como um instrumento da religião. De fato, porém, de que nem sempre meus pontos de vista coincidem com os da Igreja, no Brasil, não se pode concluir uma atitude de oposição, mas apenas uma divergência, sempre suscetível de se esclarecer, na apreciação de fatos e de doutrinas. Reconheço e não hesito e proclamar, com profunda simpatia, no meu livro em propor o papel civilizado da Igreja na vida pracional e aparte verdadeiramente notável dos jesuítas, como os primeiros mestres do Brasil, na catequese dos Índios, na educação da mocidade e na construção da “unidade” de uma pátria em formação.

Inimigo da Igreja? Não. Em todos os meus estudos o que procuro é compreender, e só se compreende pensando sobre e não contra [...]. (grifo do autor).

Fernando de Azevedo.

(AZEVEDO, 1940. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil, grifos no original).

Destacamos, na citação acima, o posicionamento de Azevedo a respeito de suas ações com ideais diferentes da igreja, como ele mesmo expõe. No entanto, nos perguntamos o que a carta de Azevedo a Casassanta fazia no arquivo pessoal de Franca? Ora, não tão estranhamente, Casassanta entregava todas as correspondências – não era o único a assim fazer – que pudessem o comprometer e gerar desconfianças em padre Franca. Não temos dados se essas trocas eram feitas voluntariamente, pelo ‘bem’ da Igreja, ou a pedido de Franca. Dentre muitas correspondências, destacamos esta onde Fernando de Azevedo convida Franca para fazer uma palestra:

São Paulo, 4 de maio de 1942.

Caro Leonel Franca,

[...] Espero ter a satisfação de providenciar, ainda este ano, uma conferencia do reitor da Universidade Católica do Brasil, que será recebido com todas as homenagens que lhe são devidas, pela congregação da Faculdade sob minha direção. Não poderá dar-nos a honra de uma visita e, com ela, o prazer de ouvirmos falar sobre assunto de sua escolha, assunto que lhe parecer oportuno, em qualquer dia depois das férias de inverno?



Com fidelidade de uma amizade e de uma admiração antiga.  
 Fernando de Azevedo.  
 (AZEVEDO, 1942. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Fernando de Azevedo agradece a amizade sincera e discreta de Franca, ressalta sua precisão em todos os seus atos e elogia a 2ª edição do seu livro *A crise no Mundo Moderno*. Já na condição de fundador das Faculdades Católicas, Azevedo fala a Franca sobre ter recebido o padre Medeiros e o convida a fazer uma palestra aos estudantes da faculdade. Destaca, nitidamente, a importância de tê-lo, também, como conferencista.

No que diz respeito a sua participação em movimentos, Franca recebia muitos convites, e a sociedade, em geral, parecia gostar de ouvi-lo. A muitos deles não conseguia atender, por se tratar de um padre com muitos compromissos, cheio de responsabilidades e atribuições da Companhia de Jesus e da igreja, de modo geral. Dentre tantas empresas e organizações, Franca foi convidado a compor o Conselho Consultivo do Movimento Social Brasileiro, em que se encontrava grande parte dos intelectuais daquele período:

#### MOVIMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Outubro de 1932

Ilmo. Sr.

Em nome da Diretoria do Movimento Social Brasileiro, venho agradecer a bondade que teve, deixando incluir seu nome na lista do nosso Conselho Consultivo, que ficou assim constituído:

Presidente de Honra: Almirante Marques do Brasil

#### Membros:

Dr. Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Atahyde).

Dr. Everardo Dackhenser.

Dr. Vicente Piragibe.

Dr. Jonathas Serrano.

Dr. Alcibiades Delanare.

Conde Pereira Carneiro.

Pe. Leonel Franca.

Pr. Paulo Sá.

Dr. Augusto P. Soares de Souza.

Frei Pedro Sinzig.

Dr. C. A. Barbosa de Oliveira.

Prof. José Piragibe.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos de minha estima e distinta consideração.

pelo Movimento Social Brasileiro

L. Lacombe

(1932. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

Ao lado de Alceu Amoroso Lima, Vicente Piragibe, Jonathas Serrano, José Piragibe e tantos outros intelectuais renomados daquela conjuntura, encontra-se Franca. O único integrante que, antes de ser um intelectual, fazia parte e servia, integralmente, a outra organização: a Igreja. Não distante desta inclusão, no dia 1º de janeiro de 1937, Franca inicia o ano com um ilustre convite:

ACADEMIA CARIOCA DE LETRAS

Revdmo. Padre  
Leonel Franca.

Atenciosos cumprimentos.

A Academia Carioca de Letras, com o desejo de iniciar uma ação de alta cultura, resolveu instituir series de conferencias publicas, a cargo de homens ilustres, de se quadro ou fora dele, mas o fazendo por meio de ciclos do saber, quais sejam o da filosofia, da poesia, da literatura histórica, da sociologia, etc.

O ciclo inicial será o dos filósofos e a primeira conferencia deveria ou deverá ser proferida, segundo as preferencias da Academia, por V. Revdma. que tratará de A Filosofia de S. Tomás de Aquino.

[...]

Esta carta vale uma consulta, vale um pedido e vale uma homenagem aos merecimentos e ao saber do Padre ilustre. Da consulta e do pedido, entretanto, muito desejamos pronta resposta.

Recebei a certeza de meu maior apreço agradecido.

Mauro Costa

1/01/37

(1937. In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil).

O convite para compor o ciclo dos filósofos mais renomados da capital federal e palestrar na Academia Carioca de Letras veio da parte de Mauro Costa. O organizador do evento registra ser uma consulta, pedido e homenagem. Não obstante a isso, no mesmo ano, Franca foi convidado a colaborar com o dossiê que aconteceria entre intelectuais católicos. Para além de nossa afirmação, notamos, pelas correspondências e pelo trânsito nas demais esferas sociais e culturais, que Franca era considerado um intelectual não apenas em nível nacional, mas internacional, formador de opiniões e ícone respeitado entre os leigos.

Rio de Janeiro, 20 de Junho de 1937  
Ilmo Snr. Ricardo Pattes,  
Pax Christi!

Acabo de receber a sua prezada carta de 3 de Maio acerca da colaboração entre intelectuais catholicos das duas Americas. Applaudo sem restricções a idea que, realizada, só poderá trazer vantagens para todos. Como, em geral se ignoram nos Estados-Unidos os movimentos espirituais da America do Sul, assim também,

entre nós, o catholicismo norte-americano não é tão conhecido como merece nem exerce a influencia salutar que se poderia esperar.

Resta agora ver e examinar os meios concretos de realizar uma idea de tão grande alcance. Desconheço os seus planos, mas desde já promptifico-me a auxiliá-lo no que me fôr possível. Incluo uma pequena lista de autores, obras e periódicos de orientação catholica no Brasil. Peço-lhe tambem permissão de oferecer três trabalhos meus, dos que poderão talvez interessas a leitores não brasileiros. Dentre estes “A IGREJA, A REFORMA E A CIVILIZAÇÃO”, acaba de ser traduzido e adaptado para o hollandês; “A PSYCHOLOGIA DA FÉ”, apparecerá brevemente em tradução hespanhola, feita na Republica Argentina. O Snr. Poderá ajuizar com mais competência se alguns deles oferece interesse para o publico de língua inglesa.

Apresentando-lhe a expressão de meus sentimentos de profunda estima.

Servo em Christo.

Padre Leonel Franca, S.J.

(Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil, 1937).

Franca utilizava tais convites para divulgar seus livros e produções individuais. Notamos na seção anterior que o padre se beneficiava desse mecanismo de divulgação: enviava aos mais nobres intelectuais, das mais consideráveis colocações sociais, seus livros a fim de divulgar o trabalho e fazer com que sua obra repercutisse da forma mais precisa possível. Ainda no rol de convites para compor associações e organizações:

Rio de Janeiro, 14 de Outubro de 1937.

Senhor Reverendissimo Padre,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vosso Reverendisimo que, em sessão de 11 do corrente, foi indicado pelo Conselho Director da “Defesa Social Brasileira” o nome de Vossa Reverendissimo para fazer parte do conselho Technico daquela Sociedade.

Certos de que Vossa Reverendissimo não se recusará a prestar a sua valiosa colaboração àquella patriótica instituição, aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Ver. Os protestos da minha alta estima e distincta consideração..

Alvaro Rodrigues de Vasconcelos

Secretario Geral.

(Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil, 1937).

Embora os convites fossem incessantes, as respostas nem sempre poderiam ser positivas. Com o passar dos anos, notamos que Franca foi se envolvendo de forma expansiva nas manifestações em prol da sociedade brasileira, quer fosse com envolvimento direto com a Igreja, quer não. É interessante destacar que as formas de engajamento estão concomitantemente interligadas à ascensão do Estado Novo.

Rio de Janeiro, 18 de Novembro de 1937.

Revdo.

Padre Leonel Franca

A defesa Social Brasileira vem, mui pesarosa, acusar o recebimento da carta em que V. Rema. se excusa, por motivos ponderosos, a aceitar o cargo de Membro do Conselho Technico, para o qual o escolheu o voto unanime do Conselho Director.

Lamentando, embora, reconhece a justosa dos motivos alegados, esperando, comtudo, a Defesa Social Brasileira, contar com o seu concurso sempre valioso e oportuno na missão que se traçou.

Queira V. Revma. Aceitar a segurança de toda a estima e alta consideração.

O secretario Geral

Almte. Alvaro Rodrigues de Vasconcelos

(Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil, 1937).

Uma vez mais, encontramos Franca sendo considerado um intelectual brasileiro, não só pela força daquilo que ele dizia ou escrevia, mas também por ser considerado um homem que se esforçava a demonstrar respeito e seriedade aos movimentos e organizações que compunha.

Em 21 de Junho de 1938.

AOS INTELECTUAIS BRASILEIROS.  
CI/524.6

A Portaria de 8 de Junho de 1937, que criou o Serviço de Cooperação Intelectual do Ministério das relações Exteriores, atribue ao mesmo, entre outros, o seguinte dispositivo:

e/- Organizar fichários, tanto dos intellectuais brasileiros como das instituições culturais no Brasil, reservando fichários à parte para os institutos congêneres que, no exterior, se interessam pelas coisas brasileiras”.

Afim de habilitar o referido Serviço a cumprir integralmente as disposições acima transcritas, muito me obsequiaria V.S., enviando, com a possível brevidade, a êste Ministério, uma relação dos seus títulos e dados bio-bibliográficos.

(Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil, 1938).

Estas correspondências reforçam a visualização de Leonel Franca dentre os intellectuais renomados daquele período. A solicitação para que se inclua suas produções dentre a dos intellectuais brasileiros, o projeta – positivamente – no rol daqueles que contribuem com a cultural nacional. E, no mesmo sentido, recebe a seguinte carta:

Diretor do Arquivo, Biblioteca e Mapoteca

Em 21 de Junho de 1938  
 Ilmo. e Rev. Sr. Padre Dr. Leonel da Franca  
 Colégio Santo Inácio  
 Rua São Clemente, 226 – Rio de Janeiro

Tenho a honra de passar às mãos de V.S.Rev. a cópia inclusa da carta que me dirigiu o Sr. D. Secrétan, Secretário Geral do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, transmitindo o desejo do Instituto Internacional de Colaboração Filosofia, de entrar em entendimento com um professor de filosofia do nosso país, que esteja em situação de assumir os encargos e atribuições de correspondente do referido Instituto.

2. Fazendo votos para que o ilustre patricio possa anuir ao desejo do Instituto Internacional de Colaboração Filosofica, muito agradeceria a V. S. Rev. habilitar-me a responder ao Sr. Secrétan com a possível brevidade.

Prevaleço-me da oportunidade para reiterar os protestos da perfeita estima e distinta consideração com que me subscrevo.

De V.S.Rev.  
 Miguel J. de Almeida.  
 Presidente  
 (Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil, 1938).

Já em 28 de junho do mesmo ano, Franca responde dizendo que, não obstante as grandes dificuldades políticas em que se encontrava o Brasil, não havia argumento que o impedisse de colaborar com o Instituto Internacional de Colaboração à Filosofia. Com sua modéstia habitual, diz que sua ajuda é humilde, mas que auxiliará com tudo o que puder.

Franca atuava, também, como diretor espiritual – uma das funções mais importantes do imaginário religioso católico. Além de atendimentos realizados pessoalmente, desenvolviam-se conversas e confissões - por correspondência - com padres, freiras e colegas da igreja ou da Ordem. No entanto, nos arquivos, podemos perceber que, quanto mais intensa foi ficando sua participação na organização das Faculdades Católicas, menos ele conseguiu organizar-se para atender a todos os pedidos que recebia. Para além de todas as atribuições sociais que adquiriu, ao longo de sua caminhada, as adicionais iam ficando para segundo plano. Isso não era impeditivo para que, ainda assim, ele opinasse sobre o que estava sendo realizado.

Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 1946.  
 Dr. Ricardo Pattes,  
 Recebi com grande prazer a carta em que comunica o plano de uma obra sobre o catolicismo na América latina. A ideia parece-me muito feliz e estou certo que a publicação fará muito bem tanto nos meios católicos como nos outros.

Infelizmente não lhe posso prometer a minha colaboração pela exiguidade do prazo em que ela é solicitada. Recebi a sua carta em fins de Outubro e em princípios de Dezembro deveria enviar o trabalho. Ora os meses de Novembro, Dezembro e Janeiro são para mim dos mais carregados de ocupações e preocupações: conclusão do ano escolar, organização do ano escolar seguinte em todas as Faculdades e Escolas da nossa nascente Universidade Católica. Muitas das informações necessárias ao trabalho deverão ainda ser colhidas num país onde o serviço de Estatística Católicas não se acha tão bem organizado como nos Estados Unidos.

Só esta impossibilidade real e invencível me leva a declinar o generoso convite de colaboração numa obra tão útil.

Permito-me chamar-lhe a atenção para o título da obra. No caso em que se inclua o Brasil, convém mudar o título de América “espanhola” para o de América “latina”. Os brasileiros, de origem e de língua portuguesa não gostam de ser envolvidos na América espanhola, da qual se distinguem por muitos caracteres e com a qual historicamente lutaram várias vezes.

Desejando o melhor êxito a sua empresa, subscrevo-me atenciosamente.

Amigo e Admirador

P. Leonel Franca

(Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil, 1946).

Podemos notar o aparente direcionamento que o jesuíta faz ao Dr. Ricardo Pattes. Ainda que não tenha considerado a possibilidade de compor, formalmente, a organização, de forma externa não deixa de interferir em sua estrutura. A mesma coisa acontece alguns meses depois:

Rio de Janeiro, 7 de Julho de 1947.

Dr. Risieri Frondizi<sup>42</sup>

Acabo de receber uma carta do Snr. Miron Burgin, editor do Handbook of Latin American Studies, pedindo-me a colaboração do Brasil para o Anuário de 1945. Pela mesma carta soube que o ilustre professor de quem há muito não recebia notícias se achava atualmente em Caracas.

Tenho o prazer de enviar-lhe, por via aérea, a colaboração pedida, esperando que ainda chegue a tempo para ser incluída no volume XI da prestimosa publicação bibliográfica.

Apresentando os meus atenciosos cumprimentos, subscrevo-me.

P. Leonel Franca, S.J.

(Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil, 1947).

Em anexo a esta carta descrita, Franca envia documento indicando que o movimento intelectual católico (autores, revistas e obras), no Estado de

---

<sup>42</sup> Risieri Frondizi, filho de imigrantes italianos, foi um dos irmãos do – naquele momento – presidente da república da Argentina Arturo Frondizi; e, do respeitado sociólogo Silvio Frondizi. Atuou, dentre diversas atribuições, no Instituto Nacional de Buenos Aires, estudou na Universidade de Harvard e foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidad Nacional de Tucumán.

Pernambuco, deveria ser consultado ao senhor Manoel Lubambo. No que tange as anotações indicadas por ele, fora de Pernambuco, seguem *A Ordem* – órgão do Centro Dom Vital – dirigida por Alceu Amoroso Lima; Vozes de Petropolis – Revista Católica de Cultura, dirigida pelos padres franciscanos; Revista Brasileira de Pedagogia – Órgão da Confederação Católica Brasileira de Pedagogia; O legionário – dirigido por Plínio Corrêa de Oliveira; e, O Diário, de Belo Horizonte.

Indica, ainda, como escritores e intelectuais católicos: Tristão de Athayde; P. Castro Nery; Alexandre Corrêa; Plínio Corrêa de Oliveira; Hamilton Nogueira; Alcibiades Delamare; Lacerda de Almeida; Adroaldo Mesquita; Oscar Mendes; Everardo Backheuser; José Lucio dos Santos; Jonathan Serrano. Nota-se que Franca é consultado para indicar aqueles que compunham o movimento intelectual. Para além de ser possível observá-lo como um mediador, podemos compreender aqueles que são considerados, por ele, como relevantes para o progresso intelectual.

Em sua trajetória como reitor das Faculdades Católicas havia, também, algumas formas de respeito a serem trocados devido ao posicionamento e cargo ocupado:

#### TESOURO NACIONAL SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FIANÇEIRA

Rio de Janeiro, 8 de março de 1947

Meu nobre e generoso amigo P. Leonel Franca:

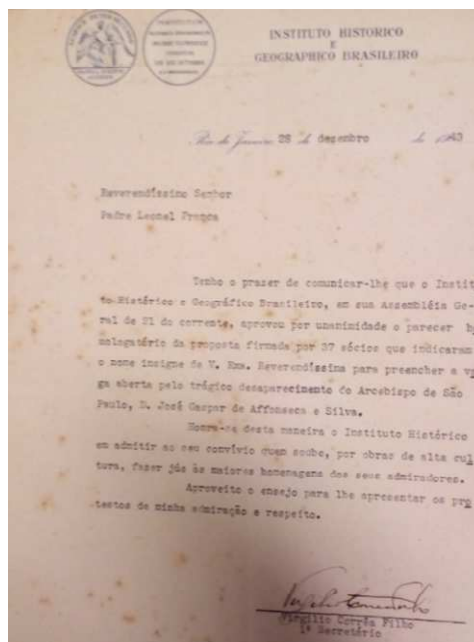
Escrevo-lhe um dia após a conclusão do exame que o meu filho Aldo fez na Faculdade de Direito da Universidade Católica, para agradecer a bondade com que soube acolher a carta que dirigi sobre o assunto. Depois disso, tive a oportunidade de avistar-me com o Padre Lustosa e o prazer de conhecê-lo pessoalmente. O Padre Lustosa naturalmente lhe dirá como decorreu o exame do meu filho.  
[...]

Criaturas existem que vieram ao mundo com uma sobrecarga de timidez e de sensibilidade que as predispões a choques traumáticos no contato com os seus semelhantes. Aldo está nesse caso. Nenhum prazer maior pudera eu usufruir, tendo o meu filho como aluno da Faculdade de Direito da Universidade Católica, do que saber que ao Sr. e ao Padre Lustosa não faltou oportunidade para verificar quanto aquela alma é bem formada.  
[...]

(LOURENÇO, In: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil, 1947).

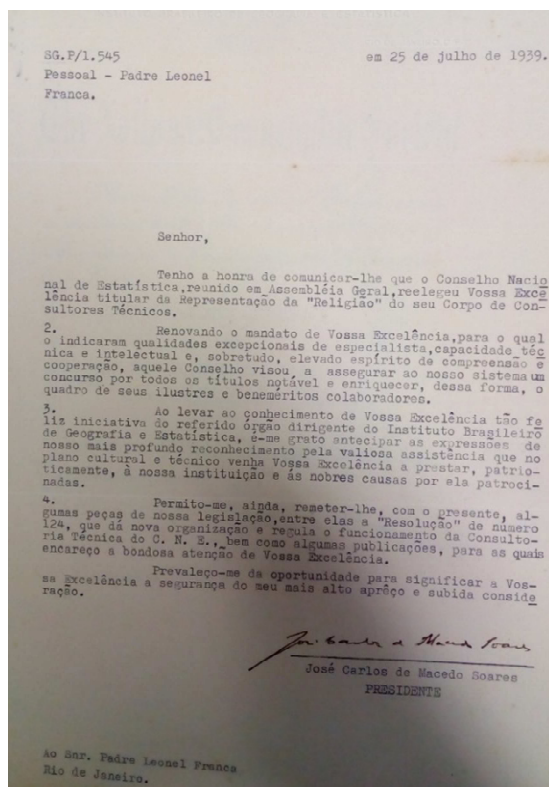
Franca, além de tantas participações citadas neste capítulo, foi integrante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – responsável pelos dados referentes à religião; integrou – também – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - em 14

de abril de 1944, substituindo D. José Affonseca e Silva.



Fonte: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil.

Sua contribuição com o Instituto foi considerada e preservada ao longo dos anos. Dessa forma, podemos observar que o jesuíta teve seu mandato renovado por diversas vezes.





Fonte: Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil.

Além disso, ele foi também nomeado Consultor eclesiástico do Instituto Brasileiro de Oncologia em 18 de abril de 1945; sócio da Associação Brasileira de Imprensa (7 de dezembro de 1945). Utilizou-se de estratégias do catolicismo para manter-se o mais próximo possível das organizações institucionais. Nem sempre o Padre Franca esteve em acordo com os fatos políticos, mas posicionava-se de forma que não criasse grandes embates diretos – principalmente porque, se fosse o caso de não ter razão, não se sujeitaria a uma derrota declarada.

Ao transitar entre as diferentes formas de aquisição de capitais econômico, social ou cultural, os sujeitos se destacam na constituição e pertencimento de determinado espaço. Segundo Bonnewitz (2003), a escala social é fortemente influenciada por aqueles que têm o capital econômico, e, com a detenção deste, todos os outros são mais acessíveis, pelo seu volume de capital. Leonel Franca, por sua vez, o adquiriu por meio das condições disponibilizadas pela Igreja Católica que o serviu em sua formação e progressão enquanto intelectual.

Porém, no que tange à estrutura do capital, a diferença é ressaltada quando, por vezes, o capital cultural sobrepõe o capital econômico e oportuniza, aos agentes, um crescimento vertical na sociedade. Leonel Franca, por sua vez, não fica passível apenas da detenção do capital econômico, utiliza-o para mobilização do capital cultural e capital simbólico, por meio disso transita nas mais variadas esferas sociais e culturais e age como um mediador em nome da sociedade e da Igreja.

Com base na forma como teceu sua rede de sociabilidade, e por meio do *habitus* jesuítico, exercido na política da sociedade carioca, caminhamos para suas conquistas no campo educacional. Até então, estabelecemos a forma como foi feita sua projeção no campo religioso. Padre Franca colocou-se como um integrante da Igreja Católica a serviço de Dom Leme, o que o tornou importante nas decisões da Igreja como, por exemplo, nas realizações da Liga Eleitoral Católica e Ação Católica. Como intelectual seu fortalecimento na imprensa bibliográfica oportunizou que fosse reconhecido como Assistente Eclesiástico do Centro Dom Vital e, posteriormente, integrante de outras diversas organizações. No próximo capítulo, acompanhamos seus esforços empreendidos para a realização do grande e primeiro objetivo: a atuação na esfera educacional, seja por meio de leis, seja por meio de criação de instituições.

### **3 A CONSAGRAÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA INTELECTUAL: PADRE LEONEL FRANCA E A EDUCAÇÃO COMO CAMPO DE DISPUTA**

O padre Franca foi o centro de gravidade de nossa geração, a encruzilhada de nossos caminhos nesses últimos 20 anos (LIMA, 1948).

A era Vargas abre um período de disputas políticas em que os movimentos intelectuais assumem posição de destaque em prol dos confrontos travados no território nacional. O perfil daqueles que interferem no meio social é reformulado e a demarcação de seus discursos, necessariamente, abre precedentes para demonstrar o formato de sociedade que defende. Nas primeiras décadas do século XX há uma preocupação excessiva em detectar qual o problema com a instrução. Essas preocupações passam a ser discutidas por intelectuais - leigos e religiosos - que, por sua vez, desempenham papel fundamental na sociedade como organizadores da cultura.

Ao utilizarmos o conceito “consagração”, nos referimos à coroação da trajetória de Franca enquanto intelectual engajado e atuante nos investimentos à educação nacional. Não desconsideramos que seus objetivos estavam alinhados aos propósitos da Igreja Católica; no entanto, acompanhamos ao longo desta tese seu percurso para consolidar uma marca profunda do catolicismo – principalmente no Brasil. Dessa forma, nos apropriamos deste conceito para demarcar nosso principal objetivo neste trabalho: demonstrar a centralidade das forças do catolicismo, por meio de Leonel Franca, para interferir nas máximas elaborações e constituições do campo educacional brasileiro.

Entendemos e defendemos que esta consagração não foi imediata, antes foi necessária toda uma construção de um capital social<sup>43</sup>. Foi a constituição de uma sociabilidade, no campo das relações, com a elite intelectual que levou Leonel Franca a atingir uma inserção no campo educacional com realizações voltadas ao campo da instrução e, sobretudo da religiosidade.

Neste capítulo, apresentamos Leonel Franca como – além de um mediador da Igreja Católica – um organizador da cultura eclesial em âmbitos

---

<sup>43</sup> O conceito de capital social, implicitamente, desenvolvido ao longo desta tese, “[...] na concepção bourdieusiana, consiste no conjunto de relações empreendidas pelos agentes, que se refletem posteriormente em possibilidades de ascensão e benefícios econômicos, políticos e sociais” (BERTOLETTI, 2010, p. 24). Pode-se dizer que o capital social é constituído por relações de amizade, parentesco, rede de contatos pessoais/profissionais e agentes do meio social como um todo. São estas relações que criam e mantêm os capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos.

governamentais. Demonstramos seu trabalho desempenhado em órgãos como o Conselho Nacional de Educação, sua disputa travada contra o laicismo e a consagração de sua trajetória intelectual religiosa por meio da fundação das Faculdades Católicas. Ao utilizar a educação como campo de disputa, o jesuíta empreende esforços – por meio de sua rede de sociabilidade – para revigorar o nome da Igreja nos domínios governamentais da sociedade do século XX.

### **3.1 Participação em órgãos estatais: “um conselheiro religioso”**

A república *varguista* contava com diversos teóricos para divulgar o ideário nacionalista a seu favor. Entre aqueles que compunham essa “classe dirigente” dos defensores do nacionalismo, estavam Azevedo de Amaral, Francisco Campos e Alceu Amoroso Lima, que seguiram com apoio à Primeira República por considerável tempo (MICELE, 1979).

Beired (1999) subdivide os polos ideológicos dos intelectuais em três camadas: cientificista, católico e fascista. O primeiro “[...] congregava os intelectuais que encaravam a realidade social como um fenômeno evolutivo regulado por leis naturais” (BEIRED, 1999, p. 23), ou seja, aqui a razão é provida pelo conhecimento científico; pelo movimento intelectual. No polo católico o conhecimento girava em torno do Centro Dom Vital, da revista ‘*A Ordem*’ e da propagação das ideias de seus integrantes. Por último, o polo fascista em que o integralismo é “[...] a principal expressão dessa tendência da direita antiliberal, ao lado dos outros movimentos” (BEIRED, 1999, p. 23). Reiteramos que os intelectuais integrantes desses polos se tornavam os responsáveis pela forma como a política se dissipava e o modo como ela organizava a sociedade – com isso, claramente, enquadramos Leonel Franca na segunda camada dirigente.

Com a finalidade de compreender as redes intelectuais que integravam o meio religioso, Rodrigues (2005, p. 125) afirma que os integrantes do Centro Dom Vital, “[...] em sua grande maioria, atribuíam-se a função de elite intelectual e a missão de sanar a crise pela qual o País atravessava [...] como produto de uma crise espiritual [...]”. Os intelectuais eram definidos como um grupo esclarecido da sociedade, enquanto isso se organizavam da forma mais estratégica para atingir os meios a serem afetados.

Esses grupos se organizavam em dois níveis para atuação: o Ministério da

Educação – dirigido por Gustavo Capanema e que tinha ao seu lado o movimento modernista de Oscar Niemeyer, Carlos Drummond de Andrade, Cândido Portinari, Mário de Andrade etc.; e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), tendo à frente Lourival Fontes, Cândido Mota Filho, Menotti Del Pichia, Cassiano Ricardo. O último grupo, por meio da veiculação midiática, era responsável pelo tom ao qual as informações chegavam - por meio das propagandas - aos estratos sociais mais populares.

Por outro lado, não vinculados de forma direta ao Estado, mas não imprimindo menos influência sobre seus domínios, estavam os intelectuais católicos, como Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção, Perillo Gomes, Dom Helder Câmara, Afrânio Coutinho, entre outros (RODRIGUES, 2005). Não podemos deixar fora desta lista, também, Dom Sebastião Leme e Leonel Franca que oportunizaram a veiculação de discursos que afetaram, de forma decisiva, a opinião pública. Esses mecanismos justificam-se na ideia desenvolvida por Miceli (1979, p. 55) ao afirmar que,

[...] as autoridades eclesiásticas se dispuseram a apoiar o poder oligárquico na década de 20 com vistas a recuperar o status de sócios privilegiados do poder político de que haviam desfrutado até a queda do Império, [e] preferem adotar atitude semelhante em relação ao regime Vargas, antes e após o golpe de 37, em troca da caução oficial à criação de novas instituições no campo da educação e da cultura.

Não é necessária uma busca refinada, na história, para percebermos a importância dada pela Igreja Católica à formação das grandes elites da sociedade. As instituições administradas pelos católicos, geralmente, preparavam os indivíduos que comporiam os mais altos escalões sociais, fossem na imprensa, associações, cargos públicos ou quais fossem suas atribuições, os quais agiriam de forma direta na sociedade. Assim, entendemos que os intelectuais católicos tinham importante papel na reorganização da igreja à medida que, principalmente, os católicos, agiam em defesa de um projeto político-pedagógico em que o ensino religioso fosse reafirmado como ponte para exaltar os valores cristãos e restaurar a cultura nacional católica.

Os intelectuais católicos trabalhavam com a perspectiva de que a crise moral que se instalou no Ocidente estava atrelada ao afastamento do homem dos ensinamentos da Igreja. A classe dirigente católica atuava de forma que a fé fosse – por meio do ensino religioso – restaurada, dessa forma os problemas políticos e

econômicos seriam evitados; os impactos sociais negativos estavam relacionados ao atrito do ser humano com os desígnios divinos. Na tese de doutorado *Imprensa, sociabilidade e educação: as ações de Fernando de Azevedo em defesa da hegemonia do escolanovismo (1917-1961)*, Marcos Pereira Coelho (2016, p. 38) ressalta que, nessa conjuntura,

[...] a escola foi entendida como a instituição por excelência para responder aos problemas resultantes das transformações em curso. Foi considerada uma instituição que não tinha um fim em si mesmo, mas o ponto de partida para reconstrução do país, colocando-o ao lado das nações desenvolvidas.

Não podemos perder de vista que a educação se encontrava, nesse contexto, imbuída dos ideais nacionalistas e orientados, em grande parte, pelos rumos da Nova Escola. Considerando esse período, que marca fortemente os aspectos educacionais nacionais, Coelho (2016, p. 65) destaca a Ação Católica, organizada por Alceu Amoroso Lima como estratégia a contrapor-se ao posicionamento dos pioneiros. O intelectual, muito próximo a Leonel Franca, “[...] lutou em defesa da prioridade da Igreja na função educativa e pela formação de líderes intelectuais, comprometidos com os ideais católicos”; assim, a principal luta travada pelos católicos da década de 30 do século XX foi contra a laicização do ensino. Leonel Franca, também em argumento ao proposto por Alceu Amoroso Lima, afirmava que uma educação que fosse isolada da religião não seria capaz de educar.

Para esses intelectuais, a escola laica estimulava o individualismo e comprometia as normas morais que possibilitavam a virtude da vida em sociedade. Dessa forma, somente uma educação comprometida com os ideais católicos seria os atributos necessários para uma reforma espiritual do ser humano, vista por eles como o fundamento para uma reforma da sociedade (COELHO, 2016, p. 65).

O fato de os intelectuais católicos discordarem das aspirações propostas pela Nova Escola não demonstrava contentamento ou satisfação com a ação educativa daquele período; a necessidade de alteração no quadro educacional era comum aos dois movimentos. O que os colocavam em divergência foi, não tão simplesmente, a presença do ideário de civilização laicizada, proposta pelos reformadores, que, pelo ponto de vista católico, distanciaria, ainda mais, a sociedade a atingir um fim ideal.

Guilherme Ramalho Arduini (2014) reforça o argumento de que alguns católicos, ou chefes de suas forças, não ficavam a favor do movimento

principalmente por acreditarem que o ensino profissionalizante tirava a força e o poder de evangelização, enfraquecia o uso do currículo escolar para divulgar o ensino clássico.

Assim como grande parte da comunidade da Liga Católica, Alceu Amoroso Lima via a necessidade de formar uma elite pensante, dirigida por valores cristãos que guiassem a sociedade. Para que essa formação acontecesse, a Igreja passou a pensar na criação das Faculdades Católicas – início da década de 1930 – atrelada à organização de Leonel Franca (COELHO, 2016). As Faculdades Católicas seriam conquistadas pelos esforços do jesuíta, apenas em 1940, em negociações diretas com o ministro da Educação, Gustavo Capanema e o presidente Getúlio Vargas.

As ideias liberais, do século XX, no que tange ao processo de escolarização, foram difundidas pelo movimento de “entusiasmo pela educação”. As questões pedagógicas, no que dizia respeito ao ensino religioso, tiveram seus principais desdobramentos na Proclamação da República. Neste sentido, a “[...] articulação de um ideário humanitário-voluntarista e que se traduz como um discurso eminentemente ético, [...] onde o analfabetismo e o baixo nível cultural da população brasileira passam a ser a fonte de todos os males que assolam o país” (CRESPO, 1992, p. 162). Enquanto o otimismo pedagógico “[...] apresentaria como diferença básica o desprendimento da questão política para defender a ‘especificidade’ da área da educação e da necessidade de discutir seus conteúdos e métodos” (CRESPO, 1992, p. 163).

O Movimento da Escola Nova ressaltou a preocupação com as discussões da qualidade do ensino nacional. Essa concepção não englobava os princípios católicos, considerando que esses oscilavam “[...] entre uma concepção pessimista da modernidade e dos valores gerados pelas sociedades ‘sem Deus’ e uma visão utópica, carregada de um certo otimismo ingênuo [...]”. Na conjuntura em questão, a noção de desenvolvimento “[...] implicava modernização tecnológica com algumas mudanças sociais não necessariamente estruturais” (CRESPO, 1992, p. 164).

Nesse mesmo momento se acentuou a concorrência no interior do campo intelectual, pois a qualificação desse agente tornou-se fundamental para a sua atuação, fosse em cargos públicos, associações, imprensa ou afins. Foi com base nesse ocorrido que os intelectuais elaboraram propostas e realizaram intervenção social no país (NAGEL, 2009; MICELI, 2001).

A cooptação das novas categorias de intelectuais continua dependente do capital de relações sociais, mas, passa cada vez mais a sofrer a mediação de trunfos escolares e culturais, cujo peso é tanto maior quanto mais se acentua a concorrência no interior do campo intelectual (MICELI, 2001, p. 79).

Nos primeiros anos da Primeira República o valor, no que diz respeito a reconhecimento, atribuído aos intelectuais, estava relacionado às ações sociais, desenvolvidas no âmbito de instituições e organizações. A partir da década de 1920, um processo de novos critérios resultou em busca de intelectuais que atuassem no âmbito cultural. Ficava nítida a necessidade de que as posições públicas fossem oriundas de quem apresentasse destaque intelectual mais elevado.

Os intelectuais laicos, nesse quadro de exigências e formação, se conciliavam em pontos modernizadores e tradicionais. Isso porque o novo e o antigo entravam em disputa e conviviam na mesma estrutura social. Os intelectuais laicos, por exemplo, com ações atreladas ao liberalismo, defendiam a civilização urbana e industrial, disseminavam padrões culturais e tinham o poder de difundir, por meio de suas divulgações, o ideário a ser seguido, fosse por meio da repercussão de seus escritos, suas ações ou posicionamento.

Dessa forma, vemos, pela educação escolar, o poder em restaurar a sociedade. Dada essa colocação, podemos observar muitas reformas em curso na nação como, por exemplo, Reforma Sampaio Dória, em São Paulo, e a Reforma do Distrito Federal, por Fernando de Azevedo. No mesmo tom de regeneração social, por meio da educação, a Igreja Católica aprofundava seus reordenamentos para investimentos no ensino religioso.

Em contraposição aos princípios dos integrantes da Escola Nova, a revista *A Ordem*, dos vitalistas, se pronunciou. Rodrigues (2005) postula que, num primeiro momento, Alceu Amoroso Lima escreveu sobre a precisão dos princípios pedagógicos religiosos. Para este, a educação nacional deveria estar imbuída de um espírito cristão, atrelado às tradições históricas e sociais, já que a história do Brasil é a história do cristianismo na América. Para o intelectual, investir contra tal corrente seria suicidar a história nacional.

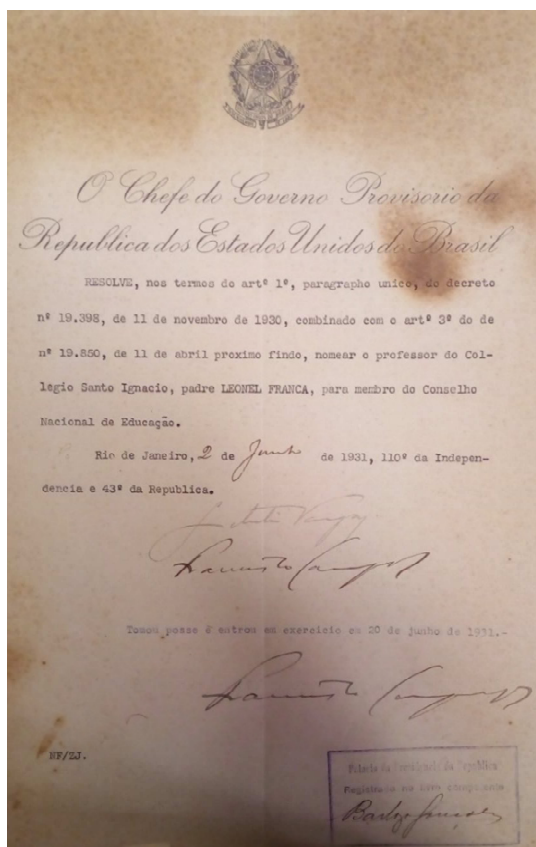
Por outro lado, no mesmo intuito de defesa, Jonathas Serrano desenvolveu forças para defender que, no projeto educacional, houvesse a utilização do cinema educativo, naquele momento já difundido em parte da Europa. Ele afirma que o método apresentado serviria não só à escola, mas também à sociedade. No período

em que novas mentalidades se formavam, trabalhos, como o apresentado, seriam fundamentais. E, por fim, outro projeto da revista em nome da Igreja foi a criação de uma universidade, projeto que já andava paralelo a todas as discussões, mas que seria efetivado em 1941 (RODRIGUES, 2005), como veremos a seguir.

O Estado apresentava, em sua trajetória laica, uma resistência legal em lidar com o ensino religioso. Essa ação resultou na resposta, por parte da Igreja, para que esse ensino fosse ministrado nas escolas públicas a fim de divulgar livros e artigos que informassem e instruissem a população sobre os problemas religiosos que seriam acarretados por aquela ocasião. Os intelectuais católicos socializavam seus escritos, criticando o governo pela extinção da religião nas escolas, e ressaltavam os “horrores da revolução francesa” que, assim como o Brasil, retirou a religião das escolas em detrimento dos ideais iluministas. Esse debate deu forças para a criação do Partido Católico, já discutido no capítulo anterior, e sua divulgação em todo o país (SAVIANI, 2013).

A educação foi uma das áreas estratégicas dos católicos para a atuação cultural e trabalho espiritual. Com posicionamentos e atuação no campo de disputa, os religiosos foram um dos principais grupos a atuar contra os renovadores da educação em combate às ideias liberais laicas ou à modernização do campo educacional brasileiro na Primeira República. Inspirado nos mesmos princípios católicos descritos, padre Franca realizava, constantemente, anotações sobre a concordata entre o Brasil e a Santa Sé, a fim de colocar em prática o posicionamento católico nas ações estatais. Nesse intuito, a convite, ele trabalhou no Conselho Nacional de Educação (CNE) por 17 anos:





Fonte: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Menos de uma semana depois, com a carta de 8 de junho de 1931, pelo Departamento Nacional do Ensino, Leonel Franca recebeu o convite para uma reunião. Por meio deste, é possível notar que ele participou, praticamente, do processo de estruturação do CNE:

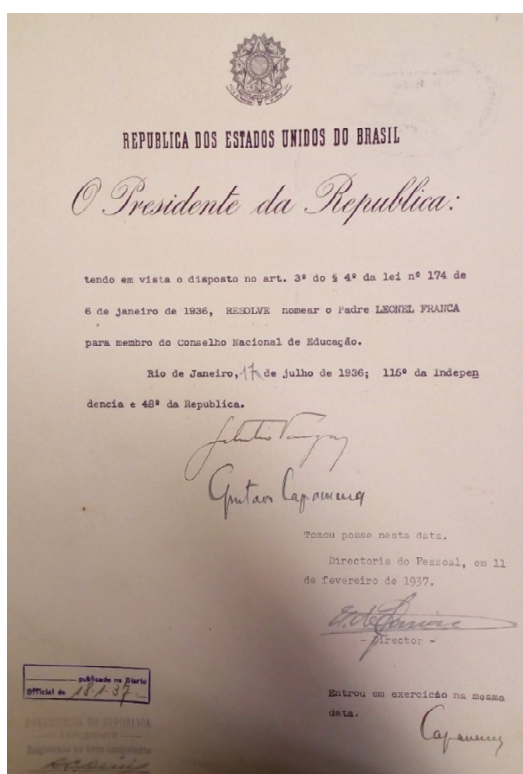
Rio de Janeiro, 8 de junho de 1931  
 Exmo e Reverendíssimo Padre Leonel Franca  
 Em nome do Snr. Ministro da Educação e Saúde Pública, tenho a honra de convidar V. Ex. para a sessão de instalação do Conselho Nacional de Educação, a qual se realizará na sede do Ministerio, no dia 20 do corrente, às 14 horas.  
 Prevaleço-me da oportunidade para apresentar a V.Ex. os meus muito attenciosos cumprimentos.

Director Geral  
 Padre Leonel Franca,  
 Professor Do Collegio Santo Ignacio

Miceli (2001) defende que a luta interna, travada no interior do campo do CNE, se estabelecia entre defensores em busca de autonomia – ainda que relativa – e os adeptos do poder intervencionista do governo central. No primeiro grupo estavam os

conselheiros como porta-vozes dos Estados mais fortes ou de instâncias concorrentes ao ensino e à cultura - em que entra o padre Leonel Franca - e depois, no segundo, os profissionais e técnicos que ocupavam cargos elevados no Ministério da Educação e Saúde Pública.

Podemos observar, logo abaixo, que, além da nomeação do padre Franca, houve renovação à manutenção de seu cargo. A presença do jesuíta em comissões e órgãos importantes na sociedade era maciça. Em 26 de junho de 1946, por exemplo, foi empossado como delegado do governo no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), órgão nacional em articulação com a Unesco: “Tomei posse no Itamaraty do posto de delegado do IBECC (Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura) órgão nacional que se deverá articular com a Unesco, criado pela ONU” (FRANCA, 1946. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).



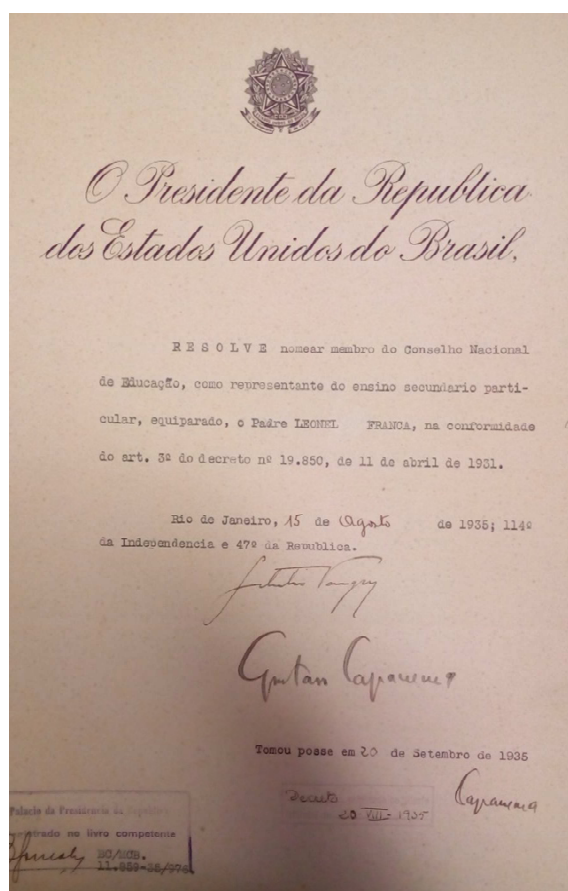
Fonte: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Seu papel, como integrante do CNE, ultrapassava a função de um conselheiro qualquer. Seus interesses, nitidamente, estavam entrelaçados aos ideais católicos e à defesa da Igreja num período de disputa educacional, não só pelo ensino religioso, mas também pela concepção de educação nacional. As decisões vigentes nas reuniões do conselho serviriam, necessariamente, enquanto regra às instituições

católicas – que haviam aumentado consideravelmente no século XX.

No arquivo de Leonel Franca constam registros de pareceres da “Comissão de Legislação e Consultas” do CNE. Entre eles, estão regulamentações de nomes de escolas e sobre expedição de diplomas de alunos, inspeções em instituições, regulamentações referentes a matrículas, relatórios de médias finais e notas de provas e exames de algumas instituições, modelos determinados para a realização de provas/exames (se oral ou escrito), bem como pareceres para possíveis dispositivos legais. Acreditamos que tais arquivos se encontram como documentos pessoais do padre pela responsabilidade em ser o relator daqueles casos junto ao CNE.

Além de sua função no CNE, Franca passou a integrar o mesmo conselho como representante, especificamente, do ensino secundário. Em 15 de agosto de 1935 foi nomeado pelo ministro Gustavo Capanema a compor o órgão governamental no posicionamento de representante desse nível de educação.



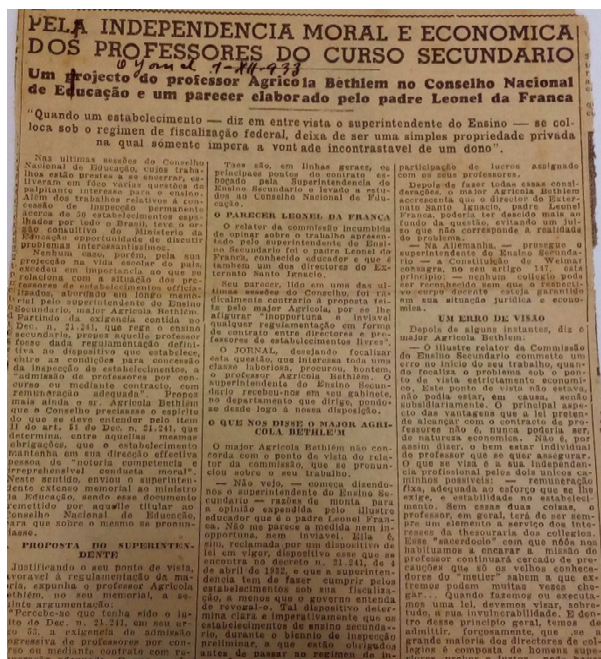
Fonte: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Algumas das ocasiões em que se avaliou a, relativa, autonomia dos

conselheiros foram reuniões que diziam respeito ao ensino secundário. O debate “[...] acerca da centralização reacende-se a propósito do regime vigente de inspeção e equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário” (MICELI, 2001, p. 310), ou seja, entrava em pauta a discussão a respeito dos debates sobre o formato de vigilância a ser feito nas instituições e como os estabelecimentos privados e/ou secundários agiriam segundo o regimento estatal.

Padre Franca, nos debates de 1933, demonstrou publicamente, como membro do CNE, sua opinião e posição a respeito do regime de inspeção dos estabelecimentos de ensino. As opiniões dos integrantes eram divergentes, eles não escondiam a luta travada pela defesa de interesses próprios. Em meio aos arquivos de Franca, encontramos um destaque de jornal de 01 de dezembro de 1933, extraído com o título “*Pela independencia moral e economica dos professores do curso secundario*” e o consideramos uma memória representativa de sua trajetória enquanto integrante do CNE. Ocasionalmente se tratava da importância, segundo o jornal, nunca vista antes, com a situação dos professores nos estabelecimentos escolares.

Um professor chamado Bethle’em foi o responsável, naquela ocasião, por um dos dispositivos legais do ensino secundário. Ele solicitava a regulamentação, com inspeções, da “admissão de professores por concurso ou mediante contracto, com remuneração adequada” e, ainda, indicava que as instituições tivessem, em sua direção, sujeitos de “notória competência e irreprehensivel conducta moral” (1933, In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). Para esses fins, enviou memorial ao ministro do CNE, indicando que o mesmo se pronunciasse.



Fonte: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil

Leonel Franca foi incumbido de ser o relator da comissão responsável por opinar sobre as solicitações do professor Bethle'm. O jesuíta foi apresentado no jornal como educador e também um dos diretores do "Externato Santo Ignacio". A coluna afirmou que o parecer, lido por Franca, nas últimas sessões do conselho, foi "[...] radicalmente contrário à proposta feita pelo major Agrícola" (In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil), considerando que, em sua visão, seria "inopportuna e inviável qualquer regulamentação em forma de contrato entre diretores e professores de estabelecimentos livre" (In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Incrédulo com a negativa do relator padre Franca, no que diz respeito a algumas "vantagens" à classe laboriosa dos professores, o jornal procurou o major agrícola Bethle'm para pedir que avaliasse o relatório do iniciano a respeito de sua proposta. O jornal transcreveu a entrevista feita ao professor, da seguinte maneira:

- Não vejo, - começa dizendo-nos o superintendente do Ensino Secundário - razões de monta para a opinião expendida pelo illustre educador que é o padre Leonel Franca. Não me parece a medida nem inoportuna, nem inviável. Ella é, sim, reclamada por um dispositivo de lei em vigor, dispositivo esse que se encontra no decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, e que a superintendencia tem de fazer cumprir pelos estabelecimentos sob sua fiscalização, a menos que o governo entenda de revoga-lo. [...] Depois de fazer todas essas considerações, o major Agrícola Bethlehem acrescenta que o diretor do Externato Santo Ignacio, padre Leonel Franca,

poderia ter descido mais ao fundo da questão, evitando um juízo que não corresponde à realidade do problema (In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

O superintendente continua e afirma que, em países como a Alemanha, essa questão já era regulamentada, fixando que nenhuma instituição poderia ser reconhecida sem que o quadro de docentes não estivesse com sua situação jurídica e econômica garantida. E, novamente, ele se refere a Leonel Franca, afirmando que, enquanto relator, ele não poderia contribuir para a visão da profissão enquanto sacerdócio, que já se passava o momento em que os professores serviriam a tesouraria dos colégios. Aponta que seu parecer foi emitido, única e exclusivamente pensando na economia, não do docente, do próprio Estado e das instituições de instrução.

O superintendente do ensino secundário, professor Bethle'm, ainda, acusou Leonel Franca de defender a tese de que não se poderia, no Brasil, estabelecer remuneração mínima aos professores. Sobre a exoneração do professor, quando o colégio não necessitasse mais de seus serviços, ou seja, o prazo para aviso prévio dos docentes, criticou o posicionamento do relator jesuíta, mais uma vez, em sua visão, conservador e elitista: “Eu propus 90 dias antes da sua terminação, isto é, 28 de novembro. Acha o padre Leonel Franca exaggeradíssimo esse prazo” (In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Por fim, criticou a afirmação de Leonel Franca, quando defendeu que a regulamentação dessa lei faria com que “[...] o diretor do estabelecimento que ele funda e mantém e de cujo nome é o responsável, perante a sociedade, se vê privado de fazer a um professor, remisso do cumprimento dos seus deveres, uma simples advertência particular” (In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Bethle'm diz que, em sua proposta, estavam previstas penalidades para professores que não atingissem os objetivos da instituição, no entanto, afirma que suas penalidades eram brandas e que Leonel Franca julgava que isso atentava contra a liberdade das instituições particulares. O superintendente aponta que Leonel Franca fez o julgamento e avaliação com os olhares de diretor do colégio, que se sentia no direito de tais penalidades por acreditar que o colégio era “sua casa” – nitidamente uma característica jesuíta.

Uma das principais lutas internas ao conselho era sobre o ensino público e o ensino privado. O peso das autoridades envolvidas no órgão definiu, sem dúvida

alguma, os rumos sociais da educação - à medida que cada qual colocou em pauta as discussões a partir da posição de defesa. O nível e a qualidade de ensino estavam envolvidos de forma que dissessem respeito a instituições próprias. A título de exemplo, o padre Franca estava

[...] quase sempre empenhado em abrandar as exigências postas ao reconhecimento e à equiparação, ao passo que o rigor na verificação das exigências técnicas e legais e o excesso de zelo da parte de outros membros do conselho deixam clara a pretensão de sujeitar esses estabelecimentos aos paradigmas que o Estado vai aos poucos instituindo. Quando está em jogo a orientação ou a 'filosofia' educacional a ser tomada como exemplo, o padre Franca tende a defender os interesses do ensino 'privado', de suas 'regalias', associando ao ensino particular a capacidade de 'iniciativa' e de 'inovação'. Mas, quando se depara com obstáculos legais, prefere invocar a 'situação' concreta do país como empecilho para a aplicação dos modelos 'oficiais'. Assim, dependendo da questão em pauta, numa mesma sessão e até no curso de uma discussão, o padre Franca pode passar sem reboços de uma posição 'idealista' a uma postura que assume os ares do 'realismo' mais candente (MICELI, 2001, p. 324).

De fato, essa era a forma como o inaciano via o lugar que ocupava no Estado, uma extensão de sua própria casa. Suas defesas pareciam não mais que em causa própria, pensando nos enfrentamentos a serem combatidos no seio da própria Igreja. Com base nisso, Getúlio Vargas tinha o padre como muito caro – admirava-o ao vê-lo defendendo, de forma tão guerreira, o Estado. O apreço era tanto que o convidou para estar ao seu lado, enquanto político, oficialmente em 20 de dezembro de 1946:

Recebi a visita de Eptácio Pessoa Cavalcanti que me veio propor aceitasse a candidatura a Senador pelo Distrito Federal, em nome do Dr Getúlio Vargas, como chefe do partido Trabalhista. Fez-me valer as razões de opor um candidato forte contra o comunismo e assegurou-me a eleição. Respondi-lhe simplesmente declinando o convite que a minha profissão religiosa não permitia aceitar (FRANCA, 1946. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

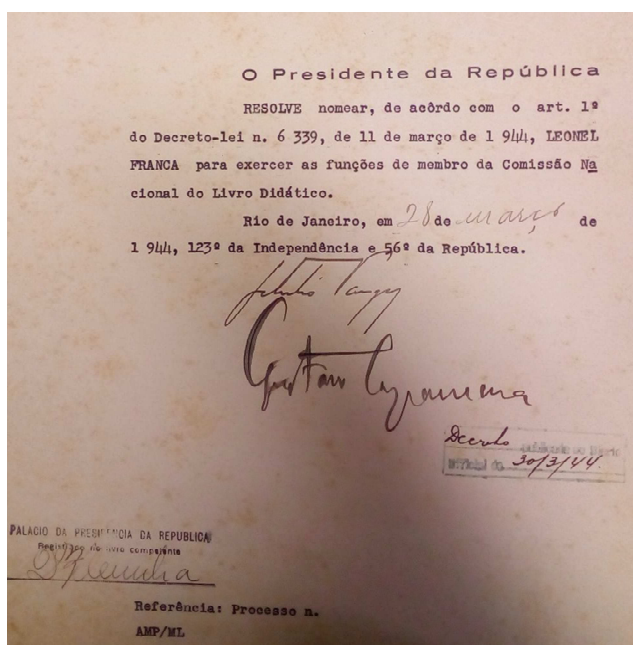
Franca foi convidado para ser senador pelo Distrito Federal por Eptácio Pessoa Cavalcanti, a mando de Getúlio Vargas. O intuito é que ele fosse um soldado na quebra do comunismo, mas o padre afirmou que sua função era religiosa e não poderia exercer o cargo. O biógrafo de Leonel Franca, D'Elboux (1953), afirma que o contato estreito e o respeito mútuo com o presidente Getúlio Vargas serviram como imunidade partidária do padre. O religioso era destacado como neutro e seguidor tradicional das regras da Companhia de Jesus.



A um dos candidatos forneceu notas sobre o Comunismo, a Família e a Educação, que lhe foram pedidas para se incluírem no programa de governo... Pois bem: nunca, nem os mais íntimos nem os próprio irmãos de hábito, chegaram a saber em quem votou o Pe. Franca (D'ELBOUX, 1953, p. 201).

Sob a tutela do Estado, todos os conselheiros encontraram alguma forma de adequar seus discursos aos interesses próprios. No caso do padre Leonel Franca, foi nítida a sua atuação no campo de disputa do ensino privado. O jesuíta realizava uma atuação praticamente “paroquial”, e, no mesmo formato, os grupos que lutavam pela educação profissional também o faziam. Os conselheiros mantiveram-se empenhados em representar interesses dos grupos a que pertenciam, em prol da formação de uma classe dirigente no formato desejado.

Para integrar o rol de participações significativas à sua carreira, o padre Franca foi, também, integrante da Comissão Nacional do Livro Didático, mais um meio de atuação governamental que poderia ser, posteriormente, utilizado em favor da Igreja. Em 28 de março de 1944, nomeado por Gustavo Capanema, foi convidado a exercer função de membro da comissão.



Fonte: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Como acompanhamos ao longo desta tese, Franca não só atuava diretamente nas organizações como, por vezes, tornava-se um mediador de conflitos, principalmente daqueles que compunham a parcela referente à Igreja. Na sequência



trazemos a mediação de um conflito acontecido no ano de 1944, uma contestação de avaliações da comissão:

Exmo. Snr. Padre Leonel Franca.

Rio, 30 de junho de 1944.

Na comissão Nacional do Livro Didático que V. Excia honrou com a sua cultura e o seu patriotismo, examinou e julgou numerosos compêndios escolares. Submeto, por isso, ao alto espírito de justiça de V. Excia, à sua consciência de professor e de preclaro sacerdote, de que muito justamente se ufana o nosso país, os seguintes quesitos e estou certo que os não deixará sem a devida resposta.

1 – Proclamou V. Excia nos seus pareceres esta ou aquela noção, esta ou aquela descrição errada, incompleta, inexata, incorreta, imperfeita sem assinalar onde estava o erro, a incorreção, a inexatidão, a insuficiência ou porque julgava imperfeito o que criticava?

2 – Tem V. Excia por imparcial, honesto, animado do propósito de fazer justiça, de honrar a confiança do Governo o que houvesse elaborado o seu parecer proclamando erros, correções e inexatidões sem os assinalar, sem esclarecer o pensamento da crítica?

3 – Condenou V. Excia o uso de algum livro no qual V. Excia houvesse encontrado apenas alguns pequenos senões?

[...]

Agradecendo a gentileza das suas respostas às atas exaradas, devo dizer que é meu propósito publicar a ata que lhe dirijo e peço licença para o mesmo fazer que vier a receber de V. Excia. Serão elementos de meus compêndios escolares condenados pela Comissão do Livro Didático, em virtude dos pareceres de que foi relator o professor Candido de Mello Leitão e contrários à verdade e à justiça, o que há de ser cabamente demonstrado.

Queira V. Excia. aceitar os testemunhos da minha maior admiração e respeito.

Waldemiro P.

Não encontramos resposta para essa solicitação, mas é possível observar, mais uma vez, a função de apaziguador de padre Franca. Pode ser que os apelos eram frequentes por sua condição sacerdotal. Assim como no Centro Dom Vital, por diversas vezes o encontramos amenizando situações, defendendo, de forma discreta, o órgão ao qual pertencia sem deixar de atender àqueles que pediam apoio; mais uma vez o encontramos nessa posição, não só como mediador da Igreja, mas como mediador dos servos da igreja.

Além de mediador de conflitos, Franca estava pronto a ocupar os mais altos cargos, advindos da mais necessária responsabilidade e confiança, isso mediado por seu posicionamento de intelectual engajado e servindo à sua rede de sociabilidade (SIRINELLI, 2003). O *habitus* jesuítico, um conjunto de

comportamentos incorporados e dados como naturais ao longo da vida, uma vez internalizado, jamais o abandonaria no cumprimento de uma função a qual se sentia determinado a desempenhar, considerando que:

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e maneiras de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e de gostos diferentes. Eles estabelecem divisões entre o que é bom ou mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc [...] (BOURDIEU, 1996, p. 22).

Por meio da análise do *habitus* é possível estabelecer de que forma os agentes se dispõem e integram-se no campo e no espaço social – assim podemos localizar Franca como representante dos órgãos dos quais fez parte. Há documentos, datados de janeiro de 1947, timbrados do Ministério da Educação e Saúde, mostrando o padre Leonel Franca enquanto ministro interino da Presidência da Comissão Nacional do Livro Didático, substituindo, por enfermidade, o efetivo Prof. Euclides Roxo. No relatório, o jesuíta, detalhadamente, envia as atividades realizadas pela comissão no ano de 1947. No parecer, o padre solicitava cargos em subcomissões de pessoas que haviam se exoneradas, elogiava subcomissões que se desenvolveram com competência e exatidão, informava a quantidade de livros examinados, como forma de expressar o trabalho feito pela comissão em geral:

Pelas suas diferentes sub-comissões foram examinados ao todo 550 livros. Desses, 227 foram aprovados; 183 aprovados, devendo o autor fazer as correções em futuras edições; 40 aprovados, só depois de feitas as correções; 100 negados. Durante este mesmo período de 1946 dera entradas 227 livros novos. Como se vê, a tarefa inicial que lhe foi confiada foi notavelmente adiantada e está prestes a ser concluída, restando a examinar 619 livros (FRANCA, 1947. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Atribulado com as questões referentes à Universidade Católica, que já havia entrado em funcionamento, Leonel Franca conseguia desdobrar-se e atender, com precisão, às tantas outras organizações de que fazia parte. Entre outras informações, encerrou a carta solicitando em nome, também, dos seus companheiros de trabalho a respeito do vencimento destinado aos integrantes da comissão no que dizia respeito à recompensa pelo trabalho desenvolvido:

Com indisfarçável constrangimento, vejo-me na contingência, que me impõe a situação de intermediário entre a C.N.L.D., e o governo, de solicitar a atenção de V. Excia. para a exiguidade das gratificações que competem aos membros desta Comissão, não só pelo comparecimento às sessões como pelos pareceres. Tais gratificações se baseiam ainda no que foi fixado em dezembro de 1938, antes, portanto, da guerra mundial, sendo certo que o Governo com os acréscimos de vencimentos, concedidos de então para cá, reconheceu uma elevação de pelo menos 300% no valor das utilidades (In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Em ordem, enumerada, de “um” a “sete”, Leonel Franca relata as ações realizadas pela Comissão Nacional do Livro Didático. E, por fim, indica a necessidade de maior reconhecimento financeiro a seus membros. Desculpa-se no início e introduz o assunto rapidamente. Não temos notícias das respostas, mas avaliamos Franca como representante dos membros da comissão e mediador, mais uma vez, de conflitos. Compreender a forma como Franca se posicionava requer um entendimento da realidade social da qual era integrante. As relações constituídas naquele espaço são definidoras de suas ações, ou seja, a noção de espaço apresenta:

[...] o princípio de uma apreensão relacional do mundo social: ela afirma, de fato, que toda a realidade que designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõem. Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (*ens realissimum*, como dizia a escolástica) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos (BOURDIEU, 1996, p. 49)

Então, podemos compreender o mundo social como um espaço formado por variadas posições que atribui, de certa forma, aos seus integrantes força, poder e certo domínio. Todos os integrantes possuem posições definidas, de acordo como o órgão está estruturado. Seu sentimento de pertencimento ou identidade ao grupo fica diretamente relacionado à representação social que é incorporada pelos agentes. Com base nisso, discutiremos o ensino religioso, um dos lugares de fala mais caro e representativo a Leonel Franca.

### 3.2 Leonel Franca e o ensino religioso

As relações do estado brasileiro com a Igreja Católica passaram a ficar ainda mais complexas após 1890. Com a Proclamação da República foi enfatizado que o Estado deveria ser laico. As diretrizes de independência deveriam dar-se, também, por ordem religiosa. É sabido que o chefe do governo provisório – Marechal Deodoro da Fonseca – proibiu, por meio do decreto 119 – A, de 7 de janeiro de 1890, a ligação e intervenção direta do Estado em questões religiosas, além do fim do padroado<sup>44</sup>.

Art. 1º E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear diferenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas.

Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou públicos, que interessem o exercício deste decreto. [...]

Art. 4º Fica extinto o padroado com todas as suas instituições recursos e prerrogativas [...] (BRASIL, 1890).

A Igreja Católica respondeu à divulgação do documento. Por meio de carta emitida pelo Episcopado Brasileiro, a Santa Sé demonstrava, por um lado, decepção pela modificação da Carta Magna - considerando os perigos de tal secularização promovida pela República - e por outro, exaltava a ideia de que a Igreja Católica teria no Brasil autonomia e liberdade jamais encontrada em períodos monárquicos (SKALINSKI JUNIOR, 2015). O processo da instauração da República e do fim do Padroado, entre Igreja e Estado, ocasionou uma reformulação do conservadorismo da Igreja Católica nas instituições religiosas:

Assim, por um lado, a Igreja liberou-se da sua oficialidade perante o Estado e teve liberdade para formar e nomear seu próprio clero seguindo as diretrizes de Roma; e por outro, defrontou-se com a liberdade religiosa promulgada pela Constituição republicana. Deste modo, frente à perda do seu monopólio religioso, a Igreja estrategicamente optou pela sua construção institucional e por sua expansão territorial, com a organização de novas Dioceses que investiram na formação e na reprodução de quadros eclesásticos e na formação da elite política [...] (MONTEIRO, 2011, p. 138).

Após a separação do Estado, a Igreja travou uma luta contra a laicização do

---

<sup>44</sup> Padroado: instituição jurídica legal e garantida por bula papal que estendiam os domínios do Rei para outras regiões dando sentido de empresa e convertendo as almas; Costa (2004, p. 40) relata que “[...] a necessária e essencial aliança entre a empresa comercial/colonial e a empresa religiosa definia o Padroado”.

mundo social. As tomadas de decisões da Igreja, a fim de estancamento do laicismo, iam desde o conflito com o regime republicano até certa adaptação à nova situação. Monteiro (2011) defende a corrente que denomina o período posterior a resistência do decreto 119 - A de “autocompreensão da Igreja”. Assim, cada vez mais intensamente, a Igreja afastou-se do catolicismo ortodoxo popular e direcionou seus posicionamentos em favor do Estado, ainda que indiretamente.

Em 1930, o governo provisório criou o Ministério da Educação e Saúde Pública. Francisco Campos foi o responsável por assumi-lo. Então, iniciou-se uma reforma ampla ao ensino, sobretudo no que tange ao projeto de uma universidade idealizada para o país (BERTOLETTI, 2010). Uma das principais modificações ocorreu em 11 de abril de 1931, quando é outorgado o decreto n. 19.851, que estabelece as orientações para a organização e funcionamento das instituições universitárias no país. Segundo Bertoletti (2010, p. 79),

[...] o conflito na esfera educacional, travado na década de 1930 e que se entendeu pelas décadas posteriores, tinha como base a oposição dos pensamentos vinculados pelos renovadores em relação à concepção defendida pela Igreja Católica. Consonante com a afirmativa bourdieusiana, a disputa simbólica travada entre as elites das esferas dominantes dos dois grupos visavam à conquista pelo posicionamento dominante do campo educacional.

Dentre outras modificações a denominada Reforma Francisco Campos e algumas de suas realizações foram as criações do decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931 - Conselho Nacional de Educação; decreto 19.941, de 30 de abril de 1931 - reestabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas; dentre outras, totalizando seis medidas. Saviani (2013, p. 196) indaga, ao ministro Campos, sobre reincluir o ensino religioso, atendendo aos apelos dos católicos: “Como explicar um adepto do escolanovismo [...] tenha tomado medida em benefício da Igreja Católica?” Com base nisso,

[...] A aliança com a Igreja Católica compreende-se também pelo fato de que Francisco Campos vinha alinhando-se com o pensamento autoritário na esteira das elaborações de Alberto Torres, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna. Tal tendência estava em expansão, encontrando guarida nos líderes intelectuais católicos, entre os ‘tenentes’ e os positivistas históricos do Rio Grande do Sul. [...] cabe observar que em 1931, à época do decreto relativo ao ensino religioso, não se externara, ainda, o conflito entre os católicos e os escolanovistas. Eles participavam, lado a lado, na Associação

Brasileira de Educação (ABE)<sup>45</sup> (SAVIANI, 2013, p. 197).

Tamanha movimentação culminou pelas disputas de poder organizativo do campo educacional, sobretudo, do ensino superior mantendo – ainda assim – implícita as propostas de cada grupo. A fim de delinear novos embates à educação, em dezembro de 1931, ocorreu a V Conferência Nacional de Educação. Presidida pelo, então, presidente Vargas, objetivou definir o caminho da reconstrução do campo educacional. O encontro demonstrou o que já fora revelado em outros momentos, a impossibilidade, de acordo com os interesses, de convivência em ambos os grupos. Dessa forma, há uma separação mais declarada entre os representantes das opostas ideias.

Foram estas principais discordâncias que culminaram na organização do movimento do Manifesto dos Pioneiros<sup>46</sup> que procurou expor, dentre outros aspectos, as deficiências constatadas na ausência de uma reflexão sobre a questão educacional no país. O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova marcou a ruptura dessa aliança com a saída dos católicos da ABE que – por sua vez – fundaram, em 1933, a Confederação Católica Brasileira de Educação. Uma das maiores distopias entre tais grupos dava-se nas discussões sobre o ensino religioso nas escolas, e suas discussões e falta de consenso sem dúvidas foram fatores determinantes para a ruptura do grupo.

Em síntese, podemos afirmar que o ensino religioso nas Constituições Federais foi o ponto em que a Igreja Católica mais apresentou marcas no ensino nacional. No documento de 1891, a Carta Magna apresentava os principais trâmites da passagem do império para a república. O documento trazia a bandeira da laicidade e, automaticamente, separava os poderes religiosos e políticos. Dispunham que seria “[...] leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (BRASIL, 1891, art. 72). Assinalava, com esse artigo, a abissal separação entre os católicos e

---

<sup>45</sup> Aos 15 de outubro de 1924, Heitor Lyra da Silva fundou, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação (ABE). Esta organização congregava indivíduos das mais variadas denominações políticas e ideológicas. O objetivo do grupo consistia em agrupar profissionais que tivessem alguma relação com o ensino e sentissem a necessidade de debater sobre a educação. A finalidade maior se dava movida a promover, divulgar e discutir temas recorrentes à realidade do campo educacional no Brasil (BERTOLETTI, 2010). Na década de 1920, a ABE, passa a organizar debates e conferências que contribuíssem com o desenvolvimento educacional.

<sup>46</sup> A ausência da institucionalização das universidades levou os organizadores do Manifesto dos Pioneiros, a salientar a necessidade de organizar o ensino superior para o cumprimento da tríade: ensino, pesquisa e extensão. E, com isso, legitimar instituições de ensino que convergissem em outros ramos e não apenas profissões liberais (BERTOLETTI, 2010).

os liberais. Os positivistas estavam com os liberais, defendiam a separação entre Igreja e Estado, pois o laicismo era objeto de argumento para a reorganização social na República.

No diário de Leonel Franca é possível acompanhar relatos das suas principais realizações e projetos de intervenção católica. Observamos que em janeiro de 1931 ele já se mobilizava para acompanhar e interferir na organização das próximas constituições. O padre relata que no dia 14 de janeiro, de 1931, esteve com Francisco Campos, o ministro da Educação, para falar sobre o ensino religioso:

Estive hoje a tarde com o Dr Francisco Campos, ministro da Instrução pública. [...] Encontramos depois na questão do ensino religioso e da oportunidade de introduzi-lo. Disse-me que ouvira, havia pouco, do Dr Getúlio: “que a Igreja era a maior força moral organizada no Brasil, cumpria prestigiá-la”. Continuando a trocar idéias sobre o ensino religioso, S. Excia disse-me que redigisse uma fórmula sobre o modo de o decretar. Despedimo-nos muito amavelmente (FRANCA, 1931, In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Nessa conversa, o jesuíta se dedicou a falar sobre uma redação legal que permitisse a presença do catolicismo nos currículos educacionais. O padre relata, logo no dia seguinte, 15 de janeiro, expressando que os acordos estavam “[...] em forma de decreto, precedido por uma série de considerandos o que me pareceu conveniente e viável sobre a introdução do ensino religioso” (FRANCA, 1931. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). E, no dia 16 do mesmo mês, levou a minuta para que Dom Leme desse seu parecer, que, por sua vez, foi aprovada sem restrições. O jesuíta, no dia 17 de janeiro, voltou ao Ministério da Instrução Pública e apresentou o “[...] trabalho ao Ministro que o leu com muita atenção prometendo levá-lo hoje ao Presidente e pediu-me licença para assinar a minha exposição de motivos. Que Deus nos ajude” (FRANCA, 1931. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

No dia 14 de abril de 1931, Franca se reuniu com Francisco Campos, então ministro da Educação. No dia 30 do mesmo mês o decreto nº 19.491, que autorizava as escolas públicas a instituir o ensino religioso facultativo nas escolas, foi assinado por Vargas. No ato da matrícula os pais ou tutores poderiam dispensar seus filhos das aulas, e aqueles que permanecessem teriam como professores os indicados pelos ministros de cada religião. As solicitações católicas não seriam tão fácil e rapidamente atendidas, com isso Franca não cessava sua luta por mais espaço à

religião na legislação brasileira. No dia 19 de agosto, de 1931, ele escreve:

Às 5 horas reunião no palácio do Cardeal de uma comissão de 12 juristas católicos. Organizou-se o trabalho de defesa das reivindicações católicas nas futuras reformas legislativas. Além de uma comissão central, coordenadora, instituíram-se várias comissões particulares para as questões do código civil, penal, lei eleitoral, ensino religioso etc. O cardeal nomeou-me assistente eclesiástico de comissão central e das sub-comissões particulares (FRANCA, 1931. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Resultado de seu esforço em luta dos princípios católicos, além das suas funções já acumuladas, o inaciano recebeu nomeação para assistente eclesiástico das comissões central e particulares a respeito das discussões legais de assunto religiosos. Para isso, ele se dedicava intensamente, trabalhava de forma incansável, e em 13 de outubro relata: “Entreguei ao Cardeal um Resumo das reivindicações católicas, para ser entregue ao Governo Provisório, em nome do episcopado” (FRANCA, 1931. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). O Padre persistia em manter contato com intelectuais renomados que fossem auxiliar na causa da Igreja. Em 19 de novembro, do decorrente ano, escreve em seu diário:

Fui hoje visitar o Dr Demetrio Ribeiro na casa de saúde São José, falamos sobre o Decreto de separação da Igreja e do Estado de 7-1-1890. Contou-me que no dia 9 de dezembro de 89, ele apresentara na reunião dos ministros do Governo Provisório um projeto de separação. Fora aprovado por todos os presentes. Rui calara-se; Benjamin Constant dizendo tratar-se de coisa de grande importância pediu que se adiasse a aprovação e a execução. No dia 11 quiseram organizar um grande meeting para obter a separação imediata. Mais tarde, em outra reunião, presente Deodoro, Rui Barbosa saca do bolso um papelsinho e apresenta o seu projeto de separação em que se modificam alguns pontos do Dr Demetrio. Foi aprovado e promulgado a 7 de janeiro de 1890. D. Antonio teve um colóquio com o Demétrio, que lhe expôs as suas intenções que não eram, como se dizia de perseguir a Igreja. “Como se enganaram” disse então D. Antonio.

Em seguida entramos a conversar sobre o recente Decreto acerca do ensino religioso. Mostrei-lhe que não havia nenhuma intromissão do temporal no espiritual, nem ofensa à justa liberdade de consciência. Concluiu concordando comigo e dizendo que iria falar ao Dr Getúlio afim de manter o Decreto de abril. Pediu que redigisse um projeto de regulamentação em que se incluísse o ensino religioso no horário escolar nas horas destinadas a Instrução de Moral cívica (FRANCA, 1931. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Notamos que Franca não se declarava vencido. Procurava apoio intelectual com pessoas que pudessem auxiliar, de alguma forma, a consolidar a presença



religiosa na instrução nacional – daí o uso do engajamento intelectual de sua sociabilidade. O jesuíta dissertou, em uma ocasião, que a lei do ensino religioso em outros países europeus, ainda que convivendo com outras crenças, mantinha-se soberana e imponente. No periódico carioca *Hierarchia*, na seção dos *Artigos Especiais*, ao lado do texto *O ensino religioso em face do livre pensamento*, de Sérgio Buarque de Holanda, encontra-se o “*Aspecto Social e Pedagógico do Ensino Religioso*” com autoria de Leonel Franca que defende que

**Intellectualmente o debate sobre o ensino religioso está encerrado.** Nenhuma das dificuldades que lhe forma opostas ficou de pé. Todas foram victoriosamente resolvidas. Se aqui e ali continuam ainda a ser repisadas obstinadamente é por motivos alheios ao seu valor lógico. [...] **Alguns viram na introdução do ensino religioso nas escolas officiaes um atentado ao princípio republicano da separação entre a Igreja e o Estado**, considerada como uma conquista intangível e definitiva da nossa civilização. – **Confusão deplorável** [...] (HIERARCHIA, 1931, p. 08, grifo nosso).

Franca relatou, nessa mesma oportunidade, que, além de auxiliar no crescimento religioso, tal disciplina orientou os cidadãos na formação de consciência, na diminuição da delinquência, fortaleceu os hábitos de honestidade profissional e administrativa. Fez um levantamento, ainda, sobre países como Itália, Polônia, Romênia e Baviera e afirmou que, em tais países, a educação religiosa funcionava de forma organizada e exemplar.

O padre reiterou suas considerações, organizando os objetivos de tal disciplina que, para ele, “[...] trata-se de formar homens, de moldar consciências, de preparar cidadão para a vida, de habilitá-los à realização perfeita da superioridade dos seus destinos” [...] (FRANCA, In: HIERARCHIA, 1931, p. 08). É possível afirmar que, por meio de publicações como a exposta no periódico *Hierarchia*, Leonel Franca transitava entre o desejo de que a população expressasse sua opinião e argumentasse em favor da Igreja ou formasse opiniões.

Franca mantinha muitas visitas em suas acomodações, no seminário localizado na capital. Tristão de Athayde costumava dizer que o quarto de Leonel Franca era um dos grandes centros da intelectualidade carioca. Com isso, o inaciano escreve, no dia 1º de junho, ter recebido em sua casa, para tratar sobre os rumos da educação nacional, o educador Anísio Teixeira:

1. Veio hoje visitar-me o Dr. Anísio Teixeira, Diretor de Instrução Publica; falou-me dos artigos que haviam sido publicados contra ele,

garantiu-me que não tinham nenhuma intenção hostil aos colégios particulares ou religiosos; explicou-me as expressões ambíguas que haviam dado lugar a interpretações desfavoráveis, num sentido aceitável, insistiu sobre a conveniência de fazer cessar esta “mentalidade farisaica”. Depois discutimos longamente sobre ensino religioso, etc. A conversa durou quase duas horas (FRANCA, 1932. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Podemos identificar que, ainda que com posicionamentos políticos divergentes, o jesuíta mantinha contato com aqueles que pudessem auxiliá-lo em algum momento. Ele não praticava rompimentos, mas, sim, fortalecimentos. No ano de 1933, antecedendo a reformulação de uma nova constituição, Leonel Franca já iniciava as discussões legais. Acreditamos que ele não parava de redigi-las em nenhum momento sequer. Logo no início do ano, no dia 12 de janeiro de 1933, ele escreve, utilizando códigos para identificação:

Veio hoje o ? de M. trazer-me os artigos da constituição sobre Religião e Família-Ensino que à comissão do ante-projeto vai apresentar ao Osvaldo Aranha. Li-os com atenção; fiz algumas advertências a respeito do ensino religioso, modificando a redação de alguns artigos. As principais reivindicações católicas são atendidas (FRANCA, 1933. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Após ter conhecimento do documento, da forma como ele tramitaria para aprovação, Franca iniciou mais uma sistematização de contatos. Em 20 de março de 1933, escreveu: “Heráclito contou-me hoje a intervenção do Dr Fontes junto ao Interventor no sentido de ser executado o Decreto do Ensino Religioso no Distrito Federal. Chamado do Anysio que negou ter posto qualquer obstáculo. Ordem do Interventor para que se regulamente” (FRANCA, 1933. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). É possível notar o acesso livre do jesuíta aos bastidores das aprovações, ou não, da legislação. Os convites para compor organizações estatais não cessavam:

01/05/1933

Hoje à noite aqui estive o Dr Candido Mendes insistindo para que aceitasse o cargo de Diretor das Faculdades de Educação, Ciências e Letras a criar-se na Universidade livre do Rio de Janeiro.

[...]

05/12/1933

Recebi a visita do Prof. Lourenço Filho e do Dr Jonathas Serrano que me vieram convidar: 1º para tomar parte numa comissão de educadores que se propõem orientar a constituinte em matéria de educação; 2º para entrar na Academia de Ciências Pedagógicas em vias de organização (FRANCA, 1933. In: Arquivo da Província dos

Jesuítas no Brasil).

O papel intelectual, desempenhado por Franca, tornava-se cada vez mais divulgado e respeitado. As intervenções feitas na legislação federal, via contatos pessoais, beneficiavam a Igreja e faziam com que atingisse os seus objetivos maiores de propagar a fé católica e aumentar o poder da Igreja em nível nacional. Suas consultas – constantes – a Dom Leme nos permitem observar que sua obediência hierárquica nunca deixou de existir, mas isso não o impedia de disputar, no campo religioso, suas realizações pessoais, ainda que elas fossem em comum à Igreja e seu projeto de recatolização.

Como vimos no capítulo anterior, cansado de debater sobre o ensino religioso e as disputas da Igreja Católica em seu favorecimento no campo educacional, Franca escreveu o livro *Ensino Religioso e Ensino Leigo: aspectos pedagógicos, sociais e jurídicos*. Inicia, apresentando, rapidamente, sua concepção sobre o rompimento entre a igreja e o Estado:

Ora, foi precisamente no domínio pedagógico que os constituintes de 1891 cometeram talvez o erro mais funesto ao Brasil. O laicismo escolar, tal como entendeu, em quase todo o país, a jurisprudência republicana, mutilou vitalmente a educação popular e tornou a nossa escola, de todo em todo, inepta ao desempenho de suas mais nobres elevadas funções. Educação moral dos indivíduos, formação social dos cidadãos, respeito à liberdade espiritual das famílias religiosas, todo foi sacrificado aos preconceitos de uma ideologia inconsistente. (FRANCA, 1931, p. 4).

Nas discussões referentes ao decreto de 1931, bem como à constituição gestada no mesmo período, o padre sinaliza, aos que protestaram em nome da separação da Igreja e Estado:

Deplorável confusão de idéias! Ensino religioso e união entre o Estado e a Igreja são questões distintas, cuja solução se baseia em princípios diversos. Das relações oficiais entre os dois poderes, temporal e espiritual, não é para aqui o dissertar longamente. Do ensino religioso, repetimos que depende apenas do mais elementar respeito à liberdade espiritual das famílias, e se impõe, sem distinção, a todos os governos livres, monárquicos ou republicanos, aristocráticos ou democráticos, unidos à Igreja ou dela separados (FRANCA, 1931, p. 99).

Fala sobre os países europeus que, separados da Igreja, ainda assim, ensinaram a religião. Que pelo fato de terem separado politicamente, não ficaram impedidos de zelar pela moral do país. Em tom muito parecido com a postura de

Dom Leme, continua:

[...] se a luta religiosa vier, *quod Deus avertat*, não será sobre um decreto que respeita todas as liberdades e não constrange nenhuma consciência; não será sobre os católicos que não querem impor o ensino de sua religião a quem livremente não a admita; será sobre a intolerância esteira e sectária de quantos – poucos ou muitos, não importa [...].

A luta religiosa não a queremos, não a provocamos; mas não a tememos na consciência tranquila de que lutamos pela defesa do mais intangível e sagrados dos nossos direitos (FRANCA, 1931, p. 108).

O governo provisório, para Franca, com a admissão do ensino religioso e sua importância, elevou-se à compreensão mais profunda do país. O jesuíta defendeu que atos como o da admissão do ensino religioso nas instituições bastava para immortalizar a alma de um estadista, no caso, Getúlio Vargas. Para Franca, a legislação, ao aceitar a religião, começou a entrar em contato com a realidade concreta e viva, respeitando as fontes que alimentavam a vitalidade espiritual dos povos.

O ensino religioso é uma questão da liberdade de consciência. Para reconhecer-lhe a legitimidade não é mister ser católico; todos, crentes ou não, deveriam unir-se num sentimento de lealdade, de justiça, de respeito mútuo para aplaudir com unanimidade a sabedoria de uma reforma que condiciona, de modo absoluto, a regeneração moral do Brasil (FRANCA, 1931, p. 110).

A defesa realizada do ensino religioso, no livro publicado por Franca, continuou por toda a sua trajetória. O movimento dos pioneiros da educação, da Escola Nova, já citado anteriormente, marca o período de construção da Constituição de 1934. Essa Carta Magna foi a primeira a dedicar espaço considerável à educação – 17 artigos; 11 específicos ao tema. Nessa constituição, a Igreja Católica se aproximou do governo varguista, dando respaldo ao Estado, a fim de ser beneficiada por alguns privilégios e retomar aquilo que a secularização roubara em outro momento.

Alinhado a uma tendência liberal, o texto demonstra uma força mais conservadora e quebra o laicismo mantido na primeira carta. Favorece o ensino religioso, afirmando que:

O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno,

manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais (BRASIL, 1934, art. 153).

Alceu Amoroso Lima, ainda que contrariando os direcionamentos do cardeal Leme – com o intuito de manter a neutralidade frente ao novo regime -, apontou que a instauração do novo decreto fosse uma esperança para a formação de uma nova elite pensante a fim de direcionar os padrões sociais. Essas questões ganham uma discussão maior ao entrarem no debate do ensino universitário (ARDUINI, 2014).

Na Constituição de 1937, o país, no retorno de um novo período autoritário, inicia mudanças fundamentais para uma modernização do Estado brasileiro. No que concerne ao ensino religioso, é assinalada uma tendência que permite ao ensino se apresentar na condição de “[...] matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias” (BRASIL, 1937). No entanto, não deveria se “[...] constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos” (BRASIL, 1937, art. 133). A questão facultativa não protegia a isenção, mas reforçava o catolicismo sobre as demais religiões. A respeito das duas últimas leis,

Na Constituição de 1934, a menção ao ensino religioso é feita com uma alteração em favor da Igreja: seria facultativo, e de acordo com a confissão de fé, manifestada pelos pais ou responsáveis, constituindo matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. A Constituição de 1937 determinou que o ensino religioso poderia ser contemplado como matéria de curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias: não poderia se constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos (BOMENY, 2001, p. 48-49).

As constituições entre 1930 e 1945 não limitam a participação da Igreja. O catolicismo abrange não apenas o ensino religioso, mas a constituição como um todo, em tudo o que diz respeito à educação. A Constituição de 1946, na decadência do Estado Novo, embora com a queda de Vargas, mantém seu formato, ainda que com traços leves, por Eurico Gaspar Dutra. Muitas Leis Orgânicas são instauradas nesse momento, aquelas que se referem ao ensino industrial, ao ensino secundário e ao comercial têm papel fundamental na formação desse período. Sobre o ensino religioso no texto constitucional, após embates travados nas disputas entre católicos e liberais, fica definido que:

O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, e é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável (BRASIL, 1946, art. 168, V).

A laicidade, mais uma vez, não é assegurada. Embora tenha ficado legalmente exposto que a religião seria ministrada de acordo com as confissões de cada aluno, que possivelmente não se concretizou, pois é muito difícil – se não impossível – pensar em outras religiões adentrando os ambientes escolares. Além do ensino religioso, Franca tentava interferir sobre outras questões. Entregou ao deputado Ataliba Nogueira, nos bastidores da elaboração da constituição, uma síntese das razões que deveriam ser protegidas quanto ao divórcio que foi lida perante a 7ª Comissão Constitucional.

Não apenas na educação e ensino, Franca também realizou considerações sobre a formação da família brasileira e sua estrutura. Com base na apresentação do ensino religioso nas constituições, ressaltamos que, para cada divulgação da Carta Magna, havia uma manifestação católica, por vezes gigantesca, sobre a inovação. Embora ainda não totalmente satisfeito com a religião suficientemente presente nas instituições, padre Franca comemorou a parcial quebra da mentalidade laicista do ensino. Afinal, em sua concepção, as escolas deveriam auxiliar no reconhecimento de Deus. Em destaque aparecem as linhas básicas do direito escolar:

1º o fim da escola é formar o homem. 2º Não é possível formar o homem sem uma concepção ético-religiosa da vida. 3º Esta concepção não pode ser ditada pelo Estado leigo. 4º Logo, impõe-se um ensino religioso determinado pela vontade das famílias (D'ELBOUX, 1953, p.185).

Sua concepção educacional segue no mesmo formato religioso. Suas afirmações, constantes, figurando o governo de Getúlio como uma boa estada moral, nos levam a crer que sua afeição era política. Seguindo os princípios filosóficos como direcionadores da cultura, Franca refutava a ciência quando o assunto era a superação das leis de Deus:

O homem não vale pelo que sabe, senão pelo que é. A ciência é uma espada de dois gumes: pode emprega-la para o bem uma consciência honesta, pode pô-la a serviço do mal um coração depravado". Mais que enriquecer a inteligência com uma soma de noções superficiais, importa formar a vontade no cumprimento fiel do

dever. A grandeza e a felicidade do homem dependem principalmente de sua energia moral. É sobretudo a consciência que faz o bom chefe de família, o bom cidadão, o bom operário, o bom profissional (FRANCA, 1931, p. 06).

Para Franca, a educação não se fazia com instrução. A instrução, quando muito, preparava técnicos, ela era um meio. Apenas a educação era um fim. No caso dos católicos, a Igreja defendia uma concepção de Educação Integral, da qual os fieis se beneficiassem pela via moral e social.

O ensino leigo, que, por princípio, levanta uma barreira ante este mundo inevitável de realidades supra-sensíveis, põe-se assim na incapacidade insanável de educar, isto é, de formar o homem para a sua perfeição, de desenvolver-lhe a natureza para os seus fins. [...] Os grandes pedagogos são unânimes em acentuar a imprescindibilidade da religião na formação do homem (FRANCA, 1931, p. 19).

Com base nesses princípios, o padre defendia que, se a educação não pudesse ser religiosa, ela ignoraria a educação, sendo assim, ela não poderia educar. Os pressupostos de Franca, atrelados à Igreja Católica, eram de que a educação fosse essencialmente religiosa. A escola leiga, que ignorava a religião, seria incapaz de reger uma pedagogia sã. A escola leiga era definida, por Franca, como:

[...] contrária à consciência católica. É um fato. Os legisladores alheios às nossas crenças poderão talvez não perceber todas as razões desta atitude da Igreja; nem por isso se lhes impõe, menos rigoroso, o dever de acatá-la; que isto é precisamente respeitar a consciência religiosa de outrem. O Estado, que vaza pelos moldes do laicismo toda a sua instrução oficial, ultrapassa as raia de sua autoridade, lesando os direitos espirituais de uma parte da população: ante a escola leiga e as prescrições de sua moral os católicos se vêem numa penosa e injusta alternativa: ou se privam dos benefícios da instrução pública ou transgridem, sob a pressão de uma violência moral, as leis de sua consciência religiosa (FRANCA, 1931, p. 50).

Franca atacava, diretamente, o Estado no que dizia respeito ao ensino gratuito ser laico. Apontava isso como eufemismo, já que não correspondia à realidade dos pagadores de impostos católicos, considerando que a instrução era mantida à custa do Estado – logo, com a contribuição dos cidadãos. Os impostos pagos pelos civis não garantiam a eles uma escola que mereciam, já que os impostos não voltavam aos católicos que desejavam uma escola religiosa. Na concepção do padre, o laicismo educativo atrapalhava a sociedade. Então, os cidadãos poderiam escolher

uma escola religiosa, mas deveriam pagar a quem não a utilizaria e a desejava: “passamos pela ditadura do laicismo” (FRANCA, 1931, p. 51).

O biógrafo D’Elboux (1953), ao observar o diário de Franca, percebeu que, entre 1938 e 1940, as atenções do padre estavam voltadas ao Instituto de Formação Familiar e Social. Em 1938, Franca realizou uma série de conferências e assim continuou em 1939, estas totalizaram quase 30 sobre o aspecto psicológico dos problemas da formação: “[...] a natureza da liberdade e o seu campo, o determinismo e os hábitos; ascese, meditação e boas leituras; a adolescência e a escolha do ideal. Etc.” (D’ELBOUX, 1953, 241). Em 1940, proferiu 13 palestras sobre Igreja e o espiritismo. Reunindo “[...] toda a série deixada por escrito, teremos só de Pedagogia cerca de 70 conferências de 25 páginas na média” (D’ELBOUX, 1953, p. 241).

A dedicação exclusiva e integral do padre Franca à educação ocasionou a construção e consolidação das primeiras Faculdades Católicas no Brasil. Para o jesuíta, a importância entre as relações entre a Igreja e o Estado estava basicamente centrada na importância histórica, doutrinária e de atualidade. Essa discussão, respectivamente, se travava nos embates entre Igreja e sociedade, resultando nas lutas por soberania doutrinária e no problema da reconstrução social do mundo no século XX. Para o jesuíta, os militantes de uma “nova ordem” não obteriam nenhuma conquista viável à sociedade sem os fatores espirituais, enquanto norteadores para a reconstrução social. E, para a resolução dos problemas intelectuais e morais, criou-se uma universidade católica em terras brasileiras.

### **3.3 Do Instituto Católico de Estudos Superiores à Faculdades Católicas à Pontifícia Universidade Católica**

A instituição de ensino reconhecidamente mais respeitada da Companhia de Jesus foi o Colégio Romano. Fundado em 1553, por Inácio de Loyola, tinha como objetivo formar uma nova classe de clérigos, com desenvolvimento intelectual em condições de enfrentar os mais difíceis embates da conquista religiosa. Em 1582, a instituição foi consagrada à Universidade Gregoriana. Após 1870, quando Roma já havia se tornado capital do reino da Itália, Pio IX constituiu a Pontifícia Universitas Gregoriana – que nunca deixou de ser liderada pelos jesuítas. Acreditamos que, por ter feito parte da formação intelectual de Franca, ela serviu também como inspiração para a criação das Faculdades Católicas.



Rodrigues (2005) realiza articulações sobre as décadas de 20 a 40 do século XX e afirma que o movimento realizado nesses polos ideológicos foi o principal responsável pelas transformações econômicas, políticas e culturais, além de decisivo para a relação entre Igreja e Estado. No limiar do século XX a Igreja não estabeleceu relações puritanas com o Estado, mas “[...] uma troca de favores, fato esse que pode ser evidenciado na conhecida frase do cardeal Dom Sebastião Leme: ‘Ou o Estado reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhecerá o Estado’” (RODRIGUES, 2005, p. 114). A Igreja costuma posicionar-se e agir de acordo com os favorecimentos que lhe são atribuídos (MICELI, 2009; CAMPOS, 2010).

No Brasil do século XX, temos Getúlio Vargas como um dos maiores demonstradores de luta contra o comunismo. Em seus discursos afirmava ser fundamental combatê-lo para evitar a desordem social e garantir a segurança da nação. Utilizava-se dessa “ameaça”, em sua concepção, para apropriar-se de um poder centralizador.

O fator decisivo da repressão ao comunismo, segundo Vargas, residiu no fato de este alicerçar suas bases no conceito de ‘materialidade da vida’, o que transformava, de imediato, no inimigo mais perigoso da ‘civilização cristã’, da qual o Brasil era um dos filhos mais vocacionados (RODRIGUES, 2005, p. 115).

Mantendo seu posicionamento forte, sua postura centralizadora e seus embates constantes contra ideais marxistas, Vargas foi ganhando apoio:

[...] não somente nos meios governamentais, entre militares, intelectuais, mas também nos demais segmentos da sociedade civil, na área educacional, na imprensa, igreja e grande parte da população, influenciada, evidentemente, pela propaganda governamental e da própria igreja sobre o ‘perigo comunista’ (RODRIGUES, 2005, 116).

Notamos que a Igreja e o Estado, sobretudo, encontravam-se no objetivo de combate ao comunismo e divulgações de suas ideias, na conservação do nacionalismo. Com base nisso, após o golpe de 1937, o Estado e a Igreja passaram a estreitar suas relações de forma mais pontual e notória. Porém, neste entremeio contextual, a Igreja Católica não cessa suas intenções de formação intelectual por meio de organizações religiosas a cumprir este objetivo.

Tania Salem (1982), em seu texto “Do Centro D. Vital à Universidade Católica”, chama a atenção à reconstituição do trajeto entre a fundação do Centro

Dom Vital do Rio de Janeiro e a criação das Faculdades Católicas. Ao tratar sobre a igreja e o ensino superior, afirma que o encontro de dois pontos do ideário católico, sendo a reforma moral e espiritual relacionada à perspectiva de elite do movimento religioso “[...] já evidencia o porquê de a educação superior e a criação de um estabelecimento próprio de ensino terem se constituído, desde a década de 10, em metas prioritárias do movimento de reação” (SALEM, 1982, p. 11). Podemos compreender estas iniciativas como forma de atingir o objetivo de cristianizar as camadas mais elevadas da sociedade que, por conseguinte, se tornariam seus dirigentes.

Com a mudança de gestão de Jackson de Figueiredo para Alceu Amoroso Lima, em 1928, o Centro Dom Vital reorganiza seus princípios e apresenta novos pontos e estratégias de (re)conquista católica. Embora nossas considerações, nesta tese, seja enfatizada a trajetória da Pontifícia Universidade Católica a partir das Faculdades Católicas, ressaltamos as considerações de Salem (1982) quando afirma que a, já citada neste texto, Associação dos Universitários Católicos (1929) e, principalmente, o Instituto Católico de Estudos Superiores (1932), ainda que com objetivos distintos, foram as primeiras entidades organizadas pelos integrantes da igreja para atingir um domínio universitário e por isso os destacamos. Ambas as organizações “[...] remontam o trajeto entre a eclosão do movimento católico, em 1922, e a fundação das Faculdades Católicas, em 1941” (SALEM, 1982, p. 11).

Os idealizadores do Instituto Católico estavam mobilizados a desempenhar um papel que atingisse as estruturas sociais por meio da instrução no ensino superior. Alceu Amoroso Lima e Leonel Franca, diretamente envolvidos no funcionamento desta instituição, apresentavam, frequentemente, o discurso de que os únicos cursos superiores ofertados, naquele momento, na sociedade carioca – engenharia, direito e medicina – não se apresentavam suficientemente nos moldes necessários para o tipo de homem que o catolicismo necessitava. Então, passam a formar homens por meio do Instituto Católico, ainda que apenas com apresentação de um certificado de conclusão do curso sem nenhum valor oficial. É possível compreender que o objetivo primeiro era o de formar, ainda que sem aporte e validade legal, sujeitos disposto a exercer a causa católica e seus princípios.

A Reforma Universitária apresentada pelo ministro Francisco Campos, orientada pelo decreto de número 19.851 de 11 de abril de 1931, subsidiava a necessidade e os critérios para a implantação de uma instituição consolidada de

ensino superior. Embora Francisco Campos apresentasse, em seus discursos, interesse na formação católica, 19 dias depois da promulgação deste decreto, o ensino religioso aparece como facultativo nas escolas públicas de ensino regular. Com tais acontecimentos, a Igreja Católica fica ciente de que não poderia contar de forma veemente com o Estado para implementar suas mudanças na organização do ensino nacional. O laicato, a partir disso, prepara-se para a urgência em formar – ainda mais – fiéis escudeiros que fossem capazes de auxiliar na disseminação dos princípios religiosos na elite intelectual da sociedade carioca; ou seja, o ensino superior se apresentava como solução à erradicação do pensamento laico.

Enquanto embrião da futura Universidade Católica, o Instituto Católico de Estudos Superiores pretendia se integrar no movimento internacional do renascimento filosófico católico e, concomitantemente, servir como um modelo alternativo de organização universitária no Brasil. Em verdade, a demanda última era a de que o ensino superior se libertasse da tutela estatal para voltar a pertencer à Igreja. Alegando que somente a universidade católica era capaz de realizar a síntese orgânica do saber [...] (SALEM, 1982, p. 14).

É notável que as funções e necessidades do estabelecimento de uma universidade permanecem inalteráveis do ideário católico. Os nove anos que separam a criação do Instituto Católico das Faculdades Católicas não foram suficientes para abalar os princípios da elite católica, mas sim para reforçá-los. Este trajeto foi permeado por tentativas de contatos com o governo federal, na pessoa de Getúlio Vargas, e congressos que atravessavam o objetivo maior de uma instituição de ensino superior católica.

Em uma destas ocasiões e tentativas de afinidades do governo com o ideário católico, Getúlio Vargas ofereceu um banquete no Palácio do Itamarati, em 18 de julho de 1939, ao episcopado brasileiro. O jantar “ocasionou” um discurso que relatava ao alto clero que a nação brasileira fora organizada sob a cruz do catolicismo, por isso os seus padres tinham liberdade de discurso e atuação nas terras brasílicas, em troca deveriam contribuir com o Estado “[...] timbrando em ser bons cidadãos, obedientes à lei civil, compreendendo que sem ela [...] os costumes se corrompem [...] e toda a vida espiritual se estanca” (RODRIGUES, 2005, p. 120).

O apoio à Igreja Católica, ainda com a bandeira da laicidade hasteada, fez do governo varguista um favorecedor considerável da Igreja. Miceli (2001) defende que os critérios legais que orientaram a organização das universidades federais e

particulares, institutos federais, estaduais, particulares etc. estavam diretamente ligados ao grupo de interesses e que integrava o governo.

O autor divide em primeiro grupo os representantes dos ramos tradicionais do ensino superior – direito, medicina, engenharia; no segundo grupo, os militares de altas patentes, nomeados por “livre escolha” do presidente da República; o terceiro grupo, os porta-vozes das novas especialidades na área educacional; e, por último, “[...] a presença do padre Leonel Franca, líder da intelectualidade católica, militante das organizações da Igreja [...]” (MICELE, 2011, p. 300). O jesuíta aparece como representante do ensino privado e confessional, que em 1929 atendia a 90% da instrução secundária.

Na iniciativa de aliança varguista com a Igreja, sob a luz do Estado Novo, ficam claros os interesses com a relação da Santa Sé. Logo vemos que a Igreja não era a única a se aproveitar das oportunidades; talvez esta fosse a forma de Vargas conseguir o apoio religioso, considerando que, após a Constituição de 1937, os assuntos educacionais não tivessem auxiliado nessa questão. Inspirado nesse mesmo ideário, iniciou-se o projeto de criação de uma faculdade católica.

As discussões para a construção de uma universidade católica, um centro de formação superior católico, já estavam em curso desde o início do século XX. Os debates sobre a necessidade de uma instituição de ensino superior católica apareceram em eventos como o Primeiro Congresso Católico Brasileiro, em Salvador, de 3 a 10 de junho de 1900; Primeiro Congresso Diocesano de São Paulo, em 1901; Segunda Conferência dos Bispos da Província Eclesiástica de São Sebastião do Rio, de janeiro de 1º a 7 de julho de 1904; Segundo Congresso Católico Brasileiro, de 26 de julho a 2 de agosto de 1908; Carta Pastoral de dom Leme; bem como o Congresso de Educação do Centro Dom Vital na década de 1930. Todos os eventos pediam e sinalizavam a importância da criação de instituições educacionais, escolas e universidades que constituíssem a formação do verdadeiro e perfeito cristão.

Na trajetória intelectual de Franca também é possível observar que a fundação de uma faculdade católica já estava em seus planos iniciais nas disputas travadas pela educação. Após o uso de suas atuações a apoio político, por meio do presidente Getúlio Vargas, em conferência no dia 24 de maio de 1932, ao inaugurar o Instituto Católico de Estudos Superiores, com apoio do Centro Dom Vital, no Salão de Belas-Artes, o padre falou sobre sua ambição, o ideal, a necessidade e a

atribuição de uma universidade católica:

**A Universidade**, por sua natureza, **para não mentir às promessas de seu nome** e às exigências de sua função, **deve ser católica**; e **as Universidades que deixaram de ser católicas viram-se, na mesma proporção, diminuídas como Universidades [...]**. **Queremos uma Universidade capaz de totalizar e hierarquizar o saber**; de fundir, numa unidade orgânica, o pensamento e a vida; depositária fiel de todo o patrimônio intelectual que constitui uma das maiores riquezas do nosso povo; orientadora segura nas dificuldades, cada vez mais complexas, do progresso da civilização cristã (FRANCA, 1932 apud D'ELBOUX, 1953, p. 243-244, grifo nosso).

Sintonizado ao mesmo ideal, ao proferir discurso sobre a possível criação de um Instituto Superior de Estudos Católicos, Franca pronuncia:

*Universidade Católica! Como se casam bem as duas palavras! A Universidade, esta pátria da ciência, esta depositaria das mais elevadas tradições intelectuais de um povo, esta afirmação mais alta da cultura de uma nacionalidade, foi a Igreja Católica quem a criou. Criou-a, porque por sua iniciativa se associaram professores e alunos de todas as disciplinas do saber, na unidade de uma grande organização fosse a Alma Mater de uma dinastia ininterrupta de sábios e o instrumento incansável de progresso da ciência (FRANCA, 1952, p. 127).*

No presente discurso notamos seu argumento para a criação de um centro de estudos de nível superior. Averiguamos que, dentre outras preocupações, uma das principais é que se pensasse na necessidade da criação de uma sociedade tradicionalmente católica. Ele comportava-se como um porta-voz da Igreja, falava em nome da Santa Sé, aceitava o título de representante e tinha a permissão para divulgar seus discursos ao longo de sua trajetória

O porta-voz autorizado é aquele ao qual cumpre, ou cabe, falar em nome da coletividade; é ao mesmo tempo seu privilégio e seu dever, sua função própria, em suma, sua competência (no sentido jurídico do termo). A essência social é o conjunto destes atributos e destas atribuições sociais que o ato de instituição produz como ato solene de categorização que tende a produzir o que ele designa (BOURDIEU, 2008, p. 101).

Como representante de uma instituição, que ainda seria fundada, em 1934 foi organizado o Primeiro Congresso Católico de Educação no Rio de Janeiro. O “triunfo católico” – termo cunhado por Tristão de Athayde - das constituições na década de 1930. Trazia à tona questões conceituais e doutrinárias a respeito do catolicismo na

sociedade. O congresso tinha por objetivo criar um movimento restaurador da Igreja, elevando o campo educacional a desenvolvimento, estratégias e ações em favor dos católicos. A comissão responsável para argumentar sobre o problema do ensino superior trazia o objetivo de reunirem esforços, o mais rápido possível, para a criação de uma universidade unificada à Santa Sé – ainda que solicitando apoio federal (SALEM, 1982).

Na obra “Elite Intelectual e Restauração da Igreja”, Alípio Casali (1995) descreve, por meio de estudos de fontes, alguns dos principais marcos ocorridos no Congresso realizado no Rio de Janeiro, bem como as principais questões abordadas. As comissões estavam, basicamente, divididas em ensino religioso; sociologia educacional; teses especializadas (educação da mulher, rádio, jornal, cinema, teatro, editora católica); universidade católica; metodologia e didática; educação e proletariado. A presença dos clérigos foi muito discreta nesse Congresso. A tomada de frente da organização foi do laicato católico. A 4ª Comissão, por exemplo, no que tangia à universidade católica, tinha como presidente Alceu Amoroso Lima e todos os demais integrantes religiosos, mas de nenhuma hierarquia clerical.

Candido Mendes de Almeida (filho do senador Cândido Mendes) foi o primeiro conferencista da comissão, defendendo a urgência da organização de uma universidade regida pela Igreja Católica. O segundo conferencista foi Francisco de Assis Magalhães Gomes (representante do governo de Minas Gerais) que discursou sobre o problema do primeiro passo à construção de uma universidade, afirmou que se as classes intelectuais dirigentes tivessem, em sua totalidade, sido escolarizadas na doutrina católica, todos os problemas sociais já estariam resolvidos (CASALI, 1995).

O terceiro conferencista foi Lúcio dos Santos, ocasionalmente o reitor da Universidade de Minas Gerais. Defendeu os modelos de universidade norte-americanos e historiou acerca da estrutura, das questões centrais e das finalidades do ensino superior católico. Na quarta conferência, aos cuidados de Laura Jacobina Lacombe – diretora do tradicional Colégio Jacobina no Rio - discursava-se sobre inviabilidade de implantar de uma só vez uma universidade, defendia-se a ideia de implantação, antes, do Instituto Normal Católico (CASALI, 1995).

A quinta e última conferência ficou a cargo de Gastão da Cunha Bahiana, professor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Após defender a Universidade Livre de Lille e sua influência na cultura francesa e europeia, concluiu reafirmando o que já havia sido defendido durante todo o congresso: que o projeto de uma

universidade católica estava associado a uma restauração moral, cultural e social da nação brasileira (CASALI, 1995).

Casali (1995) postula que, ao final do congresso, a comissão submeteu 13 itens para aprovação do plenário. O primeiro deles foi sobre a urgência da criação de uma universidade católica brasileira, que, em âmbito nacional, beneficiaria todos os católicos, de modo que – completamente subordinada aos princípios da Santa Sé – promovesse uma educação para a formação de cursos necessários à formação de uma sociedade com espírito católico. Em 1939, foi divulgada a Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro por ocasião do Concílio Plenário Brasileiro. O objetivo era abordar os temas mais imprescindíveis do evento, afirmava-se que “Ao Brasil Católico já não é possível viver sem esta artéria vital de seu organismo religioso” (CARTA PASTORAL, 1939).

Essa realização exigiria, “[...] como todas as obras de Deus, grandes sacrifícios, dedicações puras e generosas inesgotáveis” (CARTA PASTORAL, 1939). Ao concluir, afirmava-se que o Brasil “[...] não se mostrará surdo à confiança do nosso apelo. A fundação da Universidade Católica será a glória da nossa geração”. Imbuído desse espírito, Leonel Franca iniciou, de fato, seu projeto. O jesuíta conseguiu, parcialmente, sua primeira vitória por meio da madre provincial das Irmãs Ursulinas, em 22 de dezembro, de 1938. Celebrou a missa de fundação do Instituto Santa Úrsula, que começou a funcionar no ano seguinte, com a Faculdade de Pedagogia, Ciências e Letras, na cidade do Rio de Janeiro. A Igreja Católica, ainda que em desfavorecimento político, mantinha-se em posicionamento forte como representante de seu povo.

Em 1940, visto o princípio de uma implantação de curso superior com administração jesuítica, chegou, ao cardeal Leme, no Brasil, a autorização do Vaticano, por meio do papa Pio XI, para o início da fundação de uma instituição de ensino superior. Franca, com Alceu Amoroso Lima, em 1º de janeiro desse mesmo ano, iniciou os preparativos para aquela edificação. No dia 19 de março, do mesmo ano, o cardeal Leme procurou Franca para atribuir à companhia, por meio de sua representação, os cuidados das Faculdades Católicas:

Procurou-me hoje Sua Eminência para expor ao P. Provincial e aos Consultores o seu desejo de confiar à Companhia a Universidade Católica a ser inaugurada em 1941 no Rio. A Companhia ficaria proprietária e teria plena liberdade de ação. Sua Eminência dar-nos-ia imediatamente 500.000 e promoveria uma grande subscrição

nacional. Outros pormenores no esquema da carta ao P. Geral (FRANCA, 1940. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

No dia seguinte, por algum motivo político, dos quais não temos conhecimento, a decisão foi revista. Podemos supor que, por tamanha importância e domínio que a Companhia de Jesus, historicamente, possuía sobre a própria Igreja, isso tenha sido reordenado:

Voltou hoje Sua Eminência para propor uma modificação no plano exposto ontem, afim de não parecer uma obra exclusiva da Companhia. Fundar-se-ia uma sociedade com personalidade jurídica, composta de 5 membros, dos quais 3 nomeados pela Companhia (Sociedade Brasileira de Educação) um pelo Cardeal (em nome do Episcopado Brasileiro) outro pela Santa Sé (Núncio) (FRANCA, 1940. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

A Companhia de Jesus também tinha seus adversários, tão históricos quanto ela. Pode ter sido esse um dos motivos que a excluíram da liderança absoluta da instituição. Além disso, podemos pensar nos investimentos. Algumas ordens, já se sentindo prejudicadas em outros momentos pela companhia, não se dedicariam a angariar fundos com a mesma precisão. Outras ordens religiosas entraram em conflito com a igreja, considerando que a Companhia de Jesus, historicamente, recebia favorecimentos da Igreja Católica, principalmente no que tange à questão educacional. Podemos afirmar que as conquistas de Franca não foram passivas nem do ponto de vista político, nem do católico; todas estiveram em campos de disputas, derrotas e conquistas.

Em maio, do mesmo ano, Franca entrou em acordo com o cardeal a fim de colocar a instituição em funcionamento logo no início, assim que fosse possível. Para tanto, sua instalação imediata poderia ser pelo Externato Santo Inácio. Leonel Franca pode ser caracterizado como um herdeiro da Igreja, que assume o comando de uma de suas casas fraternais.

Bourdieu (2008) descreve que alguns sociólogos da ciência atribuem o reconhecimento coletivo, como o de alunos das grandes escolas, escritores consagrados, às ordens das quais fazem parte. Aqueles que integram grandes corporações têm uma mola mais propulsora, encorajadora, que aqueles que compõem simples instituições. Leonel Franca, utilizando-se de toda a representação da Igreja Católica, engajado como seu porta-voz, desloca-se por todo o campo político em favor de representá-la e conquistar campo educacional em seu



favorecimento.

O lema cunhado por Bourdieu (2008, p. 101) “[...] torne-se o que você é”, ilustra as realizações de Franca que desempenhou seu trabalho como jesuíta, lutando pela recatolização do povo brasileiro. O herdeiro “[...] que respeita a si próprio tenderá a se comportar como herdeiro e acabará sendo herdado pela herança, conforme a fórmula de Marx, ou seja, investido nas coisas apropriado pelas coisas das quais se apropriou” (BOURDIEU, 2008, p.101). Por meio de telegrama, o padre superior da Companhia de Jesus, Wlodimiro Ledóshowski (1866-1942), respondeu positivamente ao aceitar a responsabilidade de assumir o funcionamento do centro de ensino numa instalação da Companhia de Jesus, no Brasil. E, então, no dia 18 de junho de 1940, o cardeal Leme aprovou os estatutos das Faculdades Católicas, apresentados por padre Franca.

Três dias depois, em 21 de junho de 1940, aconteceu a “Reunião solene no Palácio do Cardeal para a fundação das Faculdades Católicas. Presentes: o Cardeal, o Núncio, P Riou, P Lustosa, P Franca, Mons Franca, Alceu, D Alberto Gonçalves esteve a princípio depois se retirou por cansaço” (FRANCA, 1940. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). Foi uma “[...] festa de S. Luís (santo jesuíta na tradição católica padroeiro dos estudantes), o Cardeal Leme preside uma Reunião Solene no Palácio S. Joaquim, sede do Cardinalato no Rio de Janeiro [...]” (CASALI, 1995, p.137).

A solenidade se iniciou com a leitura de Dom Leme das Cartas Pontifícias que organizariam a universidade, denominando-a Faculdades Católicas - ainda necessitando de algumas formalidades jurídicas, estava efetivado o projeto. No mesmo mês se deu o início da edificação, iniciaram-se os comunicados e a divulgação daquela obra, inclusive ao presidente do país que já estava ciente de tais discussões. No dia 11 de agosto, o jesuíta escreve:

Fomos comunicar hoje a futura instituição das Faculdades Católicas ao Dr Gustavo Capanema que nos acolheu muito bem, chamando de magnífica idéia e prometendo todo seu apoio. Dr Leitão da Cunha, Paulo Lyra, Lourenço Filho, bom acolhimento em todos, Cesário de Andrade, Samuel Libânio e Anibal Freire não estava em casa (FRANCA, 1940. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

No dia 16 de agosto de 1940, aconteceu a votação do parecer definitivo, concedendo autorização prévia de funcionamento à Faculdades Católicas:

Numa ou noutra destas reuniões [do Conselho de Educação] todos os conselheiros tiveram oportunidade de manifestar-se; não houve um só voto contrário. O fato é único nos anais do Conselho. Numa das votações, o Prof. Lourenço Filho, relator do processo, disse, com delicadeza oportuna, que a concessão de autorização de funcionamento às Faculdades Católicas era ainda, a seu modo, uma das grandes homenagens que as autoridades de ensino e o Brasil prestavam à Companhia de Jesus, por ocasião das festas comemorativas de seu quarto centenário.

O parecer do Conselho foi, poucos dias depois, homologado pelo Exmo. Sr. Ministro da Educação, e aos 30 de outubro, festa do nosso Santo Afonso Rodrigues, assinava o Presidente da República o Decreto nº 6.409, autorizando as Faculdades Católica a instalar o curso de Bacharelado na Faculdade de Direito e sete cursos na Faculdade de Filosofia. Com este ato supremo estavam vencidas as primeiras dificuldades, nem poucas nem pequenas, e terminada assim a fase de preparação (D'Elboux, 1953, p. 247-248).

No relato descrito é possível observar que, em busca de apoio político e fraterno, Leonel Franca traçou algumas metas. Após vencidas as dificuldades da autorização para funcionamento, o padre passou a bater em várias portas, explicando e solicitando a consolidação das faculdades. Aproveitando-se de sua participação – além de contatos próprios, com o Conselho Nacional de Educação, conseguiu “[...] por unanimidade (12 presentes) [...] a autorização prévia de funcionamento para as Faculdades Católicas. Te Deus” (FRANCA, 1940. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). Definiu, após isso, o objetivo das faculdades para a nação brasileira:

Universidades e boas universidades é o que reclama o Brasil neste momento. Multiplicar pelo país estas sementeiras de homens superiores, estes focos de irradiação intelectual é obra da previdência lúcida e de patriotismo sadio.

E o Brasil trabalha agora para a fundação de uma universidade e de uma universidade católica. [...]

Quem diz católica de uma universidade quer significar uma instituição de ensino superior completa, onde instrução e educação se harmonizem em aliança indissolúvel, onde, ao lado de formação científica mais aprimorada, não merecem menos cuidado a têmpera do caráter e a elevação da grandeza moral. [...] (FRANCA, 1952, p. 135).

Dado o parecer homologado pelo ministro da Educação, no dia 30 de outubro de 1940, o presidente da República assinou o decreto nº 6.409, autorizando a Faculdades Católicas a instalar o curso de bacharelado na Faculdade de Direito e sete cursos na Faculdade de Filosofia. Chamamos a atenção para a liberdade com que o religioso transitava no campo político e para a forma como conseguia apoio

dos dirigentes. No dia 22 de dezembro do corrente ano, “Entregou-me o cardeal a Provisão nomeando-me Reitor das Faculdades Católicas” (FRANCA, 1940. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). Na rádio da “Hora da Faculdades Católicas” ele discursa:

Inaugura-se, neste instante, a Universidade Católica, que ilumina os sonhos de nossas esperanças.

[...]

Uma Universidade e, antes de tudo, uma instituição de alta cultura; a expressão mais alta da inteligência de um povo; o órgão que, de geração a geração, transmite, com o patrimônio da ciência universal, o tesouro próprio e incomunicável de sua história, de sua literatura, de sua arte (FRANCA, 1952, p. 134).

Quando pensamos no ensino superior, voltamo-nos às reflexões relacionadas à forma como este era conduzido. Neste caso, falamos de um padre, jesuíta, preocupado com a formação de uma elite pensante e que fosse direcionar os rumos da sociedade carioca, quiçá da brasileira. Bourdieu, ao discutir o ensino superior na França, relata maiores incentivos sobre “[...] a faculdade de teologia, a faculdade de direito e de medicina, que, sendo capazes, proporciona ao governo ‘a mais forte e mais durável influência sobre o povo’” (BOURDIEU, 2011a, p. 95), assim, vemos o apoio recebido por Franca por parte do governo.

Dessa forma, notamos os princípios de Leonel Franca, considerando que, com exceção da medicina – apontada por Bourdieu - estes foram os primeiros cursos criados nas Faculdades Católicas da Companhia de Jesus. Tal ‘coerência’ se explica ao pensarmos que:

[...] a homogeneidade do *habitus* tende a crescer quando se vai dos físicos ou matemáticos aos clínicos ou juristas, é sem dúvida porque a necessidade de estabelecer na unidade social do grupo a unidade intelectual [...] se impôs mais fortemente quando a coerência propriamente científica é mais sincera e a *responsabilidade social* do corpo é maior (BOURDIEU, 2011a, p. 98).

A autorização para o funcionamento da instituição só se iniciou com as discussões sobre seu funcionamento. Desde 1940, Dom Leme coordenava a construção e pedia doações para seus pares, mas, em razão de sua morte, não finalizou esse projeto. Em 15 de março de 1941, na sessão inaugural das Faculdades Católicas, o ministro Gustavo Capanema discursou sobre a necessidade da formação do professorado e como a Igreja Católica estava beneficiando a sociedade.

Assegurou, em seu discurso, o apoio do governo e congratulou os jesuítas pela missão assumida:

Inauguram-se hoje as duas faculdades que constituem o primeiro núcleo da futura Universidade Católica do Brasil [...]. A missão universitária é formar o homem superiormente culto. Dos seus recintos saem os que amanhã, no governo do país, na magistratura, na administração pública, no sacerdócio e no exercício das profissões liberais, constituirão o sistema nervoso do organismo social. [...] Universidade Católica não é centro de estudos em que se cortam as legítimas liberdades de investigação e se substituem, pela aceitação dos dogmas, os processos da ciência [...]. A solenidade de hoje tem um símbolo, símbolo de colaboração de todas as forças vivas que asseguram a existência e a grandeza radiante de um centro superior de cultura (CAPANEMA, 1941. In: Anuário das faculdades católicas, I, 1941, p. 67).

Na mesma ocasião, Leonel Franca, na sequência, discursou saudando o ministro da Educação e agradecendo pelo apoio deste:

Quando [...] expus ao Dr. Getúlio Vargas o meu desejo, Sua Ex.<sup>a</sup>, anuindo generosamente ao pedido, disse-se que, para a sua realização concreta, me dirigisse ao Ministro da Educação. Fui ter com V. Ex.<sup>a</sup> e, folgo aqui de dar agora o meu testemunho público, desde esse dia durante os quase dois anos de andamento do processo, encontrei sempre, no Ministro da Educação, ao lado da cordialidade amiga com que me distinguiu, a dedicação, a clarividência, a boa vontade, a paciência incansável, a firmeza de propósitos que me levaram o processo à sua tão esperada e auspiciosa conclusão (FRANCA, 1952, p. 318).

Franca falou sobre a missão da universidade católica, o dogmatismo científico e em defesa da formação humana - alinhada às questões religiosas. Sua crítica contundente à laicização era clara e demonstrava a sua concepção de ensino superior. Entre aqueles que discursaram em favor da família cristã e pela repulsa às questões que não estivessem incorporadas pelos ideais católicos, falaram Affonso Penna Jr e Alceu Amoroso Lima.

Pe. Leonel Franca assumiu, definitivamente, o comando das negociações e criou articulação para a arrecadação. Em seu diário observamos anotações relatando aqueles que compareceram à solenidade de inauguração. O evento aconteceu com missa celebrada pelo cardeal arcebispo, assistência do ministro da Educação, corpos docente e discente da universidade, além de muitos fiéis da Igreja Católica:

Presidiu à solenidade, tendo à direita o Exmo. Sr. Núncio Apostólico e à esquerda o Exmo. Sr. Dr. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e saúde.

Compareceram outrossim, à cerimônia, entre outras pessoas gradas, o Dr. Cesário de Andrade, Presidente do Conselho Nacional de Educação, o Dr. Raul Leitão Cunha, Reitor da Universidade do Brasil, o Dr. Fróes de Abreu Diretor da Faculdade Nacional de Medicina, os Drs. Clóvis Monteiro e Fernando Raja Gabaglia, Diretores do Internato e do Externato do Colégio Pedro II, o Dr. Carneiro Felipe, ex-diretor da Faculdade Nacional de Química e atual Presidente do Serviço Nacional de Recenseamento, o Dr. Teixeira de Freitas, Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, representantes das várias ordens religiosas, os lentes das duas Faculdades em corpo gesto (cerca de 60 catedráticos), os professores estrangeiros atualmente contratados pelo Governo Brasileiro, alunos e numerosas famílias, que enchiam o magnífico recinto do salão do Externato (D'ELBOUX, 1953, p. 250).

Além dos listados, outras instituições estiveram presentes tais como colégios, universidades internacionais, Escola Nacional de Belas-Artes, além de responsáveis de ordens religiosas católicas e representantes superiores da Companhia de Jesus. Podemos observar o conjunto de autoridades influentes que integravam o momento de conquista da Igreja Católica – o rito de instituição.

Falar em rito de instituição é indicar que qualquer rito tende a consagrar ou a legitimar, isto é, a fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural *um* limite arbitrário, ou melhor, a operar solenemente a passagem de uma linha que instaura uma divisão fundamental da ordem social, o rito chama a atenção do observador para a passagem (daí a expressão rito de passagem) quando, na verdade, o que importa é a linha (BOURDIEU, 2008, p. 98).

Essa linha é aquilo que a instituição, a pessoa, deixou de ser após o culto. Existe, para Bourdieu (2008), um conjunto definido ao grupo instituído. Utilizando como exemplo a diferença entre homens e mulheres, Bourdieu aponta que ambos os sexos separam-se logo no início; as instituições também podem assim fazê-lo. Para Leonel Franca, o rito de instituição de ensino superior trazia como missão formar um homem superior, culto, do qual dependeria o nível cultural da nação.

Uma das principais lutas e embates travados após o início do funcionamento da instituição foi a conquista de terreno para construção de um prédio universitário. O edifício do Colégio Santo Inácio, onde a instituição iniciou suas atividades, não comportava sua expansão. No dia 10 de junho, de 1941, Franca escreveu:

Ocorreu-me a ideia do “metro quadrado” – Feito o plano de

construção do edifício, abrir-se-ia uma grande subscrição em que cada casa de comércio, cada família, cada instituição tomaria sobre si pagar um metro quadrado ou 500\$000. Seria a contribuição dirigida pelas Senhoras (FRANCA, 1941 apud D'ELBOUX, 1953, p. 253).

Notando a insuficiência desses recursos, ainda que a ideia fosse aceita, resolveu dirigir-se ao presidente Getúlio Vargas e relatou no dia 20 do mesmo mês:

Festa do Sagrado Coração de Jesus. Audiência do Dr. Getulio para pedir um terreno para a Universidade Católica. Recomendei muito o negócio a Deus e tive um pressentimento diante do SSmo. Exposto, que N.S. me queria fazer uma graça, não obstante todas as minhas infidelidades.

Fui recebido pelo presidente às 16 1/2. Acolheu-me bem. Expus-lhe o pedido e os motivos que o justificavam. Terminada a minha exposição disse ele: *“Não só não tenho nenhuma restrição a fazer o seu pedido, mas estou de acordo, e desejo ajudar as Faculdades Católicas. O seu pedido já está atendido, dependendo apenas de entendimentos com o Ministro da Educação”* (FRANCA, 1941 apud D'ELBOUX, 1953, p. 253, grifo nosso).

Mesmo com o consentimento presidencial, por mais de dois anos, Leonel Franca despendeu muitos esforços para conseguir a doação dos terrenos para a construção das Faculdades Católicas. Ainda que com os documentos devidamente assinados e o apoio tanto do presidente como do ministro da Educação, o caminho percorrido foi dificultoso. Leonel Franca ficou praticamente o ano todo envolvido nas solicitações desse terreno:

Julho

18. Entrevista com o Ministro da Educação sobre o terreno para as Faculdades Católicas. Ficou assentado que o governo desapropriaria o terreno da Santa Casa de Misericórdia, contíguo à Igreja de Santa Terezinha, a rua da Passagem.

Setembro

23. Audiência com o General Pinto, para entregar-lhe um memorial destinado ao Presidente sobre a doação do terreno das Faculdades Católicas.

Novembro

12. Fui ao Ministério da Educação. Disse-me o Leal que o Memorial enviado pelo Presidente para informar seria devolvido no dia seguinte à Secretaria da Presidência para ser remetido do Domínio da União [...].

17. O Oliveira Cruz informou-me por telefone que o processo do pedido do terreno das Faculdades Católicas tinha sido reenviado no dia 14 para a Secretaria da Presidência afim de ser remetido para o domínio da União.

Dezembro

8. Chamado pelo Dr Capanema, disse-me que tratara de novo com o Presidente sobre a doação do terreno. Interesse do Presidente. Proposta da permuta com o Jornal do Comércio. Pediu-me ainda o Ministro algumas notas sobre a reforma do ensino.

(FRANCA, 1941. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Ainda que com todas as discussões, na condição de reitor das Faculdades Católicas, que já estava em funcionamento, o jesuíta organizou o primeiro exame de admissão da instituição. Matricularam-se 14 alunos na Faculdade de Direito e 70 na de Filosofia nos cursos de filosofia, letras clássicas, letras neo-latinas, letras anglo-germânicas, geografia e história, ciências sociais e pedagogia.

Franca não deixou de demonstrar, pelos seus registros, que mantinha estreita relação com os intelectuais que mais poderiam ajudá-lo. Essas relações pareciam ultrapassar o contato profissional. Em 5 de abril, de 1941, “[...] Pela tarde chamou-me o Dr Capanema para mostrar-me a redação definitiva da Lei Orgânica, do currículo e da lei de adaptação” (FRANCA, 1941. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). E, no dia seguinte: “Páscoa. Pela tarde, passou o Dr Capanema pelo Colégio; apresentei-lhe as últimas observações que foram aceitas” (FRANCA, 1941. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Após idas e vindas, muitas conversas com o ministro da Educação, profissionais e/ou pessoais, em 13 de abril de 1942, Franca registra ter recebido, em carta do secretário do presidente, Luiz Vergara, a autorização do terreno.

Era uma área valiosa de 2400 m<sup>2</sup> na esplanada do Castelo. Embora não resolvesse ainda o problema do local da Universidade, contudo, transformada em fonte de renda, constituía um bom fundo para o seu patrimônio. Pelo que Pe. Franca soube reconhecer o benefício, escrevendo ao Ver. Pe. Luis Riou, então Provincial (D’ELBOUX, 1953, p. 255).

Alceu Amoroso Lima, um fiel escudeiro de Leonel Franca nas conquistas pelas questões educacionais relacionadas à universidade, o acompanhava nos embates pelas conquistas materiais religiosas. Em 26 de maio de 1942 relata: “Estivemos, o Dr Alceu e eu com o Dr Capanema que nos prometeu dar até ao fim de junho uma solução definitiva ao caso do terreno das Faculdades Católicas”. A luta pela obtenção continuou:

Junho

26. Estive com o Dr Capanema. Disse-me que tinha encarregado ao Paulo Assis Ribeiro de fazer o edital para a cidade universitária em Manguinhos, e, que apenas pronto levaria tudo ao Presidente, dando assim ao problema do terreno das Faculdades uma solução que me contentaria.

Outubro

8. Recepção da Ação Católica pelo presente. Depois de lida a mensagem pelo Alceu e respondida pelo Dr Getúlio, o presidente, espontâneo perguntou “E o terreno da Universidade Católica” – “Está nas mãos de V: Excia, respondi. – Pois já despachei tudo”.  
(FRANCA, 1942. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Em seus diários, desde 1942, padre Franca relatava solicitar, constantemente, auxílio a seus pares, informando que precisava ao menos de seis padres para o trabalho desenvolvido por ele, mas apenas em 1943 recebeu como secretário seu amigo congregado do magistério, padre Pedro Belisário Velloso Rebello. Os projetos das Faculdades Católicas e as escolas com as quais constituía aliança tinham por objetivo educar meninos para que se criasse, desde cedo, um perfil de homem católico.

Embora anteriormente parecesse ter se resolvido o problema do terreno, no ano de 1943, novamente, Franca ficou focado nessa questão para a construção da universidade. Relata, no dia 15 de janeiro de 1943: “Fui ao Capanema. Disse-me que o processo de doação dos terrenos das Faculdades Católicas havia sido enviado ao Ministério da Fazenda e que hoje mesmo iria ter com o Ministro para acelerar-lhe a marcha” (FRANCA, 1943. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil); dez dias depois visitou novamente Capanema, que afirmou que só conseguiria despachar o documento no dia 1º de março. Em 13 de abril: “Recebi hoje telegrama do secretário da Presidência, Dr Luiz Vergara comunicando-me, por ordem do Presidente, que havia sido assinado hoje decreto concedendo terrenos às Faculdades Católicas. Deo Gratias” (FRANCA, 1943. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Nesse período, Franca não deixava de ser requisitado e convidado para compor ainda mais organizações. Confidencia em seu diário que, no dia 25 de abril de 1943: “O agente cultural da embaixada dos Estados Unidos procurou-me hoje para convidar-me a uma viagem aos Estados Unidos. O governo norte-americano pagaria a viagem e uma diária para a estadia lá. Eu escolheria a ocasião mais propícia” (FRANCA, 1943. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). Notamos que seu engajamento e suas relações nos ambientes de discussões educacionais,



transcendiam os limites brasileiros.

Em julho de 1943, finalmente, foi assinado o contrato de transferência do terreno doado pelo governo as Faculdades Católicas. Em 14 de agosto, recebeu uma visita do presidente, segundo o padre, ao “serviço de recenseamento”:

Depois de percorrer as várias seções do serviço subimos à sala de reunião e aí conversamos, isolados dos demais, o Presidente, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares e eu. No meio da conversa, após alguns instantes de silêncio, disse o Dr Getúlio: “Eu gosto muito do P.F. se algum dia tivesse que tomar um sacerdote por modelo, toma-lo-ia a ele”. Modelo provavelmente queria dizer confessor ou diretor espiritual. O Embaixador interrompeu dizendo que podia ser logo a visita et. etc. O Presidente sorriu e o incidente não teve, por ora, andamento. Será que Deus vai trabalhando mais intensamente na alma do Dr Getúlio?

(FRANCA, 1943. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Pelos escritos, Franca sentia-se lisonjeado e honrado pela admiração de Getúlio e perguntava-se sobre o trabalho que Deus pudesse, ou não, estar por fazer na alma do presidente para que ele apoiasse, de forma mais intensa, a universidade católica. No mesmo ano de 1943, tomando uma proporção institucional maior, fundou a Faculdade de Direito e o Seminário Francisco Soares, uma possibilidade de união entre Estado e Igreja. Para Franca, a finalidade de uma escola para preparar juristas levaria a um governo e uma administração do país que solidificariam a cultura católica.

No ano de 1944, Leonel Franca teve como ajudante e diretor da Faculdade de Direito e Escola Social padre Eduardo Magalhães Lustosa, que o auxiliou, mas faleceu três anos após ter assumido esse cargo. Lustosa foi um amigo de seminário que o auxiliou, de forma fundamental, na consolidação da universidade. Com o apoio administrativo de um companheiro de confiança, Franca tinha mais tempo para dedicar-se, de fato, a readequar a doação concedida pelo governo. O projeto seria trocá-lo, ou vendê-lo e conseguir um espaço mais adequado, bem localizado. Franca escreve em junho:

9. Estive na Caixa Econômica com o Dr Carlos Luz, o Dr Ariosto Pinto, tratando da possibilidade de um empréstimo para adquirir todo o terreno da rua Itapemirim para as Faculdades. Ótimo acolhimento da parte de ambos e promessa de dar uma solução favorável. Dr. Ariosto aconselhou-me a escrever-lhe uma carta consulta para ser submetida ao conselho.

24. Visita da viúva Arthur de Vasconcellos que me veio comunicar

que havia decidido a fundação de bolsas para alunos pobres nas Faculdades. Donativo para isto de C\$ 200.000, a ser feito no dia 11 de julho, aniversário do filho que morreu.

Estive com o Núncio tratando da possibilidade de um empréstimo. Assegurou-me que do fundo da propaganda poderia emprestar-me até C2.500.000 a 6%, sem prazo fixo, mas com aviso prévio, dando-me a entender que não se exigiria o pagamento imediato quando a Santa Sé o pedisse (FRANCA, 1944. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Franca procurava se cercar de várias seguranças financeiras para atingir o objetivo de conquista do terreno, não só o apoio de agências bancárias, mas empréstimos da própria Igreja. A força desprendida para tais realizações não o deixava incólume, pois sua saúde era – como acompanhamos desde o início – limitada. Em julho desse ano, por exemplo, ele escreve ter ficado por dez dias adoentado, com gripe, bronquite e pneumonia.

Após levantar-se, mais uma vez, de suas enfermidades, dedicou o mês de agosto de 1944 à venda do terreno na Esplanada e à solicitação de isenção de impostos a toda e qualquer doação que as Faculdades Católicas recebessem<sup>47</sup>. No dia 25 de agosto, relata:

Fui ao Capanema tratar do terreno da rua Itapemerim. Recebeu-me muito bem. Disse-me que considerava os interesses da Universidade Católica no mesmo pé de igualdade que os do Pedro II; que uma Universidade Católica era absolutamente necessária na capital do país. A Universidade Oficial pela sua própria organização e administração apresentaria sempre deficiência que só a Católica poderia evitar. Prometeu-me resolver a questão com contentamento de ambas as partes (FRANCA, 1944, In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Evidenciamos o apoio direto do governo à Igreja. Não por acaso as conquistas, ainda que disputadas e com algum esforço, foram atingidas por Franca. Ainda como benefício à universidade, no dia 11 de setembro: “Telefonou-me o secretário do doutor João Lourenço comunicando que o processo sobre isenção de imposto de doação ia receber parecer favorável no Ministério da Justiça”. A Igreja, mais uma vez, foi beneficiada em seus pedidos. E, com o apoio quase que incondicional do governo, no mês de novembro, respectivamente nos dias 09 e 28:

Entrevista com o Dr Capanema, a chamado dele, sobre a localização

---

<sup>47</sup> Para compreender de forma mais aprofundada os empreendimentos e bens da Companhia de Jesus, principalmente, no Brasil, indicamos a obra: ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuíticos: O cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: EDUSP, 2004.

das Faculdades Católicas. Disse-me que iria comigo ao Provedor da Santa Casa para a aquisição dos terrenos situados nas vizinhanças da igreja de Santa Terezinha. A estes terrenos acrescentaria uma faixa tirada da área destinada ao Pedro II e mais a rua de passagem que desapareceria. O governo entraria em entendimento com a Standar Oil para mudar a situação da bomba de gasolina. Estaria ainda disposto a dar-me ainda alguma área na Esplanada para obter o capital necessário a aquisição dos terrenos para as Faculdades Católicas.

Chamou-me o Dr Capanema para tratar do terreno da Faculdade. Prometeu-me: a- ir comigo ao Provedor da Santa Casa para pedir-lhe em nome do Governo venda às Faculdades do terreno perto de Santa Terezinha; b- oferecer a Santa Casa uma área onde ela pudesse construir os asilos; c- dirigir-se ao Conselho do Petróleo para mandar retirar a bomba de gasolina; d- ceder às Faculdades Católicas uma faixa do terreno destinado a construção do Pedro II. (FRANCA, 1944. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Esses favorecimentos do governo, apoio maciço, sem dúvida não condiziam com a escola laica, tampouco davam continuidade a esse projeto. Em 26 de março de 1945, Franca falaria com o prefeito do Distrito Federal, afirmaria que o governante “[...] disse ter recebido do presidente de instrução para me receber e facilitar o que fosse possível na solução de problema relativo ao terreno da Universidade Católica, na rua Jardim Botânico. Deixei-lhe em mão um memorial resumindo o que me parecia viável” (FRANCA, 1945. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

O presidente Vargas, em correspondência com o jesuíta, em 1945, afirmou que promoveria a troca do terreno por um local mais bem localizado, no entanto, dois meses depois, já em 22 de junho, desse mesmo ano, Franca precisou solicitar novamente que isso fosse feito. D’elboux (1953) aponta que ficava nítido em seu semblante o cansaço já pela saúde e pelo trabalho demasiadamente esforçado. Por fim, o processo de Franca sumiu do gabinete, e, ao reformulá-lo para o presidente Dutra, esperou por mais de dois anos e não o viu ser aceito, pois coincidiu com a data de seu falecimento.

Além disso, fica claro, nos arquivos do padre, que os problemas administrativos não eram os únicos a necessitar de atenção, as questões pedagógicas ou organizações educacionais também assumiam um centro importante. O próprio jesuíta afirmava, em seus relatos, a forma como o corpo cansado e a saúde debilitada o impediam de exercer demasiadas funções:

A frente das Faculdades Católicas, como reitor, encontra-se um Padre de saúde precária, com os seus dias contados, e trabalhando

atualmente acima das suas poucas forças. Desempenha ao mesmo tempo as funções de reitor, de Diretor de duas Faculdades, de Secretário e de Administrador (com exceção do trabalho material da escrituração), numa fase em que todos estes departamentos se acham em estado de organização, partindo de zero, com tudo por fazer, desde os mais simples formulários de recibos, até os mais amplos projetos gerais da estrutura universitária (FRANCA, 1945 apud D'ELBOUX, 1953, p. 258 – grifo nosso).

Ainda que após tantos enfrentamentos e limitações, em 28 de setembro, de 1945, foi aprovado o curso de didática na Faculdade de Filosofia. Em dezembro, do mesmo ano, formou-se a primeira turma de 43 bacharéis diplomados em filosofia; padre Franca foi o paraninfo da turma.

Em janeiro de 1945, padre Franca recebeu do Sr. Núncio Apostólico uma carta da Congregação dos Seminários e Universidades, que, embora tenha sido enviada nove meses antes, demorou a chegar em razão da Segunda Guerra Mundial. O conteúdo da carta dizia como estavam contentes com o desenvolvimento das Faculdades Católicas e como ela desenvolveu um ótimo trabalho graças ao padre Franca. E, ainda, mostra a felicidade pelo apoio recebido do governo federal.

Após os investimentos nas Faculdades Católicas, padre Franca finalmente atingiu seu desejo inicial e, escrevendo ao cardeal Dom Jaime, relatou que

*O ano de 1946 marcará época na história da nossa instituição. A 15 de janeiro foi assinado [pelo Presidente, Dr. José Linhares] o Decreto-lei que autorizou as Faculdades Católicas [de Filosofia e Direito e a Escola de Serviço Social] a se organizarem em Universidade. Em outubro do mesmo ano foram unanimemente aprovados pelo Conselho Nacional de Educação os estatutos e, logo depois, baixados por um Decreto do Presidente da República [Eurico Gaspar Dutra]. Assim, após cinco anos de existência, as Faculdades Católicas atingira a sua maturidade e entraram no regime de Universidade, pleno jure, segundo a legislação brasileira (FRANCA, 1946 apud D'ELBOUX, 1953, p. 266, grifo nosso).*

Em 9 de novembro, o Vaticano transmitiu ao reitor uma bênção do papa sobre o dogma da Assunção, feita em nome da universidade. Após reconhecida como universidade em nível federal, Franca solicitou reconhecimento da universidade então em foro eclesiástico. Em 11 de novembro de 1946 enviou ao cardeal José Pizzardo o pedido:

*[...] Tendo atingido assim um desenvolvimento que a coloca como irmã mais nova, ao lado das outras Universidades Católicas, seria para nós consolação e estímulo que o Santo Padre se dignasse conceder-lhe também a ereção canônica, com plenos direitos de*

*Universidade Pontifícia.*

*É esse o pedido que depositamos nas mãos de V. Em<sup>a</sup>, pedido que é outrossim, do nosso cardeal Arcebispo e de todo o Brasil Católico [...] (FRANCA, 1946 apud D'ELBOUX, 1953, p. 268, grifo nosso).*

Discursa, ainda: “E até agora não tínhamos uma Universidade Católica! Já a possuem, na América latina, o Chile, o Peru, a Colômbia! Mais de 25 já se contam nos Estados-Unidos!” (FRANCA, 1952, p. 136). Incentivava os fiéis a trabalharem intensamente na consolidação da instituição a fim de ganhar o tempo perdido e trazer ao Brasil uma realidade grandiosa e fecunda.

Em 19 de janeiro de 1947, o padre geral da companhia escreveu solicitando os documentos da universidade, pedido atendido no dia 30 do mesmo mês. No entanto, retornou questionando o teor dos documentos que, pela origem latina eram de difícil compreensão. Pe. Franca adoeceu e ficou impedido de fazê-lo. Com a morte de Eduardo Lustosa, ele ficou sobrecarregado de trabalho, mas ainda assim conseguiu, no mês de agosto, concluir as traduções dos estatutos, considerando que o Vaticano já enviava reclamações sem entender a demora dos arquivos.

Após enviar os relatórios a seus superiores, Franca foi criticado, por meio de correspondências datadas de 03 de agosto de 1947, pelo padre geral provincial Artur Alonso, falando sobre o descuido e vários deslizos com a situação jurídica e financeira da universidade. O responsável geral da ordem inaciana o acusou de ter sido beneficiado por amigos da companhia para manter sob sigilo as dificuldades enfrentadas pela instituição.

D'elboux (1953) relata que Franca nunca havia ficado tão abatido, pois a obediência era algo fundamental aos princípios da ordem religiosa à qual pertencia. Então, ele escreveu ao superior pedindo que indicasse os erros para que pudesse corrigi-los. Feito isso:

[...] o título de Pontifícia chegou finalmente com o Decreto “Laeta coelho arridens”, datado de 20 de janeiro de 1947. Sua solene promulgação se realizou em sessão magna da Universidade, no “Auditorium” do Ministério da Educação, aos 16 de Dezembro. Estavam presentes o Emo. E Revmo. Sr. Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, o Exmo. E Revmo. Sr. D. Carlos Chiarlo, DD. Nuncio Apostólico, o Dr. Paulo Lyra, representante do Sr. Adroaldo Mesquita da Costa, o Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Daniel de Carvalho, os Exmos. E Revmos. Srs. D. Rosalvo Costa Rego e D. Jorge Marcos de Oliveira, Bispos auxiliares do Rio de Janeiro, o Reitor Magnífico. Revmo. Pe. Leonel Franca S. J., Professores, alunos e numerosos amigos da Universidade (D'ELBOUX, 1953, p. 271).

Em 16 de dezembro de 1947, o padre Franca proferiu uma alocução na solenidade da Universidade Católica do Rio de Janeiro:

Recompensa consoladora de trabalhos e esforços, mas ainda consagração definitiva de uma vocação espiritual. O título de PONTIFÍCIA de que doravante se poderá exornar a nossa Universidade ratifica e autentica o de CATÓLICA que designou desde o berço. E este título não soa apenas como um qualificativo superficial, mas apresenta uma opção programática de cultura. [...] Os últimos séculos levaram a termo uma obra nefasta de divisões e rompimentos. Rompimentos entre as ciências positivas e a filosofia, entre as ciências econômico-sociais e a moral, entre a vida profana e a consciência religiosa. Colhemos hoje as tempestades que estes ventos semearam (FRANCA, 1952, p. 223).

O reitor, por aclamação, foi Leonel Franca, indicado por distinção pela Santa Sé. Franca realizou a última abertura anual, falando sobre as tristezas e alegrias do ano anterior, e comunicou sua iniciativa de instalar, próximo à universidade, o Instituto de Direito Comparado, primeiro em todo o Brasil. Carregar, literalmente, o título de reitor, sem dúvidas, trazia a Franca um prestígio ímpar. A consagração de sua trajetória foi ao ápice com tamanha titulação, pois,

A instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma [...], é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social. Instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser (ou um dever de ser). É fazer ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comprovar em função de tal identidade. Neste caso, o indicativo é um imperativo (BOURDIEU, 2008, p. 100).

Após tamanha conquista de consagração religiosa e institucional, em fevereiro de 1947, Franca teve, por 10 dias, uma crise cardíaca que o levou, novamente, à beira da morte. Porém, não parou de pensar na consolidação da universidade. Registrou em 19 de março: “Prometi a São José que se resolver bem a questão do terreno da Universidade, ser-lhe-á levantada uma estátua, na cidade universitária, dentro ou fora dos edifícios” (FRANCA, 1947. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). Ainda que com as crises de saúde, Franca não deixou de exercer o papel a ele confiado, nem de ser visto como tal.

A *investidura* (do cavaleiro, do deputado, do presidente da República etc.) consiste em sancionar e em santificar uma diferença (preexistente ou não), fazendo-a *conhecer e reconhecer*, fazendo-a existir enquanto diferença social, conhecida e reconhecida pelo

agente investido e pelos demais (BOURDIEU 2008, p. 99; grifo do autor).

Na mesma ocasião, foi discutida a criação da Escola Politécnica da Universidade Católica. Após vários engenheiros se reunirem com Franca e terem discutido o problema de não haver técnicos em engenharias no país, o padre decidiu ouvi-los e teve a ideia, em julho de 1947, de também criá-la. Em seu diário, já em 1948, no dia 21 de janeiro, escreveu que finalmente assinara o decreto autorizando o funcionamento da Escola Politécnica da Universidade Católica: “Assinatura no Catete do Decreto autorizando funcionamento da Escola Politécnica da Universidade Católica” (FRANCA, 1948. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). Na inauguração proferiu, no Palácio do Catete:

[...] Nos titulares da pasta de Educação só temos encontrado palavras de animação e gestos de conforto. O Chefe da Nação tem sido sempre para a Universidade um amigo e protetor. Bem sentimos quanto hoje, com a fundação de uma Escola Politécnica, aumentam as nossas responsabilidades. Mas não nos assusta o trabalho empenhado em prol das boas causas. [...] Para nós não queremos outra recompensa senão a consciência de haver bem servido ao Brasil (FRANCA, 1952, p. 142).

Em 9 de novembro de 1947, em busca de novas construções, o jesuíta visitou o ministro João Neves da Fontoura: “Expus-lhe o plano da fundação do Instituto de Direito Comparado. Fiz-lhe o convite para a presidência. Acolheu muito bem a iniciativa que achou muito oportuna. Aceitou de boa vontade a presidência, pondo-se logo a serviço do Instituto” (FRANCA, 1947. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Ao observarmos Leonel Franca e como ele trabalhava pela Companhia de Jesus, podemos considerar aspectos da teoria bourdieusiana que afirmam que a maneira com que o sujeito age na sociedade diz respeito à maneira como recebeu sua formação educacional.

[...] a instituição escolar institui *fronteiras sociais* [ela pode apresentar *separação*] marcada, primeiro, pelas próprias condições de vida, pela oposição entre a vida reclusa do interno e a vida livre do estudante, depois, pelo conduto e, sobretudo, pela organização do trabalho de preparação para os concursos [...] (BOURDIEU, 2011b, p. 37-38, grifos do autor).

Com base nisso, Pierre Bourdieu (2011a, p. 115-116) defende que, no

campo universitário, há uma estrutura sólida de reprodução. Se considerarmos a forma como Franca chegou à reitoria da Universidade Católica, podemos avaliar que “[...] o capital universitário se obtém e se mantém por meio da ocupação de posições que permitam dominar outras posições e seus ocupantes [...]”.

Em todos os relatórios enviados ao padre geral da companhia, ou ao padre provincial, Franca preocupava-se, em primeiro lugar, em apontar as questões religiosas, antes até mesmo das educacionais. Chegavam a 2.000 o número de universitários matriculados na universidade e a falta de auxílio não o desanimava.

Antes mesmo que se erga qualquer monumento, permanece, no coração na Universidade Católica do Rio de Janeiro, a imagem inconfundível do Pe. Leonel Franca perfeito ideal de professores e alunos. Sua morte, nos afirma o Prof. Américo Jacobina Lacombe, ao contrário de uma catástrofe foi: “a fixação da fisionomia intelectual e moral que o Pe. Fraca imprimiu à nossa atividade – aquele conjunto de firmeza e suavidade, de energia e de cortesia, que fazia dele uma flor da cultura e da civilização católica brasileira” (D’ELBOUX, 1953, p. 278).

Leonel Franca consagrou-se como grande responsável, fundador e primeiro reitor da Pontifícia Universidade Católica. Marcou a construção dessa instituição e, por meio de seu posicionamento dentro dos campos político e religioso, liderou que aquela edificação fosse possível. Com apropriações do *habitus*, próprios de ordens como a Companhia de Jesus, permaneceu em seus ideais, preocupado em formar uma elite brasileira, oriunda de um público católico, a fim de conduzir a sociedade dentro da religião e religiosidade.

Compreender os fenômenos sociais é complexo. Para Bourdieu (2008), culturalmente, em nossa sociedade, um diploma tem a ver com magia assim como os amuletos. A ciência, então, deve levar em conta a força, ou impressão, simbólica dos ritos a ela inerentes, sua representação do real. Podemos pensar na investidura de um cargo como reitor da universidade, seu poder simbólico é consagrado à medida que efetivamente se muda de posição:

[...] de início, logra tal efeito ao transformar a representação que os demais agentes possuem dessa pessoa e ao modificar sobretudo os comportamentos que adotam em relação a ela (a mais visível de todas essas mudanças é o fato de lhe conceder títulos de respeito e o respeito realmente associado a tal enunciação); em seguida, porque a investidura transforma ao mesmo tempo a representação que a pessoa investida faz de si mesma, bem como os comportamentos que ela acredita estar obrigada a adotar para se



ajustar a tal representação (BOURDIEU, 2008, p. 99).

Os títulos sociais de crédito, como os de nobreza ou o título escolar, no caso de reitor, multiplicam o valor do seu portador, pois multiplicam também a extensão e a intensidade daquilo que se acredita atribuir-lhe como valor. Por isso, consideramos imprescindível fazer sua trajetória intelectual. Para exemplificar essa afirmação, relatamos que, em 1947, nos trâmites de funcionamento pleno da universidade, Leonel Franca não foi surpreendido pela doença, que já o rondava com frequência. A morte, certamente, já era familiar ao padre que tanto ficava próximo dos momentos finais da vida, afinal, recebera extrema-unção pelo menos quatro vezes. Em 1942, dentre todas as anotações, fez um ato de agradecimento em seu diário:

Fechar a minha vida com um grande obrigado a Deus por todos os benefícios:  
 Benefício da vida... mais de 50 anos – saúde, atividades.  
 Benefício da fé!  
 Benefício da vocação – Morte na Companhia de Jesus!  
 Benefício do sacerdócio – Mais de 7000 missas. Mais de 100.000 confissões...  
 Benefício do apostolado  
 Multitudo misertaionum!! (FRANCA, 1942 apud D'ELBOUX, 1953, p. 301).

Os padres da companhia sempre apontavam a organização do padre Franca e a forma como ele deixava aquilo que lhe cabia como responsabilidade. Perto de sua morte, sua mesa vivia cheia de correspondências e ele dizia aos irmãos de seminário que parecia uma bagunça, mas era organização, estava tudo dividido e cada coisa em seu devido lugar (D'Elboux, 1953).

No último ano, em 1947, o padre Franca esteve ainda mais limitado em todas as suas atividades. Mal ia à universidade, pois necessitava fazer até quatro paradas antes de chegar ao destino final, fosse sua casa ou a própria instituição. Seu enfermeiro, em muitos relatos e testemunhos póstumos, dizia que Franca não se queixava de nada. Nunca reclamava e respeitava todas as normas e horários que seu impedimento de saúde demandava (D'ELBOUX, 1953).

Em 26 de julho comemorou 25 anos de sacerdócio. A missa de comemoração foi realizada em seu quarto, com o prestígio de seu irmão, padre Leovigildo, e seu sobrinho, padre Edgard. No dia 29, um domingo, celebrou sua última santa missa. Em 1º de setembro, Franca mal comeu, foram adiadas suas próximas missas e o enfermeiro entrou em contato com o irmão daquele, Leovigildo, ainda que com

resistência de Franca. O enfermeiro apontou que Franca insistia, nos dois últimos dias, ainda que com as visitas de Leovigildo, que poderia ficar sozinho. Passava metade do dia na poltrona e metade, na cama. Indicava que os dois enfermeiros que dormiam com ele no quarto o deixassem a sós e fossem realizar seus exercícios (D'Elboux, 1953). Após Franca tomar sua quinta extrema unção, Leovigildo Franca descreve sobre o irmão:

Deixava de bater aquele coração, tão arritmico para o corpo, mas que com tão perfeito ritmo batera sempre para Deus.  
Morreu como sempre viveu: no quarto, cercado de livros, rodeado por seus irmãos, ao lado do seu genuflexório, onde o crucifixo dos votos e a imagem da Mater Pietatis embalsamaram de fé e de piedade seus últimos momentos, como de fé e de piedade foram todos os momentos de sua vida (FRANCA, Leovigildo apud D'ELBOUX, 1953, p. 316).

Leonel Franca encerrou sua trajetória com uma educação e polidez precisas até mesmo para atacar aqueles que o afrontavam. Todos os escritos do padre deixavam claro que a doutrina católica deveria ser abertamente pregada – isso o tornou “o polemista” do século XX. No sistema escolástico em que Leonel Franca escreveu toda a sua obra, seu intelectualismo religioso lhe proporcionou segurança. A racionalidade jesuítica nem sempre o acompanhou, “[...] a ingenuidade é grave quando se supõe que o engajamento político procede da lucidez, ela própria é alimentada pela Razão. [...] forçoso é constatar que, nesse engajamento, sentimento e a afetividade algumas vezes prevaleceram sobre a Razão” (SIRINELLI, 2003, p. 260). A razão é a que move a intervenção, mas nem sempre é aquela que sobressai aos atos políticos, tanto nas representações sociais individuais, quanto nas coletivas. Com o argumento de que suas realizações se davam em nome de Deus e a serviço do povo, Leonel Franca consagrou e encerrou o seu legado sendo um dos intelectuais católicos que atuou de forma mais intensa no campo social e político da primeira metade do século XX.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve centralidade na discussão da trajetória do intelectual Leonel Edgard da Silveira Franca (1893-1948): o Padre Leonel Franca. As análises a respeito do clérigo integrante da Ordem Companhia de Jesus, e servo da Igreja, se deram para além das suas obrigações eclesiásticas, sem delas prescindir. Ao delimitarmos como linha temporal os anos entre 1923 e 1948, nos comprometemos a considerar suas ações, principalmente relacionadas à educação. O ano de 1923 consiste na ordenação e publicação da primeira produção intelectual de Franca. Acreditamos que este fato marca decisivamente o início da repercussão de sua crítica e posicionamento católico, na sociedade brasileira. Não desconsideramos aquilo que antecede esse acontecimento, mas consistimos em pensar que desde então, até 1948 – data de consolidação da Pontifícia Universidade Católica –, o jesuíta realizou suas principais conquistas pela e para a educação brasileira.

Ao situá-lo no período proposto, nos debruçamos sobre sua teia de relações e a forma como isso impactava em seu modelo almejado para a construção de uma sociedade brasileira católica. Empregamos, ao longo deste trabalho, o uso de fontes a fim de enriquecer e dar sustentação aos argumentos defendidos na tese. Fizemos uso de arquivos privados, localizados na Província dos Jesuítas no Brasil na cidade do Rio de Janeiro, que reuniam documentos pessoais e administrativos, correspondências, anotações, rascunhos de livros e diário pessoal. Dessa forma, a nossa pesquisa documental se apoiou não apenas nas produções bibliográficas já divulgadas, mas também contou com uma investigação cautelosa que auxilia a demonstrar o enlace contextual para além do que já está exposto. Os arquivos jesuítas, especificamente no que tange à documentação de Leonel Franca, auxiliam na compreensão das disputas no campo político e forma como o governo presidido por Getúlio Vargas se relacionava com a Igreja católica.

Utilizamos como aporte teórico autores que auxiliaram na interpretação de sua rede de contatos, e de que maneira isso estava relacionado em seus objetivos a fim de constituir uma sociedade alinhada aos princípios católicos. Ampliamos o entendimento sobre a forma como ele transitou nos mais variados espaços, após estabelecermos relações com o modelo organizativo de suas produções nos campos social, político e religioso. Imbuído do *habitus* jesuítico, proporcionado pela acumulação dos capitais culturais, simbólico e sociais, Leonel Franca circulou nos

grupos intelectuais da sociedade ascendendo nos grupos dirigentes da sociedade, não apenas como clérigo mas enquanto um dos principais responsáveis pela formação de uma nova geração católica.

O século XX, principalmente em sua primeira metade, apresenta a Igreja Católica com práticas efetivas de articulação com o Estado. As ligações destas duas instituições dão-se com aproximações e rupturas. Nesse imbróglio vimos na figura central do Padre Leonel Franca um mediador que nos deu a possibilidade de compreensão dos desdobramentos de fatos ocorridos naquele momento – como, por exemplo, a organização do Ensino Religioso nas Constituições Federais, quem em várias ocasiões apareciam enquanto anotações rascunhadas em seu diário. O jesuíta esboçava possíveis redações da Carta Magna – no que se refere ao ensino da religião nas instituições educacionais, entregava à políticos que possivelmente teriam influências no trâmite da alteração do documento e aguardava a promulgação constitucional a fim de obter resultados de sua súplica católica. Com isso, concluímos que nossas fontes de pesquisa deram-nos segurança para sustentar nossas acepções a fim de compreender o papel que este jesuíta desempenhou enquanto orientador de um grupo de intelectuais – sobretudo os católicos – e mediador das demandas da Igreja Católica com o governo Getúlio Vargas.

Ao dar linearidade à trajetória de Leonel Franca, enfatizamos os fatores formativos que interferiram em seu percurso e trajetória enquanto um intelectual jesuíta. Veio de uma família capaz de orientar a necessidade em trilhar um caminho de estudos e com condições suficientes para proporcionar a formação escolar. No entanto, embora aparentemente sua escolha pelo caminho sacerdotal tenha sido voluntária, uma das nossas formas de análise foi a de considerar as ligações sociais e a forma como impactavam nos direcionamentos vitais. Para isso, identificamos Franca como sobrinho de Dom Antonio Macedo Costa, Bispo do Pará, integrante importante na “Questão Religiosa” - aliado de Dom Vital, ícone da Igreja Católica nesse período. Estas relações dão a Franca a possibilidade de participar de formações consistentes e com oportunidades de aprofundamentos. Sua ida a Roma, por exemplo, foi – certamente – um marco em sua carreira clerical. Nesta ocasião, seu elo com Dom Macedo Costa interferiu diretamente no processo de sua escolha a compor os religiosos que se formavam na Pontifícia Universidade Gregoriana. Como foi apresentado ao longo deste trabalho, poucos seminaristas tinham acesso a uma formação tão aprimorada e fora do país. O habitual era que as formações se

dessem internamente nos seminários e que a frequência às faculdades se estruturasse da forma mais próxima e com menor custo. Ao identificar, geralmente, estudantes que apresentassem um futuro promissor enquanto servo da Igreja, em sua defesa e conquistas, encaminhavam o “menino” a um processo formativo mais elevado; no caso de Franca, em Roma.

A caminho de sua chegada ao Rio de Janeiro, em 1923, logo em seguida de seu processo de formação em Roma, Franca publicou sua primeira obra: *Noções de História da Filosofia* (1918), seguido de *Apontamento de Química Geral* (1919) e *A Igreja a Reforma e a Civilização* (1923) – uma de suas produções mais célebres. Foram totalizadas 13 obras, sendo as duas últimas póstumas. Com a terceira produção ele inaugurou a repercussão de suas publicações no país, tornando-se combativo com escritores do protestantismo e outros segmentos contrários ao catolicismo; sendo, dessa forma, denominado “o polemista”. Muitas dessas publicações tiveram reedições e atingiram um longo alcance, pois foram traduzidas e publicadas em outros países, tudo isso com apoio de Roma. Consideramos que a reverberação de seus textos nos meios sociais, bem como os fundamentos de suas obras, atingiam diretamente a forma como se sistematizava a educação.

Com a divulgação de suas obras, Franca teve seu destaque social intensificado e passou a ser reconhecido por críticos da imprensa e renomados intelectuais, onde enriqueceu sua rede de sociabilidade. Os escritos religiosos, fossem em livros ou periódicos, foram utilizados pelo padre como forma de auxílio àqueles que o lessem num processo de compreensão do ideário católico. A visibilidade dos escritos do jesuíta, na imprensa bibliográfica, indica a sua recepção e o seu reconhecimento pela elite intelectual responsável por, naquele momento, direcionar a sociedade civil carioca e brasileira. Imbuídos de um espírito nacionalista, que garantisse a ordem estatal – ainda que o preço fosse entrar em consonância com a obra religiosa, governantes como Getúlio Vargas, e representantes de Ministérios como Francisco Campos, nutriam por Franca um apreço e um respeito considerável pelo já, então, intelectual católico.

Antes do governo Vargas, na década de 1920, iniciou-se o processo de sua atuação nas esferas políticas. Dividimos, ao longo desta tese, sua rede de contatos em sociedade leiga/civil, políticos do poder estatal e comunidade religiosa. Porém, ao estruturarmos sua atuação realizamos o caminho inverso. As Ordens religiosas, sobretudo a jesuítica, têm por princípio, respeito e obediência a seus superiores, no

caso de Franca sua subserviência dava-se a Dom Leme. Identificamos que por meio de relações fraternas e religiosas, Franca e Dom Leme apresentavam-se muito próximos, o que – certamente – tenha dado ao padre jesuíta a liberdade e a inspiração para defender a igreja em quaisquer ataques, sejam por meio do Estado, dos protestantes ou da sociedade como um todo. A Igreja passa, naquela ocasião, ainda por um processo de tentativa de retomada nas conquistas, não apenas religiosa em seus entraves com a Igreja protestante mas de expansão e combate à laicidade proposta desde a Constituição Federal de 1891.

O jesuíta desempenhou participações em órgãos e organizações como, por exemplo, o Centro Dom Vital. O vínculo com estas instituições deram ao intelectual a segurança fundamental para a consolidação de uma trajetória importante e respeitada na elite dirigente brasileira. Ao lado de líderes como Jackson de Figueiredo, depois Alceu Amoroso Lima, o inaciano desenvolveu conferências, conquistou conversões e conformou a organização de um projeto social católico que, embora tivesse como objetivo atingir a concepção do Estado, deixou de associar a igreja a um determinado partido político. A Liga Eleitoral Católica e a Ação Católica foram dois dos principais instrumentos utilizados pela elite intelectual católica, principalmente concentrada no Centro Dom Vital, para direcionar a população leiga ao caminho e aos princípios da igreja, sem que isso fosse feito por adesão a um partido específico. As estratégias, empreendidas e desenvolvidas por Leonel Franca davam a estes movimentos a sustentação da igreja e o apoio (in)direto de Dom Sebastião Leme. Por meio de suas correspondências, ainda que com posicionamentos políticos divergentes, o jesuíta mantinha contato até mesmo com aqueles que diziam-se adversários, mas que pudessem auxiliá-lo em algum momento.

Assistente Eclesiástico do Centro Dom Vital e confessor de muitos intelectuais, Franca participou de diversas organizações, por isso o denominamos como “o pastor de muitos rebanhos”. Onde havia rompimentos da igreja, Franca interferia com fortalecimentos próprios, ainda que individuais e alheios aos princípios religiosos. Exemplificamos os contatos mantidos – constantemente – com integrantes do movimento do “Manifesto dos Pioneiros”, como Fernando de Azevedo. Embora rompidos pela divergência de ideais e de concepção de formação, os contatos e correspondências eram mantidos. Esta forma de atuação dava a Franca o poder de permanecer em discussões que não se veiculavam diretamente

a ele. À saber, no ano de 1933, antecedendo à reformulação de uma nova constituição, Leonel Franca já iniciava as discussões legais com aliados e sujeitos integrantes e influentes nas camadas governamentais. Em suas anotações podem ser verificados trechos que, posteriormente, foram incorporados nas discussões da Carta Magna.

Com o apoio da sua rede de sociabilidade e suas estratégias religiosas e políticas, Leonel Franca consagrou sua trajetória intelectual no campo educacional. Partindo do pressuposto que a educação era um dos campos de disputa entre igreja, Estado e demais organizações, Franca por meio de sua facilidade e acesso nas relações sociais se empenhou e consolidou uma Universidade Católica no país. Sua participação no Conselho Nacional de Educação, via convite do Presidente Getúlio Vargas, contribuiu para que seu posicionamento no que tange à educação brasileira, acontecesse de forma mais precisa. Apoiado pela alta camada intelectual, que acreditava ser por meio da instrução a possibilidade de reorganização do país e da cultura, Franca desempenhou a função de mediador da igreja e agiu de forma intensa no processo de construção de um modelo católico de formação. Desse modo, é possível identificar que o trajeto percorrido por ele o favoreceu e deu aportes relacionais para que conquistasse, com apoio, o respeito de seus pares.

A disputa pelo Ensino Religioso, questão debatida até os dias atuais, entrou como uma das principais preocupações de Franca. As diversas emendas e reformulações deste princípio de ensino, vezes obrigatório, outras facultativos, atravessa toda a luta de Franca. Para ele, a educação e a instrução tinham certa diferença, sendo a primeira função da família e a segunda do Estado. Mas, apenas o Ensino Religioso familiar não daria conta da organização de um princípio para toda a população. Assim, com o apoio de intelectuais com afeição aos princípios católicos, defendeu arduamente um projeto pedagógico em que o Ensino religioso fosse reafirmado como ponte para exaltar valores cristãos e restaurar a cultura nacional católica. Suas intenções, por meio de sua atuação política e social, se expressam – como já afirmado anteriormente – nas Constituições e na organização do ensino nas instituições escolares.

Esta demanda das lutas contra o laicismo deu a Franca subsídio para empenhar-se na consolidação de uma instituição de ensino superior católica, nascendo como Faculdades Católicas e chegando à Pontifícia Universidade Católica. Para tornar a igreja mais atuante naquela concepção formativa, Franca

aliou-se àqueles afetos ao catolicismo e iniciou o processo, em termos religiosos, de uma via-sacra para a consolidação desta instituição a fim de desenvolver no século XX um formato de organização capaz de fazer a sociedade compreender que o homem religioso seria a solução mais adequada para a organização do mundo social. Esse empreendimento é identificado, de nossa parte, como a coroação da trajetória intelectual de Franca. Todo o caminho percorrido, pelo seu esforço intelectual, almejava – de forma escrita ou verbal – a necessidade de uma instituição católica, com princípios religiosos, que formasse os homens responsáveis pela elite que daria a direção do país.

Dessa forma, apresentamos a marca e a maneira como os princípios religiosos orientaram os empreendimentos pedagógicos do início do século XX, principalmente aqueles que envolviam a atuação do padre Leonel Franca. Por meio de suas ações percebemos a interferência na estrutura administrativa do governo Vargas, de forma efetiva, direta ou não. O padre jesuíta estabeleceu uma rede ampla de sociabilidade, principalmente com a elite intelectual, a qual deu segurança e possibilitou que houvesse a sistematização de um programa educativo da igreja com forte reverberação no mundo social. O seu papel, de mediador da igreja, imbuído do *habitus* jesuítico, em função das conquistas religiosas, deixou marcas não apenas na sociedade leiga e cristã católica, mas, sobretudo, na elite intelectual do século XX.



## FONTES

### Arquivos

ARQUIVO DA PROVÍNCIA DOS JESUÍTAS NO BRASIL, Cartas e anotações. Rio de Janeiro, consultas em mar.2016.

CARTA PASTORAL DO CARDEAL ARCEBISPO DO RIO DE JANEIRO E DOS ARCEBISPOS E BISPOS DO BRASIL, por ocasião do Concílio Plenário Brasileiro, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1939.

Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, arcebispo metropolitano de Olinda, saudando os seus diocesanos. 16 de julho de 1916. Disponível em: <http://www.deuslouvult.org/2009/11/18/carta-aos-fieis-de-olinda-e-recife-dom-leme/>. Acesso em: 15 dez. 2016.

D'ELBOUX, Luiz Gonzaga da Silveira. **O padre Leonel Franca**, S. J. Rio de Janeiro: Agir, 1953.

FRANCA, Leonel. **Noções de História da Filosofia**. Rio de Janeiro: Agir, 1919.

\_\_\_\_\_. **Apontamentos de Química Geral**. Rio de Janeiro: Agir, 1919.

\_\_\_\_\_. **A Igreja, a Reforma e a Civilização**. Rio de Janeiro: Agir, 1923.

\_\_\_\_\_. **Relíquias de uma polêmica**. Rio de Janeiro: Agir, 1926.

\_\_\_\_\_. **Ensino Religioso e Ensino Leigo**: aspectos pedagógicos, sociais e jurídicos. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

\_\_\_\_\_. **Catolicismo e Protestantismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1933.

\_\_\_\_\_. **A Psicologia da Fé**. Rio de Janeiro: Agir, 1934.

\_\_\_\_\_. **O Protestantismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1938.

\_\_\_\_\_. **A Crise no Mundo Moderno**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1941.

\_\_\_\_\_. **O Divórcio**. 6 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

\_\_\_\_\_. **O método pedagógico dos jesuítas**: RATIO Atque Institutio STUDIORUM – Organização e plano de estudos da Companhia de Jesus. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

\_\_\_\_\_. **Alocuções e Artigos** – Tomo I. Rio de Janeiro: Agir, 1954.

PIO X, 1905, p. 418-419

PIO X. **II Fermo Propósito**. 1905

PIO XI, **Divini Illius Magistri**, 1929.

## Legislação

BRASIL (1890). **Decreto nº 119-A**. 7 de janeiro de 1890. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm). Acesso em: 23. Dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 24 de fevereiro de 1891. In: FÁVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras: (1823-1988)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 303-304.

\_\_\_\_\_. (1931). **Decreto nº 19.941**. 30 de abril de 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20.Ago.2017.

\_\_\_\_\_. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934. In: FÁVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras: (1823-1988)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 304-307.

\_\_\_\_\_. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil: decretada em 10 de novembro de 1937. In: FÁVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras: (1823-1988)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 307-309.

\_\_\_\_\_. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 18 de setembro de 1946. In: FÁVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras: (1823-1988)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 310-311.

## Revistas

A MANHÃ, Rio de Janeiro, 12/09/1948.

A ORDEM, Rio de Janeiro, v. 1, n10, p. 145, mai. 1922.

A ORDEM, Rio de Janeiro, v. 1, n11, p. 161, jun. 1922.

A ORDEM, Rio de Janeiro, v. 4, n38, p. 250-254, dez. 1924.

A ORDEM, Rio de Janeiro, Edição In Memoriam – Jackson de Figueiredo (1891-1928), 1929.

A ORDEM, Rio de Janeiro. LIMA, Alceu Amoroso. Estudos. v. 2, série 3, p. 30-31. 1936.

A ORDEM, Rio de Janeiro. PIO XI. Ação Católica Brasileira, p. 5-6, 1936

A ORDEM, Rio de Janeiro. GOMES, Perillo. Vicissitudes da vida internacional., p. 382, abr. 1938.

A ORDEM, Rio de Janeiro. Faculdades Católicas. p. 317-319, abr. 1941.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro. Noções de História da Filosofia, 23 de nov. de 1919.

HIERARCHIA, Rio de Janeiro. Aspecto Social e Pedagógico do Ensino Religioso. P. 08, 1931.

O DIA, Lisboa. F. de Figueiredo. 3 de abr. de 1922.

O INTRANSIGENTE, Recife. 5 de jun. de 1919.

O JORNAL, Rio de Janeiro. Vida Literária. 28 de mar. de 1922.

O JORNAL, Rio de Janeiro. 25 de mai de 1924.

O JORNAL. Rio de Janeiro. LIMA, Alceu Amoroso. Coluna CIVILIZAÇÃO. 25 de nov de 1928.

## REFERÊNCIAS

ALEIXO, Pe. José Carlos Brandi. PE. LEONEL EDGARD DA SILVEIRA FRANCA S.J. In: GOMES, Candido Alberto (Org.). **Educadores Brasileiros do Século XX – Vol. II**. Brasília: Liber Livro Ed. Universidade Católica de Brasília, 2005, p.107-124.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. **Os soldados de Roma contra Moscou: a atuação do Centro Dom Vital no cenário político e cultural brasileiro** (Rio de Janeiro, 1922-1948). 200f. Tese (Doutorado em Sociologia) – USP, São Paulo, 2014.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos: O cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: EDUSP, 2004.

AZZI, Riolando. **Os Pioneiros do Centro Dom Vital**. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida – SP: Editora Santuário, 2008.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-80.

BALDINI, Ugo. **Legem Impone subactis: Studis su filosofia e scienza dei Gesuiti in Italia, 1540-1632**. Roma: Bulzoni Editore, 1992.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. História comparada da educação dos

seminários da Paraíba e Sergipe (1894-1933). **IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO** - 2006 (Congresso). Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuaiscoautorais/eixo05/Raylane%20Navarro%20-%20Texto.pdf>. Acesso realizado em: 10 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_, Raylane Andreza Dias Navarro. **A Formação de Padre no Nordeste do Brasil (1894-1933)**. 245f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina: 1914-1945**. São Paulo: Loyola, 1999.

BERTOLETI, Vanessa Alves. **Anísio Teixeira e a construção da Universidade brasileira**. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**; Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1997.

BOMENY, Helena M. B. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 203-231.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Lisboa: Presença, 1996.

\_\_\_\_\_. Algumas propriedades dos campos. In: \_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 119 – 126.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**; Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Senso Prático**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Escritos de Educação**; Tradução Maria Alice Nogueira; Afrânio Catani. 13ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2016.

CAETANO, Maria Cristina. **O ensino religioso e a formação de seus professores: dificuldades e perspectivas**. 386f. Dissertação (Mestrado em Educação: Políticas Públicas) – PUC/MG, Minas Gerais, 2007.

CAMPOS, Nívio de. **Intelectuais e igreja católica no Paraná: 1926 – 1938**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

\_\_\_\_\_. HISTÓRIA INTELECTUAL E HISTÓRIA CULTURAL: UM RECORTE EM ROGER CHARTIER. **Revista eletrônica Documento/Monumento** – Vol. 16, n. 1 (dez 2015). Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009- Semestral. Disponível em: <http://200.129.241.80/ndihr/revista/revistas-antiores/revista-dm-16.pdf>. Acesso realizado em 20 dez. 2016.

CAROLINO, Luís Miguel Nunes; CAMENIETZKI, Carlos Ziller (Orgs.). **Jesuítas, ensino e ciência – Séc. XVI – XVIII**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005.

CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

COELHO, Marcos Pereira de. **Imprensa, sociabilidade e educação: as ações de Fernando de Azevedo em defesa da hegemonia do escolanovismo (1917-1961)**. 165f. Tese (Doutorado em Educação). UNICAMP/SP, São Paulo, 2016.

CONCEIÇÃO, Fabiana Cristina da. **A religião e a formação do cidadão: um estudo sobre a obra Ensino religioso e Ensino Leigo de Leonel Franca**. 196f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2012.

CRESPO, Samyra. Escolas Católicas Renovadas e a Educação Libertadora no Brasil. SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil** – tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 153-216.

DEL PRIORI, M. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, v.10, n.19, p. 7-16, jul-dez. 2009.

DELORY-MOMBERGER, C. Fundamentos epistemológicos da pesquisa biográfica em educação. **Educação em Revista**, v.27, n.01, p. 333-346, abr. 2011.

DOSSE, François. **História e ciências sociais**; tradução Fernanda Abreu. Bauru, SP: Edusc, 2004.

\_\_\_\_\_, François. **História do estruturalismo**. Tradução de Álvaro Cabral; Bauru, SP: Edusc, 2007.

\_\_\_\_\_, François. **O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida**; tradução Gilson César Cardoso de Souza. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FABRICIO, Edilson Lucas. Neotomismo e política: Leonel Franca e o debate sobre modernidade e totalitarismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano IX, n. 25, Maio/Agosto de 2016. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30961>. Acesso realizado: 20 maio de 2018.

\_\_\_\_\_, Edilson Lucas. “Pôr minha pobre pena a serviço da Santa Igreja foi sempre minha maior ambição”: Leonel Franca versus protestantes nas disputas do campo religioso brasileiro (1920-1930). **Anais do Congresso ANPTECRE**, v. 05, 2015. Simpósio Religião, Direitos Humanos e Laicidade. Disponível em: [www2.pucpr.br/reol/index.php/5anptecre?dd1=15415&dd2=7803&dd3](http://www2.pucpr.br/reol/index.php/5anptecre?dd1=15415&dd2=7803&dd3). Acesso realizado: 20 de maio de 2018.

FALCON, Francisco José Calazans. História Cultural e História da Educação. **Revista Brasileira de Educação** – Vol. 11, n. 32 (maio/ago - 2006). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a11v11n32.pdf>. Acesso realizado em 20 dez. 2016.

FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano – Economia e cultura (1930-1964). 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrande Brasil, 2007. T. 3. V. 11.

FLECHA, Renata Dumont. **Do pecado pessoal ao pecado social: a solidariedade na reatualização do ensino religioso da Companhia de Jesus**. 219f. Tese (Doutorado em Educação) – UFMG, Minas Gerais, 2009.

GAETA, M. A. J. V. **Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894)**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado). USP.

GARCIA Jr., Afrânio. Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. **Revista Tempo Social**. USP – São Paulo. V.16. nº1, 2004 – p. 285–300.

LACERDA, Sonia; KIRSCHNER, Tereza C. Tradição intelectual e espaço historiográfico ou por que dar atenção aos textos clássicos. In: LOPES, Marcos A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 25-39.

LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

LIMA, Alceu Amoroso. **Memória Improvisadas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

\_\_\_\_\_. **Notas para a história do Centro Dom Vital** / Introdução e comentários Rioldo Azzi. Rio de Janeiro: EDUCAM: Paulinas, 2001.

LIMA, Éber Ferreira Silveira. **Leonel Franca versus protestantes: Itinerário de uma polêmica**. Londrina: Ed. UEL, 1995. 35p.

LOPES, Marcos A. Pena e espada: sobre o nascimento dos intelectuais. In: LOPES, Marcos A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 39-47.

LOYOLA, Santo Inácio. **Exercícios Espirituais**. 7a ed.. São Paulo: Loyola, 2002.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. (org). **A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano**: um aprendizado de liberdade. Edições Loyola: São Paulo, 1990.

MAIA, Pedro Américo. **Pe. Leonel Franca**. São Paulo: Loyola, 1982.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MARTINS, Aurélio Corrêa Martins. Um projeto político via instrução: 100 anos da Carta Pastoral de D. Leme. **Revista Acta Acientiarum Education**. Maringá, v. 39, n. 3, p. 289-300, Jul-Set., 2017. Acesso realizado em 20 de julho de 2017.

MELO, Carlos Wellington Martins de. “**A nação é católica**”: educação e cidadania nas primeiras décadas republicanas (1890 a 1930). Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Franca - São Paulo, 2006.

MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1930 – 1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

\_\_\_\_\_. **A elite eclesiástica brasileira: 1890 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MONTEIRO, Lorena Madruga. A Companhia de Jesus e a formação das elites católicas no sul do Brasil. **PLURA - Revista de Estudos de Religião**, vol. 2, nº 1, 2011, p. 136-152.

MOTTA, Othoniel. **Lutero e o Padre Leonel Franca**, São Paulo, s.ed, 1933.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Carlos Eduardo. **O problema religioso da América Latina**. Estudo Dogmático-histórico. São Paulo: Imprensa Methodista, 1920.

RODRIGUES, Anna Maria Moog. Introdução. In:\_\_\_\_\_ (Org). **A Igreja na República. Brasília**: Universidade de Brasília, 1981. p. 03-16.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem** - uma revista de intelectuais católico (1934-1945). Belo Horizonte: Autêntica; Fapesp, 2005.

SALEM, Tania. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**, Brasília:

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982. p.97-134

SAPIRO, Gisèle. Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês. **Revista Pós Ciências Sociais**. V.9, n.17, jan/jun, 2012, p. 19-50.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. Ed. Rev. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHORSKE, Carl E. **Viena fin-de-siècle**: política e cultura; tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SERBIN, Kenn. Os Seminários: crise, experiências e síntese. SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social**: uma história da Igreja católica no Brasil – tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 91-150.

SILVA, Helenice R. da. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marcos A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 15-24.

SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. **Alceu Amoroso Lima e a renovação da pedagogia católica no Brasil (1928-1945)**: uma proposta de espírito católico e corpo secular – Curitiba. PR: CRV, 2015.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

VAZ, Henrique C. de Lima S.J. Uma Filosofia Cristã da Cultura: Leonel Franca. **Síntese Nova Fase** – Belo Horizonte. V. 22. Nº 71, 1995 – p. 441-452.

\_\_\_\_\_. Leonel Franca e a Cultura Católica no Brasil. **Síntese Nova Fase** – Belo Horizonte. V. 25, nº 82, 1998 – p. 317-328.

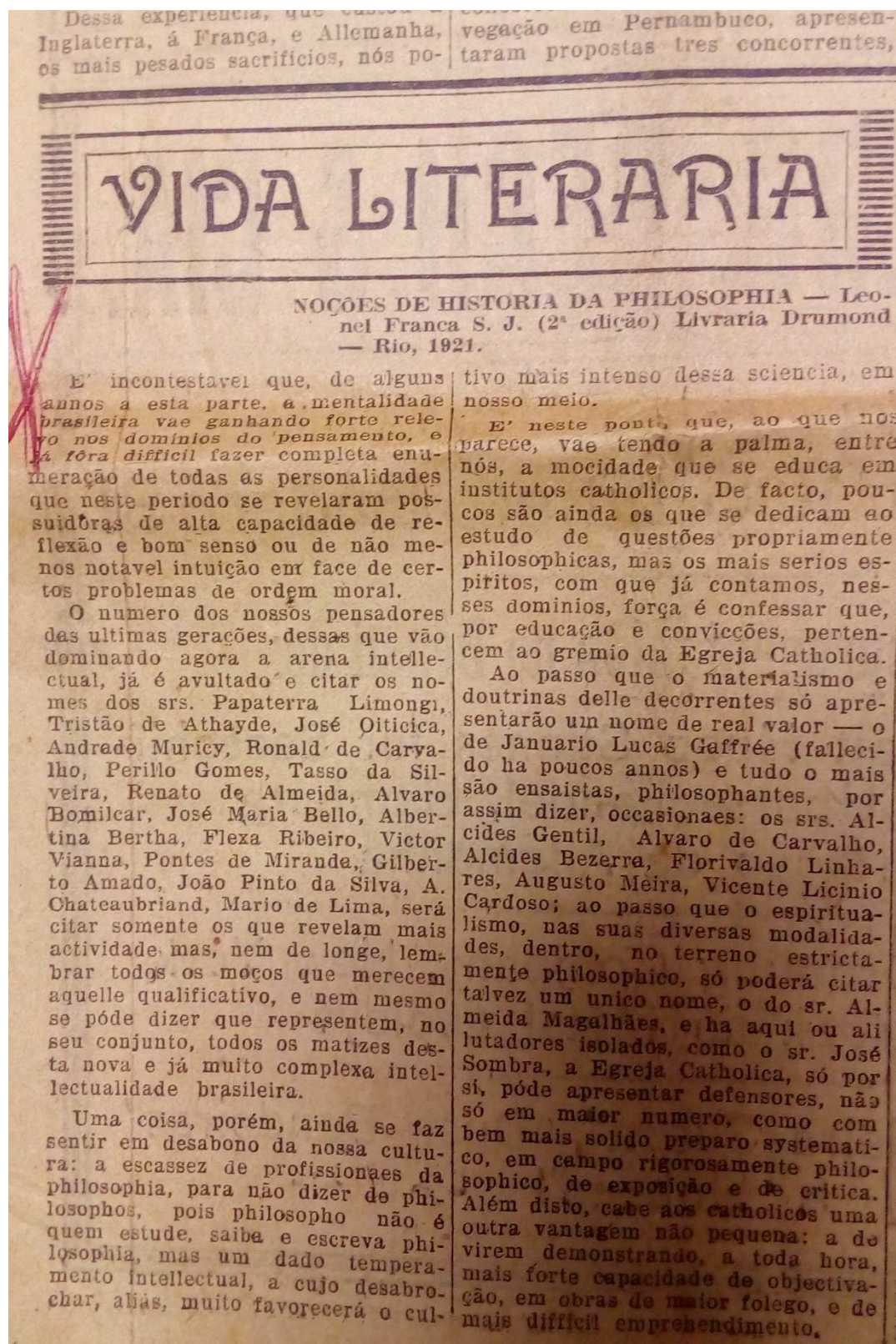
VIEIRA, Carlos E. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 16, p. 63-86, jan./abr. 2008.



## APÊNDICE I

Comentários da Imprensa sobre o livro *Noções de História da Filosofia*.

(Fonte: ARQUIVO DA PROVÍNCIA DOS JESUÍTAS NO BRASIL – Rio de Janeiro)





# CHRONICA LITERARIA

*Varia quaedam*—Historia da philosophia, pelo padre Leonel Franca (editor Drummond); Manual da Navegação, por Tancredo Burlamaqui (ed. Jacintho Santos); Calculo para todos, por J. Marques Junior (S. Paulo); Quantidades negativas, por Ferrelra dos Santos Azevedo; Tosquia, de nm philosopho, por Albuquerque Liborio; Da cadeia F., por Benjamin Costallat; Wencesláu Braz, ensaio pelo cap. Pedro Cavalcanti.

É numerosa e de diferentes espécies a bibliographia da semana. A philosophia, a didactica, a chronica e a historia, offercem difficuldades de condensação, e não achamos mais que algumas palavras breves para attender á gentileza dos auctores e contentar a curiosidade dos que frequentam a fastidiosa chronica dos livros.

Não acreditamos inutil essa diversidade e dispersão de assumptos, que se coordenam no tempo já que lhes falta outro momento de unidade.

"A Historia da Philosophia" do padre Leonel Franca, S. J., é uma obra de merito, elaborada com escrupuloso e accurado estudo dos systemas philosophicos de sabor varlo, que desde os começos da cultura classica græco-romana até os nossos dias têm buscado a explicação do universo e as razões de ser (se as ha), da vida e do destino humano.

É de si evidente (e não faremos questão, que seria méra "chicana") que um padre christão e bom theologo como é o reverendo Leonel Franca, não possue, já não diremos a independencia de espirito, mas a sympathia de philosophos que se distinguiram pelo atheismo ou pela indifference quanto ás causas primeiras.

Os padres desde a idade media são thomistas immotos.

Entretanto, com estudada critica e imparcialidade vemos apreçado o positivismo francez de Augusto Comte que, sob muitos aspectos, não se distingue do criticismo de Kant quando um e outro negam o "nómenon" e toda a pretensão de conhecimento além dos dados empiricos da observação.

D'essa limitação ás coisas sensíveis e

da negação, por esteril, da meta-physica é que se origina o systema philosophico de Augusto Comte, que junta ao seu certo materialismo os enfeites, vãos e dissimulados, de concepções mysticas e religiosas.

A critica dos agnosticos é sempre difficil para os espiritalistas da feição do padre Franca; mas a este livro dão realce os propositos de imparcialidade e o cuidado de exactidão no exame das doutrinas. É admiravel a serenidade do critico.

As paginas sobre Descartes e Kant, a apreciação da escolastica, e da philosophia de Socrates, Platão ou de Aristoteles, parecem-nos as mais perfectas do livro. Apraz-nos apontar ainda que o auctor registra frequentemente as opiniões de Farias Brito, um pensador ou philosopho nacional que deixou alguns admiradores na geração contemporanea.

Farias Brito repete o juizo tão avarelado quanto atrevido e Beneditto Croce, de que Spencer é um "symbolo da mediocridade contemporanea". Que achado para os Benedittos de hoje!

Spencer não passa de um literato, dizem tambem com empaphia alguns dos nossos. É moda achincalhar o philosopho inglez e os Benedittos formigam n'essa decomposição.

O padre Franca é, todavia, um espirito mais liberal; não nega e antes afirma o progresso e as possibilidades da philosophia moderna e n'isso segue a advertencia de Santo Thomas — "ad hominem pertinet paulatim in cognitione veritatis proficere".

Já se vê que a mesma immobildade reconhece o movimento.

Os espiritos por mais negativos sempre são uteis e abrem por vezes novas

perspectivas ao conhecimento da verdade.

Em quasi todos os agnosticos e pantheistas o argumento do nosso historiador e a sua refutação mais commun se fundam nos impossiveis e nas contradicções. Esse methodo de redução "ad absurdum", fóra das coisas simples e estreitamente quantitativas, deixa realmente muito a desejar.

Com tudo, isso não diminue o valor da "Historia da Philosophia", que é um livro consideravel, de grande proveito e certamente, digno de estima.

Outro livro igualmente de caracter didactico é o "Manual de Policia de Navegação maritima e fluvial" do capitão de mar e guerra, engenheiro e professor, Tancredo Burlamaqui.

Compreende-se que só um conhecedor, technico, e versado na materia poderia dar um juizo cabal sobre este livro, que se nos afigura importante e ligado aos nossos maiores interesses.

A todos occorre que o mar deve ser uma das grandes preoccupações nacionais, e a ella estão ligados todos os nossos destinos da vida economica e de defeza e garantia da existencia politica do Brasil. Cabe aqui o aphorismo: "Vivere non est, necesse, navigare necesse est".

Ainda pelas tendencias nativas da nossa estirpe portugueza teremos, sem duvida e talvez em futuro proximo, grande quinhão e parte na historia da navegação atlantica. Quem o sabe?

D'esta arte, este livro pratico, methodico e bem disposto e que prepara e instrue pilotos, mestres, patrões e arrieiros, que se destinam aos nossos mares, e que frequentemente por sua grandeza são outros mares interiores, será acolhido com o maior interesse não só de todos que n'elle têm um proveito immediato, mas ainda d'aquelles que amam o engrandecimento da nossa terra.

Acresce que o "Manual de Navegação" reúne qualidades exemplares, a legislação naval, o estudo dos nossos portos e ancoradouros com os dados da sondagem das marés, das officinas de reparo, dos pharões, serviço sanitario etc.

Os consulados, as posturas do serviço de povoamento, formularios, normas e programmas tornam essa obra indispensavel ao pessoal já numeroso da marinha mercante e aos estudiosos, estadistas e politicos, que ahi encontram uma consolidação methodica, arrazoada e bem feita de tudo que importa conhecer na materia.

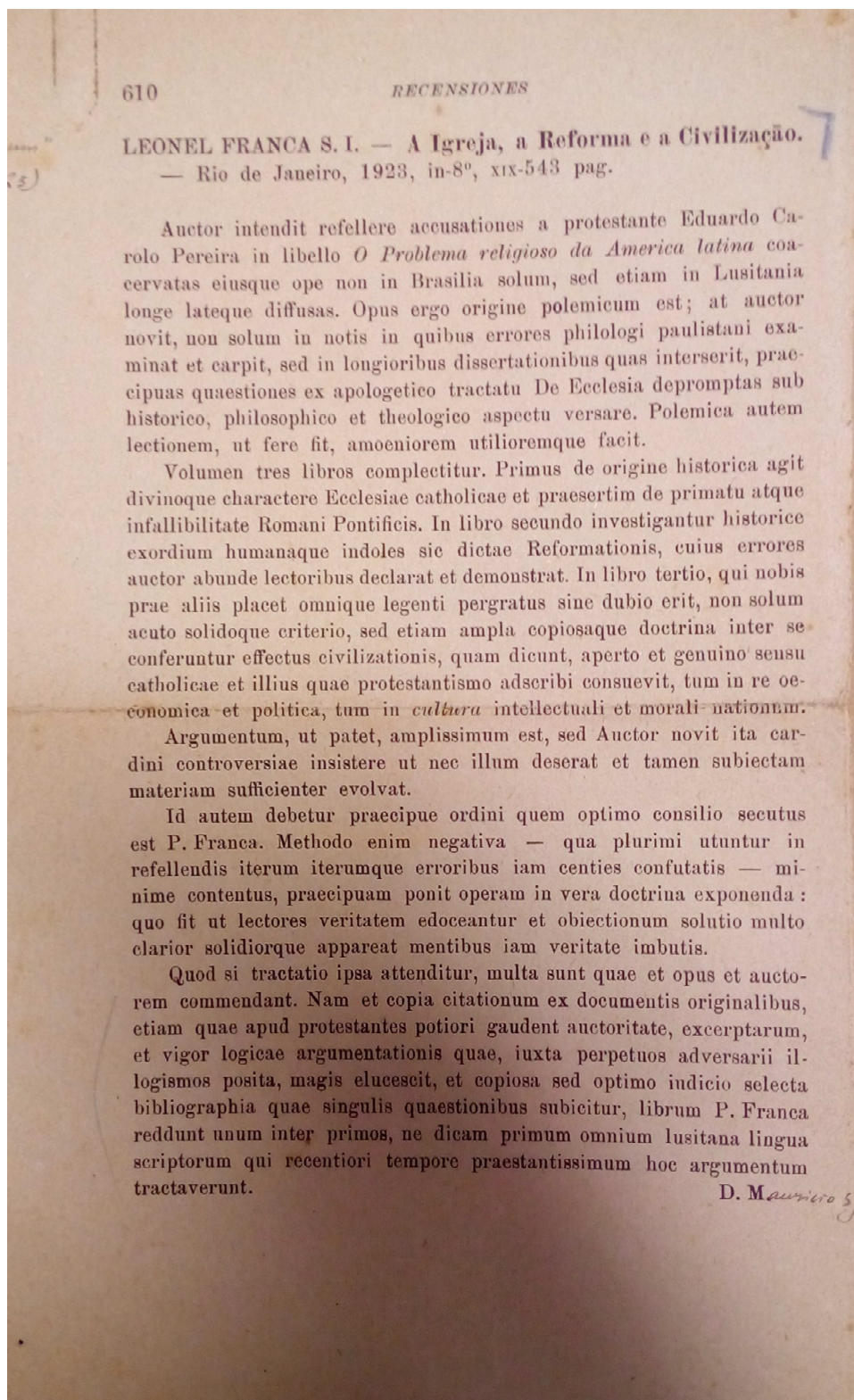
Livrinho pratico, em pequenino formato e nitidamente impresso, é o "Cal"



## APÊNDICE II

Comentários da Imprensa sobre a publicação do livro *A Igreja, a Reforma e a Civilização*.

(Fonte: ARQUIVO DA PROVÍNCIA DOS JESUÍTAS NO BRASIL – Rio de Janeiro)



## "A Igreja, a Reforma e a Civilização"

É o título de uma das mais extensas e eruditas obras do padre Leonel Franca, o prelado brasileiro de maior projecção intellectual em todos os tempos.

Eu o accentuei neste mesmo jornal, quando elle publicou *Psychologia da Fé*, e volto com prazer a frizal-o: produções dessa categoria têm de ser admiradas mesmo pelos que decidida e radicalmente divirjam dos respectivos autores.

Valem duplamente os livros do mencionado sacerdote: pelo fundo que é riquíssimo de substancia, e pela forma que é cheia de harmonia e de belleza.

Dizse o mais profano dos pensadores, o menos puro dos homens — Oscar Wilde —, uma coisa que me parece definitiva sobre o assumpto, e a cuja citação me abalanço, "data venia", por isso: A forma sómente deixa de ter uma relevancia maxima, em se tratando de trabalhos onde a materia tambem não vale grande coisa.

Impossível solucionar-se melhor essa questão, de um byzantinismo tão manifesto. Emquanto as phrases forem o unico elemento a que podem recorrer as idéas, para saírem do limbo inicial, para nascerem de verdade, nitidas e luminosas, para existirem praticamente, não ha distinguir-se, quanto á importancia, entre um e outras.

O idealismo, a pureza, os habitos de ascéta que Leonel Franca possui, não o inibem de sentir com intensidade tudo que ha de bello e mesmo de voluptuoso no trato amoroso do idioma. Na pujança e na graça, na elegancia e no vigor que simultaneamente caracterizam o seu estilo, insinua-se algo de sensual, para que a Igreja não tem o direito de se fazer demasiado rigorista e severa, porquanto, assim, enroupadas, as altas pensamentos, que elle diffunde, adquirem um poder de persuasão infinitamente maior — aquelle cujo appello á intelligencia não descarta da contribuição das sensibilibidades. E porque se ha

de olhar com austeridades extrema para essa incontinencia do admiravel artista que é o padre Leonel Franca, se concorrem "ad maiorem Dei gloriam" as galas e as louçanias de [redacted]?

Toda vez que o leio, não é apenas a sua maestria de escriptor que me encanta: deslumbra-me, do mesmo passo, a immensidão do saber que se me depara. E dizer-se que só tem quarenta annos! Que milagre de concentração, de recolhimento, de ascése, não foram esses quatro decennios, para nelles caber a conquista de tanta cultura!

O grande livro, que agora surge em terceira edição, aliás primorosamente cuidada pela Civilização Brasileira, nasceu do empenho de responder ao senhor Eduardo Carlos Pereira, cujo ataque ao catholicismo, em volume intitulado *O problema religioso da America Latina*, evidentemente não merecia a honra de tal revide, a verdadeira glorificação rébours de tal replica.

Sejam — repito — quaes forem as intimas convicções de quantos leiam as [redacted] desse padre, nenhum haverá que, tendo habito de boa leitura e de fecunda meditação, fique insensível á possante daquella dialectica onde, a cada instante, ralam os fulgores da mais acrysolada fé.

Não é, todavia sómente nas palavras do eminente sacerdote que se reflectem as maravilhas espirituaes da religião fundada por Jesus Christo. Sua existencia, toda saturada dessa doutrina que realiza o prodigio supremo de ser divina sem deixar de ser humana, vale igualmente por um livro em que todos podem ler e edificar-se. Torna-se, pois, não só aureo complemento como illustração, mais do que todas as outras impressionante e emocionadora, da obra notavel que elle vem realizando com o empenho de elevar ao mesmo tempo, o espirito e o coração do nosso povo.

BENJAMIN LIMA



# O MOMENTO LITERÁRIO

## Um livro que nos honra

Quando, ha tempo, li o livro de E. Carlos Pereira, intitulado «O Problema Religioso da America Latina», senti profunda tristeza pelo facto de ainda não ter apparecido uma cabal refutação d'essa volumosa e virulenta brochura. Cheguei a escrever, neste sentido, a meu saudoso Professor Pe. A. Fernandes, S. J., que hoje assiste no Recife. Verdade era que o illustre Pe. Dr. *Romanus* respigara algumas das objecções mais copiosas e rebatera-as triumphalmente; mas o publico leitor de jornaes nem sempre é o mesmo publico leitor de livros, e folhas periodicas vòam, obliteram-se, vindo a perder toda a sua oportunidade; d'ahi a insufficiencia da brilhante refutação de *Romanus*.

Minha tristeza tinha, pois, muita razão de ser. E. Carlos Pereira, optimo grammatico, era pessimo theologo, ignorantissimo da Historia!

Quando moço, residindo na Campinha, não resistira a umas objecções comesinhas, feitas, em ar de troca, pelo lazarista Padre Lacoste. Mais tarde, discutindo publicamente, em Lavras, com o Padre Americo Brasileiro, talvez um dos maiores logicos, nascidos em Minas, não soube safar-se honestamente do primeiro encontro, sendo posto fóra do combate, conforme me referiu Mons. Gustavo, actual Vigário de S. João d'el-Rey, que assistira á polemica. *Inde irae*. D'ahi, em vez de uma conversão sincera, C. Pereira começou a odiar satanicamente o Clero e a Egreja, que prodigaliza doutrina tão solida e inconcussa a seus ministros estudiosos.

E esse odio do infeliz «pastor», accumulado com o tempo, espumou com indizivel furia no citado livro «O Problema».

O auctor enfeixou todas as objecções de protestantes contra o systema catholico. Atacou-nos o dogma e a moral; calumniou-nos mesmo; blasphemou contra a Virgem Santa; retalhou a fama do immortal Pio IX, cuja memoria é para elle novo phantasma de Banquo.

De seu se está que um livro assim, lido por um catholico mal formado, conduz á duvida, sinão á apostasia.

E tudo nelle é palha; tudo phantasia e falsidades, sob o ouropel de um estylo facil, nem sempre correcto, mas sempre imaginoso e attrahente. Urgia ir-lhe á mão e apontar-lhe as innumeradas contradicções; vasar-lhe a pedridão do odio com o bisturi da imparcialidade historica; emfim, dissipar-lhe as enganosas apparencias de verdade.

E' o que faz o Padre Leonel Franca, S. J., no seu livro recentemente publicado: A EGREJA, A REFORMA E A CIVILIZAÇÃO, uma grossa brochura de XII-543 paginas.

O auctor, logo a principio, declara não poder, por angustia de espaço e de tempo, descer á refutação de todos os desvarios de C. Pereira, e, pois, limita-se a um exame geral, rebatendo sómente as tolices de mais grosso calibre.

E' um livro que, a meu vêr, honra as letras ecclesiasticas brasileiras e que, á semelhança da obra de Balme, não tardará a ser traduzido em outras linguas. Leonel Franca, que já nos é conhecido pelos seus estudos

## APÊNDICE III

Levantamento de referências à Leonel Franca – organização do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB).

AUTOR	OBRA
ACERBONI, Lídia.	Leonel Franca S.J.. In: _____. A Filosofia Contemporânea no Brasil. Tradução João Bosco Feres. Prefácio Miguel Reale. São Paulo: Grijalbo, 1969. p. 142-148.
AMARAL, Jésus Salvador do.	O pensamento filosófico no Brasil: em sinopse. Roma: Universidade Gregoriana, 1965. 42 p.
CAMPOS, Fernando Arruda.	Tomismo e neotomismo no Brasil. São Paulo: Grijalbo, 1968. p. 98-106.
CASTRO, Flávia de Almeida Viveiros de.	Igreja, ação e pensamento: intelectuais católicos entre as décadas de 20 e 40 no Brasil. Rio de Janeiro: PUC, 1998. (Dissertação de mestrado).
COSTA, João Cruz.	Contribuição à história das idéias no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 444-445.
D'ELBOUX, Luiz Gonzaga da Silveira.	O padre Leonel Franca, S. J. Rio de Janeiro: Agir, 1953.
DOWELL, João A. Mac S.J.	30º aniversário da morte do Padre Leonel Franca. Boletim PUC, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 4 (especial), set. 1978.
LIMA, Alceu Amoroso.	A reação espiritualista. In: A LITERATURA no Brasil. Direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959. vol. III, tomo I, p. 394-428.
MACHADO, Geraldo Pinheiro.	Leonel Franca. In: HIRSCHBERGER, Johannes. História da Filosofia Contemporânea. 2. ed. São Paulo: Herder, 1968. p. 291-295.
MACHADO, Geraldo Pinheiro.	A filosofia no Brasil. 3. ed. acrescida de notas. São Paulo: Cortez & Moraes, 1976. p. 92-96.
MAIA, Pedro Américo.	Pe. Leonel Franca. São Paulo: Loyola, 1982. 70 p.
MENDONÇA, Ana Waleska Pollo C.	Leonel Edgar da Silveira Franca. In: DICIONÁRIO de educadores no Brasil da Colônia aos dias atuais. Organização Maria de Lourdes Albuquerque Fávaro e Jader de Medeiros Britto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 339-345.
MOURA, Odilão.	O Padre Leonel Franca S.J.. In: _____. As idéias católicas no Brasil: direções do pensamento católico no Brasil no século XX. São Paulo: Convívio, 1978. p. 137-140.
PADOVANI, Humberto, CASTAGNOLA, Luís.	Leonel Franca e a renascença da filosofia nacional. In: _____. História da Filosofia. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956. p. 491-500.

Correio da Manhã, 3 set. 1959.	O PADRE Leonel Franca e sua obra.
PAIM, Antônio.	Leonel Franca (1893-1948). In: LOS “ Fundadores” em la Filosofia de América Latina. Washington: OEA, 1970. p. 188-191.
SALEM, Tânia.	Do Centro Dom Vital à Universidade Católica. In: SCHARTZMAN, Simon. Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro. Brasília: CNPq, 1982.
VAZ, José Carlos de Lima.	Recordando o padre Leonel Franca. [s.n.t.].
VILLAÇA, Antonio Carlos.	O pensamento católico no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 205 p. (Coleção panorama cultural brasileiro).
VILLAÇA, Antonio Carlos.	Padre Leonel Franca, um polemista. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 5 ago. 1984. p. 7
VITA, Luis Washington.	Monólogos e diálogos. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1964. p. 152-155.

Fonte: [http://www.cdpb.org.br/leonel\\_franca\\_final.pdf](http://www.cdpb.org.br/leonel_franca_final.pdf)

## APÊNDICE IV

Referências de trabalhos sobre Leonel Franca em programas de Pós Graduação.

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Área da Pesquisa</b>	<b>Tipo de produção</b>
ARDUINI, Guilherme Ramalho.	Os soldados de Roma contra Moscou: A atuação do Centro Dom Vital no cenário político e cultural brasileiro (Rio de Janeiro 1922-1948)	Sociologia	Tese
CAETANO, Maria Cristina.	O ENSINO RELIGIOSO E A FORMAÇÃO DE SEUS PROFESSORES: dificuldades e perspectivas	Educação: Políticas Públicas	Mestrado
CONCEIÇÃO, Fabiana Cristina da.	A religião e a formação do cidadão: um estudo sobre a obra “Ensino Religioso e Ensino Leigo” de Leonel Franca	Ciência da Religião	Mestrado
FLECHA, Renata Dumont.	Do pecado Pessoal ao Pecado Social: a solidariedade na reatualização do Ensino Religioso da Companhia de Jesus	Educação	Tese
MELHO, Carlos Wellington Martins de.	A nação é católica: educação e cidadania nas primeiras décadas republicanas (1890-1930).	História	Mestrado